

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

UMA “ILHA ASSOMBRADA” NA CIDADE:

**estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva
a partir das narrativas de antigos moradores
da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre.**



Rafael Victorino Devos

orientação:

Cornelia Eckert

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Antropologia Social.

Porto Alegre, dezembro de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

UMA “ILHA ASSOMBRADA” NA CIDADE:

**estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva
a partir das narrativas de antigos moradores
da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre.**

Rafael Victorino Devos

orientação:

Cornelia Eckert

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Antropologia Social.

Porto Alegre, dezembro de 2002.

“Mas, então, ao menos, que, no artigo da morte, peguem em mim,
e me depositem também numa canoinha de nada, nessa água, que
não pára, de longas beiras: e, eu, rio abaixo, rio afora, rio adentro
– o rio.”

João Guimarães Rosa “A Terceira Margem do Rio”
– Primeiras Estórias (1974)

Agradecimentos

. À Cornelia Eckert, minha orientadora e mais paciente leitora, por ter escrito junto comigo os aprendizados dessa experiência que não é senão a nossa “memória compartilhada” desses anos todos de “imagem”; por ter esperado quando precisei de tempo; por ter me exigido quando foi preciso; por ter me entendido, quando eu já não entendia mais nada... por ter acreditado em mim, e me incentivado tanto, desde o início de nossa parceria, há já uns bons anos.

. À Ana Luiza Carvalho da Rocha, que acompanhou essa etnografia, desde os tempos da oficina de vídeo, guiando minhas primeiras hipóteses e passos sobre a Ilha dos Marinheiros, dividindo escutas entre seus narradores, olhares sobre sua paisagem, devaneios sobre as nossas “constelações de imagens” pelas ruas e ilhas da cidade, nas telinhas de câmeras de vídeo, monitores, computadores, fotografias, livros.

. À minha “irmã” de velha-guarda do NAVISUAL, a Lili, pelas tantas conversas, performances, cumplicidades e risadas; com quem aprendi que melhor que estudar as divertidas “formas de vida social” é estar no meio da sua confusão.

. Aos companheiros de “imagens” do Banco de Imagens e Efeitos Visuais: Olavo, Rosana, Nicole, Ana, Chica; aos que passaram por ali: Thaís, Alfredo, João, Sandro, Lu, ...; aos que chegaram: Sandra, Leda, Thaís, Marco, Paula, Lu e, claro, Vi, por dividirmos tantas vezes o nosso “barco” de imagens na sala 108; descobrindo Porto Alegre como nunca imaginei.

. À Vi, por ter me feito mais narrador e mais ouvinte em nossas aventuras antropológicas; por ter me feito mais homem em nossos trajetos, em nossos sonhos e tempestades.

. Aos companheiros do Instituto Anthropos, pelos desafios da “questão ambiental” e, em especial, ao Kiko, meu grande amigo e interlocutor mais curioso e animado dos segredos da etnografia do Lago Guaíba. Muitos parágrafos e muitas imagens que aqui estão nasceram de nossos “papos”, delírios e amaravilhamentos com o Delta do Jacuí.

. À instituição financiadora, Cnpq, por ter concedido a bolsa de financiamento desse estudo, sem atrasar um dia.

. Aos meus colegas e professores do PPGAS-UFRGS pelas bem humoradas trocas intelectuais, dentro e fora de sala de aula, nesses dois anos de mestrado.

. Às narradoras e contadoras de “causo” da minha família, minha mãe e minha vó.

. Ao meu pai, por tudo.

. Aos “guris” e às “gurias” da oficina da Ilha Grande dos Marinheiros, meus primeiros guias e amigos em território insular.

. Aos moradores e moradoras da Ilha Grande dos Marinheiros, por sua disponibilidade para nossas “conversas” durante a pesquisa.

. Especialmente, para Dona Laci, minha “vózinha” da Ilha Grande; para Seu Cláudio, meu condutor mais seguro no espaço do rio, e para Seu Adão, que ainda tem muitas histórias na manga para trocar, “sem pressa”. Pela disponibilidade, pela vontade de trocar, pelo prazer de narrar nos tantos momentos em que “apareci” em suas vidas ...

. Para Dona Maria, em sua memória, em nossas memórias.

Sumário

Introdução	p. 01
PARTE I - Molhando os pés	p. 05
1. 1. O lugar das estórias	p. 06
1.2. Andando pela ilha	p. 09
1.3. Percurso Metodológico	p. 11
1.3.1. Pesquisa exploratória - a realização do “Ilha assombrada: Realidade ou Ilusões?”	p. 12
1.3.2. A pesquisa etnográfica – em busca dos “antigos”	p. 24
1.4. “O que é da água, ela quer”	p. 34
1.5. A Ilha “natural”	p. 43
1.6. Porto Alegre Metrópole	p. 51
1.7. O “povo das ilhas”	p. 57
1.8. Rindo da “cara da fome”	p. 65

PARTE II - Narrando	p. 77
2. 1. Por que os “antigos”?	p. 78
2.2. Dona Laci	p. 80
2.3. Seu Cláudio	p. 93
2.4. Seu Adão	p.111
2.5. Dona Maria	p. 126
2.6. Narradores das ilhas, narradores da cidade	p. 135
2.6.1. Memória e Inteligência Narrativa	p. 141
2.6.2. Uma memória compartilhada	p. 151
PARTE III - Ouvindo	p. 154
3.1. A Ilha Assombrada – memória, narrativa e espaço fantástico	p. 155
3.1.1. Aderindo às imagens	p. 155
3.2. Terra, Tesouros, Assombrações, Árvores e Fazeres	p. 166
3.3. Água, Trevas, Lobisomens, Bruxas, Embarcados e Enchentes.....	p. 202
3.4. Tempo de mudanças, tempos de retornos	p. 242
Conclusão	p. 260
Bibliografia	p. 266
Índice de Imagens e Ilustrações.....	p. 275

Resumo

Esta dissertação pretende apresentar uma etnografia realizada entre antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, em Porto Alegre. Enfocam-se suas lembranças na forma de narrativas orais em que contam sobre o cotidiano do lugar onde vivem e suas trajetórias sociais que conformam uma experiência diferenciada de habitar a cidade de Porto Alegre a partir do Bairro Arquipélago, com sua peculiar característica insular. Tomando o Arquipélago enquanto um “território-mito” da cidade, realiza-se a análise da “arte de dizer” desses narradores antigos e das constelações de imagens presentes ao repertório de narrativas míticas, contos fantásticos e lendários sobre desenterramentos de tesouros, aparições e assombrações, lobisomens e bruxaria que remetem, a partir da atual paisagem das ilhas, aos mitos de fundação da Cidade de Porto Alegre e ao trajeto antropológico de assimilação e acomodação da figura de um “Homem da Tradição” às margens da cidade.

Abstract

This paper intends to present an ethnography made among ancient residents of the Ilha Grande dos Marinheiros, in Porto Alegre. The focus is on their memories, oral narratives in which they tell about the daily life of the place where they live and about their social trajectories which shape a different experience of inhabiting the city of Porto Alegre from the Bairro Arquipelago, with its island peculiarities. Taking the Arquipelago as a myth-territory in the city, we make an analysis of the "arts of telling" of this ancient narrators and of the constelations of images that are present in the repertory of mythical narratives, amazing and legendary stories on the digging of hidden treasures, apparitions, hauntings, werewolves and witchcraft, which send back from the current scenery of the islands to the myths of foundation of the city of Porto Alegre and to the anthropological route of assimilation and adjustment to the figure of a Man of Tradition on the fringes of the city.

Introdução

O encontro entre natureza, sociedade e cultura, pensado em um espaço delimitado, geográfica e simbolicamente, como uma ilha permanece um tema fascinante, embora estudos mais contemporâneos na antropologia já tenham rompido com a idéia de sociedades isoladas, ilhadas, idéia para a qual a própria ciência antropológica já contribuiu. Uma vida ligada ao ritmo do ambiente. Sociedades tradicionais. Vida familiar com estreita rede de parentesco, intensa relação de vizinhança, solidariedade comunitária, sistemas de crença que perpassam a vida religiosa, a vida social, o trabalho e a relação com a natureza. Um cotidiano entre terra e água, e igualmente, entre a terra, a água, o verde, e os ilhéus, muitas lendas, mitos de fundação, ou apenas, estórias que são contadas e recontadas.

Nesta pesquisa, tive como desafio levar em conta a perspectiva simbólica de um espaço insular, não esquecendo, entretanto, (ou sendo lembrado o tempo todo) de que se tratava de “uma ilha na cidade” como o título diz. Apesar de apresentar muitas das características citadas, o grupo insular de que esse projeto de pesquisa trata, não se encontra isolado da Cidade do outro lado da margem, mas é parte dela, e constitui-se, também, a partir de características próprias da “vida metropolitana”. Aos encantos da Ilha, outras imagens se agrupam em um contexto urbano. A Ilha Grande dos Marinheiros, pertencente ao Bairro Arquipélago, em Porto Alegre, não é exatamente o objeto desse trabalho, mas o “lugar” dele. A palavra “lugar” vem entre aspas para destacar que um lugar já comporta significados, afetos, vontades que nomeiam, que simbolizam os espaços geográficos.

Os “ilhéus”, os “ilheros”, os “da ilha”, personagens desta etnografia, encontram-se então, em um território que é palco de uma heterogeneidade de tradições, práticas e

mitos que são próprios de uma vida em contato constante com o “natural” ambiente das ilhas e com a “selva de pedra”, o grande centro urbano de Porto Alegre, representado pelas edificações do centro da cidade, na margem oposta.

A experiência diferenciada dos moradores das ilhas em habitar a cidade de Porto Alegre, a partir de um bairro com uma característica muito específica, é fator que permeia o estudo da memória coletiva e da narrativa oral nesse lugar. Entre seus moradores, apresento alguns que se tornaram informantes nesta pesquisa, os ditos “antigos”, pessoas que acompanharam grandes transformações na paisagem da Ilha Grande dos Marinheiros ao longo do tempo. Investigar como se apropriam, simbolicamente, dessas transformações, através do lugar de narradores que assumem, é o objetivo deste trabalho.

As lembranças narradas desses “antigos”, as muitas imagens e figuras arquetípicas que colocam em movimento em suas estórias, a sua própria “arte de dizer”, e o lugar social que ocupam são objeto privilegiado para se entender, não apenas os significados da paisagem da Ilha Grande dos Marinheiros, mas ainda como o processo de ocupação humana das ilhas participa do processo de fundação, ocupação e crescimento urbano de Porto Alegre.

Para tal, a primeira parte do trabalho situa esse universo no contexto de Porto Alegre, e trata também das condições em que a pesquisa foi realizada, a forma como as imagens, as entrevistas e os registros escritos foram produzidos para compor o material etnográfico, apresentando a questão insular, a “ilheidade” em sua face cotidiana, a partir da etnografia realizada sobre as enchentes que ocorrem periodicamente nas ilhas, desdobrando essa “ilheidade” em questões de identidade e pertencimento desse grupo no meio urbano. Trata igualmente, da questão política que perpassa o cotidiano do grupo, referente à política ambiental que atribui o caráter de reserva ambiental para

grande parte do território das ilhas e coloca em situação de “ocupação irregular” boa parte da comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros.

A segunda parte apresenta os personagens narradores desse trabalho. A partir de suas práticas cotidianas, de suas trajetórias sociais e de suas narrativas autobiográficas, pretendo compreender como se dá a sua constituição como narradores, na figura dos “antigos” moradores, como são referidos, enquanto guardiões da memória coletiva local. Investiga-se, portanto, em seus movimentos de “travessia”, nas suas trajetórias sociais, entre as ilhas e a cidade de Porto Alegre, a perpetuação de uma tradição popular narrativa no meio urbano, cuja duração está associada à valorização das formas de relação simbólica das comunidades locais com suas águas, sua vegetação, seu solo e sua fauna.

Finalmente, a última parte trata de um conjunto de narrativas relacionadas às trajetórias sociais de seus narradores, em que são recorrentes imagens ligadas a mitos de fundação dessas ilhas (enterro de tesouros, navios fantasmas, aparições, figuras lendárias), à sua cosmologia (enchentes, serpentes gigantes), assim como acionam outras figuras arquetípicas do imaginário presentes ao folclore popular local como bruxas, lobisomens e bolas de fogo. Trata-se de compreender, a partir da “arte de dizer” do narrador, em sua “inteligência narrativa”, a relação dessas estórias com a memória local das transformações espaciais ocorridas na paisagem da Ilha Grande dos Marinheiros e arredores. A partir do caráter fabulatório da memória, enquanto ato de configuração temporal das ações humanas a partir de tradições narrativas, busca-se a compreensão das motivações simbólicas que engendram as relações desses moradores com a transformação no ambiente das ilhas e nas suas condições de vida.

A forma escolhida para representar os momentos em que ocorriam os jogos de contar/ouvir/lembrar que foram tecendo a memória compartilhada apresentada no

trabalho, foi a descrição escrita do contexto das entrevistas, a utilização de imagens (quando gravadas em vídeo), do gestual e do uso do corpo por parte dos narradores (com a escolha de quadros congelados de seus gestos) e, finalmente, a transcrição, nos termos de uma tradução poética de sua “vocalidade” (Zumthor, 2000), ou seja, tratou-se de editar o texto visualmente, a fim de que a leitura seguisse o fluxo da narrativa oral¹. Quando se tratava de intervenção do pesquisador no diálogo, utilizei a expressão P (P – De noite deve ter cada barulho aqui, não?), nomeando os demais narradores e interlocutores quando necessário. Procurei manter as narrativas o mais completas possíveis, retirando, no entanto, alguns excessos considerados desnecessários e prejudiciais à compreensão das narrativas a partir da leitura da transcrição. Tais aparecerão com a marcação (...). Observo, por fim, que nenhuma representação escrita poderia dar conta da riqueza da “arte de dizer” desses narradores, sem alguma perda na passagem do oral para o escrito. É a partir de limites como esses, que parte esse trabalho.

¹ Algumas referências nesse sentido são os trabalhos de Emerson et alli (1995); Ely, Margot; Vinz, R.; Downing, M.; Anzul, M. (1997) e Taussig (1987)

PARTE I

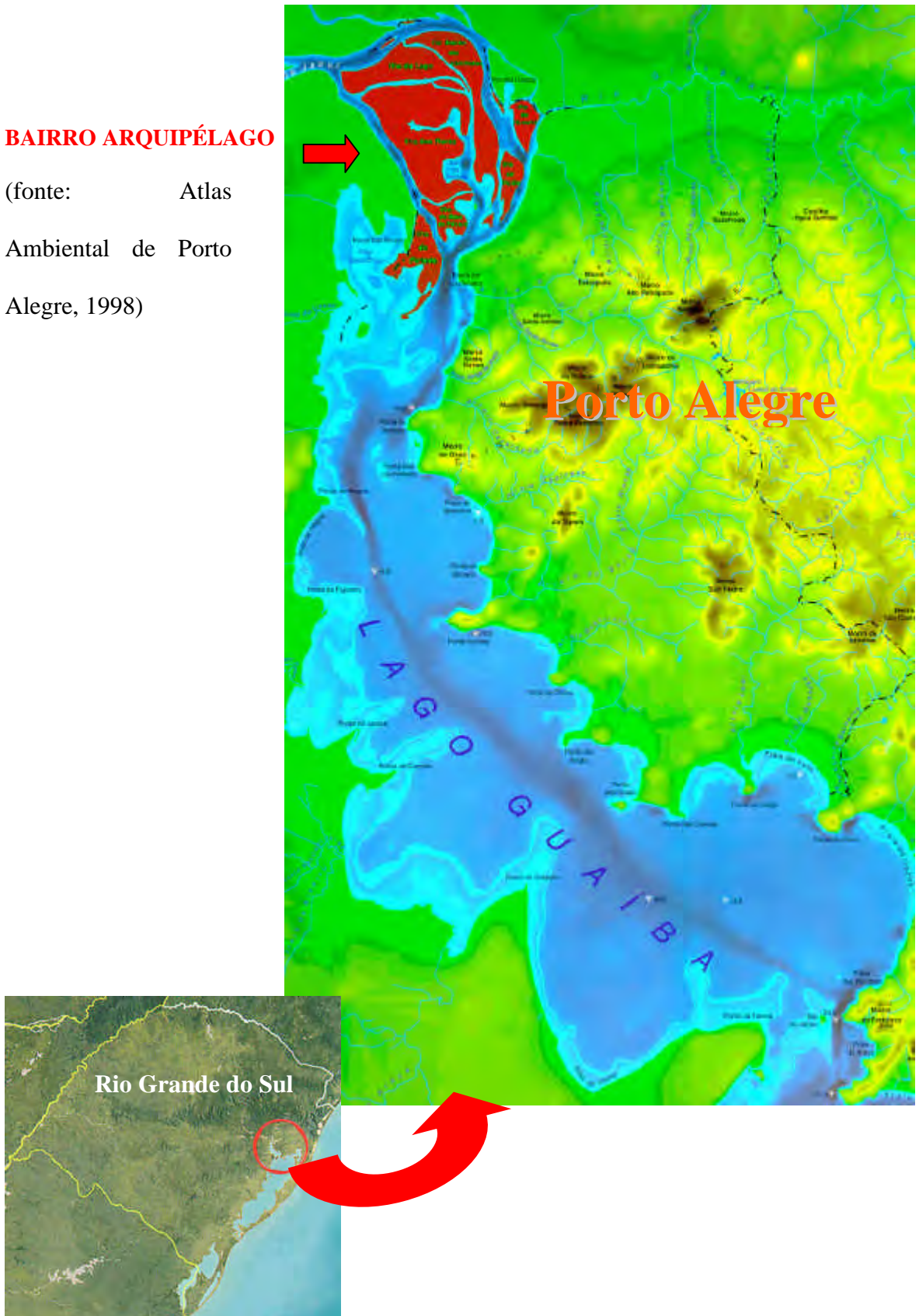


Molhando os pés

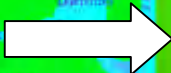
1. 1. O lugar das estórias

BAIRRO ARQUIPÉLAGO

(fonte: Atlas
Ambiental de Porto
Alegre, 1998)



ILHA GRANDE DOS MARINHEIROS



Pontes (BR 290)



CENTRO DE PORTO ALEGRE



Este trabalho trata da memória coletiva e do cotidiano a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, localizada no município de Porto Alegre, junto ao Bairro Arquipélago. O Arquipélago é formado por 16 ilhas, circundadas pelas águas dos rios Jacuí, Gravataí, Sinos, Caí e pelo Lago Guaíba². As “ilhas fronteiras”³ encontram-se à entrada da cidade, à noroeste do centro da capital. Seja pela via da navegação fluvial, ou pela travessia do complexo de pontes que liga as ilhas a Porto Alegre, tem-se um ponto de vista especial da capital do Rio do Grande do Sul, vista como o centro edificado da cidade, às margens do Lago Guaíba, avistado ao longe, na margem oposta, descortinado pelas ilhas do Arquipélago.

As ilhas também fazem parte de uma reserva ambiental, o Parque Estadual Delta do Jacuí, reserva natural, criado em 1976⁴, que abrange um conjunto de ilhas e terras continentais alagadiças numa área de aproximadamente 60km² na região metropolitana de Porto Alegre. Cerca de 90% da área do Delta do Jacuí constitui-se de banhados e terras alagadiças que costumam estar submersas, durante as cheias dos rios, no inverno e na primavera.

No atual contexto urbano-industrial da cidade, algumas das ilhas ocupam o lugar de periferia, vila de classes populares de baixíssima renda, ao serem ocupadas também por pessoas oriundas de periferias do interior do Estado e da capital. É o caso da Ilha Grande dos Marinheiros, pois ainda que tenha uma parte de suas margens ocupadas por pequenas propriedades rurais, ou por grandes residências destinadas ao lazer de classes economicamente privilegiadas (que são constantes às margens de outras áreas do Delta do Jacuí), na Ilha Grande dos Marinheiros muitos dos moradores são pessoas de baixa

² Cf. a publicação da série Memória dos Bairros “Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre”, do Centro de Pesquisa Histórica do Município, Secretaria Municipal da Cultura, Porto Alegre, 1995.

³ Em relatos de viajantes como Auguste de Saint Hilaire (1820), Arsène Isabelle (1833) e Robert Avé-Lallemant (1858) as ilhas do Arquipélago são nomeadas como “ilhas fronteiras” ou “labirinto de ilhas”, “bacia semeada de ilhas”, expressões que denotam o deslocamento por via fluvial destes viajantes ao conhecerem a região. (“Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre” op. Cit.)

⁴ Cf. PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ - PLANO BÁSICO, 1979.

renda econômica, tendo no trabalho com lixo reciclável a sua principal atividade, o que conflitua com a concepção de reserva natural do Parque Estadual Delta do Jacuí.

Realizei a pesquisa junto ao cotidiano de alguns moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, levando em conta suas relações com esta e com as demais ilhas do Parque Delta do Jacuí, mas levando em conta suas relações com a cidade de Porto Alegre. Os moradores mais antigos são informantes privilegiados, pois possuem um especial ponto de vista sobre a transformação da paisagem da ilha. Do tempo dos caíques e barcos a remo à atual vila de carroceiros e papeleiros, muitas de suas estórias escavam, nas camadas de tempo da paisagem, o lugar singular que as ilhas ocupam nos diferentes universos simbólicos que compõem um centro urbano como Porto Alegre, com práticas cotidianas tão diferenciadas como as de pescadores, catadores de papel, benzedeiros, donos de armazém, costureiras, carroceiros, barqueiros, empregadas domésticas, trabalhadores assalariados, donos de armazém. Todos estes, tendo em comum o fato de habitarem um espaço delimitado geográfica e simbolicamente pela água, dramatizando, em um espaço restrito, o acordo entre natureza e cultura. Observando as interações cotidianas de seus moradores, veremos como se coloca a questão da ocupação das ilhas, e particularmente, da Ilha Grande dos Marinheiros, em um contexto político nos dias de hoje.

1.2. Andando pela ilha

A Ilha Grande dos Marinheiros é uma das ilhas que apresenta maior diversidade de ocupação no Arquipélago. Ao longo de sua comprida faixa de terra é possível distinguir três áreas, partir das referências de seus moradores. Na parte mais ao sul da Ilha, mais próxima ao centro de Porto Alegre, predomina uma ocupação formada por

famílias de barqueiros, aposentados e pescadores, além da presença de algumas casas de classe média alta, tendo também a presença do Clube de Regatas União, na ponta da Ilha, ao final do chamado “Saco dos Assombrados”. Já mais próximas à estrada encontram-se habitações mais simples. É nessa parte da ilha, a parte “de baixo”, que se encontram à beira da estrada (BR 290), à entrada da ponte, a Escola Municipal, e o Posto de Saúde. Nesse local também ocorrem, em um campo ao lado do “Hotel da Ilha”, as partidas de futebol entre os times da ilhas.

Na parte central da Ilha, referida por alguns moradores como “a vila”, situam-se, em maioria, as casas de famílias que trabalham com catação e separação de lixo. São carroceiros, papaleiros, mas residem aí, também famílias de pescadores, costureiras, empregadas domésticas, trabalhadores assalariados, donos de armazém, etc. Mas o cenário coloca em destaque o trabalho com lixo, nos pátios, nas ruas, nos meios de transporte. Também se encontram nesse local alguns espaços referenciais da Ilha como o galpão de reciclagem “Associação dos Catadores de Materiais de Porto Alegre”, primeiro galpão de separação de lixo construído em Porto Alegre, o santuário de Nossa Senhora Aparecida, o Clube de Mães ligado à Igreja Marista, que cuida do Santuário, a Igreja Pentecostal Assembléia de Deus, presente na Ilha há mais de 30 anos e o Centro Espírita Bezerra de Menezes ou, como é chamado, “os Bezerra”.

Finalmente, a parte “de cima” da Ilha, seguindo a estreita estrada de chão batido, é ocupada por casas em terrenos maiores, mais espaçados. Moram ali pescadores, carroceiros, “capineiros” e também trabalhadores do lixo. É, no entanto, para esta parte da Ilha, que muitos relatos apontam como o local mais antigo de ocupação, tendo se intensificado a densidade populacional próxima à estrada com a construção da ponte. Quanto mais se “sobe” em direção à ponta da Ilha, mais é possível se encontrar espécies de ruínas de uma vida comunitária que foi sendo

abandonada. Dois prédios se destacam, um deles, o antigo “colegião” e, a outra construção, idêntica a esta, onde funcionava uma espécie de centro cívico da Ilha. Encontram-se, também, barcos abandonados, restos de casas em meio a pequenas propriedades rurais com criação de cavalos, galinhas, gado. O ritmo na parte “de cima” é bucólico, menos intenso, com uma aparência rural, ainda que contraste com os pátios usados para separar lixo, lembrando, a um caminhante distraído, que este é um lugar ainda bem próximo do centro de Porto Alegre.

1.3. Percurso Metodológico

As fases da pesquisa foram divididas em duas para facilitar a compreensão das condições em que foram produzidas as entrevistas, observações, fotografias e imagens em vídeo utilizadas nesta dissertação.

A primeira fase, de caráter exploratório, consiste em um trabalho realizado durante a conclusão do meu curso de graduação em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda), pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que consistiu em uma oficina de vídeo e um documentário produzido a partir da oficina. Na época, eu já trabalhava como bolsista de iniciação científica junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, realizando documentários em vídeo sobre memória coletiva, cotidiano e formas de sociabilidade em Porto Alegre⁵. O trabalho de iniciação científica incluía pesquisa com a memória coletiva nas ilhas de Porto Alegre, particularmente na Ilha da Pintada, sobre o cotidiano e as narrativas de um barqueiro, Seu Mocotó, trabalho

⁵ Projeto Integrado “Estudo Antropológico de Itinerários Urbanos, Memória Coletiva e Formas de Sociabilidade no Mundo Urbano Contemporâneo” (1997-2002), financiamento CNPq, junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação das Profas. Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha. Hoje atuo como pesquisador associado do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, núcleo de pesquisa integrado ao projeto referido.

que envolveu a realização do documentário “O Barco dos Sonhos”⁶, produzido entre 1998 e 2000.

Essas duas experiências me levaram a optar pelo mestrado em Antropologia Social, e pela Ilha Grande Marinheiros como universo de pesquisa, tendo como objeto a memória coletiva na forma das narrativas orais que fazem parte de um folclore local das ilhas. Teve início, com o ingresso no mestrado, a segunda fase da pesquisa, entre 2001 e 2002, quando assumi o lugar de pesquisador junto aos moradores da ilha e dei continuidade a pesquisa que, de certa forma, já havia iniciado nos trabalhos anteriores.

1.3.1. Pesquisa exploratória - a realização do “Ilha Assombrada: Realidades ou Ilusões?”



“Realidade ou Ilusões: Nós vamos acompanhar algumas histórias que vão arrepiar muita gente. Os relatos que nós vamos assistir a partir de agora são de moradoras que nos afirmam já terem visto aparições e assombrações, bruxas e lobisomens. E ainda mais: falam de tesouros que teriam sido enterrados, aqui mesmo, na Ilha Grande dos Marinheiros, e que muitos moradores já teriam encontrado muitos desses tesouros.

Você, aí em casa, acredita?”

Ricardo Braga - Documentário “Ilha Assombrada – Realidade ou Ilusões?”, 1999.

Esse depoimento, na verdade, uma fala bem ensaiada e repetida muitas vezes, é um texto que Ricardo, um menino de 18 anos (em 1999), compôs para introduzir o tema de um documentário⁷, produzido a partir de uma oficina de vídeo para adolescentes de

⁶ Documentário “O Barco dos Sonhos”, produção do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, direção Rafael Devos e Ana Luiza Carvalho da Rocha. 1998/2000.

⁷ Documentário “Ilha Assombrada: Realidade ou Ilusões?”, produção do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS – UFRGS, 1999/2000.

classe popular, moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, em Porto Alegre. Realizadas durante um ano de trabalho, as aulas dessa oficina de vídeo, e a produção do documentário são a forma como iniciei minha etnografia (como professor da oficina) entre os moradores da Ilha.

A oficina foi realizada entre maio de 1999 e janeiro de 2000. Participei da equipe de professores⁸, dando aulas de operação de equipamentos, pesquisa, construção de roteiros, gravação de imagens e entrevistas e edição. A turma, inicialmente composta por sete alunos, realizou um documentário em vídeo sobre histórias de assombrações, bruxas, lobisomens e outros “causos” fantásticos. Todo sábado nos reuníamos na pequena sala de aula de uma instituição de assistência social, onde haviam sido realizados cursos profissionalizantes. Estando sem atividades em 1999, a entidade convidou a mim e a alguns colegas da faculdade de Comunicação Social para “darmos” algumas aulas de “filmagem”. Felizmente, o projeto acabou tendo uma conotação muito diferente de uma simples capacitação para operação de câmeras, microfones e outros equipamentos, os quais, é claro, não eram muito presentes no cotidiano dos alunos.

Tendo o apoio do núcleo de pesquisa em antropologia da Universidade, no qual eu trabalhava (e ainda trabalho)⁹, a oficina teve orientação para a pesquisa da tradição oral e da memória coletiva das ilhas de Porto Alegre. Os alunos, entre 15 e 18 anos, tinham grandes expectativas de se iniciarem no universo da produção audiovisual, que para eles, era representada pelas reportagens, novelas, filmes e demais programas a que assistiam pela tv. Ensinar linguagem audiovisual, nesse contexto, foi criar uma proposta

⁸ Tratava-se de um projeto de graduação do curso de Comunicação Social/UFRGS, desenvolvido por mim e por mais dois colegas, tendo orientação e apoio do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Essa reflexão que trago aqui, portanto, é fruto da parceria com a antropóloga e orientadora da oficina Ana Luiza Carvalho da Rocha, com os hoje jornalistas Alfredo Barros e Sílvia Cavichioli durante o trabalho da oficina como parceiros na difícil tarefa de ser professor, e também da parceria com os alunos da oficina durante as nossas andanças pelo seu lugar que passou a ser um pouco mais familiar para os professores, e certamente mais estranho para eles. Uma primeira reflexão sobre essa oficina realizei em trabalho de conclusão de curso pela Faculdade de Comunicação da UFGRS (DEVOS, 2000)

⁹ Banco de Imagens e Efeitos Visuais – Laboratório de Antropologia Social – PPGAS – UFRGS.

em comum entre uma tendência à estética do cinema e, particularmente, do documentário etnográfico (privilegiando narrativas de informantes, cenas do cotidiano, alusão à presença e intenção do realizador em oposição à suposta impessoalidade jornalística, montagem mais elaborada, etc.) que, enquanto professores, poderíamos oferecer, e às diferentes estéticas que os alunos traziam ao se colocarem como repórteres, apresentadores, personagens de filmes de terror ou programas sensacionalistas.

A montagem final do documentário foi uma boa mistura de apresentações feitas pelos alunos (bancando repórteres), depoimentos de moradoras, sombrias imagens de beiras de rios, banhados, ruas à noite, e as encenações de perseguições, fugas, aparições e desenterramento de tesouros. Tal resultado só foi possível graças à intriga que tecia a pesquisa, a produção do vídeo e a formação dos alunos. Pelo olho da câmera, tanto professores, quanto alunos, se colocaram como narradores e como pesquisadores, e realizaram suas descobertas sobre a memória e a tradição oral da Ilha Grande dos Marinheiros. Descobertas realizadas a partir de lugares diferenciados certamente. Conhecemos um pouco da Ilha dos Marinheiros por duas vias: pelo estranhamento do olhar dos “professores”, iniciando-nos enquanto etnógrafos nas ilhas, e pelas descobertas que realizavam os alunos ao estranharem um lugar que, a princípio, lhes era tão familiar.

Sendo alguém “de fora” da ilha, meu estranhamento se manifestava na surpresa frente ao desconhecimento de tal diversidade cultural com relação à cidade de Porto Alegre. Na Ilha Grande dos Marinheiros tivemos a oportunidade de ouvir muitas histórias que “habitam” a paisagem de arroios, ilhas, rios, sacos assombrados e margens do Delta do Jacuí. Já tínhamos conhecimento dessas histórias pelas pesquisas realizadas

na região do Arquipélago, e por outros trabalhos acadêmicos¹⁰. A minha surpresa era perceber a presença de uma tradição oral tão rica, que eu acreditava associada à comunidade, tida como “tradicional”, de pescadores e barqueiros de origem açoriana da Ilha da Pintada, em um lugar como a Ilha Grande dos Marinheiros, que apresenta uma face mais próxima de uma vila de periferia urbana. Como as aulas eram realizadas em um local à beira da ponte que atravessa as ilhas, tudo o que conhecia, no início da oficina, sobre a Ilha Grande dos Marinheiros era a entrada da Ilha, a vila que ficava próxima à ponte, cuja presença do trabalho com lixo reciclável em galpões, pátios e nos transportes de carroças, caminhões, charretes e carrinhos era marcante.

Era uma surpresa constatada também nos comentários dos alunos. O “Ilha Assombrada: Realidade ou Ilusões” não era o primeiro documentário a ser realizado no local. A Ilha Grande dos Marinheiros é conhecida, internacionalmente, através das imagens do premiado curta-metragem “Ilha das Flores”, filme feito em 1985. “Ilha das Flores”¹¹ mostra o trajeto de um tomate, desde a sua produção, passando pelo supermercado, pela casa de uma família de classe média, chegando à famigerada Ilha das Flores (na verdade, filmado na Ilha dos Marinheiros), onde o que sobrou do tomate é jogado em meio ao lixo como comida para os porcos, e o que sobrou da refeição dos porcos é dado como refeição a “seres humanos” moradores da ilha. A retórica do filme ironiza a estética de documentários educativos feitos para a televisão, contrastando uma voz, aparentemente, neutra e objetiva que dá definições para cada signo apresentado na narrativa (um tomate, um ser humano, o dinheiro, o lixo) com imagens que compõem uma realidade absurda na cadeia de produção que vai do alimento ao lixo. Ainda que o filme faça uma desconstrução da própria pretensão de “testemunho da realidade” de um

¹⁰ Destaco o trabalho já citado de Suzana Araújo “Bruxas e Bruxarias na Ilha da Pintada” (ARAÚJO, 1998).

¹¹ “Ilha das Flores”, filme curta-metragem em 35mm, produção da Casa de Cinema de Porto Alegre, direção de Jorge Furtado e Zé Pedro Goulart, 1985.

documentário, se tornou uma referência, com bastante repercussão, sobre o “problema das ilhas” ou, pelo menos, na memória coletiva local, como o emblema de uma face negativa e estigmatizada da comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros. Esta era uma face evitada pelos alunos, na hora de apontar a câmera, fazer o foco, escolher o local de gravação. O lixo e as práticas ligadas a ele.

Trata-se de uma tensão presente à proposta da oficina em realizar um documentário sobre “alguma coisa na ilha”. Na primeira aula, ao propormos o tema das narrativas sobre “causos” de assombração, lobisomens, bruxas, os alunos na hora responderam com algumas estórias das quais lembravam, contadas pela mãe, pela avó, por eles mesmos. As narrativas fantásticas foram sugeridas por serem um tema que implicaria um tom exploratório para a oficina. Os alunos aprovaram a idéia e partiram para o trabalho de “detetive”. A segunda aula foi a apresentação da pesquisa que cada aluno realizou com sua rede de amigos, parentes, vizinhos. Houve um tom de deboche com as estórias sobre noivas de branco, ruídos estranhos, assombrações e bruxas. Mas, ao mesmo tempo, ficaram espantados com a quantidade de “causos” que se apresentavam na Ilha. Um dos alunos, Ricardo, fez uma reportagem relatando a quantidade de estórias que lhe contaram, muitas contadas por sua avó. O número de narrativas levantadas, as estórias semelhantes, contadas por diferentes pessoas, os locais que eram referências nos relatos e os narradores apontados como os que teriam “coisa pra contar” causaram surpresa aos alunos que, aparentemente, desconheciam a dimensão dessa tradição oral na ilha onde moravam. Desse momento em diante, elaboramos um roteiro de gravações a serem realizadas, incluindo pessoas a serem entrevistadas e locais para gravação de paisagens “assombradas” da ilha.

Entre uma entrevista e outra, fizemos gravações exploratórias em locais escolhidos pelos alunos, de acordo com a paisagem que era referida nas narrativas.

Gravando o som e a imagem dos “taquarais” balançando com o vento termos como “zoom”, “foco”, começavam a serem escutados, assim como “mais de baixo”, “caminhando”, “mais escuro”, “mais lento”. Os alunos iam sugerindo planos a serem captados e, o mais importante, como seriam captados. Imagens “assustadoras” não podiam ser retratadas por qualquer imagem da Ilha dos Marinheiros. Mas a escolha dos locais também era importante, pois era justamente à paisagem da ilha, aos cenários, que muitas assombrações estavam associadas. Na beira do rio, gravaram o sol refletido na água, a água dourada batendo nos aguapés e na areia da margem, sons de pássaros, ruídos de insetos, de folhas pisadas. Em uma casa abandonada, gravamos a porta aberta, o interior escuro da casa, com móveis abandonados. Já tínhamos uma estória para contar.

Entrevistamos três moradoras antigas, todas com idade um pouco acima ou abaixo dos 70 anos: Dona Laci, que nasceu na região do Delta do Jacuí, em Morretes, e viveu quase a vida toda pela região; Dona Juventina, avó de um dos alunos, que não é nascida nas ilhas mas teve filhos, netos e bisnetos nascidos na Ilha Grande dos Marinheiros e Dona Maria, que morou 14 anos na Ilha dos Marinheiros e mudou-se para a Ilha das Flores, que segue logo após a travessia da terceira ponte que liga o Arquipélago e Porto Alegre ao sul do Estado. As três informantes relataram suas lembranças, sonhos com tesouros enterrados, visões de aparições à beira d’água, encontros com lobisomens, morte de filhos por embruxamento, em conjunto com as suas trajetórias de vida. O fenômeno da narrativa oral, novamente (como nas entrevistas com o barqueiro da Ilha da Pintada) era observado. A performance das narradoras envolvia gestos precisos, olhares profundos, tom de voz alterado, e trazia à tona um sistema de crenças populares e um repertório de representações e imagens de um folclore popular riquíssimo.

Na primeira entrevista, Dona Laci contou-nos sua história de vida, como foi parar na Ilha dos Marinheiros e como era a Ilha antigamente. As primeiras histórias fantásticas foram contadas por Dona Laci, sobre tesouros que antigos estancieiros teriam enterrado na Ilha, sobre assombrações e aparições, enquanto eu podia perceber nos alunos não tanto o interesse pela história, mas pela situação de gravação em si. Cuidavam da operação do microfone, da câmera, da luz com o rebatedor, preocupados em desempenhar, cada um, a função pela qual tinham ficado responsáveis. Na aula seguinte, ao assistirmos a entrevista, a atenção dos alunos à narrativa de Dona Laci foi muito maior. Comentavam, escolhiam trechos, reclamavam que era preciso “tirar” algumas partes. E no decorrer das demais entrevistas, passaram a perguntar, comparar histórias, ouvir, participar, enfim, sem perder de vista a gravação. Apresento e interpreto, nas partes II e III do trabalho, algumas narrativas bem como o contexto da situação de entrevista em que foram gravadas essas histórias. Antes de tal análise, quanto ao contexto da oficina, é importante destacar que na medida em que se mergulhava mais nas narrativas, durante as entrevistas, ou após, assistindo a fita, mais os alunos da oficina tinham domínio da narrativa audiovisual que estávamos compondo.

Há algo em comum entre os diferentes narradores do vídeo. Podemos dizer que nós (alunos e professores) aprendemos, com a tradição oral, a ser um pouco mais narradores. Assim como Dona Maria, Dona Juventina e Dona Laci articulavam tempo e narrativa na sua fala, fizemos o mesmo com o documentário. Paul Ricoeur¹², em “Tempo e Narrativa”, fala de uma inteligência narrativa que acomoda e expressa o tempo através do círculo hermenêutico da tríplice mimese. A primeira mimese é a “pré-compreensão do mundo e da ação”. As moradoras sabiam que histórias são boas para serem contadas, quais experiências vividas dão uma boa história. Se sabem isso, é

¹² RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

porque a percepção, a acomodação e a interpretação da experiência vivida se dá pelo processo de simbolização. A segunda mimese é a tessitura da intriga, o ordenamento lógico e dramático dos acontecimentos, simbolicamente, a fim de assustar o ouvinte, prender sua atenção, mexer com sua imaginação. Implica ordenar e modelar cada ação que é contada. Por fim, a terceira mimese fala do diálogo com o ouvinte, com o leitor. Mimese I e II se dão em função de mimese III. Há uma tradição de contar histórias, um jeito de contar que permite que o ouvinte acompanhe e valorize o que o narrador está contando, e permite inclusive que o ouvinte possa se transformar em novo narrador.

Antes de entrar nos desdobramentos dessa “inteligência narrativa”, destaco apenas que esse aprendizado, durante a oficina, ocorreu com a análise das entrevistas e das imagens gravadas, e com a estruturação de um roteiro para montagem do documentário. Articular, em início meio e fim, as narrativas de cada moradora e as imagens gravadas possibilitava, aos alunos, terem um domínio maior da intenção narrativa de cada imagem que ainda precisava ser gravada. Desenhamos os planos a serem rodados, as cenas de desenterro de tesouros, transformação do lobisomem, sombras noturnas, passos de vultos brancos, corridas pelo mato, perseguições, detalhando o que seria gravado, pensando o ângulo da câmera, a duração do plano, os movimentos, o enquadramento, os objetos de cena necessários. Deste processo em diante, as histórias que as entrevistadas narraram passavam a ser contadas e recontadas entre professores e alunos.

A medida em que se trabalhava o roteiro do documentário, a arte, a performance das narradoras surtia efeito nos alunos (e nos professores). Perceber a “arte de dizer” do narrador, a habilidade em fazer ver, aludir a imagens, paisagens, atmosferas e personagens imaginários ajudava a equipe a expressar semelhantes imagens na linguagem cinematográfica.



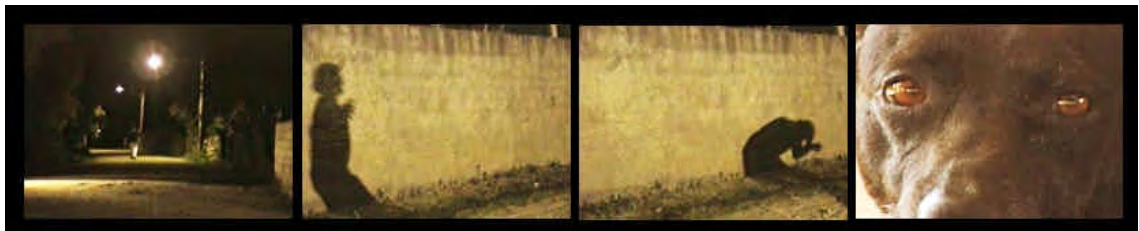
“Vozes. Vultos. Ruídos estranhos. Os fantasmas da Ilha dos Marinheiros estão à solta. Agora, neste momento, podem estar aqui, no meio de nós. Ou aí. Tem certeza de que não tem ninguém atrás de você?”
Jairo Botelho – “Ilha Assombrada: Realidade ou Ilusões?”(1999)

Toda a tradição de filmes de terror, que os alunos já haviam assistido, além de outros discursos visuais como programas de telejornalismo sensacionalista deram o tom assustador dessas reconstituições. A banalidade de certas reconstituições televisivas foi evitada, na medida em que havia uma correspondência entre a paisagem (natural e humana) e a ambiência estética dos espaços onde se davam as aparições e assombrações. As imagens não ilustravam os depoimentos, narravam também, através da imagem em movimento, suas estórias.

Clifford Geertz (1978), na via de uma antropologia interpretativa, pensa a cultura enquanto “teia de significados”, e o antropólogo, enquanto alguém que “lê” a cultura do outro a partir da leitura do outro sobre sua própria cultura. Não temos acesso à cultura, ao universo simbólico de um grupo em si, mas às interpretações dos sujeitos sobre a maneira como vivenciam e fazem sua própria cultura. Assim, as moradoras da Ilha Grande dos Marinheiros, nas entrevistas, dirigiam um olhar para sua própria trajetória no tempo, estetizando-o a partir da memória, seguindo uma tradição oral, o ato de narrar e lembrar estórias que ouviram, que narraram, que viveram. A equipe de gravação também pode ser tomada como um narrador, estetizando na linguagem audiovisual essas narrativas e o processo de pesquisa, de escuta, de dramatização das

mesmas nas imagens dos muitos cenários que acabaram compondo a paisagem no vídeo.

Para os alunos, já era mais importante do que escolher o que gravar, pensar como gravar. A seqüência da transformação do lobisomem deixa isso bem claro. Como filmar um lobisomem? A sugestão de Jairo, que de início virou piada, acabou dando a idéia: gravar um cachorro, dos bem feios. Foi assim que surgiu a montagem do vulto humano andando na rua, cuja sombra se retorce em muro até se encolher no chão. Em seguida, os olhos e o focinho de um cão, em primeiríssimo plano, mostravam a tragédia de nosso personagem. A instabilidade da câmera e a iluminação noturna contribuíram para o ritmo da montagem. Ao assistir à transformação, Maria, que contou a história mais assustadora de lobisomem, confirmou, com um sorriso surpreso e satisfeito, o efeito da cena.



É claro que essa oficina teve muitas limitações e implicações éticas, como toda entrada em campo. A proposta, que iniciou com algumas gravações aos sábados e acabou tomando, durante quase um ano, boa parte dos momentos de lazer desses alunos que, em seu cotidiano de adolescentes de classe popular, tinham de lidar com as outras ocupações que lhes tomavam o tempo livre (cuidar dos irmãos, ajudar com o serviço doméstico, dificuldades com a escola, entrada no mercado de trabalho). Dos sete alunos, apenas três foram até o momento final da oficina. Os outros quatro participaram mais

intensamente das gravações do que da trabalhosa finalização do documentário. Na exibição do documentário, na Escola Alvarenga Peixoto, contando com a presença de mães, vizinhos, professores, amigos e das três informantes, eu via que a valorização do trabalho recompensava mais esses alunos do que as incertezas que certamente continuaram a ter quanto à sua formação profissional e ao seu futuro, já que realmente aprenderam a realizar um documentário, mas isso não os fez documentaristas, pois os meios de produção de tal atividade não são acessíveis à sua condição econômica. Poucos tinham até mesmo um videocassete para assistir à fita que cada um ganhou como resultado do esforço. Mas se a mudança profissional era incerta, outras mudanças eram percebidas: estavam mais confiantes na sua capacidade de superar desafios.

A proposta de fazer os alunos voltarem-se para sua comunidade, para encontrar uma história para contar, fez com que questões de identidade e pertencimento à tal comunidade fossem tocadas. Acostumados a enfrentar diariamente o estigma que assombra as camadas populares dos grandes centros urbanos, passaram, então, a questionar-se sobre riquezas culturais pertencentes ao seu território de origem. O olhar dos alunos, sobre os universos simbólicos desvendados apontava para um novo olhar sobre si próprios.

Nesse relato sobre a oficina, é possível perceber que, se eu descobria esse universo a partir do lugar de professor, minha atenção e minhas indagações estavam voltadas muito mais para os alunos do que para as informantes. Desde as questões práticas (como levar meu videocassete no ônibus, já que não havia outro aparelho disponível) até as questões didáticas e os cuidados éticos em campo, eram todas voltadas para a minha relação com esses adolescentes. Eram as descobertas, aprendizados, dificuldades dos alunos em relação ao tema do documentário que se somavam às primeiras impressões que eu mesmo construía sobre o tema das narrativas e

da memória na Ilha Grande dos Marinheiros. Poder analisar, hoje, esse material, a partir do que a pesquisa de campo pôde acrescentar, significou perceber muitas outras questões que não se faziam presentes no momento das gravações.

De qualquer forma, essa experiência marcou minha entrada na relação com os moradores da Ilha. Mesmo não sendo mais o “professor” de vídeo, continuo sendo visto por muitos como alguém que “faz filmagem”. Os alunos, alguns se tornaram amigos, e até informantes importantes. Outros ficaram apenas como conhecidos. Alguns chegaram até a se aventurar pelo mercado de trabalho de produção de vídeo, segundo as últimas notícias. Muitas vezes me perguntaram se não voltaria a fazer outro “Ilha Assombrada” com eles. Por vezes respondo que gostaria, outras vezes, silêncio. Mas não prometo nada. Se na época eu soubesse o pouco que sei hoje sobre as tensões políticas e contradições presentes à situação desses moradores, talvez fizesse uma oficina completamente diferente. Talvez não a fizesse mais.



“Ilha Assombrada: Realidade ou Ilusões?”
Oficina de vídeo da Ilha Grande dos Marinheiros, 1999

1.3.2. A pesquisa etnográfica – em busca dos “antigos”

A minha volta à ilha para realizar a pesquisa etnográfica para elaboração da dissertação coincidiu com a exibição do referido documentário “Ilha Assombrada” na Televisão Educativa do Estado que, para minha surpresa, foi assistido por muitas pessoas na ilha, apesar da pouca divulgação. Ao dar entrevista sobre o documentário, exibida junto com o vídeo, ignorava que ele seria exibido não apenas uma vez durante o mês de março, mas seria repetida a sua exibição muitas vezes durante o ano, para a minha sorte e o meu azar. Ao conversar com alguém sobre a pesquisa, na Ilha, não era necessário me apresentar: eu era “o cara do filme de assombração”, ou o “ex-professor dos gurus”. Fato que me ajudava a introduzir o assunto da pesquisa, mas dificultava a explicação sobre o objetivo do trabalho que, dessa vez, não era um filme, mas um texto escrito.

Inicialmente, o objetivo foi o de ampliar a rede de informantes, partindo das três mulheres entrevistadas no vídeo, e realizar observação participante junto a outros momentos da vida cotidiana na Ilha, para além das narrativas orais. Novamente a exibição do vídeo na televisão era o ponto de partida de muitas conversas. Apresento duas interações com moradores locais, em espaços públicos, para mostrar o início dessa outra fase da pesquisa.

Em um final de tarde, quando voltava da casa de uma informante, passei no Bar do Eroni, ponto de referência da Ilha, para conversar com o dono. “Dizem” que seus pais teriam achado um tesouro atrás da casa. Eroni não me deu muita conversa, afinal, estava atendendo no balcão. Acabei ficando por ali e participando da sociabilidade do bar.

- Tenho um século de ilha e nunca vi nada por aqui. Tu já viu alguma coisa?
Era o comentário de um dos clientes, o Alemão. Alemão é pescador, tem a barba grande, espessa e ruiva, o cabelo ralo, a pele clara. Gesticulava muito, ia do balcão do bar até a parede onde estava um conhecido, tocava no ombro, sacudia os braços, falava, voltava ao balcão, tomava um gole de cerveja. Falava das histórias de terror, do vídeo “Ilha Assombrada”¹³ que tinha passado na TV.

- A magrinha aquela falou, a mulher do Braga e a véinha aquela de cabelo vermelho. Tudo mentira. Tudo história. Nunca vi nada.

- Eu já vi - dizia o Eroni, o dono do bar.

- Assombração.

- No espelho.

Pedro, sentado no saco de milho, toma um gole de bebida, olha pro Alemão. Pedro leva capim para vender para a brigada militar, para donos de carroça, uma antiga profissão da ilha. Quieto, só abria a boca para largar uma piada. Dava uma piscada de olho e ficava quietinho de novo.

- Eu também vi. Era Pedro entrando na conversa.

- Assombro.

- A tua irmã pelada. - E pisca o olho.

E o Alemão continua.

- Aqueles lá nem da ilha não são. Nem nascido aqui são.

Até que eu resolvo perguntar: - E quem é que sabe as história da ilha?

O Alemão me olha: - Ué, tem que falar é com os antigos, aqui, que sabem tudo como é que era esse negócio antes. Né Eroni?

Me entrego: - Fui eu que fiz o filme, esse.

O alemão sacode os ombros, óbvio que ele sabia quem eu era.

- Eu tenho que te entrevistar então?

O Alemão, nesse dia, falou do pai que tinha morrido recentemente, pescador, como ele. “Aquele sim...” dizia o Alemão. E apesar de aprender um pouco sobre a sociabilidade masculina naquele bar, onde acabei ficando e conhecendo os personagens referidos e alguns outros que se juntaram à conversa, começava a descobrir uma categoria interna, os “antigos”, diferença estabelecida pelos próprios moradores, entre quem era “da ilha”, nascido no local, ou filho de uma família antiga, como a do Eroni e do Alemão, e as pessoas que vieram “de fora”, não importando que vivessem há mais de 30 ou 40 anos por ali. Os “antigos” não são apenas testemunhas de um passado da

¹³ Documentário “Ilha Assombrada: Realidade ou Ilusões”, 1999.

ilha, são igualmente pessoas que conhecem e sabem narrar as estórias da ilha. Entre as três informantes do vídeo, Dona Laci, era reconhecida como “antiga”. As outras “não eram dali”, segundo o Alemão.

Da mesma forma, quando conheci o pessoal do Galpão de Reciclagem (Associação dos Catadores de Materiais de Porto Alegre), a mesma categoria aparecia na interação. Um dia, uma trabalhadora do galpão me confundiu com outra pessoa, me perguntando se eu “trabalhava com filmagem”: “Tu que fez aquele ilha assombrada?” “Eu mesmo”. Pergunta se eu era da equipe de filmagem que tinha combinado com o pessoal do galpão a “filmagem” de uma santa, Nossa Senhora Aparecida, achada no lixo. “De mentirinha”, diz ela. Aproveito a deixa para ir com ela até o galpão. Dentro do galpão, a mulher que me abordou na rua me apresenta aos colegas, entre eles, o marido com quem divide a sua cota de trabalho. Hora do lanche, comiam uma torta doce que ganharam no Clube de Mães. Sou apresentado como o “cara que fez o Ilha Assombrada”. “Me dá a colher que eu vou assombrar essa torta”, brinca um trabalhador do galpão. “Vivi toda vida aqui e nunca vi assombração”, diz ele. Mas logo a sua esposa aciona a categoria dos “antigos”: “São os antigos que enxergam. Eu não vi, mas acredito”.

Nessas duas interações, e em outras tantas, eu percebia a autoridade dos “antigos” em deter um saber exclusivo, não apenas a memória de como era a Ilha antigamente, mas a sua forma de transmissão. Por outro lado, ficava intrigado em ver como Dona Maria, que foi entrevistada no “Ilha Assombrada”, não era reconhecida como narradora, apesar de sua habilidade em narrar e de seu conhecimento dos “causos”. Havia aí um indício de que não bastava o narrador ser hábil e competente. A sua autoridade, o reconhecimento dos tantos “ouvintes” moradores da Ilha parecia

associada a um pertencimento do próprio narrador à paisagem da Ilha presente às imagens dessas estórias.

Segundo Walter Benjamin (1994), o narrador extrai sua autoridade de um conhecimento de fatos distantes no espaço, como um viajante, ou distantes no tempo, quando o narrador viveu a vida toda no mesmo lugar. Ao narrar, começa narrando as circunstâncias em que tomou conhecimento da estória que irá contar, ou, simplesmente, a narra como experiência pessoal. Quando seguia a pista dos “antigos”, sabia, então, que seu reconhecimento partia da posição que ocupavam na trajetória do grupo, como personagens e como porta-vozes da memória local. Nesse sentido, conheci narradores, como Dona Maria, que mesmo não tendo a mesma autoridade dos “antigos”, tinham o reconhecimento dos familiares e, como veremos, um reconhecimento ligado à posição social que ocupam na comunidade (Dona Maria era benzedeira). Conheci outros que tinham autoridade como “antigos”, como pescadores, donos de armazéns, que conheciam muitos dos fatos relacionados à memória do grupo e, no entanto, não tinham a mesma habilidade para narrá-los que pessoas como Dona Maria, ou Seu Adão, o grande narrador que descobri na Ilha Grande dos Marinheiros.

Ao iniciar a pesquisa, resolvi retomar o contato com as moradoras que haviam participado do “Ilha Assombrada”. Tentei o contato com Dona Juventina, a avó de um dos alunos da oficina, mas depois de algumas tentativas, sem sucesso, percebi que Dona Juventina demonstrava uma resistência em ser tomada como uma moradora entre os “antigos”, como muitas pessoas haviam comentado que ela “não era dali”, mesmo que seus filhos, netos e bisnetos já fossem “dali”. Dona Maria, com quem conversei durante a pesquisa etnográfica, também não se colocava como “antiga”, apesar de ser uma grande contadora de estórias, como confirmavam seus netos, a nossa volta, quando eu ia à sua casa. Finalmente, Dona Laci, a terceira entrevistada no “Ilha Assombrada” se

tornou uma grande informante, ao me “adotar” como seu “neto”, já que ela é tida como a “vozinha” de todo mundo entre os seus vizinhos, amigos, parentes e conhecidos. Dona Laci e sua família receberam-me inúmeras vezes em sua casa, e as situações em que contavam e recontavam suas lembranças foram tantas, que uma amizade se criou entre a minha curiosidade “pela Ilha” como eles diziam, e o prazer que tinham em contar suas memórias. Enquanto Dona Laci contava sua história de vida, dos seus 78 anos, seu filho, Juca, hoje com aproximadamente 40 anos, contava suas lembranças de infância e adolescência. Ainda um neto de Dona Laci se juntava, em alguns momentos, esse da minha idade, entre os 25 anos, contando também suas lembranças.

Foi na casa de Dona Laci que outros narradores foram indicados, o pescador e pastor na igreja que ela frequenta (Assembléia de Deus), Seu Cláudio. A “crente” que cuida da igreja, irmã Geni. O dono de um armazém mais para “cima”, o Adão do Charuto. Conversando com essas pessoas, outros “antigos” foram indicados, mas a referência, entre todos estes, eram três irmãos, que moravam afastados da vila, na “ponta da Ilha”.

Seu Adão, Seu Jorge, e Dona Eva reuniam todas as características necessárias para serem os grandes narradores da Ilha. Sua família vivia, há pelo menos três gerações, na região. Os irmãos moravam na antiga propriedade dos pais, no extremo norte da Ilha Grande dos Marinheiros, em um lugar de difícil acesso. E, como acabei descobrindo, a habilidade de Seu Adão como narrador estava ligada a uma sociabilidade que a família costumava ter, em contar histórias entre parentes e visitas, em uma roda de chimarrão em que a avó ensinara muitas histórias do tempo “dos antigos”. Seu Adão seguiu a tradição, mas agora, sem muita gente que “prestasse atenção” nas suas “bobagens”, como ele brincava.

Conheci primeiramente Nica, filha adotiva de Seu Adão, que havia sido “quase nora” de Dona Laci. Mais uma vez, ouvia a referência aos irmãos: eu tinha que “filmar” os três juntos. Nesse meio tempo, a irmã, Dona Eva, havia se mudado da ilha, para morar com uma filha, onde teria mais acesso a cuidados médicos, como disseram. Não cheguei a conhecer Eva. Sobraram Seu Adão e Seu Jorge. Conheci Seu Jorge e sua mulher, depois, Seu Adão. Enquanto Seu Jorge não se colocava como um narrador, reconhecia que o irmão “não tinha jeito”. Seu Adão, desde o primeiro encontro, assumia a performance de narrador, conversava contando histórias, causos. Os netos costumavam se chegar para ouvir as suas histórias. A cada pergunta que eu fazia, por mais simples que fosse, Seu Adão dava uma pausa, dizia, “Olha, vou lhe contar. Teve uma vez que...” Combinei várias vezes uma gravação em vídeo, que era esperada por ele e pelos netos. Mas as condições da estrada não facilitavam o acesso à sua casa. Conheci Seu Adão e Seu Jorge no verão de 2002. Com o inverno e a primavera, a cheia do rio impossibilitava a passagem de carro pela estrada. Cheguei a ir a pé até sua casa, mas de carro tive uma empreitada frustrada, quando nem de caminhonete, levando equipamentos de gravação, foi possível passar pela estrada que tinha virado rio. Seu Jorge, como a irmã, também já estava fora da ilha, para trabalhar um tempo numa chácara. Sobrou Seu Adão.

Depois do feriado de finados, enfim a água começava a baixar, mas eu já não podia mais esperar. Aproveitei a primeira semana de sol, e combinei com Seu Cláudio, para ele me levar de barco, junto com uma equipe de gravação. No fim, acabei indo sozinho. Seu Cláudio me deu a “carona”, e graças a essa gentileza, conseguir chegar cedo para aproveitar o dia todo para ouvir histórias. Seu Adão me recebeu alegre, apesar de um pouco gripado, e um pouco chateado por eu não conseguir trazer o “meu pessoal”. Câmera na mão, olho no olho de Seu Adão, gravei mais de quatro horas de

estórias, em que ele assumia contente o personagem perante à esperada gravação. Enfatizava o plural, eram estórias que ele queria contar “pra vocês”. Por vezes, via que buscava, com os olhos, mais algum ouvinte, quando estávamos a sós, demonstrando como estava habituado a contar suas estórias para uma platéia, e não para uma pessoa só (e ainda com uma câmera na mão) as suas estórias. Mas isso não significava que a performance de Seu Adão fosse perder alguma força. Foram momentos incríveis, de troca, entre a escuta, a estória, as risadas, que espero conseguir “traduzir” um pouco no presente trabalho.

Delimitei a pesquisa entre estes narradores, mesmo sabendo que havia outros. De certa forma, cada narrador estava ligado a um público. E entre estes que escolhi, foi claramente a família de Dona Iaci que me possibilitou um recorte, confirmado por outras conversas com o pessoal da Ilha. Tenho a percepção de que muitas estórias da Ilha ficaram de fora do material que pude reunir, mas o objetivo não era mesmo contar a “História da Ilha”, como às vezes as pessoas achavam que era o meu trabalho. Meu objetivo era muito mais entender como alguns desses “antigos”, a partir de diferentes lugares, interpretavam as transformações ocorridas na paisagem da Ilha, a partir de sua própria experiência, e como isso se relacionava com a “arte de dizer” do narrador. Tenho consciência de que muitas questões relacionadas à trajetória do grupo ficarão desconhecidas, ou tratadas superficialmente. Ao privilegiar os “antigos”, conheci pouco das nuances que permeiam a vida comunitária na vila de trabalhadores que ganham a vida com a catação e a separação do lixo. Conheci alguns, mas suas trajetórias, seu cotidiano, e todo um saber-fazer que consiste no trabalho com o lixo não teve destaque nesta pesquisa, apesar de ficar fascinado, em muitos momentos, com a contraditória história de um “lixão” que se tornou reserva ambiental em Porto Alegre, e com as conseqüências para a população que trabalhava, e ainda trabalha com o lixo, que foi

morar nas ilhas após a construção da ponte, e hoje é parte das famílias de “nativos” da Ilha Grande dos Marinheiros.

O uso de recursos visuais e audiovisuais (fotografia e vídeo) facilitou o trabalho, nesse sentido, permitindo estabelecer uma relação com os sujeitos na forma de troca, a partir das interações surgidas na produção das imagens e na devolução das mesmas. Enquanto a fotografia foi uma importante forma alternativa de coleta de dados (Guran, 1997), possibilitando a aproximação para observação de algumas questões cotidianas (como as enchentes, as relações com a casa, o trabalho da pesca), as gravações em vídeo valorizaram uma sociabilidade já não tão praticada entre os moradores da Ilha, a prática de contar histórias. Certamente se recriava essa situação, que ocorria na forma de troca, em momentos de lazer, para uma situação de entrevista, em que o narrador se dirigia a um outro público que não o pessoal da Ilha, tanto na forma dos “professores”, quanto na forma de espectadores que iriam assistir ao vídeo. Mas novamente, à equipe de gravação, tanto na oficina como depois, se juntavam outros ouvintes, netos, parentes, que participavam desses momentos. Nessa situação de performance, a situação de gravação se tornava uma forma de “evento narrativo” (Zumthor 2001 e Lagdon, 1999) ao estabelecer a interação entre sujeito narrador e seus ouvintes.

Assim, a técnica de entrevista, negociada, não-diretiva (Thiollent, 1980), em direção ao “tempo vivido pensado” (Eckert, 1996) consistiu numa das principais técnicas etnográficas desta pesquisa. As narrativas biográficas dos sujeitos, que diziam respeito a suas trajetórias sociais (Bourdieu, 1996), eram entrecruzadas entre as narrativas em tom de lenda, ou conto, que remetem a um repertório coletivo compartilhado por essa “comunidade narrativa” (Lagdon, 1999). As narrativas diziam respeito, igualmente, aos “quadros sociais” da memória do grupo, os quais possuíam, na figura desses “antigos” narradores alguns de seus grandes porta-vozes.

O uso do vídeo possibilitou também a análise detalhada das narrativas e do gestual do narrador no evento narrativo, já que a utilização da imagem na pesquisa se insere em uma preocupação de “fixação da narrativa oral” (Langdon, 1999), ou seja, na preocupação de traduzir literariamente, ou poeticamente (Langdon, 1999), e não literalmente as narrativas. Significa que a descrição do contexto da narrativa, dos gestos de ouvintes e narradores, das expressões, pode ser enriquecida pelo uso da imagem em vídeo e fotografia. Para tal, é necessária uma intenção narrativa por parte do próprio antropólogo, na produção e edição de tais imagens com o objetivo de reconfigurar, nessas linguagens visuais (assim como na linguagem escrita) aspectos estéticos observados nas performances, que também contam a estória.

É importante ressaltar, também, que minha inserção como pesquisador se completou, para além das gravações e momentos em que fotografava, nas muitas conversas informais, interações em que a única forma de registro utilizada foi o diário de campo. Foram momentos em que lacunas, nas biografias narradas por essas pessoas, puderam ser preenchidas, em que narrativas foram recontadas, em que práticas cotidianas desses moradores foram observadas, entre as suas dificuldades cotidianas e as criativas táticas que acionam. E foram também momentos que permitiram perceber, não só o lugar que tais narradores escolhidos ocupavam na comunidade, como tive conhecimento de informações valiosas que puderam ser acrescentadas ao conjunto de narrativas, que diziam respeito às tensões políticas quanto à permanência dos moradores no solo da Ilha frente à questão de implementação da reserva ambiental que existe, há 30 anos, legalmente, mas que, na prática, ainda é uma questão muito confusa.

Destaco que, em nenhum momento residi na Ilha, e mesmo que residisse, seria sempre tratado como alguém “de fora da ilha”. Minha pesquisa foi marcada e limitada pelo movimento de deslocamento, de travessia, de entradas e saídas do continente para

o universo insular. Meu “campo” começava no ônibus que cruza a ponte, ou no próprio trajeto de cruzar as águas, de carro, a pé, de bicicleta, como muitas vezes fiz. Como tratarei a seguir, identificar as fronteiras simbólicas entre os diferentes moradores da Ilha e os tantos agentes, técnicos e pesquisadores que batem à sua porta, ou os encontram nas ruas não significa atravessar essas fronteiras. Apresentarei algumas “alegorias etnográficas” (Clifford, 1998), momentos vividos em campo e conceituados na escrita, que delimitam tênues linhas dessas oposições que se esboçam nesses encontros. Elas são outras, certamente, para quem atua em associações locais ou representa instituições, mas configuram posições diferentes no jogo político pela disputa da configuração do espaço urbano, dramatizado no solo da Ilha, entre uma vila de “ocupação irregular” e uma reserva ambiental que pretende restringir a presença humana neste espaço que, como veremos, é habitado por muitas camadas de tempo que dão nome e significado à essas ilhas.

1.4. “o que é da água, ela quer”







Um cenário diluviano. Casas de madeira tomadas pela água, muito lixo boiando, animais acuados no que restou de terreno seco, ruas ocupadas por barcos improvisados ou por verdadeiras embarcações. Desabrigados, pessoas que perderam tudo acampadas no terreno elevado sob a ponte que liga as ilhas ao centro de Porto Alegre. Famílias refugiadas na Escola Alvarenga Peixoto, em terreno mais seco, na Ilha. Durante a enchente de setembro de 2001, no primeiro dia de sol após uma semana de enxurrada, era possível ver um cotidiano que retomava, aos poucos, os seus ritmos. Câmera fotográfica em punho, parti para o registro de imagens daquele cenário atípico, repetindo o gesto que os fotógrafos de jornais e câmeras de televisão vinham fazendo durante aquela semana, porém com o olhar voltado menos para a tragédia e mais para as soluções encontradas pelos moradores para retomarem lentamente a rotina com o que sobrou da fúria das águas.

A rua Nossa Senhora Aparecida, que atravessa a Ilha, é uma longa e estreita estrada de chão, com casinhas de madeira, armazéns e galpões dos dois lados no seu primeiro trecho após a ponte. Nesse dia, a margem do rio, que costumava ficar como “quintal” de uma das faixas de casas, não era visível à primeira vista. A rua estava repleta de água. Pessoas a pé, carroças e um jipe da Prefeitura cruzavam as águas. Crianças brincavam com a água pelos joelhos. Pediam para fotografá-las, fazendo pose. Uma senhora comentava que tinham feito a brincadeira o dia todo, com os fotógrafos do jornal. Duas mulheres, lavando roupa com água do rio, no pátio alagado. Também pedem o registro, chamam o foco da lente, brincam comigo. As casas menos atingidas, mantidas por volta de um metro acima do chão sobre pilares, e igualmente as casas mais baixas, que sobraram em pé, tinham as janelas abertas, com roupas penduradas para secar. Porém, as mais simples, os barracos feitos de madeira, papelão e zinco, com os objetos reunidos em cantos secos e as portas e janelas abertas “para secar”, aguardavam a volta dos moradores. Faço uma foto de um menino caminhando com os pés submersos na água. Ao longe, na rua, uma mulher vem em minha direção. Percebo que a fotografei no fundo na cena. Põe as mãos na cintura, reparando na câmera e em minhas pernas

dentro da água. Pergunta: “essas fotos aí são pra ajudar ou pra atrapalhar?”. Devolvo a pergunta: “E como é que foto atrapalha?” Ela se surpreende, mas não se intimida: “Ué, vocês fazem essas fotos depois ficam dizendo que a gente bebe essa água, que come lixo, que nem naquele filme, o Ilha das Flores, já viu?”¹⁴

O diálogo, reconstituído no diário de campo, evidencia mais do que as tensões entre os moradores e a imprensa, ou entre a referida moradora, na frente da lente, e o pesquisador por detrás desta. Esse diálogo tem como pano de fundo as muitas tensões presentes às próprias condições de vida dos moradores que são dramatizadas, trazidas à tona, com a subida das águas, pelas muitas contradições ligadas à presença dessa população em um território que é uma reserva ambiental e um bairro, com jeito de periferia de um grande centro urbano. Reserva ou bairro, durante a enchente, fica evidente que se trata de um território que é uma ilha, “rodeada de água por todos os lados”, seu significado mais direto. Trata-se de uma insularidade geográfica que irá se desdobrar, particularmente durante as enchentes, em muitas outras “ilheidades” na Ilha Grande dos Marinheiros.

O conceito de “ilheidade” é proposto por Abraham Molles e Elisabeth Rohmer (1982), a partir de uma fenomenologia do espaço. Entendem que a ilha é um espaço que reforça fronteiras simbólicas devido ao caráter de encerramento, da possibilidade de percepção de suas fronteiras naturais, de seu contorno. A ilha implica, portanto, travessia, cruzar as águas que a separam do continente. Sua diversidade se dá pelo seu espaço restrito, seu caráter microcômico em oposição ao vasto continente. É essa oposição que irá constituir outras insularidades, outras diferenças (Molles et Rohmer, 1982:52).

Durante as enchentes, reforça-se a utilização da categoria “ilha” como sinônimo da comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros (“aqui na ilha...”), ou mesmo das comunidades do Arquipélago. O “povo das ilhas”, ilhado pelas águas, tem claramente

¹⁴ A moradora fala do “Ilha das Flores”, filme curta-metragem em 35mm, produção da Casa de Cinema de Porto Alegre, direção de Jorge Furtado e Zé Pedro Goulart, 1985.

demarcadas as suas fronteiras. Redes de assistência são acionadas, as doações, os “ajutórios”, se intensificam durante as enchentes. Chegam roupas, cobertores, comida, água, móveis, remédios. A ajuda vem dos bombeiros, da igreja católica, das igrejas evangélicas, do centro espírita, de assistentes sociais, de parentes, de ONGs, da Prefeitura, do Estado. Vem de Porto Alegre, de Canoas, de outros municípios. Quem mora muito longe da ponte que liga as ilhas a Porto Alegre e ao interior do Estado, na parte mais “de cima”, passa mais trabalho, pois as doações demoram para chegar. São acionados então os meios de transporte dos agentes citados em jipes e lanchas, ou pelos próprios membros da comunidade. A solidariedade transborda com as enchentes. O barco usado no rio é utilizado para navegar na rua alagada. As carroças igualmente conseguem transitar, dependendo do nível da água. Quem não tem nem um, nem outro, improvisa balsas.

Um ano depois, após mais uma enchente, Seu Adão, um dos informantes principais da pesquisa, me mostrava o aterro que fez para salvar os bichos na última enchente, e onde pretende fazer um pequeno galpão. Ele comenta:

Seu Adão - parece até uma bobagem tá dizendo isso, mas a gente até gosta da enchente aqui”

P – Por quê?

Seu Adão - Porque a gente já espera ela.

Reparo na altura da sua casa. Os meios de transporte, como o barco e a carroça, também são fundamentais para lidar com as enchentes e cheias constantes. Da mesma forma aterros, o tipo de construção da casa são outras práticas desenvolvidas pelos moradores das ilhas e passadas aos novos moradores, para esperarem a enchente, para permanecerem na Ilha. Seu Cláudio, pescador, fez a sua casa como muitos, sobre pilares de madeira que a própria enchente vai sedimentando. Se fossem de pedra, a água “comia” os pilares. Já a madeira, reforçada com um óleo para não apodrecer, fica ainda mais firme quando a água baixa. Quanto mais água, mais a estrutura “senta” no chão.



É a partir dessa “espera”, da qual fala Seu Adão, que se pode perceber outras fronteiras da Ilha. Durante a enchente de 2001 conheci Aldo, pescador e membro da Colônia de Pescadores Z5, com sede na Ilha da Pintada, instituição que regula e organiza a pesca artesanal no Delta do Jacuí. Encontrei-o sentado em seu barco, no pátio de casa, cercado por água. Com água pelos joelhos, explicava minha estranha aparição no local, onde os fotógrafos da imprensa já não iam, Ilha a dentro, longe da ponte. Falei da pesquisa, porque estava fotografando. Ficamos horas conversando. Forte, cabelo grande, bigode grande, olhos muito claros, mãos fortes, jeito decidido. Aldo é pescador há mais de 50 anos, mora há mais de oito na Ilha, morou mais de 16 anos na Ilha da Conga. Nasceu no interior, “Mas lá tinha água também – me criei na beira da água”. Olhar fundo, apertava os olhos, esperava minha reação e seguia falando. Aldo repetiu várias das explicações a que também outros moradores se referiam: “Se chove em dia de São Miguel, pode contar que é enchente.” O dia de São Miguel tinha sido o sábado anterior à enchente, que começou com a chuva do sábado, que só parou na sexta-feira seguinte. Outros motivos: era “vento sul”, que “tranca a boca da Lagoa” (Lagoa dos Patos). O rio enche porque “lá pra cima” o rio Jacuí é como “uma caixa”, os barrancos são de “quinze metros”. Quando “soltam” as barragens, “a água desce com força e aqui no Guaíba espalha, é grande mas é raso”. Somados a um “saber-fazer” (Certeau, 1998) que inclui as preocupações com a casa, o pátio e o transporte, são conhecimentos que, para Aldo, fazem a diferença entre “quem é e quem não é da ilha”. Os novos moradores aprendem com os antigos “o que é viver numa ilha”. Quem conhece, sabe que “o que é da água, ela quer.”

As enchentes são momentos marcantes no calendário das ilhas. Apresento aqui observações realizadas durante 2001 e 2002, onde ocorreram quatro enchentes significativas. Enquanto escrevo este texto, as ilhas se encontram, outra vez, submersas, quase o mês inteiro de outubro de 2002. A característica alagadiça desse ambiente insular é justamente um dos motivos pelo qual o Bairro Arquipélago é hoje parte de uma reserva ambiental. A área do Parque Estadual Delta do Jacuí é formada, em sua

maioria, por terrenos alagadiços, sejam banhados ou aterros realizados. Periodicamente, durante parte do inverno e da primavera, essas áreas encontram-se submersas.

Os banhados do Delta do Jacuí são “reguladores de enchentes”¹⁵ e “santuários” de espécies animais e vegetais. A sua vegetação funciona como um “filtro natural” para as águas, e como abrigo para muitas espécies de seres vivos. Esse ecossistema, segundo o documento que marca o início da execução das atividades do Parque¹⁶, tem papel importante nas cheias dos rios, retendo águas que atingem extensas regiões do Estado.

Começamos a ver outras faces das ilhas de Porto Alegre. A Ilha Grande dos Marinheiros, além de estar associada às imagens apresentadas até agora, ligadas ao cotidiano de um “ilhéu” que se relaciona com o ciclo de transformações da paisagem, está, também, associada a uma “natureza” a ser preservada em Porto Alegre (e de Porto Alegre) e a um bairro de periferia da cidade que ganha conotação de problema ambiental. Ao aprofundar essas duas visões sobre a mesma paisagem, veremos como ambas compartilham muitas das representações que se ligam à relação entre a “natureza” das ilhas e a “selva de pedra” na margem oposta, na relação entre grupos urbanos, populares, ou não, e meio ambiente, entre a “ocupação irregular” de áreas naturais, a degradação ambiental e o crescimento urbano.

¹⁵ “(...) A ocorrência de cheias na maior parte dos terrenos das ilhas faz com que muito menos intensas sejam as inundações no continente, isto porque o volume da água capaz de ser absorvido pelas ilhas, é da ordem de centenas de milhões de metros cúbicos.” (PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ - PLANO BÁSICO, 1979:33)

¹⁶ PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ - PLANO BÁSICO, 1979:63

1.5. A Ilha “natural”

“Na manhã de primavera, que em Porto Alegre é mesmo primavera (eu tinha os olhos cheios de rosas) — parei diante do rio, largo, longo, a se perder de vista. Estendi-lhe as minhas mãos: — Bom dia, Guaíba! Como você é bonito! — E bem da terra, bem da gente, senti que ele me respondeu: — Não... não sou eu... são essas ilhas... — Você é a água que passa e leva a luz do sol, a luz da lua e das estrelas, os clarins da madrugada, os ecos da Ave-Maria, todas as serenatas. Rumores, claridades, ressonâncias, reflexos, em você, se transformam no silêncio puro, na sombra profunda. Que importam as margens! O rio segue para a frente! O rio é um caminho sem fim...” ALVARO MOREYRA, “As amargas, não... (Lembranças)”.

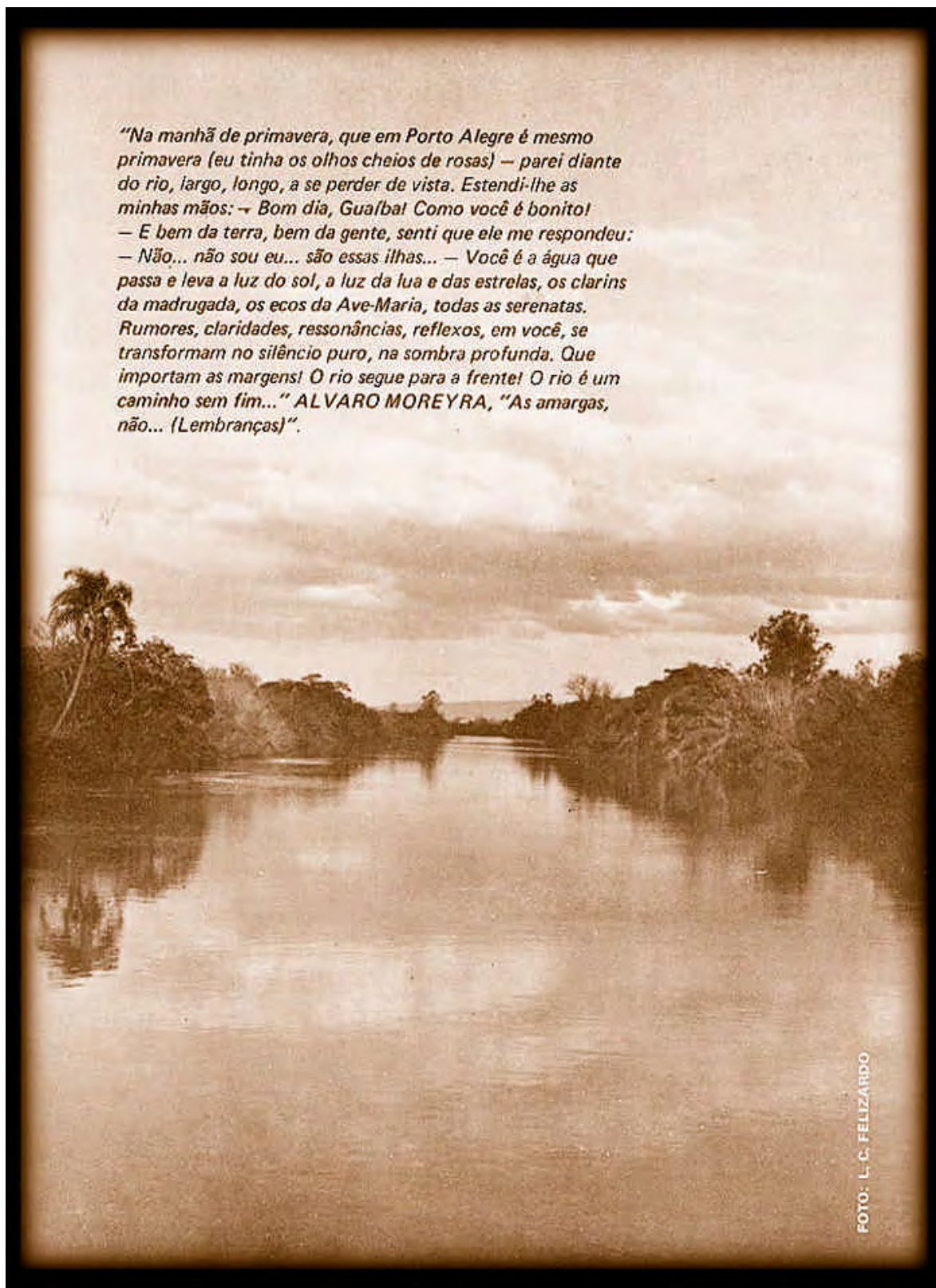


FOTO: L. C. FELIZÁRIO

Em maio de 1978, após dois anos de vigência do Parque enquanto instrumento legal, estava pronto o Plano Básico Ambiental do Parque Estadual Delta do Jacuí. O objetivo desse documento era o de realizar um “processo evolutivo gradual que de início elimine todas aquelas atividades destruidoras do meio natural, mantendo apenas aquelas que não o comprometem” (Parque Estadual Delta do Jacuí – Plano Básico, 1979:13). Para tal, o Plano Básico consistia em um estudo preliminar, a fim de conhecer o ambiente natural e orientar uma política de zoneamento, disciplinamento e remanejamento da população da área do Delta do Jacuí. Em um processo gradual, fazer as zonas de parque expandirem-se sobre os usos ou a ocupação humana.

Criado em 1976¹⁷, o Parque Estadual Delta do Jacuí é ainda hoje motivo de grande polêmica na política ambiental do Estado. Localiza-se em pleno centro da Região Metropolitana de Porto Alegre, muito próximo à zona mais densamente edificada e urbanizada da capital. As atividades de implementação do Parque objetivam promover o “disciplinamento de sua utilização”, destinando a utilização do espaço para o aspecto cultural (“aperfeiçoamento cultural da população”), educativo (criando núcleos de informação, museus, centros de iniciação à natureza, viveiros de espécies) e prevendo o aproveitamento da natureza para atividades de lazer, recreação e esportes ligados ao meio e ao turismo. Pretendia-se ainda propiciar a pesquisa científica de um ecossistema em evolução através de estudos biológicos, geológicos, hidrológicos, humanos. (Parque Estadual Delta Do Jacuí - Plano Básico, 1979:20).

¹⁷ “O Decreto Estadual nº 24.385, de 14 de janeiro de 1976, criava o Parque Estadual Delta do Jacuí, abrangendo as ilhas de formação sedimentar do arquipélago do Guaíba. A comissão constituída por força deste decreto, ao concluir seus trabalhos, recomendou a ampliação dos limites do Parque ‘a todas as ilhas atuais, em formação e futuras e às regiões marginais com características semelhantes às da região do Delta, abrangendo, ainda, a parte inferior da foz do próprio rio Jacuí.’ Estas áreas são constituídas pela planície de inundação do Jacuí e por algumas ilhas do seu baixo curso similares às do arquipélago, que devem pois ser incorporadas ao Parque. Este território, incluindo os terrenos insulares e continentais e os canais internos, perfaz uma superfície total de 17.245 hectares.” (PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ – PLANO BÁSICO, 1979:17).

Após vinte e seis anos de sua criação, o Parque passou pela administração de outros órgãos do Estado e encontra-se hoje sob responsabilidade do Departamento de Florestas e Áreas de Proteção do Rio Grande do Sul (DEFAP)¹⁸, que assumiu o desafio de tentar tornar o Parque uma realidade concreta. A questão continua a mesma a ser rediscutida, desde 1976: o (re)zoneamento do Parque, ou seja, a definição, em uma cartografia do espaço, dos locais onde pode haver ocupação urbana, onde deve ocorrer apenas o uso público do Parque, onde só é permitida a pesquisa científica e os locais destinados aos “santuários”¹⁹ biológicos. Decisões que implicariam remoção de populações de baixa renda em “situação de risco”, processos de indenizações por parte das casas de classes economicamente privilegiadas da cidade, que privatizaram as margens dos rios e a destinação de equipamentos urbanos (saneamento, energia elétrica, telefonia, sistema viário) para determinados pontos do Arquipélago. A vontade política da preservação total de um “santuário ecológico” à entrada da capital do Rio Grande do Sul se depara com uma paisagem “natural” que possui seu histórico de ocupação humana.

Em seus estudos sobre unidades de conservação na Amazônia, em São Paulo, em territórios ocupados historicamente por populações caiçaras, ribeirinhas, que se destinam à preservação ambiental, Antônio Carlos Diegues (1994; 1997;1998), demonstra como o modelo de parques nacionais e reservas ambientais segue um modelo americano que se filia ao que o autor chama de “mito moderno da natureza intocada e intocável” (Diegues, 1994:162). Um “neo-mito”, transposto dos Estados Unidos para o Brasil, onde a situação é “ecológica, social e culturalmente distinta” (Diegues,

¹⁸ Órgão da Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁹ Luc Ferry (1994) exprime assim o seu espanto com essa expressão: “Fui freqüentemente impressionado, no decorrer de minhas leituras, pela freqüência com que expressões de teor religioso – ‘valores sacrossantos’, ‘santidade da vida’, etc – se repetiam pelo punho dos ecologistas profundos desde que se tratasse de evocar o ser vivo em geral. Deve-se convir que o fato se explica muito bem pelo caráter holístico desse pensamento: querendo ultrapassar os limites do humanismo, acaba considerando a biosfera uma entidade quase divina, infinitamente mais elevada do que toda a realidade individual, humana ou não humana. Simultaneamente exterior aos homens e superior a eles, ela pode, em último termo, ser considerada seu verdadeiro princípio criador – por meio do qual se reencontra uma das figuras da divindade.” (FERRY, 1994: 116)

1994:161). Trata-se da crença de que existiriam pedaços do “mundo natural” em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana, onde os habitantes das grandes cidades poderiam fazer passeios para se aliviarem das mazelas da “vida mental” da metrópole²⁰.

No entanto, essas “ilhas naturais”, “santuários ecológicos” e “paraísos terrestres” são habitados por populações indígenas, ribeirinhas, de cultura extrativista, de pescadores artesanais, todas culturas ditas “tradicionais”, portadoras de relações com o mundo natural, distintas daquelas existentes nas sociedades urbano-industriais. (Diegues, 1994:163). Segundo Diegues, a legislação brasileira que criou os parques e reservas previa a transferência dos moradores dessas áreas em nome da preservação da natureza, não reconhecendo o pertencimento de tais comunidades aos seus locais de origem e suas relações diferenciadas com esses ambientes.

A situação das Ilhas do Parque Delta do Jacuí, em Porto Alegre, é um pouco diferente da que esse autor aponta. Veremos, neste trabalho, que uma série de práticas tradicionais podem ser encontradas nas ilhas, as quais, em um primeiro momento poderiam ser pensadas como opostas ao modo de vida urbano, mas que remetem à diversidade de ocupação humana das margens do Lago Guaíba, da diversidade cultural própria de um grande centro urbano como Porto Alegre, no que se refere ao seu processo de constituição enquanto metrópole, através da domesticação do espaço e do tempo (Leroi-Gourhan, 1965) por uma sociedade urbano-industrial que surge em meio ao “selvagem” ambiente brasileiro. Falo de um imaginário presente à fundação das cidades brasileiras nos trópicos, ao qual são tributárias não apenas uma cultura popular expressa em mitos, lendas e representações sobre o ambiente social e natural, mas que também está presente em outras representações impostas ao ambiente das ilhas como o Parque Estadual Delta do Jacuí.

²⁰ Georg SIMMEL, refere-se à “vida mental” da metrópole como subjetividade que surge da individualização de traços mentais e psíquicos que a “solidão da metrópole” ocasiona, na necessidade do sujeito, em sua “forma de ser diferente” preservar sua subjetividade da “vida puramente objetiva” que o cotidiano da cidade lhe impõe pela divisão e especialização do trabalho, pela escassez dos contatos inter-humanos do homem metropolitano, pela preponderância do “espírito objetivo” sobre o “espírito subjetivo” nas atividades da sociedade moderna. (SIMMEL, 1979: 22)

Poderia realizar uma “análise de discurso” do referido Plano Básico Ambiental, para demonstrar como a concepção dessa reserva ambiental está imbuída do “neo-mito” de que fala Diegues (1994), ou de uma “sensibilidade ecologista”²¹ que é tributária da ideologia do individualismo moderno²² (Dumont, 1983), como bem nota Luc Ferry²³ (1994). No entanto, não é este o objetivo do trabalho, muito menos o de questionar a importância ambiental desse ecossistema. O referido documento só foi apresentado para chamar a atenção para o fato de que mesmo este documento, senão a concepção toda que cria a reserva ambiental, são tributários de uma visão sobre a região do Arquipélago enquanto um “território-mito”²⁴ da cidade de Porto Alegre.

A seguinte descrição do “valor paisagístico” do Parque Estadual Delta do Jacuí, presente ao seu Plano Básico, fornece uma pista:

“De inúmeros pontos de seu sítio urbano há condições de descortinar a tranqüila paisagem do Delta. Em alguns locais ela desponta como por trás de uma janela, emoldurada pelos edifícios nas ruas-corredor. Outras vezes, apresenta-se por inteiro vista dos morros ou de algum ponto mais elevado. Sempre, no entanto, rica e variada em seus tons de verdes ou azuis refletidos na enorme superfície líquida que, em determinadas horas, lembra um grande espelho refletindo o brilho do sol. Por outro lado, a cidade constitui um dos componentes de fundo mais constantes da paisagem do arquipélago. Mesmo das ilhas mais afastadas, a norte, por entre as aberturas da vegetação, descortina-se o perfil claro ou esfumado de Porto Alegre.” (Parque Estadual Delta do Jacuí - Plano Básico, 1979:35)

²¹ Ao rereferir-se às unidades de conservação como “ilhas” onde o mundo natural estaria a salvo, Diegues relaciona o discurso “racional”, da “consciência ambiental” que se baseia no pensamento empírico-racional, envolvendo conceitos advindos das ciências da natureza (como o de biodiversidade e a teoria dos ecossistemas) a um conjunto de símbolos existentes entre a ideologia do conservacionismo ambiental de nosso tempo, que conformariam esse “neo-mito” como “sobrevivência” de elementos míticos que reportam à idéia do “paraíso perdido, da beleza primitiva da natureza anterior à intervenção humana”, “da exuberância do mundo natural que leva o homem urbanizado a apreciar o belo, o harmonioso, a paz interior proveniente da admiração da paisagem intocada” (Diegues, 1994: 173)

²² “(...) o ecologista democrata, se gosta de praias desertas e mares não poluídos, experimentaria alguma dificuldade em abdicar das benfeitorias da ciência moderna e da companhia de outros.” (FERRY, 1994:28)

²³ “a renascença do sentimento de compaixão em relação aos seres naturais é sempre acompanhado de uma dimensão crítica à propósito da modernidade - designada, segundo os registros de referência como ‘capitalista’, ‘ocidental’, ‘tecnicista’ ou, mais amplamente, ‘consumista’.” (FERRY, 1994:22)

²⁴ Expressão usada pela antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha, para se referir aos espaços de enraizamento das experiências afetivas e dos símbolos sagrados dos habitantes da cidade (Carvalho da Rocha, 2000:09).



Ao descrever o Delta do Jacuí a partir das ruas altas e dos prédios de Porto Alegre, acaba-se mostrando, portanto, a cidade vista do Arquipélago. Trata-se da mesma “ilheidade”, apresentada com as enchentes, que surge nesse jogo de imagens rebatidas entre a paisagem das ilhas e a paisagem edificada de Porto Alegre. Segundo Moles, a ilha irradia sua ilheidade ao continente, às suas margens, aos bairros costeiros, aos portos, aos mirantes, a bordo das balsas e barcos de passeios.

Contemplar a ilha ao longe é fazer a travessia com os olhos. É imaginar, na margem oposta, um refúgio, um descanso, uma liberdade maior com os costumes e leis sociais do continente. É deixar a vista perder-se no horizonte possível, dando uma parada na temporalidade vertical do espaço urbano, imaginando romances temporários, subjetividades possíveis, mistérios a descobrir, ou, simplesmente, ensaiar o desejo de sair, abandonar, por hora, o continente.

Esses significados, a partir desses redobramentos de imagens em que o Lago Guaíba funciona como uma espécie de espelho deformador, têm, na memória da cidade, as grandes provocações para tecer muitas estórias dessas relações entre a cidade e as “ilhas fronteiras”, como também são chamadas. Entendo o sentido de paisagem como obra da imaginação humana. O historiador Simom Schama (1996), em “Paisagem e Memória”, propõe esse conceito de paisagem, tomando a relação entre natureza e percepção humana como inseparável: “Antes de poder ser um repouso para os sentidos,

a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de extratos de rochas.” (Schama, 1996:17). Contemplar a paisagem é recriá-la com o olhar.

Entre a herança de conjuntos simbólicos acumulados e reinventados com o tempo e as intimações psíquicas advindas da relação com o meio natural e social do espaço insular e da cidade, conforma-se uma etnodiversidade que se soma à biodiversidade do patrimônio do Delta do Jacuí. Uma etnodiversidade que se dará nas muitas trocas entre as ilhas e o continente, e igualmente entre a cidade e a “natureza” das ilhas.

Vejamos um exemplo dos muitos desdobramentos desse jogo de espelhos entre a “natureza” da ilhas e a cidade do concreto e do cinza frio. Seu Adão conta dos Salões de Baile, presentes às ilhas, que atraíam muita gente do continente:



Seu Adão - Tinha aqui, ó. Já vô te dizer uma coisa, quer ver uma coisa? Do Seu Miguel, pro lado de baixo daquele colégio lá. De lá pra cá, tinha aquele colégio, o do Seu Miguel era armazém e um salãozinho de baile. Seu Miguel. Tá. Lá embaixo. Ali onde é o Tonho, agora, pra cima do colégio. Depois que passa aquela casinha ali. Ali tinha salão de baile. Tá, tudo bem. Deixa eu ver onde era o outro. Aqui, na Cenira, ali. Ali de baixo de casa, no sítio ali que eu cuido. Outro salão de baile, tinha outro salão de baile. E aqui, a minha irmã aqui. Outro salão de baile. Tá. E ali no seu Juvenal esse que eu tava falando. Outro salão de baile. E o Pedro Gringo, que era na ponta da ilha lá. Outro salão de baile. (...) Tudo, e olha, enchia. Enchia de gente. Só de barco. Vinha lá de Navegantes, vinha lá de Niterói. Vinha aqui dos Morrete. Tudo. E os barquero. Barquero. Mas enchia. Enchia mesmo. E nunca, assim, se desentendiam, nunca. (...) Ah, a Conga, era lá, agora não me lembro do salão mas ainda tem. Era uma casa grande e branca, com uma figuera na frente, assim. Ali era o salão de baile. Agora parece que tem clube lá, tem sede. Eu tinha um tio que morava lá, o Tio Beto. Os Coito. Os Coito era da gente. E era assim. Cada vez que dava baile, em qualquer um dos salão. Só tinha uma gente que não era bem visto. A negra da Vasco, que era nós. Nem aqui no falecido Juvenal.

P – Por que não?



Seu Adão – Por que era preto. Preto não entrava, não dançava. E nós ia. Nós ia pra lá. Não podia entrar, nós ia pra uma área grande, tinha na frente. Não podia entrar, nós ia pra área mexer com quem tava lá dentro. Mas que barbaridade! Mas era assim. Mas era só onda, também. Por causa da gente e do Vicente. Os Ulisse. Onde tinha preto não entrava.

P – E o seu pai era negro?

Seu Adão – Não. Era que nem nós assim. Só tinha um irmão meu que tinha até o cabelo, bem ruim. Nós era queimado do sol, que trabalhava no sol.



Um baile na Ilha da Pintada em 1939 e uma charanga que se fazia ouvir.
(Fonte: Banco de Imagens e Efeitos Visuais – PPGAS – UFRGS - www.estacaoportoalegre@ufrgs.br)



Esses tantos salões de baile são presença marcante na memória das ilhas. Chegam a filiar-se aos mitos de fundação de pelo menos duas das ilhas, a Ilha da Maria Conga, sobre a qual contam da negra que fazia a “dança da Conga” no salão e a Ilha da Pintada, que teria seu nome em relação a uma dona de salão de baile que era “toda sardosa”. Que fascínio teriam exercido as ilhas no imaginário da cidade, para atrair tanta gente para esses bailes? A resposta pode estar no próprio trajeto de travessia do continente para a ilha e de retorno ao continente. Mas antes de “aderir” a pistas como estas, precisamos primeiro “complicar” um pouco mais o cenário.

1.6. Porto Alegre MetrÓpole

Em 1958, o projeto dos urbanistas e arquitetos Prof. Edvaldo Paiva, Prof. Carlos Fayet, Prof. Roberto Veronese e Moacyr Moojen Marques, todos pertencentes à Divisão de Urbanismo da Prefeitura, sendo o primeiro deles seu Diretor, vencia o concurso público para feitura de um pré-plano urbanístico da área atingida pelo Dec. 3.934, feito em 1953, o qual declarava de utilidade pública uma área de 22 mil ha, incluindo as ilhas do Delta do Jacuí e parte do Município de Guaíba. (Fayet et alli, 1958:07)

Previa-se, para Porto Alegre, a duplicação da sua população em menos de 20 anos²⁵. Tratava-se de um momento em que os limites municipais da cidade eram considerados fictícios, não correspondendo à realidade econômica e urbana. Em busca

²⁵ “Quando, em 1953, o Gal. Dornelles, então governador do Estado e o Dr. Getúlio Vargas, presidente da República, aprovaram o traçado da ligação rodoviária com o Sul e Oeste do Estado, que incluía um sistema de pontes e aterros sobre o Delta do Jacuí, esse transcendental passo veio abrir enormes perspectivas para o desenvolvimento de nossa cidade naquela direção. No cargo de Secretário de Obras Públicas, que então desempenhávamos, e conscientes dos efeitos, dessa importante via sobre as áreas limítrofes, dedicamo-nos, de imediato, a encaminhar as medidas técnicas e legais necessárias, com a finalidade de abrir caminho para a planificação de toda a região atingida pelas obras da monumental ponte, assim impedindo a criação futura dos mesmos e graves problemas urbanos que ocorrem na extensão Norte da cidade, na direção de São Leopoldo acima referida. (...) O primitivo Pôrto dos Casais, transformar-se-á, assim, em mais algumas décadas, na Grande Porto Alegre.” Eng. Leonel Brizola, Prefeito de Porto Alegre, março de 1958. (Fayet et al, 1958:07)

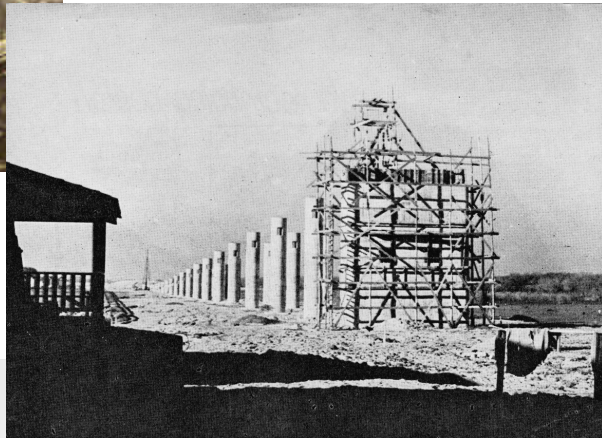
do “verdadeiro espaço urbano da nossa Capital”, que “extravasa dos limites artificiais criados e se desenvolve ao longo da ferrovia e rodovias, de maneira quase contínua...” (Fayet et alli, 1958:14) o projeto pretendia lidar com o grande problema das cidades brasileiras (para a época) que consistia na “sua total falta de organização, principalmente no que se refere às suas zonas residenciais”, que crescem “como manchas de óleo” (Fayet et alli, 1958:14). Seu ponto de partida era apenas regular o “processo natural” (Fayet et alli, 1958:51) de desenvolvimento da cidade, estendendo seus limites e cumprindo o destino do “Vale dos Cinco Rios” de se concretizar na zona mais adiantada e progressista do Estado.

O projeto pretendia tornar o Arquipélago uma área de estabelecimento de indústrias, com portos e pequenas unidades de residências em torno de equipamentos urbanos (escolas, hospitais, áreas de lazer), destinando a parte sul das ilhas para fins industriais e residenciais, mantendo, na parte norte o ambiente rural com as chácaras e pequenas propriedades. As ilhas eram parte de um plano maior que incluía projetos de construção de ferrovias (Passo Fundo-Porto Alegre), rodovias (“Estrada da Produção” no Vale do Taquari), regularização do rio Jacuí para torná-lo navegável com a construção de três barragens e ainda a “abertura de um canal ligando Porto Alegre diretamente ao mar” (Fayet et alli, 1958:21). Tratava-se de favorecer o “crescimento natural” da capital gaúcha em direção a Oeste e ao Sul para escoamento da sua produção. Cumprindo com seus “caracteres” sucessivos e acumulados, de capital política, entreposto comercial e grande centro industrial (Fayet et alli, 1958:22).

Percebe-se que com a construção da ponte que faz a travessia do Guaíba, as ilhas do Arquipélago passaram a ser “descobertas” não mais como área rural, mas como uma parte a mais do corpo da metrópole a crescer. Em 1956, a “Revista do Globo”, importante meio de comunicação da época, noticiava a relevância do empreendimento de construção da Ponte Getúlio Vargas:



“Surgem na paisagem gaúcha os primeiros pilares daquela de deverá ser (em breve) A PONTE sôbre o GUAÍBA” (...) “A natureza criou para o Rio Grande do Sul uma dificuldade que tem sido alvo de toda a ordem de discussão desde há muito tempo. Seleccionados os seus dois focos de produção, o Norte e o Sul, o estado enfrenta uma barreira fluvial quando se trata de fazer os produtos chegarem ao seu ponto de consumo ou quando se trata de exportá-los...” (Revista do Globo, 11 de agosto de 1956, nº 670: pgs. 22 a 26)



Devido aos chamados “atrasos” na travessia do Guaíba, com as cinco barcas que saíam da Vila Assunção para a cidade de Guaíba, levando uma média diária de oitocentos veículos e mais de mil pessoas, ocasionando prejuízos enormes para o desenvolvimento das atividades produtoras, tornava-se necessária a execução da maior obra rodoviária em andamento no Brasil. A obra envolvia não apenas a construção da ponte com vão móvel sob o Guaíba, mas também as demais pontes que completavam a travessia e uniam as ilhas do Pavão, Flores, Pintada e Grande dos Marinheiros.



O vão móvel da Ponte do Guaíba é um dos exemplos de engenharia brasileira.

Embora as ilhas fossem “descobertas”, em meio a esse ideário progressista que tomava o crescimento da cidade como “evolução natural” que necessitava romper com os “atrasos” do passado, o Arquipélago já contava com atividade humana em suas terras. A Ilha Grande dos Marinheiros, em conjunto com as demais ilhas, guarda, na sua paisagem, a memória da ocupação de suas terras, anterior à constituição do Parque do Delta do Jacuí, e anterior à construção da ponte. São grupos populares de pescadores, barqueiros, pequenos proprietários rurais, criadores de porcos e gado leiteiro, empregados de chácaras e sítios que consistiam na figura do “ilhéu”, ou do “ilhero”, como se referem alguns moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, que habitavam o Arquipélago, e que ainda o habitam. Esses representantes da chamada “economia

tradicional” do Delta²⁶ guardam, na sua memória e ainda em suas práticas, uma relação que as ilhas já tiveram com o centro da cidade, a atividade de suprir a demanda de produtos oriundos de zona rural: peixe, pasto, leite, hortaliças, frutas. Por outro lado, muitos “embarcados” e marceneiros navais, aposentados ou não, apontam para uma mão-de-obra para as outrora intensas atividades fluviais na Bacia Hidrográfica do Guaíba que era suprida pelo “povo das ilhas”.

Mesmo sendo um ecossistema aparentemente adverso para a ocupação humana, onde o verde predomina, em um ambiente rico em flora e fauna, a ocupação das ilhas está ligada à própria fundação da cidade de Porto Alegre. A antropóloga Suzana Araújo, em uma etnografia sobre narrativas de bruxaria na Ilha da Pintada (Araújo, 1998), refere-se à ocupação das ilhas como datando já da época da chegada dos colonos vindos da Ilha de Açores para colonizar essa região do Rio Grande do Sul, em 1752²⁷. Chegados à região onde hoje encontra-se o centro de Porto Alegre, ocuparam as poucas terras à margem do Guaíba, nos limites de uma grande propriedade destinada à criação de gado. A autora supõe que os colonos, não tendo mais terras para cultivar na Porto Alegre que surgia, teriam se estabelecido na Ilha da Pintada, assim como outras famílias teriam dado início a outros núcleos de colonização ao longo do Rio Jacuí (Araújo, 1998:23), onde há indícios de ocupação por parte de escravos libertos ou refugiados e índios guaranis²⁸.

Circundando as ilhas, durante o trânsito de embarcações pelos rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí, ilustradas por gravuras e registros de viajantes, são constantes em um imaginário histórico do Arquipélago as figuras dos negros remadores de gôndolas, dos índios em canoas, do transporte de mercadorias, carvão e tropas levadas pelas águas em destino às fazendas, charqueadas e núcleos populacionais, sendo as ilhas do Delta parte

²⁶ PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ - PLANO BÁSICO, 1979:45

²⁷ No entanto, os primeiros documentos e registros da presença de grupos de descendência açoriana na Ilha da Pintada, datam da primeira metade do século XIX, como afirma a historiadora Cláudia Tarragô. (TARRAGÔ apud ARAÚJO, 1998:22).

²⁸ Cf. a publicação da série Memória dos Bairros “Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre”, do Centro de Pesquisa Histórica do Município, Secretaria Municipal da Cultura, Porto Alegre, 1995.

do caminho de ligação entre o interior do Rio Grande do Sul e a cidade de Porto Alegre que então começava a surgir²⁹.

As ilhas se tornaram mais presentes no cotidiano da cidade a partir do século XIX, quando passam a suprir a demanda de alimentos do centro da capital. Pescado, leite, caça, pasto para alimentação de cavalos usados no transporte por tração, hortaliças, frutas. São muitos os produtos que foram (e que ainda são) trazidos das ilhas para serem vendidos no cais ou no mercado público da cidade. No século XX as ilhas vão perdendo uma face rural com a instalação de estaleiros para construção de embarcações de grande porte, empresas de combustíveis (carvão e derivados do petróleo), clubes náuticos, emissoras de rádio, um terminal de transporte aéreo e ainda outras fábricas.

Muitos “embarcados” e marceneiros navais, aposentados ou não, apontam para uma mão-de-obra para as outrora intensas atividades fluviais na Bacia Hidrográfica do Guaíba que era suprida pelo “povo das ilhas”. Uma população operária transitária então pela área, tanto morando nas ilhas como na região metropolitana da cidade. Com a expansão da cidade de Porto Alegre e da zona metropolitana, facilitada pelo acesso rodoviário com a construção da ponte, em 1956, altera-se o padrão de ocupação das ilhas, concentrando sua população à beira da estrada³⁰.

A partir da metade do século XX, portanto, o Arquipélago, com o aumento de sua população, consolida o seu estatuto como bairro, na região metropolitana da cidade. Paralelamente, ocorre o forte crescimento da especulação imobiliária, principalmente nos locais mais aprazíveis e com acesso rodoviário, cujo objetivo é a construção de residências destinadas ao lazer nos veraneios e finais de semana. São formados,

²⁹ Cf. a publicação da série Memória dos Bairros “Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre” (1995), pg 29.

³⁰ O Plano Básico Ambiental do Parque Estadual Delta do Jacuí, apontava, em 1978, que “nos dados do censo de 77, quanto às migrações, indicam que 46,60% da população do Delta é proveniente de outras localidades, e que destes, 63,6% chegaram nos últimos dez anos. Como a população migrante foi absorvida em sua quase totalidade – 94,4% - pelas quatro ilhas com acesso rodoviário – Pintada, Pavão, Grande dos Marinheiros e Flores – podemos entender facilmente a origem do crescimento e o período recente em que ocorreu.” (PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ - PLANO BÁSICO, 1979:45)

igualmente, nessa época, aterros de lixo, em que se destaca o “lixão”, situado na Ilha do Pavão entre 1973 e 1978. Tida essa situação como uma “decadência” da economia tradicional, ou de um tímido progresso econômico, ocorre a criação do Parque Estadual Delta do Jacuí que, em 1976 se insere nesse contexto histórico, em um momento em que as conseqüências ambientais (senão sociais) começam a ser avaliadas face ao crescimento da cidade que realmente crescera tanto, ou mais, do que previam os projetos e aspirações dos planejadores, no entanto, sem a mesma glória esperada.

1.7. O “povo das ilhas”

Quando entrevistado, em 1994, para a publicação sobre a memória do Arquipélago³¹, um motorista de caminhão, morador das ilhas, resumia assim a situação política face à “ocupação irregular” das ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí:

“Essas ilhas, por serem um parque, é um lugar que tudo é proibido. Mas por ser tudo proibido, tudo pode ser feito, sabe? Então se tornou um lugar que nada pode ser feito e um lugar que tudo pode ser feito.”

Dia 05 de julho de 2002. Um domingo quente de sol. Em pleno julho. Enquanto cruzava a ponte, avistava uma paisagem nova na Ilha: um acampamento, à beira da estrada que segue da ponte para a zona sul do Estado (uns 20 metros distante), em um terreno abandonado que virava banhado após as chuvas, onde, até uma semana atrás, pastavam alguns cavalos amarrados.

Lonas pretas, pessoas circulando de um lado para outro, lotes separados por barbantes, gente conversando, tomando chimarrão sob as lonas, ocupando o terreno.

³¹ Cf. “Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre”, op cit. 1995 pg. 126

Reparo em um velho sentado com a mulher na ponta do acampamento. Ele me acena. Eu entro no lote dele e puxo conversa. A., um senhor de uns 60 anos, junto com a esposa. Sentados em um tronco de árvore, em frente a uma barraca recém erguida. São duas telhas brasilit encostadas rente ao chão. Era mais um abrigo para uma possível chuva e uma marca de assentamento no local. Um fogo de chão, uma chaleira para o chimarrão. Pergunta-me: “O senhor é da Ilha?” Respondo: “Não, moro no centro. E vocês, são de onde?” “Do Pavão”, responde A.. Na Ilha do Pavão estavam em “área de risco”, categoria que se refere às ocupações “precárias” na beira dos rios e na proximidade das estradas. “Tão querendo tirar a gente de lá”. A mulher reclamava da vizinhança, que “não dava mais”. Explico que estou fazendo uma pesquisa, para a universidade, entrevistando algumas pessoas, “os antigos” na Ilha Grande dos Marinheiros. A. chama um padre, que circulava pelo local, apertando mãos, dando apoio à “causa”. A. me apresenta: “Esse aí é pesquisador, como é?”. O padre me olha: “O que tu estuda?”. Respondo: “Antropologia”. Ele conclui: “Se a antropologia evoluísse, o mundo já estava bem melhor, o senhor não acha?” O padre conversava com A., que lhe pedia o apoio: “O Senhor vem amanhã, amanhã é que vai se dar a coisa!” O padre manifestava o apoio.

Ao lado do “terreno” de A., um grupo marcava outro lote. O novo morador queria aumentá-lo. Os homens discutiam. Aproximam-se dois deles, perguntam pelo nome de A.. “É só pra ver aqui na lista”. A. fala “eu tava dizendo pra esse moço que aqui não tem ninguém de fora”, “é só da ilha.” Os outros dois respondem juntos: “Só da ilha, é gente só das ilhas aí tudo.” Pergunto sobre a demarcação do terreno ao lado, do morador que reclamava. “Esse aí, vamo votar pra botar ele lá no fundo!” O outro concorda: “É, bota lá na água!” O fundo do terreno ainda era o banhado. A. estava mesmo na melhor parte do terreno, mais seca, em frente à rua, com iluminação. Quem chegava depois, pegava os piores lugares. Os terrenos, loteados por barbantes, tinham áreas de 10 por 8 metros, aproximadamente, com espaço para ruas estreitas no meio de

alguns lotes. Os dois “líderes” do movimento se dirigem ao “vizinho” e A. ainda brinca com os dois: “Quem é o presidente agora?” Risadas.

Mas de engraçado, a situação não tinha nada. Como pôde surgir, em uma semana, mais uma parte da vila? E como a situação, levada com jocosidade pelos moradores, pode revelar o que pensam essas pessoas sobre a situação em que se encontram hoje, sobre as “ocupações irregulares” nas ilhas e, principalmente, sobre a maneira como lidam com esta situação? Quanto ao local, tratava-se de um terreno, pelo que consegui descobrir, que pertencia, em parte, à empresa Ipiranga de combustíveis. Antigamente, era armazenado ali o combustível que ia para Porto Alegre, levado em embarcações. Algumas pessoas que ainda moram na Ilha Grande dos Marinheiros trabalharam ali, estando hoje aposentadas. Com a saída da empresa, na criação do Parque Delta do Jacuí, o terreno ficara abandonado. Outra parte do terreno compete à administração do Parque, e outra ainda à empresa particular que cuida da estrada.

O dia seguinte, segunda-feira, era o dia da decisão: as autoridades chegariam, após 48 horas de ocupação. Chego e passo no bar, próximo ao loteamento. Lá dentro um grupo discute animado. Todos aguardavam a chegada de um representante do órgão responsável pelo Parque que viria trazer notícias ao acampamento. Falo com o dono do bar. “Será que o pessoal fica ou sai?” O dono me olha sério: “No meu entendimento, se esse terreno que diz que é da Ipiranga, tá atirado, e tá desde que eu nasci, tem mais é que aproveitar”. A mulher que também atende no bar me olha: “Eu te conheço... tu é político do PT?” Dou uma risada. Digo que não e explico sobre a pesquisa. Ela insiste: “Mas eu já te vi por aqui”. Explico: “Eu fiz aquele vídeo...”³². Ela lembra. Uma das mulheres, que estava sentada, junto a um grupo, vem pegar um guaraná e eu puxo conversa. Ela me convida pra sentar com eles.

O grupo reunia uma mulher com uma criança no colo, que estava ocupando um terreno, um casal que comia seu lanche, um homem portando celular, máquina

³² “Ilha Assombrada: realidade ou ilusões?”. As aulas da oficina, para realização do vídeo, eram bem perto desse bar, que fica ao lado da escola onde estudavam os adolescentes que fizeram o vídeo conosco.

fotográfica e gravador e um homem mais afastado, ao celular. Estavam todos à volta de uma mulher de uns cinquenta e poucos anos, a única que não era morador, mas se auto-intitulava uma líder comunitária das ilhas. Ela me pergunta da pesquisa, achando que eu era jornalista. Explico que não, mas de qualquer forma, ela fala da importância de uma reportagem sobre a “verdade desses pobres”. Fala do acampamento, que foi chamada para ajudar os “seus carentes”. O homem que portava o gravador fala: “desde que eu nasci que falam que vão tirar as pessoas daqui, pra Restinga, pra não sei onde, até hoje, nada.” O casal discorda: “Mas agora é sério, diz que é área de risco, é um parque ecológico.” Junta-se ao grupo um dos padres que falava comigo. A líder comunitária narra sua vida profissional: trabalhou com a vila “Cai-Cai”, a “vila dos papaleiros da Voluntários”, a Ilha do Pavão, a “Ilha Grande”, conta que “até para o Nordeste já juntou doação”. Diz que é famosa pela história da criança que foi “envenenada com sopa de papelão”, que ela denunciou na imprensa. Já conseguiu até verba com empresas para fazer uma creche, uma escola e um galpão de reciclagem na Ilha do Pavão, mas “porque é parque ecológico, a Zoobotânica não deixou construir nada”. Falava da “faculdade do carente”, seu novo projeto para o qual estava conseguindo financiamento.

O casal, sentado ao meu lado, trabalhava em um projeto da Prefeitura. Reclamavam que o serviço estava acabando, e com ele, o salário mínimo, a cesta básica, e os cursos. Tratava-se de um projeto executado durante todo o ano de 2001, na Ilha Grande dos Marinheiros, que reunia alguns moradores em “coletivos de trabalho” para executarem serviços de limpeza na Ilha (varrer ruas, limpar pátios, consertar cercas, organizar coleta de lixo) e ao mesmo tempo participarem de cursos de educação ambiental, cidadania, artesanato, etc. Perguntei como estava o trabalho. “Não adianta varrer o pátio dos outros se o povo suja tudo de novo”. Seu companheiro diz que “a idéia é boa, mas degingolou”, “só tirou os porcos da Ilha”. Junto com o projeto se executava a complicada tarefa de fiscalização da legislação do Parque, que proíbe a criação de suínos nas ilhas, devido aos problemas de contaminação do solo e das águas. Voltamos aos comentários sobre a ocupação: “se aquele povo tem que sair porque

invadiu, que não tem escritura, tem muito mais gente que tem que sair de onde tá.”
Comentam do motivo pelo qual algumas famílias seriam removidas das “áreas de risco”: a beira do rio, que pode desmoronar, a beira da estrada, as ruas próximas à estrada porque são destinadas à construção de um retorno para a estrada, os banhados. A foto abaixo é um registro da época.



Fomos até o acampamento. Um carro da prefeitura chega. Cartazes reivindicando terra, acusando o governo, estavam espalhados pelo local. Um funcionário abre a porta, mal desce e vai sendo rodeado por todos os lados. Uma mulher toma a palavra: “Vocês parem de enrolar a gente, afinal, isso aqui é da Prefeitura, é da Zoobotânica, é da Ipiranga, da Marinha, de quem é isso aqui?” O funcionário manifesta apoio ao “movimento”. Um outro, mais alterado, grita, “isso é do povo!”. O padre se chega, a “líder comunitária” também, conversam com o funcionário, que logo entra no carro, do qual mal havia saído, e vai embora. Fico de fora, observando o circo armado. A “líder comunitária” aproveita para discursar a favor do movimento, também. Ganha palmas. O homem que havia gritado, aproveita para dançar. Agita, canta, dança. O dançarino ganha adeptos, dançam, batem palmas, cantam. Alguém pergunta pela imprensa que não apareceu. Outra mulher pergunta àquela com quem eu conversara, que havia me apresentado ao grupo no bar: “É essa aí que vai nos defender?”, apontando a “líder comunitária” que dançava junto ao grupo, batendo palmas. “Tâmo robado!” A vizinha concorda “chega dessa palhaçada, eu vou é pra casa.”

Não pretendo discutir como foi articulada essa ocupação, nem tampouco as questões jurídicas sobre a ocupação desse terreno. Aos terrenos das ilhas, muitas legislações se sobrepõem. Uma, legisla sobre a área da estrada. Outra trata das margens que são patrimônio da União. Outra tem relação com os terrenos que são propriedades particulares nas ilhas. Outra trata das ruas que dizem respeito aos órgãos municipais. Outra é relacionada aos terrenos da reserva ambiental. São todas fronteiras que contrastam muito com a fronteira maior, o próprio contorno da ilha, que conforma a “ilheidade” simbólica desse território. Hoje, parte do terreno teve de ser desocupado pelos moradores, outra parte se encontra ocupada com casas de madeira, algumas mais simples, outras melhor estruturadas, formando uma verdadeira quadra que, a um olhar desatento, parece sempre ter estado ali como núcleo de população. Alguns desses “lotes” já entraram nos esquemas de vendas, trocas, acertos, divisões. O que quero apontar aqui são as tensões e contradições presentes a essa sobreposição de divisões do

espaço, as quais implicam “táticas” (Certeau, 1998) que são acionados pelos habitantes das ilhas a partir da posição que ocupam nessa disputa política.

A dúvida, na pergunta feita pela moradora, “Vocês parem de enrolar a gente, afinal, isso aqui é da prefeitura, é da Zoobotânica, é da Ipiranga, da Marinha, de quem é isso aqui?” esteve presente muitas vezes nas conversas com os “informantes”, que também me tomavam por “informante” sobre a política do parque, sobre notícias vindas do outro lado da margem. A situação de “ocupação irregular” nas ilhas, a sua situação “marginal” em uma geografia “social” da cidade denotam extrema ambigüidade nas práticas de espaço dos seus moradores. Um lugar onde “tudo pode” e “nada pode”. Muitas das casas, por serem irregulares, não têm as despesas que as habitações regulares possuem. Mas a não regularização implica dificuldade de conseguirem os direitos de cidadania, ao reivindicarem energia elétrica, saneamento, aparelhos urbanos, para áreas que constam como zona de Parque, ou de reserva ambiental no zoneamento³³ do Delta do Jacuí.

Maria Helena Sant’ana, ao trabalhar com os moradores da Vila Cai-Cai, então em processo de remoção para o atual Loteamento Cavalhada, em Porto Alegre, fez uma “arqueologia” da noção de “vila irregular”, mostrando como o termo que se caracteriza pela “ilegalidade da posse da terra”, pela “irregularidade urbanística” quanto ao tamanho dos lotes, pela “carência de infra-estrutura física e social”, pelo “sítio inadequado” ou ainda pela “má qualidade das habitações”, se associa a valores morais na visão sobre as classes populares a partir da falta e da carência. (Sant’ana, 1996:23) Maria Helena Sant’ana mostra como um paradigma “físico-ecológico” associa as “vilas irregulares” à desordem do crescimento urbano, remontando a antigos processos de “higienização da cidade” que igualmente haviam “removido” populações da beira de arroios e rios. A questão socioambiental da “precariedade” e “insalubridade” acabava associada ao modo de vida dos moradores da Cai-Cai, que foram parte do processo de

³³ O zoneamento original do Parque Estadual Delta do Jacuí dividia o Delta em Zonas de Reserva Biológica, Reserva Natural, Parque Natural, Uso Restrito, Zona Urbana e Zona Crítica (Parque Estadual Delta do Jacuí – Plano Básico, 1979)

“despoluição” da orla do Guaíba (Sant’ana, 1996:32). A população acabou sendo “removida” para um terreno doado pela Igreja Católica nas proximidades da zona de preservação da Reserva do Morro do Osso, Zona Sul de Porto Alegre. Novos temores dos técnicos urbanísticos quanto ao risco de “poluição” e “degradação” da reserva pelo modo de vida “irregular” e “desordenado” dos moradores da Cai-Cai, levaram ao tutelamento dessa população, à necessidade de “conscientizá-la”, “educá-la” quanto a um modo de vida saudável, cidadão e consciente ecologicamente, através da associação da “participação” desses moradores no processo de assentamento da vila, no novo espaço à seus “sonhos” e esperanças por cidadania e qualidade de vida, ao promoverem a “devolução” de um Guaíba despoluído a si mesmos e à cidade (Sant’ana, 1996:47).

A Ilha dos Marinheiros parece viver processo semelhante ao da vila Cai-Cai. Apesar de ainda não ter sido iniciado nenhum processo de remoção, ela é uma questão iminente. Mas não se trata de um simples processo de “remoção”. Os técnicos responsáveis pela administração do Parque Estadual Delta do Jacuí, reconhecem que, em quase trinta anos de existência do Parque, não tendo sido realizada a desapropriação de terras nas áreas destinadas ao Parque, criou-se extrema confusão quanto à posse das terras nas ilhas³⁴. Nesse meio tempo, os terrenos foram sendo vendidos, divididos, abandonados, ocupados, trocados. Deste “jogo”, próprio a uma lógica de apropriação espacial mais próxima do cotidiano e mais distante das normas e regras de planos diretores, participaram moradores ditos “tradicionais”, novos moradores vindos de outras vilas, ou do interior do Estado, que viviam processos de desterritorialização, parentes, amigos, assim como muitos dos terrenos à beira dos rios foram sendo vendidos para construção de habitações de classes médias e altas, sítios de lazer, verdadeiras “mansões” como as denominam os moradores mais pobres. De qualquer forma, essa questão já é parte do dia-a-dia dos seus moradores. Mas diferentemente da

³⁴ Tive a oportunidade de assistir a uma reunião aberta ao público, junto ao Comitê de Bacia do Lago Guaíba, em que os técnicos do DEFAP, órgão da Secretaria de Meio Ambiente do Estado responsável pela execução do Parque Delta do Jacuí, apresentaram sua nova proposta de zoneamento do Parque, retomando um pequeno histórico das dificuldades administrativas e dos problemas agregados ao longo do tempo pela não implementação efetiva do Parque.

Vila Cai-Cai, nas ilhas, a imagem da poluição das águas contrasta com a figura do pescador, do barqueiro, do carroceiro e de outros cuja “vida nas águas” se encontra com a “vida urbana”. Os habitantes lidam cotidianamente com essas contradições.

1.8. Rindo da “cara da fome”

Outra questão polêmica é a contraditória presença dos galpões de coleta e separação de lixo existentes na Ilha, em plena reserva ambiental. Além dos galpões particulares, e das famílias que separam os resíduos em seus pátios, para depois vender o lixo, existe, na Ilha Grande dos Marinheiros, a unidade de reciclagem de lixo “Associação dos Catadores de Materiais de Porto Alegre”³⁵. Trata-se da primeira unidade de triagem, fundada em 1986, e que atualmente lida com a política contraditória da institucionalização de um galpão de triagem de lixo no Parque Delta do Jacuí. Trabalho desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base, o galpão surgiu a partir de um movimento social³⁶ para organizar os papeleiros, trabalhadores do lixo, em cooperativas.

Conheci o pessoal do galpão em outubro de 2001. Atualmente, não se trata de um galpão de “mulheres recicladoras”. O grupo, hoje, constitui-se em uma associação

³⁵ Cf. Atlas Ambiental de Porto Alegre, 1998.

³⁶ W. Oliveira analisa a relação do “referencial ecológico” do Departamento de Limpeza Urbana de Porto Alegre (DMLU) com outros “domínios” sociais inseridos na política de limpeza pública, como a luta pela organização popular do “Grupo de Apoio às Mulheres Papeleiras”, originado do movimento que fundou o galpão da Ilha dos Marinheiros. O depoimento de Cechin, A, em 1995, é revelador: “A sociedade civil tem uma sensibilidade a flor da pele em relação ao problema ecológico. Exatamente *é a grande* chance dos papeleiros que são os últimos, os escorraçados (...) *mas a partir disto*, de que a profissão deles é uma das mais nobres e importantíssima atualmente na era da ecologia, *de que ele é um ecólogo nato e não tem consciência disto, ele passa a recuperar sua dignidade*. Então vê, nós proporcionamos uma caminhada para esse catador ao passo que a Prefeitura não, *para eles o que interessa é a limpeza da cidade, é a reciclagem*, mas o catador é secundário. Nós temos outra filosofia. (...) Então para nós é a figura do papeleiro, ele que se organiza em comunidade, os problemas ligados a ele que é o problema das crianças, os problemas da marginalidade dele; *o lixo vem ligado à pessoa*.” (OLIVEIRA, W. 1995: 169) [grifos do autor]

de pequenos grupos familiares, cada um vivendo do que vende. Enquanto o galpão recebe o caminhão de coleta seletiva, os outros galpões compram o lixo dos “carroceiros” e “carrinheiros”, que trazem os sacos que coletam em pontos de Porto Alegre, para a Ilha. Chegam os caminhões da coleta seletiva, o pessoal do galpão separa, e eles mesmos vendem para firmas que compram, cada uma, um material – papel, diferentes tipos de plástico, vidro. O galpão é alto e comprido. Lado a lado ficam, na lateral esquerda, as cotas de cada um, onde os sacos de lixo são empilhados. Usam um ferro para puxar, furar, mexer nos sacos. A sua volta, tonéis e sacos, onde o material vai sendo jogado. Iam falando comigo, brincando, e atirando o lixo nos seus lugares – no tonel, no saco - era o “basquete”. E o barulho de garrafas de plástico, papel, sacolas, conversas, risadas, dentro do galpão com o teto enorme, telhado de zinco, formava uma estranha composição, de gestos e sons repetidos. E de cheiro forte.

Gino, o presidente da Associação, é o único que trabalha no galpão desde o seu início. O terreno ainda é dos padres maristas, as máquinas (prensas) também. O galpão, com 17 anos, precisa de reformas, mas Gino contava, em 2001, que apesar do projeto de reforma que havia, o galpão estava interditado, não se podia mexer, construir nada por ali porque a Zoobotânica (então responsável pelo Parque Delta do Jacuí), não permitia.

Nessa “visita” que fiz ao galpão, semelhante a muitas outras que o mesmo recebe de técnicos da Prefeitura, da Universidade, e de tantos outros “curiosos”, como me chamaram, pude perceber uma performance semelhante à jocosidade observada no episódio da ocupação do terreno. Como fui confundido com alguém que ia fazer uma “filmagem” no galpão, aproveitei a situação para conhecer o pessoal que trabalhava ali. Lá dentro, tinha a sensação de ser testado: “Quer aprender como é? Pega no batente!” mEm tom de brincadeira, Gino contava a sua história no galpão, narrando fatos hilários, como a visita de estrangeiros, dinamarqueses que teriam trabalhado um mês com eles, para “conhecer a cara da fome”, como disse o Gino. “Nós xingava eles”, como não falavam português, “eles davam risada”. “Mas eram craque no sinal” completa o colega de trabalho, apontando os diferentes tipos de “resíduos”. Italianos,

nigerianos, e tantos outros, já haviam passado por ali, alguns em “intercâmbio”, outros, “curiosos”, como eu.

Enquanto me explicavam o funcionamento do galpão, e funcionavam, jogando cada tipo de resíduo no tonel correspondente, iam brincando. Vejo um pai apontar pra mim enquanto fala com o filho pequeno. O pai e a mãe, que trabalham ali, disfarçam quando o filho vem em minha direção. Pede “um carrinho”. Entro na onda: “só porque eu tô de vermelho, não quer dizer que eu sou o papai Noel.” O pai ri e conta a resposta pra Gino. “Pensou rápido! Já vi que esse é dos meus.” Brinco que já estava aprendendo com eles. “Não te faz, que eu já saquei que tu é terror!”

Em sua jocosidade é possível perceber uma performance na situação de enfrentamento, na minha interação com o pessoal do galpão, e em muitas outras visitas que já receberam, algumas fazendo parte das estórias da história do grupo. Cláudia Fonseca aponta para a “negociação das fronteiras na sociedade de classes”, enquanto relações de forças presentes ao trabalho de pesquisa com grupos populares (Fonseca, 2000:221). A tarefa do pesquisador, segundo a autora, é nem tanto atravessar essas fronteiras simbólicas³⁷, mas localizá-las³⁸ (Fonseca, 2000: 224).

Na solidariedade durante as enchentes, no episódio da ocupação do terreno, e aqui, nesse relato de uma visita ao galpão da ilha, pode-se perceber o que Michel de Certeau define como “práticas cotidianas” (Certeau, 1994), na forma desses grupos populares operarem, no “terreno do outro” com um conjunto de táticas, “esquemas de

³⁷ Gilberto Velho observa que a “heterogeneidade cultural”, presente à “sociedade complexa moderno-contemporânea”, tomada a partir de sua estratificação em “categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica” (VELHO, 1981:16) como (mas não exclusivamente) classes sociais que surgem a partir da divisão social do trabalho e da distribuição de riquezas é fundamental para pensar a Cidade, enquanto coexistência de uma pluralidade de tradições que se baseiam na divisão do trabalho, mas igualmente em questões étnicas, religiosas, ocupacionais, etc; conformando conjuntos de símbolos utilizados pelas pessoas nas suas interações e opções cotidianas (VELHO, 1981:17) que irão delimitar fronteiras culturais.

³⁸ A autora refere-se ao desgaste dos conceitos de “cultura da pobreza” e da “cultura popular” nos anos 70 e 80, tendo como consequência um “silêncio discursivo” na antropologia dos anos 90 sobre os “pobres”: “Onde estão os debates capazes de aprofundar nossa compreensão das *alteridades inscritas no jogo da estratificação social?* Onde estão os novos termos que levam em conta a negociação das fronteiras simbólicas na sociedade de classes?” (FONSECA, 2000:221)

ação” que não se esgotam nem nos “interesses” de cada indivíduo, nem no “comportamento” de determinado grupo³⁹.

Nesse caso, trata-se de uma ação que remete a um jogo de poder, uma tática para lidar com a sua condição “subalterna” enquanto estrato social nessa relação de forças. Ocupar, de forma “irregular”, um espaço da cidade, explorar a sua imagem “carente”, rir da “cara da fome” que lhe é atribuída, são formas de subverter (sem no entanto alterar) a sua condição. A Ilha Grande dos Marinheiros é conhecida internacionalmente através das imagens do premiado curta-metragem “Ilha das Flores”, filme que já é parte da memória coletiva local, por apresentar a população da Ilha Grande dos Marinheiros pela degradante imagem de pessoas catando comida em meio a aterros de lixo, junto a porcos, galinhas e outros animais. O pessoal do galpão se diverte contando de um menino que aparece no filme, com um tomate na mão, olhando para a câmera (contrariando o diretor do filme). O “menino”, hoje adulto, receberia, brinca o pessoal do galpão, dinheiro de uma “dondoca” do exterior pela famosa cena.

As organizações políticas e religiosas existentes na Ilha desempenham igualmente o seu papel – os pescadores, os recicladores, o clube de mães, o grupo de economia solidária – mediando as redes de assistência, ou reivindicando no Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal e frente aos órgãos municipais e estaduais as suas demandas. No entanto, a atuação na política “profissional”, como define Bourdieu, cuja participação ativa exige competência técnica e social, não deixa de legitimar o poder simbólico dominante ao reforçar a sua “di-visão” do mundo social (Bourdieu, 1989:11), ou seja, ao defender os direitos dos “desfavorecidos”, reforçar a dominação que institui a classificação social, reconhecendo a “irregularidade”.

Cruzar a ponte que atravessa o Guaíba torna-se um perigoso jogo no espaço instituído. São muitos os relatos de atropelamento. A ponte não tem espaço suficiente de

³⁹ “Habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar, todas essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas táticas: gestos hábeis do ‘fraco’ na ordem estabelecida pelo ‘forte’, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidade nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos.” (CERTEAU, 1994:103,104)

acostamento, em certos pontos, para proteger um carroceiro, um ciclista ou um pedestre da alta velocidade dos veículos que chegam da estrada. Em maio de 2002, 70 carroceiros, moradores das ilhas, organizaram um protesto, cruzando a ponte do Guaíba, interditando o trânsito e reivindicando mudança nos horários permitidos para circulação das carroças. O horário, das 20h30 às 6h da manhã, foi aumentado para incluir também entre 9h e 17h, excluindo os horários de pique. Na semana seguinte, representantes da Secretaria de Saúde e da EPTC (Empresa Portoalegrense de Transporte e Circulação) iniciariam debates nas ilhas com os carroceiros, buscando “rotas alternativas” com os mesmos e dando “cursos” para cuidados com os cavalos, que, a partir de então, passariam a ser apreendidos em caso de maus-tratos, acarretando multas para o dono do animal (Jornal Correio do Povo, 28 de maio de 2002, pg 17).

No cotidiano da organizada “desorganização”⁴⁰ dos ilhéus, se desfiariam, portanto, muitas dessas práticas que subvertem as classificações impostas ao espaço pela política de preservação do Parque Delta do Jacuí, pelo tutelamento das “agências” estatais e religiosas. Victor Turner define essa situação, que participa de um “processo ritual”, enquanto “poder dos fracos”, ao se valerem de uma baixa condição social, na estrutura de poder, para expor a situação de liminaridade que a ambígua política de preservação de uma zona metropolitana de um grande centro urbano acarreta sobre o destino de seus moradores. (Turner, 1974:156) Em que consiste esse poder? Justamente em expor a estrutura social, com sua “marginalidade”, trazer à tona as diferenças

⁴⁰ “A ordem efetiva das coisas é justamente aquilo que as táticas “populares” desviam para fins próprios, sem a ilusão que mudem proximamente (...)”. As práticas cotidianas, enquanto “*uma maneira de utilizar sistemas impostos constitui a resistência à lei histórica de um estado de fato e a suas legitimações dogmáticas. Uma prática da ordem construída por outros redistribui-lhe o espaço. Ali ela cria ao menos um jogo, por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas. Aí se manifestaria a opacidade da cultura ‘popular’ – a pedra negra que se opõe à assimilação. O que aí se chama sabedoria, define-se como *trampolinagem*, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim , e como *trapaçaria*, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de *jogar/desfazer o jogo do outro*, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e representações estabelecidas. Tem que ‘fazer com’.” (CERTEAU, 1994:79)*

hierárquicas das divisões estruturais de poder, apontar a desordem onde a ordem deveria prevalecer. (Turner, 1974:133).

Destaco que não se trata de um gesto inconsciente, impensado, que conformaria uma “cultura política” dos “ilhéus”. Alba Zaluar, em sua etnografia com os moradores da favela Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, faz esta importante distinção entre o que seria o resultado de uma “cultura da pobreza” – a falta de consciência política - e o que se apresentava nos depoimentos e interações cotidianas de seus informantes, como o sentido da ação política dos muitos grupos populares que “pensam a respeito de suas condições de vida e dos inúmeros valores, normas, regras, significados com que costumam ser ‘educados’ ou ‘formados’ pelas inúmeras agências estatais e religiosas, bem como pelos meios de comunicação de massa.” (Zaluar, 1985:28)

Cito ainda outros exemplos da presença das contradições dessa política ambiental entre as práticas cotidianas dos ilhéus. Seu Jorge, antigo morador do extremo norte da Ilha, um “*ilhero*” dos “antigos”, referência como guardião da memória do lugar, reclama que plantou um taquaral na beira do rio para se proteger do vento, e agora não pode fazer uso das taquaras. Da mesma forma, o mato está “tomando conta” do terreno à sua volta, e ele precisa pedir a “benção” para os fiscais, se pode, ou não pode, derrubar o mato. Aldo, o pescador da Colônia de Pescadores, participa de um grupo organizado e reconhecido legalmente. A Colônia de Pescadores Z5, fundada em 1921, com sede na Ilha da Pintada, disciplina e fiscaliza a exploração pesqueira na região do Delta do Jacuí e Lago Guaíba, tendo passado da função de “dar assistência ao pescador” para a de, hoje, constituir-se em organização representativa dos pescadores na política do Estado⁴¹. Enquanto concorda que a política ambiental do Delta do Jacuí é importante para que não “acabe” o peixe que “está se terminando”, e inclusive reclame do lixo nos rios, que cortam sua rede (principalmente em época de cheia) Aldo rejeita as

⁴¹ Cf. um pequeno histórico da entidade na publicação da série Memória dos Bairros “Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre”, do Centro de Pesquisa Histórica do Município, Secretaria Municipal da Cultura, Porto Alegre, 1995. pp. 68 a 70.

imagens do “povo das ilhas” que aparecem em reportagens, em épocas de enchente, associadas à degradação do meio ambiente do Arquipélago: para ele, o lixo vem de todos lados, carregado pelos carroceiros, mas também carregado pelos rios.

Retomamos o diálogo apresentado no início desse capítulo. Quando a moradora me questionava sobre minhas fotografias, se eram para “atrapalhar ou pra ajudar?” trazia estas tensões à tona, tensões que estiveram presentes em toda a pesquisa de campo que compõe essa etnografia e, certamente, não são menos presentes no momento de redigi-la.

Durante as enchentes, a situação precária das habitações populares nas ilhas ganha destaque nos jornais. Igualmente, transbordam, com a água, as tensões sobre a ocupação, sobre a remoção ou legalização das casas em “situação de risco”. As reivindicações dos moradores por mais “atenção” do governo, que “tem que fazer alguma coisa”, trazem à tona, durante a enchente, e em outros momentos da vida cotidiana, as dúvidas sobre sua permanência no local. Por muitos dos informantes da pesquisa, durante o trabalho de campo, fui abordado com essas perguntas, proferidas em tom de cumplicidade, ou mesmo como uma provocação bem humorada, sobre as últimas decisões das autoridades sobre o Parque: “Tão querendo tirar nós daqui”, ou “diz que essa rua toda aqui vai sair” ou ainda “quem vai tomar conta disso aqui tudo é a burguesia.”

Ilha, vila, bairro, reserva natural, parque, colônia de pescadores, “lixão”. São muitas as representações em Porto Alegre sobre um território especial dessa cidade: as ilhas que formam o Bairro Arquipélago. Especial porque se trata de um território que está situado “dentro” da área da cidade e, também, “fora” da mesma, ilhado desta. A separar as ilhas da cidade, está o Guaíba, lago com jeito de rio. Navegar por essas águas é contemplar, de um lado, a enorme cidade que surgiu às suas margens, e de outro, uma paisagem que suscita imagens do que a outra margem foi e incertezas sobre o que estas margens ainda serão.

Minha intenção em apresentar essas “paisagens” contraditórias, que remetem à posição das ilhas do Arquipélago enquanto “região moral” da cidade de Porto Alegre, foi situar um cenário político onde minha investigação sobre memória coletiva nas ilhas teve lugar. Minha intenção era chamar a atenção para a importância da memória coletiva, para que se possa compreender melhor os significados dessas ditas paisagens: o bairro e a reserva ambiental.

Se tomarmos a região enquanto “território-mito” (Carvalho da Rocha, 2000), no entanto, veremos como podem apresentar pontos em comum essas visões contraditórias. Uma boa questão, a qual me colocava durante o campo, era sobre o por quê da permanência das pessoas nesse local. Por que viver num lugar cercado de água, de difíceis condições de vida, ainda mais durante as enchentes?

Tanto o Parque, enquanto reserva ambiental, tem razões práticas (ou “científicas”) para tomar a presença humana como indesejada nessa natureza intocável, quanto o Bairro, e a vila, na Ilha Grande dos Marinheiros, também teriam suas razões práticas⁴² para habitar um território a poucos quilômetros do centro da cidade, de “fácil” acesso pela ponte, onde os custos de vida são bem menores, dada a própria situação irregular em que se encontram. Mas ambas as visões sobre a paisagem compartilham razões simbólicas para se relacionarem com esse ambiente atípico em Porto Alegre. Na visão dos moradores, as ilhas são um lugar mais “tranquilo” que a “selva de pedra” com seu acelerado ritmo de vida metropolitana. São um lugar onde ainda é possível pescar, cultivar uma “hortinha”, criar animais. Um lugar mais “natural”. Quanto aos moradores antigos, veremos o quanto se densifica sua visão sobre esse ambiente nos próximos capítulos.

Adiantando um pouco a análise, chamo a atenção para o ciclo anual de transformação dessa paisagem, que configura um calendário de atividades que é parte do cotidiano dos ilhéus. Não digo que as pessoas estejam “habitadas” às enchentes,

⁴² Cf. Marshall Sahlins, “Cultura e Razão Prática” (SAHLINS, 1979)

pois anualmente ocorrem tragédias e mortes devido aos impactos das cheias sobre quem é pego desprevenido. Os prejuízos para as condições de saúde e os danos materiais também devem ser levados em conta. Mas são justamente os esforços dessa comunidade para superar as adversidades que inserem as enchentes nos seus ritmos cósmicos.

Um informante trouxe a imagem que resume esses ritmos cósmicos: ao término das cheias, com os bichos mortos aparecendo, com os maricás tomando conta da Ilha, com a renovação da vida na paisagem o “inferno” dos meses de cheia vai se transformando em “paraíso” no verão “infernial” portoalegrense de 40 graus. Parentes vão visitar os moradores, passar o final de semana, acampar, fazer churrasco. As frutas “brotam do pé”, o peixe é mais farto em fevereiro, quando termina a época da reprodução. O solo da Ilha aumenta com o verão, com a descida das águas. As residências de lazer das classes altas ganham movimento, assim como lanchas, *jet skis*, veleiros ganham as águas, como é possível ver a bordo de um dos muitos barcos de passeio que lotam de curiosos que, muitas vezes, descobrem esses segredos das ilhas, contemplando o famoso pôr-do-sol do Guaíba rebatido nos prédios dourados à beira do cais da cidade.

Tanto a reserva ambiental, instituída em 1976, quanto as imagens de um bairro dividido entre ricos e pobres, receptáculo do lixo proveniente da cidade, problema social e ambiental, só podem ser compreendidas a partir da memória coletiva da cidade, e das imagens fantásticas presentes às narrativas de seus moradores antigos, que dirigem, a partir dessa situação atual, um olhar para as transformações ocorridas nessas beiras de rios, nesses banhados, sacos, arroios, canais, enfim, nessas ilhas. A partir das imagens do chamado “ilhéu” sobre o seu lugar nessa cidade e sobre si mesmo nessa paisagem insular, que aparecem nas narrativas de lembranças dessas pessoas, é possível compreender melhor que significados essa paisagem possui e irradia no contexto da cidade.

No presente debate sobre o pertencimento do “povo das ilhas” a um território que teria ainda conservado suas características naturais, pretendo, portanto, resgatar a

voz dos chamados “antigos”, do “ilhéu” que aparece como sobrevivência de um passado que é substituído pelas novas ocupações de pessoas vindas do continente, numa visão progressista do tempo que serve para explicar a situação de “desequilíbrio” e “decadência econômica” da região, em relatórios e planejamentos ambientais para a região. Veremos como a questão ambiental que perpassa a problemática do Delta do Jacuí, em Porto Alegre, no que tange às contradições da presença de um bairro de periferia de um grande centro urbano e uma área de proteção ambiental só podem ser melhor compreendidas, à luz de toda a carga simbólica que se faz presente ao se escavar as camadas de tempo que se encontram no solo alagadiço das ilhas.

Ao desejo de preservação do Delta do Jacuí, à utopia ambientalista de conservação das qualidades do “meio”, os habitantes das ilhas acrescentam uma fala outra, uma imagem rebatida da margem oposta do rio: o “povo das ilhas”, supostamente dividido entre o ilhéu típico, pescador, pequeno agricultor, marinheiro, ou até mesmo caçador, e o lixeiro, papeleiro, carroceiro, carente, é a expressão do encontro das práticas cotidianas que essas tantas formas de ocupação trocam na busca de um modo de vida em interação com um ambiente insular às margens de um centro urbano, na forma como se encontram “ilhados” espacial e socialmente na cidade.

Pesquisar, em meio a este contexto, é ter em mente esses jogos de apropriação do espaço em que se realizam, e as ambigüidades presentes à sua situação ilhada. Quando fotografava a enchente, dois meninos pediam uma foto, ao se equilibrarem sob uma balsa improvisada. Tirada a foto, um deles pergunta: “não vai me dar a foto agora?” Expliquei que tinha que revelar o filme, passar para o papel. Ele pergunta onde eu faço isso. Respondo: “em Porto Alegre”. O menino responde indignado: “mas aqui é Porto Alegre.”

Os sentimentos de pertencimento ao território das ilhas, enquanto “ilha na cidade”, pode ser expresso também pelo depoimento de Dona Juventina, que participou do Documentário “Ilha Assombrada: Realidade ou Ilusões?” (1999). Ao seu redor, estávamos nós, da cidade (professores da oficina), os alunos da oficina (entre estes, o

neto de Dona Juventina, Ricardo) e os netos mais novos de Dona Juventina que escutavam as estórias da avó. Nesse momento, ela dialogava com a antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha que participava da equipe de professores da oficina:



Dona Juventina - Eu gosto mais é da ilha do que da cidade.

Ana Luiza - Qual é a diferença? Me conte, eu só moro na cidade.

Dona Juventina - A Sra. sabe por quê? Vou lhe falar. A gente morando assim, eu acho que a gente anda mais a vontade, sabe? Não é como morar na cidade, cheio de, eu acho assim, né? A senhora compreende. E aqui não, aqui a gente anda mais à vontade.



Ana Luiza - Mas o fato de ficar cercada de água por tudo que é lado não atrapalha?

Dona Juventina - Tá bom, iiiii, quando eu morava lá em cima eu ia por água por aqui assim, eu e o meu falecido marido ver a nossa casa. Entrava água dentro de casa.



Ana Luiza - A Sra. não tem medo de bicho, essas coisas assim?

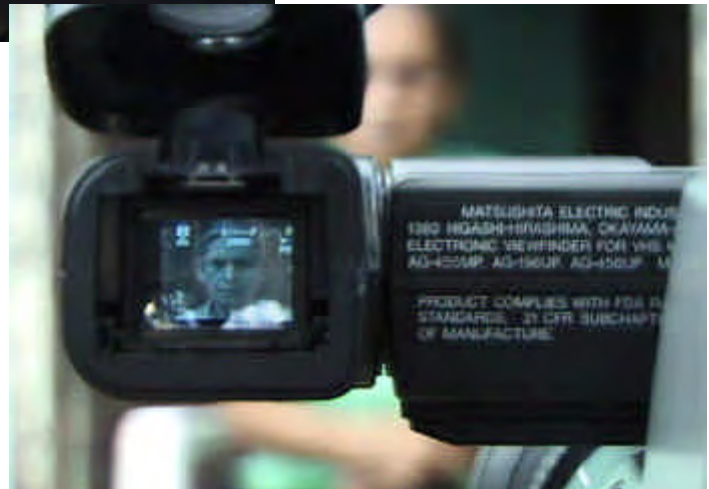
Dona Juventina - Só uma vez apareceu uma cobra dentro de casa. Aqui toda vida nós peguemo enchente.

Ana Luiza - E o que a senhora fazia?

Dona Juventina - Nós andava de barco.



PARTE II



Narrando

2. 1. Por que os “antigos”?

Apresento alguns informantes que acabaram assumindo o papel dos principais narradores neste trabalho. Entre suas lembranças narram momentos da memória coletiva de Porto Alegre e, particularmente das ilhas, junto a estórias de tesouros enterrados, barcos afundados, assombrações que surgem à beira de rios, figuras lendárias ligadas a mitos de fundação de suas comunidades. Todas as lembranças contadas em voz e gesto, que estetizam, no tempo, imagens de uma paisagem fantástica no Arquipélago, conferindo nome e significado às ilhas.

São os “antigos”, pessoas já idosas, tendo o mais novo 58 anos de idade, e a mais velha, quase 79 anos. Como vimos no primeiro capítulo, a expressão “os antigos” lhes era atribuída como forma de reconhecimento de uma autoridade enquanto portadores da memória das ilhas. Uma memória que se desdobra em muitos saberes. Quem benze conhece bem as bruxarias que ameaçam as crianças pequenas. Quem pesca, ou quem trabalhou “embarcado” é sabedor dos mistérios do rio, e dos segredos do chão das ilhas. Quem caçava, ou cortava capim para vender, conhece as estórias dos maricás, “angazeiros”, figueiras, das cobras, capivaras, jacarés, referências que transformam espaços em lugares. Seus gestos são parte da própria paisagem que se desenha em suas estórias.

O “antigo” detém parte de um saber compartilhado, na medida em que o tempo de vida é também “tempo pensado”, ou melhor, tempos pensados, na ação narrativa. Os “antigos” podem compor a memória de “como era a ilha antigamente” (e portanto como ela é hoje) através de muitos fragmentos de experiências cotidianas. Como bem aponta Walter Benjamin (1994), o narrador baseia sua autoridade no conhecimento de

diferentes espaços (o “marinheiro comerciante”) e tempos (o “camponês sedentário”)⁴³, somando ao que viu o que ouviu, as lembranças de outros narradores, de outros “antigos” narradores que esse atual “antigo” narrador reconta. O conhecimento do narrador não se esgota na sua trajetória individual, mergulha em um conhecimento coletivo da tradição compartilhada. O “antigo” pode lançar mão, então, de muitas camadas de tempo que se sobrepõem na memória coletiva, para compor o seu relato.

Na medida em que descrevo um pouco das trajetórias, do cotidiano, da história de vida, e das estórias contadas por esses narradores, pretendo investigar como se relacionam com a “arte de dizer” do narrador (que é também uma memória), e com o lugar deste narrador no mundo urbano contemporâneo. São pessoas em contato com o “tempo dos antigos” da Ilha Grande dos Marinheiros, que tomam o seu lugar enquanto portadores e transmissores de uma cultura popular, aqui, muito específica na cidade de Porto Alegre, marcada pelas travessias entre a Ilha, o continente e o rio, pelas entradas e saídas da cidade.

⁴³ BENJAMIN, 1994:199.

2.2 Dona Laci



Eu quando morava no Furadinho, o Furadinho é a parte de lá. Tem aqui, é chão até lá.

Lá é divisa quase de Morretes, aquele rio ali.

Divisa com Morretes.

Quando nós morava no Furadinho, é o outro lado.

E... lá nós morava, lá tinha. Tinha um dinheiro lá.

E eu tava pra ganhar um filho meu. Aí tive um sonho.

Que ele tava dando dinheiro pra mim. Era um padre.

Ele tava de branco, com a roupa branca e aquela bata, bem, assim.

Aí diz que tava de mãozinha pra trás dizendo pra mim assim:

– Eu te dou esse tesouro pra ti, naquela figueira que ta lá.

Essa figueira diz que até hoje tá lá, eu não fui mais lá.

Depois que me mudei não fui mais lá.

- Aí a senhora pega ali, e arranca.

Diz que no sonho eu arranquei, tinha um raiz assim pro sol, pro nascimento do sol, diz que eu fiquei facera, botava o dinheiro no vestido e botava embaixo da cama.

E... e aí ele pediu um filho meu, que eu tava pra ganhar nenê, e ele queria aquele guri pra mim, pra ele, né?

Aquela criança. E eu disse que não dava, no sonho. Isso é sonho.

E... e tinha um coqueiro, na beira do rio também que o mesmo padre me deu pra mim, que, era um tachinho, igual uma rapadura assim.

E eu me iludi com aquilo.

E a criança nasceu e morreu, no mesmo mês.

Aí o meu velho agarrou, disse:

– Isso aí é impossível.

Aí chamou umas pessoas que entendiam desses aparelhos, da cidade, vieram pra ilha, e marcou mesmo o dinheiro.

E tiraram o dinheiro.

Nós se mudemo, tiraram o dinheiro.

Diz que era uma riqueza.



Laci, Dona Laci, irmã Laci, “vozinha”. É a pessoa que me recebeu desde o início da pesquisa, que indicou novos informantes e me apresentou para outras pessoas, que me adotou como mais um “neto” entre os seus 48 netos. “Eu sô a vó de tudo aí na rua, eles me chamam de vó, vózinha, a vózinha pequeninha”. Mora na vila próxima à ponte e à estrada (BR-290) que corta as ilhas, onde se encontram muitas famílias morando em casas de madeira, entre armazéns, muitos galpões de separação de lixo, o Clube de Mães da Ilha, o santuário Nossa Senhora Aparecida, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, o Centro Espírita dos “Bezerra”. Sua rua é uma das poucas na parte “de cima” (a parte “de cima” vai da ponte e da estrada ao extremo norte da Ilha) transversal à longa rua Nossa Senhora Aparecida (com aproximadamente 12km), que vai da estrada ao norte da Ilha.

Sua casa era meu primeiro ponto de parada nas idas a campo. Enquanto caminhava pelas casas, passando pelas crianças brincando na rua, pelas carroças, pelas casas com os barcos e redes de pesca a postos, pelas pessoas na frente de casa e nos armazéns, pelo som de metal, plástico e papel dos galpões e pátios das famílias que trabalham com catação e separação de lixo, as muitas descrições que Dona Laci fazia ao contar de quando ali “era mato” e quando “era um cemitério” soavam em minha lembrança.



Dona Laci - Agora que eu tô aqui nesse canto, que eu morava mais pra lá, né?

Agora tô quatro ano e pouco aqui nesse canto.

(...) Tudo aqui era mato, tudo mato. Ainda tem uns pé, ainda, lá. Aqui ainda na estrada que vai pra lá. Tudo era mato.

Só um fininho, e aquelas casinha simples, sabe, né?

Uma do lado da outra.

Agora não, agora é uma vila, foram cortando, foram limpando.

Tudo aqui era banhado, tinha o cemitério antigo, nos fundo aqui.

Essa parte aqui, pra lá é que tinha o cemitério.

Ainda alcancei o cemitério, as cruzinha ainda.

Depois foi amontoando gente, foi desbastando, né?



Dona Laci - Aí a primeira casa quem botou foi o meu genro, esse aqui, ó. Ele morava no Clube, ali, do outro lado. Aí ele perdeu um filho na água. Aí o Padre Antônio, que é o Dono das Igreja aqui, ficou com pena dele, comprou uns terreninho e deu pra ele. Mas ali, um banhadão, aqui também era. Aí aterraram. Naquele tempo tinha a social, que aterravam. Aí aterraram e fez a casinha e veio do clube. Depois aumentou mais, tem uma casinha de material. Veio morar aí. Depois foi indo. Foi indo. Tinha uma casinha lá, outro, assim, e foi aumentando, e foi aumentando. Eu tô aqui quatro ano, cinco ano bem dizer, que eu vinha já pra aqui. Quanto aumentou. Tá uma vila! Aqui também, aqui foi aterrado. Tem banhado lá. (...)
E assim vai indo, aumentou muito essa ilha, barbaridade.”

As narrativas apresentadas aqui, Dona Laci contou durante a gravação do documentário “Ilha Assombrada: Realidade ou Ilusões”, em 1999. Nas muitas vezes em que retornei à sua casa, em conversas às quais se juntavam, muitas vezes, o filho Juca, ou ainda o neto Sílvio, fui reunindo narrativas pessoais de Dona Laci, relatos de ciclos

de vida, biografias, trajetórias e projeções de vida (Eckert, 1996-1997) com as quais foi possível compor uma espécie de mosaico em que investigo, junto com Dona Laci, o olhar que ela dirige para as mudanças vividas na sua trajetória pessoal e na trajetória coletiva dos “ilhéus”, desvendando significados que conformam o que Dona Laci pensa hoje, sobre si e sobre o lugar em que vive.

Quando chegava à sua casa, geralmente Dona Laci estava costurando. A conversa iniciava, enquanto ela mostrava os acolchoados que faz “para dar para as pessoas pobres”, juntando retalhos de roupas e tecidos que ganha. No convite para o café, na cozinha, o ambiente para as lembranças ia ganhando forma. Enquanto a água esquentava, Dona Laci dirigia um olhar para uma janela, para um lugar além. Olhava de volta para mim e começava a desfiar e tecer os retalhos dos seus 79 anos, a serem completados em janeiro de 2003, intercalando voz e silêncios marcantes.

Apesar de muitas vezes ser referido, por Dona Laci, ou por seu filho Juca, como alguém que escrevia a “história da ilha”, não era exatamente isso o que estava fazendo. Explicava que escrevia estórias (ênfatizando o plural) das ilhas, a partir das estórias de alguns narradores “dos antigos”, como Dona Laci. De qualquer forma, ouvia o que as pessoas tinham para me contar, ou que Dona Laci e principalmente Juca diziam que eu “tinha que saber”. É importante esclarecer qual era o objetivo e a dinâmica dessa espécie de jogo de lembrar, esquecer e contar⁴⁴, que estabeleci com Dona Laci, e com os outros informantes que irei apresentar.

Ao conviver com Dona Laci, e com outros informantes, em momentos do seu cotidiano, observava que estes negociavam múltiplas identidades entre as redes sociais e os espaços de eventos coletivos pelos quais circulavam. Dona Laci mora, atualmente, com dois de seus filhos, tendo se mudado de casa recentemente outro filho, com a

⁴⁴ Cornelia Eckert (1993;1996-1997), tendo trabalhado com relatos de ex-mineiros de carvão, no Brasil e na França, desenvolveu importante reflexão sobre o uso desses relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica⁴⁴. Segundo a autora, não se trata de estudar a história em si, da vida pessoal do informante ou do grupo ao qual pertence, mas entende-se que “os relatos biográficos são narrativas de ciclos de vida, onde o sujeito fala situando-se em contextos sociais vividos e reinterpretados no presente.” (ECKERT, 1996-1997: 23)

mulher e a filha, neta de Dona Laci. Dona Laci, além de cuidar dos serviços domésticos, exerce o ofício de costureira, tecendo os acolchoados de retalhos para as doações que faz e realiza pequenos consertos em roupas dos vizinhos para “tirar um trocadinho”, ou apenas “pra ajudar”. É também “crente” da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, há mais de trinta anos. Na “Igreja”, como chama, é uma das “irmãs” mais ativas, participando de muitas atividades do grupo, atuando nos cultos, cantando no coral, dando testemunhos, ou, simplesmente, orando. Em 2001, ainda encontrava tempo para estudar, à noite, em um curso de alfabetização que ocorria ao lado do Clube de Mães da Ilha. Dessa atividade, acabou desistindo, pois achava que já tinha a cabeça “meio gasta” para “guardar” as letras.

Em cada uma dessas atividades, Dona Laci interagiu com uma rede de pessoas. Redes que se interpenetravam, certamente, mas que possuíam características próprias. No entanto, percebia que era constante, nessas atividades, a forma como ela acionava o seu lugar social de “antiga”. Em um dos cultos da igreja a que assisti, estava empolgada, ocupando o púlpito da igreja, dando seu testemunho. Apesar de não dominar como outros “irmãos” a leitura das passagens bíblicas (ainda que as conhecesse muito bem) e a performance marcada da “palavra” dos pastores, Dona Laci valia-se das lembranças das muitas dificuldades que enfrentou para passar adiante a sua “palavra”, e ser instrumento da “Palavra de Deus”. Naquele dia, contou para os seus “irmãos” (e certamente aquela não era a primeira vez que fazia esse relato) muitas das lembranças que partilhou comigo. Narrou a infância na roça, a separação do pai e da mãe, a morte dos filhos, o casamento com o marido “que era benzedor”, o trabalho como empregada doméstica na cidade, o tempo em que foi cozinheira nos clubes náuticos. “Eu mandava, sozinha, na cozinha inteira”.

Para esse relato, na Igreja, em forma de testemunho, escolhia momentos, pontos na sua trajetória pessoal orientados para um sentido específico: a sua conversão como crente e o fortalecimento pela fé. Contou de quando sua filha teve fortes queimaduras ao derrubar, sobre si, uma panela de água fervendo. A negligência de Dona Laci em

esquecer a panela onde cozinhavam as batatas, deixando a filha pequena desprotegida, era relatada como a desordem em sua vida. Durante o ano de recuperação da filha, em que mal pôde visitá-la no hospital, fez a promessa de se “entregar pra Deus” em troca da salvação da filha. “E hoje ela tá aí, é a filha mais bem que casada e que mais me ajuda.” Conclui o relato: “já fiz de tudo na vida, e hoje tô aqui, crente depois de velha. Eu tô recém aprendendo as palavra, no colégio, mas tô aqui com vocês e hoje eu tenho a minha vida em ordem. Graças a Deus.”

Uma negociação de identidades, portanto, está presente no sentido dado por Dona Laci, na escolha dos pontos de sua trajetória⁴⁵ para narrar sua vida, buscando recorrências, desvios, continuidades e discontinuidades em seus tempos vividos, pensados e narrados. Entre o grupo de fiéis, de “crentes” da Assembléia de Deus, Dona Laci não apenas elaborava uma montagem dos tempos pensados e narrados como uma forma de passar a Palavra de Deus aos companheiros de igreja como aprendia, com esse grupo, uma forma de dar sentido, ordenar e narrar suas memórias em meio a memórias coletivas, que diziam respeito à trajetória do grupo com quem se encontrava identificada.

Quando estava com Dona Laci, em sua casa, a sós com ela ou em companhia de seus filhos e netos, a narrativa de suas lembranças ganhava outros tons. Nessas situações, me sentia como uma espécie de referência para o ato de lembrar, na medida em que me tornei um ouvinte atento, e insaciável. Não que fizesse perguntas o tempo todo, ou que portasse um gravador, uma câmera de vídeo ou uma máquina fotográfica permanentemente⁴⁶. É que, reconhecidamente, pelos narradores da ilha, o processo mesmo de lembrar e, principalmente, de narrar, é não apenas valorizado, mas feito em

⁴⁵ Para Bourdieu, a noção de trajetória diz respeito à “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a constantes transformações”. (BOURDIEU apud ECKERT, 1996-1997/24).

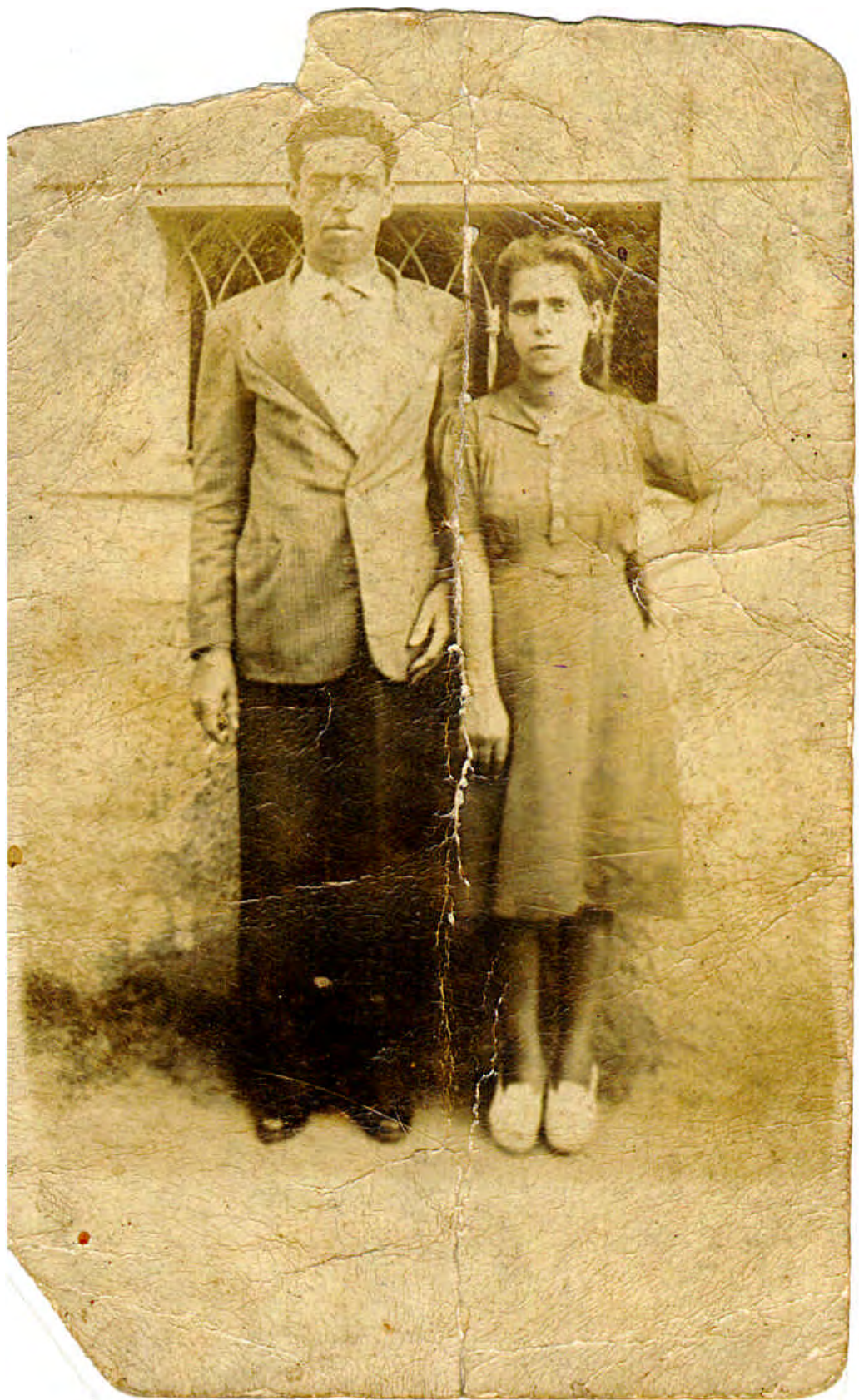
⁴⁶ Carmen Lucia da Silva (1998), tendo trabalhado com os remanescentes da sociedade indígena Xetá, realizou uma “etnohistória” do grupo, cruzando os relatos e as temporalidades narradas por seus informantes. A pesquisadora observa que de tanto participar desses jogos de lembrar/contar/esquecer com os Xetá, acabou se tornando também uma informante para o grupo que lhe perguntava “o que você descobriu de novo?” (SILVA, 1998:29)

conjunto com o ouvinte. E quando o ouvinte é alguém “de fora” da ilha, disposto a se familiarizar com suas memórias e ritmos cotidianos, as narrativas ganham uma conotação diferente. Não se trata, então, do “testemunho” na igreja, enquanto “culto” às lembranças em comum, em que os grupos sociais costumam marcar seus laços de solidariedade e suas diferenças internas ao comporem suas “comunidades afetivas” (Halbwachs, 1990), mas de uma narrativa com um tom mais investigativo e, por vezes, “alegórico”⁴⁷, com a intenção de traduzir e trocar visões de mundo e formas de estar no mundo.



Dona Laci - Eu sou de Morretes, pertence a Sebastião do Caí. Lá que eu, lá que eu nasci, lá que eu perdi minha mãe, e vim pra cá, pro Rio dos Sinos. Rio dos Sinos é aqui. Aí minha madrinha me trouxe pra cá e eu fui criada, me criei com ela. Depois em seguida morreu meu pai também. E meus irmãos também se foram tudo. Têm só eu e o meu irmão, que mora na Vila Ingá. E aí depois eu casei, apareceu esse rapaz que é daqui, da ilha, e aí nós casemo, e tiramos a licença de lá, por causa que acharam melhor tirar a licença lá e eu casar aqui, né? Que ele era daqui, natural daqui. E vivêmo esse tempo todo. Criemo os filho, sô mãe de doze filho. Hehehe. Tenho... três perdi, por que Deus quis, né? Vou fazêr o que, mas os outros tão aí né? Graças a Deus.”

⁴⁷ James Clifford entende que o conhecimento produzido pelo processo etnográfico se assemelha á forma de linguagem da “alegoria”, “fábulas do contato”, na apresentação de idéias por meio de estórias. Alegoria presente não só ao conteúdo do relato etnográfico, mas à própria forma desse relato (CLIFFORD, 1998:62).



Dona Laci com o esposo, durante a Festa de Navegantes, em Porto Alegre.

Sendo assim, o tom investigativo das lembranças narradas por Dona Laci se dá no ato de contar como era a ilha ou como ela é, ou ainda, como Dona Laci situa-se nos muitos cenários narrados, em um esforço de transmitir significados apreendidos socialmente. Dona Laci contava, recontava e contava de novo, muitas vezes, as mesmas histórias, mas sempre trazendo novos detalhes, relacionando os momentos de sua trajetória de vida, percebendo lacunas e questionando-se sobre os significados de suas escolhas e dos atos das pessoas que se encontravam ao seu redor. Lembro-me, particularmente, de um dia em que lhe entreguei as fotografias que havia feito em seu “colégio”. A impressão que tive era de que as fotos em que apareciam em destaque suas mãos, ou mesmo o rosto, com a pele enrugada pelo tempo, causaram impacto.



Silenciosa, após ver as fotos, dirigiu-se para a cozinha para fazer café. Fiquei conversando com o filho, que logo saiu. Então, sentado na cozinha, em frente à Dona Laci, acompanhei mais uma vez Dona Laci revirar seu passado, com uma certa tristeza nos olhos. “Sou mãe de doze filhos”. Contou dos filhos que morreram, um, quando nasceu, ligado ao sonho com o tesouro (“a criança nasceu e morreu, no mesmo mês”). Outro filho “se apaixonou” e “morreu de ó” (fazendo o gesto de beber). Ainda outro filho morreu atropelado “na faixa” (BR-290). Contou da mãe que morreu quando Dona Laci tinha nove anos de idade, quando então seu pai a levou para morar com o padrinho. Os irmãos também foram “dados”. “Se espalhemo tudo por aí”. A irmã, matou-se por causa do namorado, e um dos irmãos que foram morar com outros parentes, morreu “de tifo”. Dona Laci ainda lembra, estava capinando, quando viu passar um barco, com um velório, as velas acesas, as pessoas rezando. “E eu não sabia. E era o meu sangue que ia ali”. Rio abaixo. “Não é fácil. Tá vivendo”, concluiu nesse dia.



A narrativa de Dona Laci destaca as dificuldades de um tempo em que “não tinha a ponte”. Apesar de ter nascido em Morretes, que fica no continente, na parte mais ao norte da Ilha Grande dos Marinheiros, viveu mais tempo perto da água. Quando casou foi morar no Furadinho, uma espécie de ilhota, hoje desabitada, no Canal Furado, que fica na margem oposta, à direita da Ilha Grande dos Marinheiros, ao norte da Ilha do Pavão. Morava com o sogro, trabalhavam na roça, cortando capim, como muitas famílias. Mudou-se novamente, então com os filhos e o marido, para a Ilha Grande dos Marinheiros, para mais perto do colégio.



Dona Laci - Nós era pobre, era plantador. Vivia da roça. Depois que eu me casei, nós morava aqui, não tinha luz. De uns cinco ano pra cá que veio luz. Não tinha luz.
(...)
E, e era ruim de viver aqui. Porque a gente, pra ir na cidade, tinha que ir de caíco, a remo. Que naquele tempo nem motor tinha, e poucas lancha também tinha. E agora não, agora é uma chuva de lancha, e tudo a motor. Naquele tempo era tudo a vara, ou pano. Era poucos motor que tinha.
(...)
Vara é umas taquara, assim, uns pau grande, empurrando assim o barco. Ia até fim do Caí, lá. Os coitado passavam trabalho.

A dificuldade da travessia marca outras dificuldades vividas “naqueles tempo”. Não sabe nadar, mas andava de barco. Morre de medo da água. E morando sempre perto dela. Mesmo quando passou um tempo morando fora da Ilha, foi no Bairro Navegantes, cujo nome já diz, fica à margem oposta do Lago Guaíba, em Porto Alegre. Trabalhou de cozinheira em clubes no Bairro Navegantes, na zona de cais, fazendo comida nos movimentados espaços de lazer à beira do lago, que então, era chamado de rio. Até que se aposentou, com a pensão do esposo, após sofrer um acidente. Ia saindo, na faixa

(estrada BR – 290), que ainda formava, junto com a ponte, apenas uma via de mão dupla. Um carro pegou-a em cheio. Foi pedir indenização do motorista, mas não ganhou porque contou a verdade para o juiz:

Dona Laci - Mas eu fui em favor do homem, na hora.
Eu disse, o homem botou, tava me entrevistando, né?
- A senhora olhou, pros dois lados?
Que tinha que olhar pros dois lados, da cidade e pro lado de Guaíba.
Eu disse: - Pra cidade não olhei.
Perdi. Não ganhei nada.

Apesar do acidente ter marcado seu jeito de caminhar até hoje, não significa que Dona Laci diminua o passo. A narrativa sobre as dificuldades passadas tem esse ponto de convergência com o seu “testemunho” na igreja. O lugar ativo que Dona Laci ocupa hoje na comunidade, após superar tantas adversidades, é marcado pela disponibilidade em ajudar os vizinhos que também “passam trabalho”. Seus acolchoados são para todos, da igreja, ou não.



Dona Laci - Não eu dou pra qualquer um assim, que é pobre. Eu faço e dou. Lavo a roupa, ganho roupa de montão. Quando eu vejo chega um carro cheio de roupas aí. E tem roupas boas. Então aquelas roupas boas eu lavo, e as ruim também, pra fazer acolchoado, que eu não gosto de acolchoado sujo. E as roupas boas eu costuro, tem as máquinas, e dou pras pessoa pobre. Tem saco e saco embaixo da minha cama.

Mas há momentos nos relatos de Dona Laci que se diferenciam do sentido que deu para o “testemunho” feito na igreja. Quando realizamos a entrevista para o vídeo “Ilha Assombrada”, Dona Laci contou algumas estórias de tesouros enterrados e assombrações que guardam os tesouros e que se associam ao cemitério que havia no terreno onde hoje é a sua casa e, praticamente, no terreno dos fundos, fica a Igreja Evangélica. São figuras demoníacas, segundo o sistema de crenças pentecostal da Assembléia de Deus, mas que se filiam a um outro campo semântico em que essas imagens remetem a outros sentidos no imaginário das águas e das ilhas do Arquipélago. A narrativa escolhida para iniciar a apresentação é uma dessas estórias a que me refiro, ligadas ao “tempo dos antigos”, com ela diz. Outro exemplo é o “dito” sobre o tema da bruxaria, que Dona Laci aprendeu com o marido, “que era benzedor” e com a sogra que era benzedeira “daquelas antiga mesmo”:

Dona Laci – Diz que é. Os antigo dizem que é sete filha mulher, quando a mãe ganha sete filha mulher. Então a última sai bruxa. Outros dizem que sete filho homem sai lobisomem. Assim os antigo dizem, não sei. Mas eu não acredito, meus filho nunca tiveram embruxado. Graças a Deus.

Estes conhecimentos, e outros, Dona Laci interpreta, hoje, seguindo o sentido corrente na Igreja Evangélica. Mas ao narrá-los, vai desfiando significados que estão ligados a uma memória que extrapola o universo simbólico do seu grupo de “crentes” evangélicos. Memória que remete a outros sistemas de crenças e representações que forma um campo semântico que reúne essas imagens, estórias, lendas que remetem ao “tempo dos antigos”, mas que se encontram, ainda, presentes no cotidiano dos moradores da Ilha e se relacionam com seus sentimentos de pertencimento a esse território.

Antes de entrar nessas estórias, porém, é preciso apresentar os outros narradores, em torno de uma reflexão sobre a sua “arte de dizer” no contexto das ilhas e da cidade de Porto Alegre.

2.3. Seu Cláudio



Eu vinha no barco. Vinha no barco.
Vinha eu e um irmão meu, né?
E como tem esse pinheiro lá pra cima, saiu de perto da
figuera assim.
Umaz onze a doze bola de fogo assim que subia.
Subia, era até um dia de vento leste muito forte.
E eu vi aquilo e meu irmão ia remando de costa pra
aquilo e eu ia de frente, né na popa sentado, aí assim eu
disse pra ele:

- Paulo, Paulo lá, olha lá, olha aquilo ali
Um monte de bola de fogo saindo assim, tipo um
liquinho aceso assim, entendeu?

Bem forte e se desmanchava no ar.
E... muitos diziam que ali tinha ouro.
Acho que ouros ali.

Aí no outro dia.

(...) na outra terça eu fui lá mais aí a lua tava muita
clara, né? Fui lá a pé, fui a pé pra olhar.

Se de repente tem oro enterrado aí vamo cavar, né?

E a figuera tá lá, a figuera ainda, não sei se é esse o
mesmo ouro. Então diz que ali só sai, eu vi sair ali.

Uma, tipo uma, uma pessoa de branco, uma mulher de
branco saía assim. Passava pela, cruzava.

Saía dali e passava pro outro lado assim, olhando pra
gente.

Um monte de gente diz que tem os escravo ali.

Tinha uma casa que embaixo tinha um porão e tinha
até corrente pra amarrar os escravo.

É. Muitas coisas eu já vi assim, né?



Cláudio, Seu Cláudio, Irmão Cláudio. Assim como Dona Laci, Seu Cláudio é “crente” da Assembléia de Deus. É pastor, e até construiu uma pequena sede da igreja no quintal de casa onde pode realizar alguns dos cultos semanais com os vizinhos, já que mora longe da sede situada à beira da ponte. Seu Cláudio vive na parte mais “para cima” da Ilha, um pouco antes do meio do caminho entre a ponte e a ponta norte da Ilha. É um lugar menos densamente ocupado que a parte da vila onde mora Laci. A casa de Seu Cláudio encontra-se à beira do rio, na rua Nossa Senhora Aparecida, aproximadamente no meio da ilha. Nesta parte a rua tem jeito de uma pequena estrada, conduzindo até o “fim da Ilha”, como chamam. As casas são dispostas em terrenos maiores, lado a lado, mantendo a antiga disposição de casas que a Ilha possuía. Os terrenos são maiores, já não são tão divididos como na parte mais densa da vila, e a medida que se “sobe” da vila para a parte “de cima”, diminuem os terrenos ocupados na beira do rio, à direita da estrada. Nas margens, então, se vêem mais trapiches, barcos e caíques, amarrados aos troncos de árvores. É o caso da frente da casa de Seu Cláudio, onde se encontra a Jerusalém, embarcação onde Cláudio exerce a sua outra atividade, além da função de pastor. Seu Cláudio é pescador.

Seu Cláudio - Nasci nas ilha.

Nasci nas ilha, e sempre eu trabalhei com pesca, né?

Na época eu caçava também, mas depois paramos com caça porque aí veio essa lei do... do IBAMA aí né?

Que não pode caça, aí eu só pesco, sempre pesquei.

(...) Toda a vida, mais de quarenta anos, que eu trabalho com pesca.

Seu Cláudio, enquanto narrava suas lembranças, por vezes assumia a figura do pescador das ilhas, por vezes era o pastor evangélico que se sobressaía na forma como orientava o sentido do “dito”. Ora narrava um acontecimento, como a visão que teve das bolas de fogo, ou de um tesouro enterrado com que a mãe sonhara, ora tecia a explicação evangélica para essas “obras do inimigo, do diabo”. Mas a sua trajetória

social trazia ainda mais nuances a essa “negociação de identidades”, fazendo pensar na figura de um pescador urbano que entra em contato com muitos dos universos simbólicos presentes à metrópole, a partir da ilha e do rio.



Seu Cláudio - Eu comecei a pescar quando menino, né?

Eu, desde os oito anos de idade, comecei a pescar com um tio meu, esse.

Ele trabalhava fora e deixava eu que era pra cuidar da casa assim e pescar. Quando ele vinha nós só largava na água os espinhal.

Naquela época era espinhal, não era rede, entendeu?

Não era rede, era espinhal e nós largava dentro d'água.

E quando ele vinha do Alcarás, da outra ilha, nós largava logo o espinhal.

Então eu comecei a me envolver com pesca, assim, entendeu?

Trabalhei em firma alguns anos, uns doze anos não lembro.

Mas depois eu não gostei de trabalhar em firma.

Gostei sempre de tá na água, trabalhando com pesca, né?

E peguei vários peixes, de tudo que foi jeito.

Grande, pequeno.

Eu pesco assim porque eu, eu tenho prazer de pescar.

Eu gosto da pescaria (...)

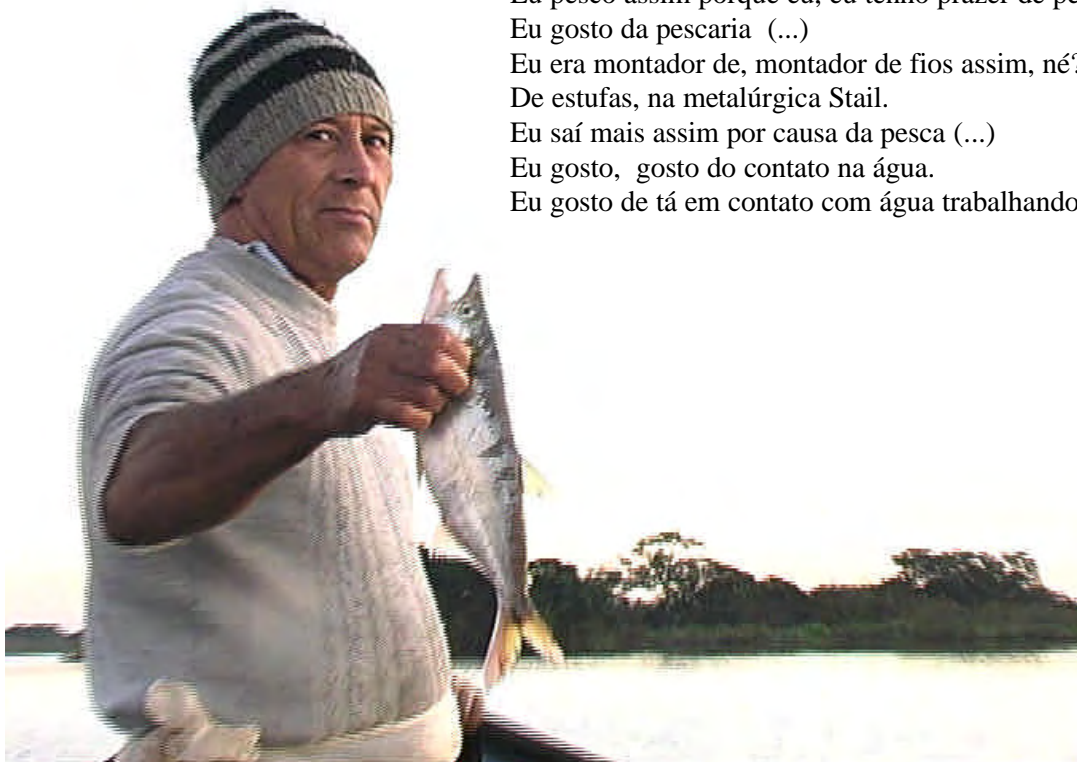
Eu era montador de, montador de fios assim, né?

De estufas, na metalúrgica Stail.

Eu saí mais assim por causa da pesca (...)

Eu gosto, gosto do contato na água.

Eu gosto de tá em contato com água trabalhando.



Um pescador urbano. Acompanhei Seu Cláudio em uma pescaria no canal Furado Grande. “É o canal, depois ali é o Furadinho, vem do Rio Gravataí, mas pra mim já é tudo Rio Guaíba”, dizia o Seu Cláudio, colocando sua rede ao fim da tarde para retirá-la nas primeiras horas da manhã. Enquanto o barco avançava para dentro do rio, para longe da Ilha, o sol saía, as nuvens abandonavam seu lugar. E a água respondia, brilhante. Na companhia de mais dois vizinhos, Seu Cláudio tinha outra performance dentro do barco, que ao menos eu ainda não tinha visto: por momentos se descontraía, brincava com os companheiros, falava alto, dava risada, e principalmente, no espaço masculino do rio, assumia o lugar do mais experiente, comandava a operação. Mas também ficava quieto, concentrado boa parte do tempo.

Fomos, primeiro, com o motor ligado, até a ponta da ilha do Humaitá. Seu Cláudio desliga o motor. Troca de lugar com o companheiro Sandro. Amarram a ponta da rede num galho de árvore. Então, Seu Cláudio começa a remar. Está de costas pra mim. Suas costas ficam enormes, o pescoço também. Puxa o barco, como se não fizesse esforço. Sandro começa a largar a rede. Larga uma ponta com a bóia. Deixa correr um pouco, larga outra. E Seu Cláudio vai largando a outra ponta da rede, amarrada em uma pedra. E esse é o ritmo. Remo, rede, pedra. Remo, rede, pedra. Só é interrompido quando a rede tranca no fundo, em um pedaço de pau, de taquara. Aí, Seu Cláudio rema no sentido oposto, para não esticar a rede. Sandro e Seu Cláudio puxam a rede, sacudindo sem forçar demais, até soltar. Voltam então a remar, a largar a rede, a meio metro dos aguapés e juncais. Segundo Seu Cláudio, é onde o peixe fica nessa época, é mais quente ali do que no meio do canal, onde ainda era frio, no mês de maio. É onde andam também ratões do banhado, garças, biguás. E mosquitos. Capivaras e jacarés também, mais raramente.

Ao retornar, eu via ao longe o perfil dos prédios do centro de Porto Alegre, o que me fazia pensar na música do gesto ritmado de Cláudio entre remar e largar mais alguns metros de rede na água como um som quase escondido da cidade, que nem sabia

de nós. Que não podia nos ver, nem ver a si mesma, como eu podia vê-la, e como a vêem, todos os dias, esses pescadores, como paisagem.

A pescaria se completou na manhã seguinte, com a retirada de alguns peixes, não muitos, mas o suficiente para não perder a viagem. Munido da câmera de vídeo, pude contar em imagens o que só o diário de campo pode registrar do dia anterior.



















Assistindo às imagens com Seu Cláudio e a sua esposa, Dona Ivone, via que ele estava contente com o pescador que aparecia na tela. A esposa implicava – “Tu se presta!” A presença constante dos prédios de Porto Alegre ao fundo do quadro, nas imagens, traziam-me à lembrança algumas das narrativas de Seu Cláudio, contadas na entrevista que fiz com ele, sobre suas muitas travessias e deslocamentos de barco.

Seu Cláudio - Nós saía da Ilha da Conga lá pra Rua do Parque, lá. (...) Naquele tempo, quando eu era guri, não tinha o cais ali.

Então o barco entrava ali e ia lá na Voluntários, nosso barquinho. Então nós ia lavar casa de família, esfregar o chão.

Ia lá pra pegar as coisas que nós ganhava das famílias, pra levar pros outros tios lá na Ilha.

Nós acendia o fósforo para clarear o barco no rio, escuro de noite. Bah! Um trabalhão, passemos.

Eu que sei o que minha mãe passou, muito trabalho.

E os barcos lá, pegando nós, no meio do rio.

Seu Cláudio traz, marcadamente, no seu depoimento e na sua prática da pesca, a experiência de habitar a Cidade de Porto Alegre a partir da sua periferia, mas de uma periferia muito especial: uma ilha. As dificuldades passadas junto à sua família, quando era obrigado a cruzar o rio, mesmo sob mau tempo, para ganhar o sustento, parecem reforçar a sua escolha em preferir a pesca do que se submeter às poucas possibilidades de trabalho que a outra margem do rio lhe reserva. Mas se a pesca lhe confere, hoje, um lugar valorizado junto à sua comunidade, enquanto um experiente e reconhecido pescador, sabedor dos segredos da pesca, do rio e do clima, ao mesmo tempo a poluição dos rios e a escassez do peixe, principalmente em época de enchentes, anunciam que Seu Cláudio pode não ter muitos sucessores no ofício.

Quando conversávamos sobre a situação atual das ilhas, enquanto reserva ambiental, sobre o atual debate quanto às “ocupações irregulares”, Seu Cláudio não tinha dúvidas em afirmar: “Quem vai tomar conta disso aqui é a burguesia”. Quando o questionava sobre a possibilidade de sair do atual terreno, seja por indenização, seja por venda da propriedade, Seu Cláudio também não tinha dúvida em responder: se fosse um

negócio muito bom, claro que não recusaria. Perguntei então para onde ele iria. A resposta era óbvia: compraria outro terreno, “por aqui mesmo”, “nessas ilhas”. Mas a resposta desdobrava-se em uma constatação nada óbvia sobre as constantes mudanças de moradia na sua trajetória. Mesmo antes das ilhas formarem parte do Parque Estadual Delta do Jacuí, a oposição entre periferia e cidade já era vivida por Cláudio, e os momentos em que foi perdendo terreno para o “governo” ou a “burguesia”, longe de serem vividos como um desenraizamento, só fortaleceram seus sentimentos afetivos quanto aos territórios e águas do Arquipélago:

Seu Cláudio - O povo mesmo vai ser empurrado mesmo pra longe, pro meio do mato ou pra outro lugar diferente...

Ou vão arrumar, dá uma escritura, isso aqui é por exemplo aqui ó.

Eu já morei no Pavão, na Ilha Grande, na Ilha da Conga. (...)

Eu morei na ponta do Pavão, lá embaixo.

Depois me mudei pra uma vila que depois chamava-se Vila do Sapo (...)

Depois o governo achou que tinha que tirar o pessoal que tinha a entrada da cidade, ficava muito feio ali.

Aí eu vim morar na Ginástica, Sociedade Ginástica São João.

Ali eu aluguei, alugava de uns proprietário ali, né?

Depois venderam pra Ginástica ali, aí eu vim, morei nessa ponta lá no Grêmio, lá embaixo.

(...) Ali eu morei também muitos anos.

Quando o Grêmio comprou lá nós tivemos que sair de lá também.

Assim sempre roda, né?

Roda pela vida.

Atualmente, Seu Cláudio mora com a mulher, Dona Ivone, e a mãe, Dona Jovina. Os cuidados com a mãe, hoje já pelos noventa anos, tomam boa parte do dia de Seu Cláudio. Após ter sofrido um derrame, Dona Jovina precisou ser cuidada por quem ela “criou”.

Seu Cláudio - Aí meus irmão não quiseram cuidar (...) queriam botar ela num asilo.
Eu disse não, aí eu e minha esposa combinamos e trouxemos ela pra cá. (...)
eu amo muito ela, minha mãe eu amo muito.
A gente tem Deus no coração da gente, né?
A gente conhece a escritura, conhece a palavra de Deus, o Evangelho, conhece.
E a Bíblia Sagrada diz, lá no livro dos provérbios, capítulo vinte e dois, versículo vinte e três, se não me falha a memória:
- honra teu pai que te gerou e espera tua mãe quando ela vier a envelhecer. (...)
Eu limpo, dô banho nela, ela me chama de mãe, “mãe, mãe”, né? Ela não sabe chamar pelo nome Cláudio, ela diz: “mãe, mãe” e eu vô lá e dô banho, limpo ela.



Seu Cláudio e a mãe, Dona Jovina

O compromisso moral e religioso em relação aos cuidados da mãe em seu envelhecimento são igualmente motivação para Seu Cláudio trabalhar as

reminiscências de sua infância, de uma trajetória materna de dificuldades e resistências onde o narrador acomoda suas lembranças no presente, para além de um *ethos* evangélico, a partir de crenças que o situam como sujeito de um *ethos* e tradição da memória coletiva dos habitantes das ilhas:

Seu Cláudio - Essas ilha aqui, essas ilha aqui tem muito dinheiro enterrado.

Tem muita coisa, tem muita coisa enterrada aqui.

No tempo das guerra, que naquele tempo não tinha banco.

Os, é os dono, quando viam que os inimigo iam atacar eles, enterravam, né? O dinheiro.

E se fosse, se escapavam com vida eles tiravam de novo. E muitos depois morriam e não conseguiram tirar mais, né?

Aí mesmo já acharam.

Aqui ó: eu vou contar uma história que foi... é certa.

Verídica que foi com a minha mãe mesmo que aconteceu.

Nessa ilha mesmo, aí em baixo, na ponta dessa ilha.

É, na época, eu agora eu sou, eu sou crente, sou religioso, eu sou da Assembléia de Deus, a gente vê pelas escrituras todas.

Mas naquela época assim.

A gente cria, eu cria algumas coisas assim.

Acreditava, assim né?

Tem coisa que eu acredito ainda.

A minha mãe teve três sonhos, três noites a seguida assim.

Teve três sonho que chegava uma parte assim, vinha uma mulher nela que dizia assim:

- Tu vai cavar embaixo daquele angazeiro.

Tinha um pé de angazeiro, angazeiro é esse que tem acima do rio.

- Ali tu leva uma bacia que tu tenha, uma bacia de alumínio que ali tu vai achar algumas coisa. Ouro pra ti, mas tu vai sozinha, tu vai quando tiver noite tu vai lá.

E a minha mãe sempre com medo, né? Não foi.

Três noite veio aquela história.

Aí a gente assim:

- Se tu chegar lá tu vai achar uma luz, que tá alumando, tu não te assusta viu?

Ela calava. Minha mãe não foi.

As três noite ela não foi.

Aí foi pra uma outra vizinha nossa lá em baixo.

Na ponta da ilha, foi lá. Diz que essa mulher que teve coragem.

Foi lá e achou, achou lá.

Achou porque aí ela achou aquela bacia cheia de moeda de prata e de ouro, um patacão assim ó, e bem na flor da terra quase.

Um pé de árvore, disse no sonho, mas bem em cima, acho que uns dois palmo e... viu só?

Aí na época ela achou uns esperto naquela época.

Foi vender eu acho, que enrolaram ela e levaram todo o dinheiro dela, deram uma mixaria pra ela e levaram o ouro todo dela.

Pessoa que não conhecia, né?

Não conhecia nada, nem sabia.

Achou uns esperto que ia negociar e vender pra ela e nunca mais. Continuou pobre a mulher, sempre.

Quem ficou rico foi o outro que levou, né?

E assim, e assim por diante. É isso aí.

2.4. Seu Adão



Isso aí foi na baixa de 40, na baixa da enchente. (...)
Eu não me lembro, mas, demorou um pouco.
Acho que levou, quase um mês, eu acho, pra baixar.
É quase um mês, por aí, né? E depois quando baixou.
Tá, nós ia vindo. A água vinha baixando nós vinha chegando
pra beira do rio, né? Com a mochila atrás, tudo.
Tá. Até que a água baixou, nós viemo embora.
Então não tinha casa, não tinha nada. Que que ia fazê, né?
Só a roupa de cama, e as panela.
Aí fomo parar num galpão, ali em cima.
Paremo naquele galpão.
Tudo bem. Agora vô contar a estória.
Tudo bem, paremo ali. Nós, os véio parava pra lá, assim, no
galpão, e nós dormia no chiquero, chiquero era o celero.
Mas o chiquero era aberto assim, que nem isso aqui assim, ó.
Por baixo era aberto assim, né?
Tudo bem.
Rapaz! A cachorrada.
Era noite e dia, rapaz, aqueles cachorro.
Aqueles cachorro desconfiavam das coisas.
Corriam que chegavam a chorar em roda da gente, que a gente
dormia e aqueles cachorro.
Tá, tudo bem.
Agora vou contar. Isso, não... Eu vi, né? Eu vi.
Então a mãe falava assim, no tal de bicho preto, é, porque o
bicho preto, passa aqui, onde ele passa ele arranha o chão, né,
tudo.
Nós ficava: – Será que a mãe não tá mentindo?
Nós uns pros otro, né? Deus u livre duvidar da véia.
Aí tá.
Aí um dia de manhã, né, a cachorrada tava doida.
Doida, mas eles se enfiavam, enfiavam galpão a dentro os
cachorro.
Casa não tinha, né? Era o galpão, só.
Olha, rapaz!
Eu vi um cachorro preto, desse tamanho!

Mas um baita dum cachorro, comprido assim, sabe?
Comprido assim, e dessa altura assim.
Era um cavalinho. Era um cavalinho.
E eu olhando bem e o cachorro passou correndo pela bêra da estrada e eu chamei
– Ô Jorge, ô Reco, ô Tereza!
Chamei a minha irmandade, tudo.
- Ali, olha o bicho preto! Olha o bicho preto lá!
Olhá rapaz. Isso aí foi na baixa de 40, na baixa da enchente...
Mas tinha que ser o tal de bicho preto.
Tinha que ser, eu mostrei pra ele, tudo.
Até agora nós conversemo essas coisa, eu e o Jorge, né.
Meus outros irmão já morreram. Conversemo.
Quando eu converso essas coisas com o Jorge, ele diz assim:
– Mas é mesmo, tinha que ser o tal de bicho preto.
E ele era grossinho, sabe?
Era um cavalinho, era um cavalinho.
Então contando pra mãe, eu chamei a mãe, chamei o pai.
Pra eles ver, mas não deu tempo, o troço corria muito.
De manhã, quando vinha clareando o dia.
Tudo bem.
Aí a mãe começou a contar a história do bicho preto.
Que era um filho, né?
Que era ruim pra mãe, botou a encilha dele na mãe, montou a cavalo na mãe, né?
Então nós ficuemo naquela assim.
Nós escutando e a mãe contando aquilo.
E eu disse:
– Ô Jorge, era o tal de bicho preto, era um cavalinho.
Então essa estória eu queria contar pra vocês.
Hahahahaha! Hehe.
Eu queria contar essa estória.



De todos os informantes da pesquisa, Seu Adão foi o que mais desempenhou o personagem do narrador, do contador de estórias. No longo caminho que vai da ponte até a sua casa, ao norte da Ilha (são 12km, aproximadamente), é referido por todos como uns dos mais “antigos”, como hábil narrador, como um representante legítimo do “ilhero”. Enquanto caminhava pela longa estrada, ao perguntar por ele, escutava de filhos, parentes, ou apenas conhecidos de Seu Adão, que eu “tinha que filmar o velho”. “Aquele sim!” O reconhecimento de sua autoridade se dava a partir de dois fatores principais: pela família a qual Seu Adão pertence, (a referência a ele era feita em conjunto com a irmã Eva e o irmão Jorge, também “antigos”), e pela sua habilidade em narrar as estórias da Ilha e encadear as suas próprias estórias pessoais em tom de “causos”⁴⁸. A maneira como se referia às pessoas que lhe contavam estórias não deixava dúvidas: era na companhia desses narradores que estávamos, quando Adão somava a sua voz às vozes deles:

P – A sua mãe lhe contava muita estória, seu Adão?



Seu Adão – A mãe? Contaaaava. Mais!

Quando assim, quando nós, nós era muito pobre, né?

Como semo ainda, pobre. Então a mãe tava, tudo bem.

Ela se sentava. Às vezes não tinha comida, não tinha nada.

E ela se sentava:

- Vem cá meus filho, vou contá uns causo.

- Tá, vamo escutá o causo.

Nós amontoava tudo. Nós se amontoava tudo em roda dela.

Conversando, assim. Coitadinha.

Contando a estória dela, tudo, né?

Os causo, dos bichos, das coisa que ela passava, da vida muito braba, muita fome, tudo.

Aí dizia ela assim... que nem nós agora! (...)

E aí ela contava aquelas estória, de quando ela era pequena, do pai e a mãe dela, que eles existiam, existiam, o casal de véio.

O pai e a mãe dela existiam. Então dizia a vó, minha vó.

Ruim, ruim, ruim, como carne de cobra.

⁴⁸ Luciana Hartmann (2000), trabalhando com performances narrativas entre “contadores de causo” na região da Campanha do Rio Grande do Sul, entende que o “causo”, ou o “cuento” na região da campanha, pode ser entendido como um “etnogênero”, se comparado a outras formas de expressão oral em contextos populares no Brasil, mas observa que no seu sentido “êmico”, entre os contadores, “tudo são causos” no que se refere aos eventos de fala, na forma de estórias contadas (HARTMANN, 2000:84). No caso da ilha, o único a usar o termo foi Adão, os demais informantes mantiveram a expressão “estórias” da ilha, dos antigos, etc.



– Tu já tá mentindo, Mantina? Tu não tá mentindo aí, Mantina?
- Não mamãe, eu tô contando, como é que era.
– Tu não vai menti pras criança, Mantina!
Hahahahaha!
E ali nós tava, então nós tava escutando as estória dela.
Alguma estória a gente ficou, né?
Outras a gente esqueceu, a gente era muito novo, tudo.
Muito pequeno, então, esquecemo um pouco.
Tudo assim. Mas era bom! Era bom.
Nós se criamo numa vida que eu vô te dizer, rapaz.
Vida braba mesmo.

Seu Adão trabalhou muito, e trabalha ainda. Desde a infância, até os seus 68 anos. Ajudando os pais, os avós, carregando lenha, cortando capim, tirando leite. E depois “embarcado” em dragas coletoras de areia, e depois fazendo barcos, regatas de competição. A infância é marcada pela lida no contexto familiar, em que os pais e filhos conformam, juntos, uma unidade de produção, trabalhando na “lida” para conseguir o sustento.



Seu Adão - Essa fazenda, esse nosso sítio aqui.
Aqui são, são 7 hectares de terra. Isso aqui foi comprado na época por 4 conto e 500 e mais uns troquinho. 4 conto e 500 e mais um pouquinho.
Tá. A véia que vendeu, a... falecida Aninha.
Depois que ela vendeu, se arrependeu.
Se arrependeu de ter vendido, né?
Ih! os meus véio já tinham vendido canoa, já tinham vendido tudo que eles tinham. E a véia se arrependeu e queria de volta. Queria de volta. Aí os véio não quiseram, né?
Mas Deus u livre e guarde.
Aí ela rogou uma praga pros véio.
Que eles nunca há de botar uma camisa com o dinheiro ganhado daqui. Nunca, nunca eles iam botar uma camisa com o dinheiro ganhado daqui. Pois olha rapaz. Nós era tão pobre! Hahaha!
Nós era tão pobre que pra nós fazer alguma coisa, com o dinheiro daqui nunca se comprou nada.
Nunca mesmo.



Os momentos da infância, narrados por Seu Adão, foram vividos entre a casa dos pais, no terreno comprado da “falecida Aninha”, na Ilha Grande dos Marinheiros, e a “Fazenda dos Clemente” que ficava na margem em frente, onde hoje se situa a Ilha das Garças e outras áreas desabitadas do Delta do Jacuí. Entre os “Clemente”, os

“patrões” para quem seus pais e avós trabalhavam, e a sua família, desdobravam-se relações de compadrio, de obrigações mútuas⁴⁹.



Seu Adão - Aqui era os véio.

Aqui era os véio, mas o véio meu pai trabalhava lá também.

O véio meu pai trabalhava com, ele era cumpadre do véio

Capitão Roberto Clemente, pela minha irmã, Tereza.

É, ele, o véio Roberto era padrinho da Tereza.

E o João Clemente, filho do véio, era padrinho do Jorge, meu irmão. Eles eram cumpadre.

Então, o véio meu pai trabalhava com o cumpadre João.

E nós trabalhava com o cumpadre Roberto.

Era assim. E vivia assim.

E a mãe trabalhava ajudando na cozinha, essas coisa assim.

E se criemo assim. Até trabalhar.

Aí tá, quando deu 8 ano, o Jorge com 12 ano, 12 ano, é, e eu com, com 10 ano, por aí, fui trabalhar lá na volta do Arroio Formoso, na Ilha das Flor. Lá eu fui trabalhar.

E o Jorge trabalhava aqui nos Viera.

E eu trabalhava com os patrão. Breno patrão, lá na ilha das Flor.

O terreno lá era do Marcílio Galego.

Rapaz! Eu sofri.

O meu patrão era soltero, e ia pra casa da guria, era filha do véio Bico, lá na Pintada. Era filha do véio Bico.

E ele ia pra lá, e eu ficava sozinho ali.

O vizinho mais perto era mais que daqui lá no sítio, onde eu trabalho lá. E agora?

Eu ficava sozinho, rapaz. Tirava leite de duas vaca. Levantava duas e meia da madrugada, pra trabalhar.

Que que eu ia fazê, né?

E assim mesmo eu trabalhei quatro ano lá com ele.

Seu Breno, diz que não existe mais.

Os patrão, não me lembro mais.

E era assim, nós trabalhava em tudo.

As vez largava o serviço e vinha pra casa, ficava facero.

Passava uma fêria grande. De repente a gente olhava pra lá

vinha vindo um desses Figueró, desses patrão, aí desses

Mendonça, aí a gente olhava vinha vindo.

Aí dizia - Ah, meu Deus. Já vem emprego.

Era certinho. Lá nós ia. Ganhava aí, quinze mil réis por mês. Eu ganhava quinze mil réis por mês.

Bah, rapaz! Cortava capim.



⁴⁹ Eunice Durham, em “A caminho da Cidade” (DURHAM, 1974), dedica-se ao estudo da passagem de um sistema social próprio do ambiente rural, em que a família, enquanto “unidade de produção familiar” tem importância fundamental, como Seu Adão descreve, para o modo de vida urbano, da cidade industrializada, a partir das trajetórias de algumas famílias de migrantes. O trabalho de Antônio Cândido, “Os Parceiros do Rio Bonito” (CÂNDIDO, 2001) é igualmente fundamental para se entender as transformações nos sistemas de organização da vida social em ambientes rurais, com a chegada da mecanização, com o crescimento das cidades e periferias no interior dos estados, com o abandono da unidade familiar pelos filhos para a migração aos centros urbanos, etc.

Bom, eu levantava duas hora da madrugada e ia dormir as dez hora da noite.”

Mas não só o trabalho produtivo girava em torno da unidade doméstica, também os momentos de lazer se davam privilegiadamente no âmbito familiar e na vizinhança próxima. Na infância, as brincadeiras aconteciam no limite entre o que “nós aprontava” e o que o era permitido pelo respeito aos mais velhos, como conta. Seu Adão tinha “uns oito ou dez” irmãos. “Ah, nós era uma praga”. O número incerto de irmãos é revelado no relato de acontecimentos que os levaram ao falecimento por razões difusas ocorridas em sua infância, como o irmão que morreu dentro da água, com um “espasmo”, aos quinze anos. Foi quando terminaram com o conjunto musical que formavam para animar as festas da redondeza. Violão, pandeiro, gaita. E a cantoria. Tocavam nas festas da família, chegaram a ser convidados para tocar em um dos salões de baile da Ilha. Enquanto contava sobre seu “conjunto”, Seu Adão fez questão de pegar o velho violão guardado debaixo da cama, já sem as cordas. Do velho violão, as músicas pareciam ainda guardadas, na madeira envelhecida. Seu Adão lembra de quando tocaram no casamento do “falecido” Capitão Roberto Clemente:



Seu Adão - Cada marca que nós tocava ele dava um mil réis. Então aquelas valsa: ‘Saudade matou’, ‘Saudade matou uns’. A outra ‘Faz um ano’.

Assim que apareceu essa nós cantava ela também. (...)

E nós tocava pra ele. Aí tá.

E ele tava lá, com a gata dele lá no canto.

Daqui a pouco ele metia a mão no bolso.

Eu dizia:

– Ó, aí vai vim chumbo grosso, aí vem chumbo grosso. (...)

É do tempo do Brim Coringa, ainda.

Tempo do Brim Coringa, na Farroupilha.

Farroupilha, era na Farroupilha*, sim. (...)

Então queria levar nós lá, né? Pra tocar.

Ah, nós fazia verso, improviso, também!

Nós trovava nós dois, desafiava, um ao outro.

Nós fazia de tudo! Ah, chegava de noite, né?

Porque o cara quando é novo não sente cansera, tudo é festa.

Tudo é festa. Agora, guria daqui não gostava muito de nós, nós era muito matrero.

* Seu Adão referia-se a um programa de rádio da emissora Rádio Farroupilha



Nós era demais, era uma e duas nós tava apertando mesmo.
Não tinha. Hahahaha!
Mas aquilo era um respeito: – Vô chamar a Dona Mantina!
- Que chamar o que! Pára com isso, pelo amor de Deus! (...)
Eu apanhei a última tunda quando eu tinha vinte e dois anos.
Bah! Rapaz, apanhei de tamoero!

Essas relações sociais conformavam um *ethos* marcado pela tradição, por um modo de vida onde a hierarquia familiar e/ou as referências ao trabalho sazonal em estâncias e sítios pertencentes a notáveis rurais e/ou urbanos, onde mesmo as relações desiguais, eram baseadas em relações pessoais, que se desdobram em relações de compadrio, dominação, lealdade e obrigações mútuas⁵⁰ entre descendentes de escravos, portugueses, indígenas que viviam em meio às propriedades rurais que subsidiavam as demandas dos núcleos urbanos⁵¹.

Esse é um primeiro ambiente, onde Seu Adão vai inserindo personagens que o formaram como um narrador. Eu ficava encantado com o modo como ele ia desfiando, nos seus “pra lá” e “pra cá” e nos “assim, assim” as descontinuidades desse tempo e dessas estórias e imagens de gestos e personagens nas “ruínas” da paisagem de hoje, em grande parte desabitada, ou povoada por outros modos de vida:



Seu Adão - O que aparece ali, tudo, tudo, lá, ó.
Na costa, aquele mato lá, ó. Tudo, tudo, tudo.
Lá por aqueles morro, do lado de lá do morro.
Tudo pelo Rio dos Sinos afora até a ponta da ilha ali ó.
É, o véio Clemente, Capitão Roberto Clemente.
Era dono disso tudo aí, ó.
Mas ele era um homem muito popular.
Muito assim... ele era ruim, ele era miserável.

⁵⁰ DURHAM, 1974:09

⁵¹ Segundo Ellen F. Woortmann e Klaas Woortmann, para refletir sobre a transmissão do saber no mundo rural, importa darmos conta das estratégias dinâmicas que orientam seletivamente a incorporação de conhecimentos e práticas novas, como respostas a mudanças no ambiente natural e social: “o modelo ideal a que se refere Godelier deve, ao nosso ver, ser entendido nos termos do que significa o real em cada cultura. Para os trobriandeses, a magia da agricultura é parte das ‘forças produtivas’ concebidas por aquela sociedade, tanto quanto o é a ciência dos solos no Ocidente moderno, pois, para aqueles insulares descritos nos clássicos etnográficos de Malinowski, as bruxas são reais. O saber mágico e as crenças religiosas, para os trobriandeses, tanto quanto para os sitiantes (benzer o pasto e o gado ou recorrer aos santos, por exemplo), são tão necessários quanto o saber técnico, e conhecê-los é fundamental para que o antropólogo possa dar sentido ao esforço produtivo” (Woortmann e Woortmann, 1997:14 e 15)



Mas assim era, era muito popular.

A véia, a véia dele era a falecida Neneca, Fortunata.

Era filha do Véio Borges. O Véio Borges, Borges de Medero parece que foi um governador, né? Ela era filha dele.

Eu não sei se era o dotor Barbachão, ou era o Borges que era o pai da Fortunata, era um desses dois. Não me lembro bem.

Me parece que era o Borges.

Gostavam muito do meu véio, meu vô.

A minha vó era casera deles lá, era governanta.

Ela era bugre. Coitado daqueles nêgo. Passavam um trabalhão com ela que era a coisa mais feia do mundo, né?

Era só nêgo, os empregado do véio, lá.

Tá, tudo bem. Então tinha o Tiodorão.

Tiodorão era um nêgo véio, alto.

Eu gostava muito dele, tava sempre trabalhando, sempre trabalhava na fazenda. Eu gostava muito dele.

Então quando ele vinha vindo já minha vó olhava.

- Já vem esse nêgo, desgraçado! Tenho um nojo desse nêgo!

- Mas por que, vó? Invocou com o nêgo, coitadinho.

Chegava na porta da cozinha, e a véia tá aí, bem bicuda, né?

Ela era governanta deles, dos Clemente.

- Tu já comeu, Tiodorão?

- Ontem.

- Já tá esse negro desgraçado. Ontem!

Hahaha!

Aí a véia fazia uma caneca, desses, canecão de café.

Canecão de azeite, os canecão era listadinho de preto e amarelinho. Ela fazia com café com leite, agarrava manteiga, agarrava soro. O soro batia, fazia a manteiga.

E o pão era feito nessas forma, de lata de querosene que faziam.

- Come aí.

O coitado do véio sentava, nós sentava em roda dele, né?

Nós gostava do nêgo véio. Aí a véia

- O que que vocês querem aí em roda?

- Deixa vó, deixa nós aqui, não se meta com nós.

- A lenha tá lá.

Aí dizia o Tiodorão:

- Não, eu vô ajudar vocês, pode deixá que eu vô ajudar vocês.

- Tá, tá Seu Tiodorão. Vamo conversar.

E aí ele passava a contar a estória dele, né?

Quando ele namorava, como é que ele fazia. Então, tinha a Santa Rita, aqui. Santa Rita não pertencia a Porto Alegre, a coisa nenhuma. Então aí ele dizia, com a voz grossa:

- Vou pegar os meus pitiço aí, e pegar minhas bota.

Botava, e pegava sebo de carnero e esfregava nas bota, pra amaciá! Aquelas bota do cano comprido, assim, né?

Bota de fazendero mesmo.

- E amaciava e aí eu ia pra casa da guria, daquele jeito assim.

- E os cachorro não lambiam o seu pé?

Hahahahaha!

- Os cachorro não lambiam o seu pé?

– Não, não lambiam não.
E era assim, nós gostava tudo. Gostava de tudo.

A sua socialização nesse ambiente é um dos pontos de partida das narrativas de Seu Adão, das estórias que “contavam”, que “diziam os antigos”, conformando uma memória compartilhada entre gerações. Uma das grandes narradoras desse tempo era a “Vó Candinha”, que diferentemente da “vó que era ruim”, passava horas contando estórias para Seu Adão e os outros netos:



Seu Adão - Ah, tinha a Vó Candinha. A mãe do meu pai. Aquela véia era boa! (...)

Um dia ela se sumiu. Ela caducou muito, ela já tinha na base duns cento e quinze, por aí, né? (...)

Era uma mulher velha, velha, mas véia que a cepa!

Ela pegava, ela tinha o balaiozinho dela, botava do lado assim, né? Pra costurar. Pegava as agulhas, ela enfiava.

Linha preta, linha branca, tudo, tudo.

Uma mulher véia! Que eu, olha!

Pra enfiar um buraco numa agulha, não, não enfio, não.

E ela fazia aquilo tudo. E contar estória pra nós. (...)

- Ô meu filho!

- Que é vó?

- Vô contá um causo pra vocês. Vem cá. Vô contá um causo pra vocês.

- É bom vó?

- É bom sim.

Então tá, tudo bem. Nós sentava tudo em roda dela.

E ela pegava o tição de fogo, coitadinha dela.

Pegava o tição de fogo pra acender o cigarro, e botava aquele cigarro na boca, pobrezinha. E era meio manhero o fumo.

E ela começava aquele tição de fogo na palha assim, no fumo assim, e vá chupar. Chegava a meter isso aqui pro fundo a coitadinha. Aí nós acendia pra ela, né?

Nós gostava muito dela, Deus u livre!



Mas a atmosfera rural que Seu Adão apresenta, apesar da intensa sociabilidade entre a vizinhança, marcada pelo trabalho, não se conforma, no entanto, como uma comunidade isolada, mas apenas ilhada da cidade de Porto Alegre. Seu Adão narra também outros tempos vividos que igualmente o formaram como um narrador, através de outras experiências que se somam à lida na roça. Trata-se das muitas práticas

cotidianas, dos muitos saberes cotidianos (que são também uma memória) que marcam a presença desses “ilheros” e seus gestos na paisagem do Delta do Jacuí, no trabalho de suprir a demanda dos ambientes mais urbanizados por produtos advindos do “selvagem” ambiente das ilhas. Um “saber-fazer”, para usar uma expressão de Michel de Certeau (1998), que se desdobra em mil táticas de habitar e fazer o seu ambiente social e natural. Um conhecimento que acaba por acrescentar algumas vantagens à “carreira profissional” de Seu Adão na cidade, onde o domínio do saber-fazer lhe oportuniza a honra do prestígio reconhecido⁵².



Seu Adão - Eu fui campeão brasileiro pelo Grêmio, de marcenaria. Fui lá no Rio de Janeiro tirar esse título. O único barco, o único prêmio. A única medalha que o Grêmio tem, a taça, tirada no Rio, foi com um barco que eu fiz. Com um barco que eu preparei, né? Eu preparava, mas eu fazia com gosto. Regata. (...)
Eu sou de engenharia naval. Só falta saber ler, né?
Eu sou marceneiro naval.

P - Onde é que o Senhor aprendeu a fazer barco?



Seu Adão - Ah, a necessita. Não conhece? Necessita. Necessidade. Que obrigou.

P - Ninguém lhe ensinou?

Seu Adão - Não, ninguém me ensinou. Eu olhava às vez os outros fazendo assim. Eu era homem véio, viu? Trabalhava no estaleiro, ali. Mas o patrão não tinha vergonha de me chamar de burro. E eu não tinha vergonha de ouvir aquilo ali. No meio dos outros tudo. E depois?

Depois de um tempo o patrão me chamava:

- Ah parece mentira Seu Adão, eu lhe chamava, lhe chamei de burro.

- Ah, se lembra?

- É me lembro, eu chamava de burro e o senhor ser grande, um homem grande aí.

Eu trabalhei pro Estado. Trabalhei pra Marinha, trabalhei. Naqueles barcos de madeira.



⁵² Nota-se como o “senso prático” tradicional pode ganhar reconhecimento em tempos “modernos”, como nota Pierre Bourdieu, em “La distinction - critique social du jugement.” (BOURDIEU, 1979) e também em “Le sens pratique” (BOURDIEU, 1980)



Aqui no Lucena, aquele Rio Novo ali.
Ali eu trabalhei pro Estado ali. Eu era chamado.
Eu era chamado lá pra sentar motor, lá.
O barco passava, parava pra me levar junto.
Digo: - Ah, não vô não.
Eles por aqui no estaleiro ali. Puxavam os barco pra
aumentar.
E depois que aumentava o barco, me chamavam pra alinhar
o barco, né? Lá ia eu. Ia lá, ganhava 50 pila. 50 mil réis.
Eu não sei lê por causa de uma paulada que eu levei.
Por isso que eu não sei lê. Agora número eu conheço.
Não assim, de olhar assim pra juntar tudo.
Mas se eu olho o metro eu conheço tudo, tudo. Faço conta.
Por exemplo uma casa né. Eu já sei quantos metro vai,
quantos de madeira precisa. Mas assim, fazer a conta, não.

Seu Adão reúne as qualidades dos dois tipos de narrador a que Benjamin se refere⁵³. Morando nas ilhas, Seu Adão uniu a qualidade do sedentário homem que conhece a tradição do seu chão com os muitos conhecimentos de “embarcado”, de “caiquero”, de “marceneiro naval” que acumulou em sua trajetória ritmada pelo valor do trabalho, da atividade profissional. Seu Adão trabalhou “embarcado” em navios, em “dragas” que extraem e transportam areia do fundo dos rios e que ainda hoje são presença constante nos canais de navegação. Quando trabalhava de marceneiro, o deslocamento por água também era constante. Fez um pedido para Nossa Senhora dos Navegantes, durante a procissão da padroeira da cidade de Porto Alegre. Foi o mesmo pedido que fez para o Cristo Redentor que conheceu quando foi ao Rio de Janeiro, ser campeão pelo “Grêmio”: proteção, e uma ajuda nas condições de vida.

Caça, pesca, lida na roça. Navegação. Benzeduras, preparação de chás. Técnicas de decantação de água. Foram muitos os conhecimentos expressos gestualmente por Seu Adão. Alguns destes, descreveremos melhor na parte III, em torno da memória compartilhada nas ilhas. Cabe ainda enfatizar a “arte de dizer” do narrador, de moldar a matéria do tempo.

⁵³ “Se camponeses e homens do mar tinham sido velhos mestres da narração, a condição de artífice era sua academia. Nela se unia o conhecimento do lugar distante, como o traz para casa o homem viajado, com o conhecimento do passado, da forma como este se oferece de preferência ao sedentário.” (BENJAMIN, 1994: 58)

Graças ao destaque na mídia para a questão do Parque Estadual Delta do Jacuí, o “morador” Seu Adão é procurado, com certa frequência, por jornalistas, por visitantes, por pesquisadores, por pessoas interessadas em sua situação. Seu Adão ainda lembra de uma das reportagens que fizeram sobre ele, o irmão e a irmã. “O homem tirava foto até das teias de aranha. Era acendendo o liquinho, era enrolando o palhero.”. O título da reportagem: “Gaúchos às escuras no século XXI”⁵⁴. A reportagem enfatiza as condições de vida de Seu Adão que “se conforma em beber água do Guaíba, mas reclama da falta de luz” em um “local que parou no tempo”.

A postura de Seu Adão é, no entanto, bem diferente. Tem até um certo orgulho, ao invés de se conformar em tomar água do rio que, segundo ele, é muito melhor que água com cloro. Dessa visão exótica sobre seu modo de vida, Seu Adão acha graça. Mas sobre outras intervenções no seu modo de vida, em relação à sua presença em uma área de preservação ambiental, já tem uma postura marcada, quando eu perguntava a ele sobre o que ele achava dessa sua situação de “morador antigo” em relação à política ambiental:



Seu Adão - Eu acho legal viu? Eu acho legal viu?
Mas não pode ter esse atrevimento que eles tem aí.
Como é que vou dizer. Exigir muita coisa.
Porque aí eles não vão fazer. Porque aí eles vão exigir que o seu fulano não pode passar aqui, não pode chegar ali.
Não pode passar lá. Não pode encostar na beira do rio.
Aí aqueles vão esculhambar. Aqueles vão esculhambar.
Tem que ser isso aí que é! Bom, eu moro aqui, né?
Nasci e me criei aqui, né? Eu sei o que que eu faço.
Aí me tiram daqui. Vão me botar aonde? Então eu vô ali pro outro lado, né? Mas aí eles não vão querer que eu vá.
Já é uma parte que vai ficá desgostoso. Mas que é legal.
É legal. Não pode exigir. Eu com esse tempo todo que eu moro aqui, eles não querem que eu mande em tudo, daqui lá pro rio, eu não saio do meu pátio aqui, igual. O que que eu vou querer?
Uma horta aí pra um bichinho, pra uma galinha, pronto.
Mas agora esse negócio de tirar, tudo, eu não acho graça. (...)
Quer ver uma coisa? O maricá, o maricá abafa tudo.
Se quisé uma capivara, um bicho que paste ali no meio, não tem. O maricá mata muto.
A folha dele, o espeto dele é bom pra criá bichinho.

⁵⁴ “Gaúchos às escuras no Século XXI”, jornal Zero Hora, domingo, dia 18 de fevereiro de 2001.

Bichinho de pescar, só pro que presta.
Mas eles não acreditam na gente que mora aqui, que se criou
aqui, né?

Seu Adão sabe do lugar que ocupa, hoje, enquanto um “antigo”, um “ilhero”. Desde que o conheci, colocou-se nesse lugar. Trata-se, certamente, de uma posição política que Seu Adão assume, já que a terra que os pais compraram, em 1911, é hoje, segundo as últimas definições da política ambiental do Delta do Jacuí, destinada à área de reserva natural, “santuário ecológico” onde a presença do cotidiano de Seu Adão e de outros moradores já não seria tão bem-vinda. Morando com uma das filhas, a Nica, e com outro filho no terreno ao lado, e ainda com a “netaiada” em volta, Seu Adão não cogita a hipótese de se afastar do chão materno e paterno: “Faço um barraco em qualquer uma dessas ilha.”. E acrescenta: “Se me levar pra morar na cidade, tá me matando.”

A postura de Seu Adão relaciona-se também a outros aspectos desse lugar de “antigo” que ocupa hoje. O papel de “guardião da memória”, sugerido por Maurice Halbwachs (1994), para os orquestradores dos referenciais dos “quadros sociais” da memória, é certamente desempenhado por Seu Adão, pois ele sente uma responsabilidade e um prazer em ser portador dessas estórias e um mestre na arte de transmiti-las. Mas trata-se de um papel que vai muito além da postura política.

Em uma das primeiras vezes em que estive com ele, Seu Adão me contava mais uma estória, de quando recebeu a visita de um grupo de estudantes, que queriam saber da Ilha do Lobisomem, mas lhe deram cinco minutos para contar a estória. Ainda que já estivéssemos conversando há um certo tempo, Seu Adão encerrava a estória com um pedido para que eu viesse “sem pressa”. Tratava-se de um convite para que eu dividisse com ele uma temporalidade de escuta muito específica, ritmada entre os fazeres cotidianos e os tempos em que se pode deixar a conversa seguir.

Seu Adão tem grande carinho por essa forma de sociabilidade já não tão comum nas ilhas. A roda em que se sentavam os ouvintes ao redor de um narrador, ou narradores entre si, para passar o tempo contanto estórias, escutando, com os “antigos”, “como é que era antigamente”, ou trocando, entre os não tão antigos, uma estória por outra. Após algumas visitas esporádicas, pude dividir com ele pelo menos um dia inteiro assim, “proseando”, com calma, em que gravei as narrativas apresentadas nesse trabalho. E mesmo nesse dia, após várias fitas gravadas, ele fazia como em todas as vezes, despedia-se, insinuando mais uma estória, que ele contará “depois.”

P – O senhor gosta desse tempo, de falar desse tempo?



Seu Adão - Ah! Se os meus neto tivesse aí, a gurizada, tudo, eles tavam tudo em roda de mim.

A minha nêga véia, as vez, quando chegava, assim, ó.

Ali mesmo, na janela, ela chegava assim:

– Eu logo vi!

Era os guri do Timóteo, a guria, os do Raul aqui, os da Eva aqui. Tá. se amontoavam tudo. Dia de domingo, então.

Onde eu tava, tavam tudo junto.

Tava sentado ali e eles tudo a roda. A véia chegava na janela:

- Eu logo vi, tinha que sê o paiço que tava aí.

Hahaha! Eu digo:

– Deixa eu conversá! Com as minhas criança.

Aí eu, eu inventava muita coisa, e eles tudo em roda, tudo apreciando.

E sempre foi assim, mas sempre me respeitaram também.

Eu brincava com a criançada.

Brinco que as vez essa guria fica doida comigo, aí. A Nica.

Bah! Rapaz. Fica doida comigo. Eu digo:

- Não adianta, Nica! Eu sô um homem velho, eu sô velho, mas meu espírito é de criança, eu gosto é de molecagem, não adianta! (...)

Aí eu conto pra gurizada né? Minha netaiada.

Eu tava contando uma piada pruma guria aí, sabe?

Mas ela foi muito mais esperta do que eu. Pah!

Eu tinha um cachorrinho, o pinguinho.

Eu me sentava, levantava do banco e dizia pra ele:

– Cuida aí.

Aí ele pulava no banquinho. Se deitava ali, ninguém chegava.

Aí a pretinha chegava, que era a filha do Timóteo.

- Seu cachorrinho, é? Seu cachorrinho cuida do seu banco, seu Adão?

- Cuida. Cuida sim. Qué vê vai e senta ali.

- Eu não! Ele tá assim, me olhando.

Tá, então tá.





- Quê que o seu cachorrinho faz?

Eu digo:

- Ah gurria! As vez eu passo trabalho com ele. Às vez não tem hora da noite, eu tô dormindo e é aquela barulhada.

- Por quê? Mas o que que é Seu Adão?

- Ah, ele sai aí, e pega esses bicho, e traz, e qué, e vem me chamar e bate na parede e eu não quero levantar e ele leva a lati.

- Mas o que que ele faz?

- Ele arrasta esses boi aí.

Que tinha muito búfalo aqui né? Búfalo do Vedana, era tudo aqui.

- Ele vai lá, pega aqueles búfalo lá.

- Eeele faz isso aí?

Digo: - Faaaaz.

Tudo bem, né?

- Seu Adão?

Digo: - Que é?

- O senhor já viu aquele cachorro preto que nós temo lá?

- Já, já vi.

- Aquilo é tão esperto que o senhor não vai dizê!

- Capaz?

- Hãnrã.

- Que que ele faz?

- Olha, seu Adão, ele pega. Esses dia ainda tava olhando, lá. Aquela barulhada nos talher, lá. Aí eu digo - Mas que que tá acontecendo?

E eu digo e aí - Que que tu fez, Pretinha?

- Fui vê, seu Adão. Era o malvadinho do cachorro.

- O que que ele tava fazendo?

- Procurando uma faca, que ele já tava com o búfalo do Vedana amarrado, e ia carnear o búfalo!

Hahahahahaha!

(...)

Mas é mesmo, eu gosto é da molecagem.

Mas como eu gosto, rapaz, não adianta.



2.5. Dona Maria



Aí uma noite meu marido fazia jogo de pife, em casa. Então eu sempre ficava acordada, pra fazer o café pros jogador, alguma coisa, né?

Aí eu saí pra fora e ele saiu junto.

Aí a gente se tratava negra, negra.

Negra, vem cá correndo. Eu digo, que que é?

E tinha o Renner, os fundo do Renner, e tinha um portão, mas tinha um morrinho que passava assim, era cheio de maloquinha pra cá.

Aí quando ele olha diz assim:

Olha lá nega, olha lá ligeiro.

Ah, pára, olha ligeiro, que que eu vou olhar?

Olha lá que tu vai te apavorar.

Quando eu olho assim eu vi aquele cachorro branco,

aí me apavorei, aí mesmo que me apavorei mais, né?

Aí tava aquela mesa cumprida assim,

tinha a minha casinha e tinha uma área grande que era cozinha e área ali e eles tavam tudo jogando, né?

Inclusive tinha um mesmo rapaz que era o mesmo nome dele, Adair. E ele tava assim jogando,

dizia, aí vem a minha,

bota a minha,

larga a minha.

Aí diz assim Ô Tocaio vem cá ligeiro!

Ah Adair, me deixa, deixa, eu vou ganhar agora.

Aí diz assim, mas vem que eu quero te mostrar uma coisa.

Mas que que é rapaz, mas que coisa tão importante é essa?

Aí largou as carta, fez assim, botou as carta na mesa, óia, não mexe aí que eu já volto. Aí foi lá, botou a mão.

Bah Tocaio!

Pra que tu me chamou?

Bah cara, olha lá!

Mas era um cachorro comprido, acho que tinha uns três metro, com a cola bem comprida, parecia um algodão.

A cabeça enorme, e ele ia assim, a passo...

movimento nenhum fazia ele olhar pra trás,

que fosse fazê ele olhá, não,

por mais barulho que fizesse, não.

A gente falou, ali, saiu pra olha, aí, eu me arrepiava todinha,

aí o resto da noite não podia dormir, com medo né?

Aí o cachorro se foi, se foi, sumiu.

Foi direto às casinha, às maloquinha que tinha ali.

Dali ele sumiu, né? A gente não se viu mais eles.

Isso que eu vi né? (...)

Era lobisomem, era um lobisomem mesmo.



Apresento, aqui, a última narradora, “Dona Maria”, “Vó Maria”. Deixei-a para o fim por alguns motivos. O primeiro deles, se deve ao fato a que me referi, no primeiro capítulo. Quando o documentário “Ilha Assombrada: Realidade ou Ilusões?” foi exibido, a reação de alguns moradores era de que Dona Maria, a mais hábil das três narradoras, “não era dali”, comentário que questionava a legitimidade de Dona Maria como uma narradora “da ilha”. Como é freqüente em antropologia, a aparente contradição acabou revelando questões mais profundas sobre a pesquisa de campo. Por um lado, o comentário sobre Dona Maria (e também sobre Dona Juventina, a outra entrevistada no documentário), que não se estendia à Dona Laci, revelava significados sobre a identidade dos “ilhéus”, dos “ilheros”, que encontrava sua expressão máxima na figura dos “antigos”. Mas por outro lado, acrescenta muito à reflexão que se vem tecendo sobre a memória, a cultura popular e a figura do narrador no meio urbano. Para tal, é preciso conhecer Maria um pouco melhor.

Dona Maria - Eu sou de Bagé. É. Eu sou da fronteira.



Ana Luiza⁵⁵ – Quando a senhora veio pra cá já era grande, já era casada?

Dona Maria – Quando eu vim de Bagé eu vim em 51, eu tinha 17 ano. Eu to com 65 vô fazê 66.

Ana Luiza – A senhora escutava muito história?

Dona Maria – Ah, escutava, lá em Bagé escutava muita história. Ih, lá em Bagé contava muita história, Ih... Tinha muita história lá em Bagé, bah! (...)



Quando eu vim pra Porto Alegre, meu marido era guarda duma firma. Lá no Menino Deus (...).

Aí eu já vim, pra morar com ele. Ele veio na frente. Ele veio na frente aí eu vim com, não a primeira vez eu vim com o meu tio, a segunda vez eu vim com a minha sogra, foi quando eu fui morar com o meu marido, meu marido veio na frente.

Aí já fiquei, morando numa construção. Depois ali não deu certo. Nós vendemo tudo.

⁵⁵ Ana Luiza Carvalho da Rocha. Ver detalhes da entrevista na Parte I.

Na época da entrevista, em 1999, Maria já não morava mais na Ilha dos Marinheiros, vivia com o filho na Ilha das Flores. Mas contou de muitos lugares em que viveu e trabalhou. Cíntia, uma das adolescentes da equipe do “Ilha Assombrada”, pergunta à Dona Maria sobre a sua chegada à Ilha Grande dos Marinheiros:



Dona Maria - Que eu vim pra cá pra ilha?

Eu vim já era casada, faz anos, já.

Já passei um bocado de tempo nessa ilha, passei bastante trabalho nessa ilha ali, com filho pequeno.

Aí o meu marido trabalhava de carroça, nós era bem pobrezinho.

A gente passou muito trabalho aqui nessa ilha.

Depois eu fui pra lá, aí eu já tava afastada do meu marido.

Não tava junto com ele, agora eu perdi ele, vai fazer três anos.

Agora dia 9 de outubro, que ele faleceu.

Mas a gente não tava junto, tava separado.

Aí eu moro nos fundo da casa do meu filho, esse que tá sempre me arrodando nesse período todo que eu moro nas ilha, né?

Sempre ele tá me acompanhando, né? Sempre, sempre.

Agora ele tá com trinta e nove ano.

Casado, tá com seis filho, esposa dele, tudo, eu moro nos fundo da casa dele, né?

Moro também com uma neta minha que tem um nenezinho com três mês, mora do lado da minha casa.

Tô ajudando a criar também, né?

Bisneto, é bisneto esse.

Suas indas e vindas por tantos lugares são lembranças de muitas dificuldades que superou, como quando morava no Dique, área que pertence também ao Parque Estadual Delta do Jacuí:

Dona Maria - Nós era pobrezinho, nós morava numa pecinha. Choviiiiia que nem sei.

Ali eu passei meus trabalho, passei muito trabalho mesmo.

De as vez não ter nem fogão a lenha nem fogão a gás pra cozinhar. Eu cozinhava numa lata, assim, pro lado de fora, com uma folinha de zinco ali no vento, na chuva, com tudo.

E tô aqui...

Foi quando morava na Vila Dique que Dona Maria teve uma filha “embruxada”:



Dona Maria - As bruxa? Sabe o que que elas fazem?

As bruxa pegam as criança, porque inclusive eu tinha, eu já perdi filho embruxado, uma menina embruxada.

Ela fica bem magrinha, a criança fica bem magrinha, bem sequinha. Um dia tá bem, outro dia tá ruim.

Um dia tá boa dos intestino, outro dia já tá com diarréia.

Fica magrinha, a criança não desenvolve nunca, nunca.

Fica bem magrinha, o leite não, o que toma, a alimentação não leva avante. Sempre magrinha.

Eu perdi uma menina, embruxada. (...)

Eu sô mãe de dez, só criei só um casal. Inclusive menina, guria, se fosse viva, era umas, guria eu perdi umas seis guria.

Para se defender do “embruxamento” (e para reconhecê-lo), assim como para cuidar dos netos, dos bisnetos, das vizinhas e “das pessoas que me procuram”, Dona Maria se valia dos conhecimentos que aprendeu quando era “guria” ainda.

Dona Maria - É um segredo, é uma benção, aprendi com a minha tia, minha mãe de criação. (...) Olha, faz muito tempo, quando eu...

A minha tia morava na Lima e Silva, eu era soltera.

Eu sempre trabalhava nessas casa de Porto Alegre.

Eu trabalhei muito em Porto Alegre.

Trabalhei até com o Ildo Meneguetti.

Aquele que era governador.

Com a filha dele eu trabalhei, muitos ano.

E aí eu ficava na casa da minha tia e ela benzia.

E as pessoa tinham tanta fé nela, os que moravam perto da casa dela, num apartamento, que às vezes ela nem benzia e as pessoa iam lá levá coisa pra ela, leva presentes.

Eu dizia assim pra ela: - Tia, a senhora benzeu?

- Não, minha filha, até nem benzi.

Ela pegava um copo e braza, pra benzer.

- Até nem benzi por causa que, elas tem tanta fé em mim que, só com a fé tá curando.

E aí eu ficava naquela. Aí ela me ensinou a benzer.

Aí eu aprendi. Aprendi a benzer no copo, eu benzo cobrero com três galinho verde, ou qualquer uma planta. (...)

E as pessoa tão sempre me procurando.

Criança, eu benzo bichinho na boca, aqueles bichinho que dá na boca? Eu benzo. E todo mundo me procura.

Às vez a minha guria assim:

- Ô mãe! O pessoal não deixa a senhora parada.

- Ah, que que tem, minha filha, um bem a gente faz pra qualquer um. Se eu tenho essa vocação.

Se as pessoa me procuram, porque é que eu vou me negá, né?

Não pode.



A mesma habilidade, de “alma, olho e mão”, de que se valia para benzer, Dona Maria parecia empregar, durante as suas narrativas, para desfiar as estórias que contava, através de gestos precisos e olhar penetrante ao tecer as estórias que se ligavam intimamente à sua rica trajetória social. Como veremos na parte III, não foi à toa que Dona Maria foi uma das maiores referências da pesquisa, no que se refere às “bruxas”, às “bruxarias” e aos “embruxamentos”, apesar destes serem conhecimentos tidos como tradicionais, relacionados ao tempo dos “antigos” nas ilhas. Como demonstra Sonia Maluf (1993), em “Encontros Noturnos. Bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição”, a figura da benzedeira é uma espécie de “duplo” da bruxa, uma pessoa na comunidade que se encontra igualmente em contato com essa espécie de poder feminino.

Tendo visitado Dona Maria algumas vezes, em sua casa, na Ilha das Flores, durante a pesquisa, ficava surpreso com as idas e vindas de Dona Maria em sua trajetória de vida, com freqüentes desenraizamentos quanto aos territórios de origem, de nomadismo em busca de um “canto” na cidade. Vinda de Bagé, tentou se instalar em Porto Alegre; voltou para Bagé; voltou a Porto Alegre; morou “numa construção” no Menino Deus; passava um tempo com a tia na “Lima e Silva” (imediações do centro de Porto Alegre); tendo trabalhado em “casas de família” numa região nobre da cidade (Rua Duque de Caxias); morou “no Dique” que fica já à saída da cidade; morou na Ilha Grande dos Marinheiros e, finalmente, morava na Ilha das Flores.

Da mesma forma me surpreendia com sua fé, uma verdadeira “bricolagem” que realizava pelas muitas redes de significado entre as “igrejas” que freqüentava: o Santuário Marista, à beira do rio, na Ilha Grande dos Marinheiros. Também na Ilha, o Centro Espírita Kardecista dos “Bezerra”. Na Ilha da Pintada, ia com o neto à Assembléia de Deus, mas não deixava de benzê-lo em casa, ainda que os “crentes” evangélicos não vissem com bons olhos a prática da benzedura. Para tentar salvar a filha que morreu “embruxada” recorreu a um parente que tinha terreiro de batuque. Mais do que seguir algum dogma, a crença de Dona Maria baseia-se no próprio ato de crer, de

ter fé, que lhe permite fazer convergir sistemas de crenças aparentemente contraditórios, mas onde é possível negociar significados.



Dona Maria - Eu não sei ler. Apenas mal e porcamente sei escrever meu nome. Mas eu não sei, eu tenho o livro da igreja em casa.

Assim tem noites que, antigamente, logo que eu levei o livro pra casa, me perturbava pra dormir, tudo, sabe?

Mas eu não sei se é a fé que eu tenho, assim, de coração mesmo.

Não é da garganta pra fora, é de coração.

Que de noite eu abro o livro, me ajoelho na beira da minha cama.

Eu abro o livro e fico assim na beira da minha cama, com o livro aberto. Então eu faço aquela oração minha.

No meio do livro, ou fora, por dentro, né?

E peço. Ali, né?

Pra tudo que é bom, pra mim, não peço só pra mim.

Peço pra todos os meus familiar, meus amigo, meus conhecido.

Parece que, não sei. Fico tão contente, depois eu durmo tão bem.

Parece que Deus me ouviu. Aquela palavra, assim.

Eu não leio, não leio. Bom. Parece que eu abri na página certa, né?

Eu penso assim, será que eu abri na página certa?

Mas Deus sabe que eu abri, né?

(...)

Eu acredito muito na Nossa Senhora Aparecida.

Eu gosto muito da Nossa Senhora Aparecida.

E às vezes, essas coisas que eu faço, que eu peço pra ela.

Até inclusive tem aquela santinha ali, né? Na beira, ali.

Eu compro um pacote de vela, umas flor bem bonita lá no centro, eu venho ali quietinha, não digo pra ninguém. Chego lá rezo.

Acendo aquelas velinha. Boto aquelas flor, ofereço pra ela.

Olho bem pra ela e peço, agradeço pra ela. Ah, saio tão feliz assim.

Parece que eu tô pisando, parece que eu não tô nem pisando no chão, parece que eu tô tão feliz, tão feliz, e vou pra casa tô tão contente.”



Morando, literalmente, à margem da grande cidade, na periferia de Porto Alegre, Dona Maria me fazia pensar nos muitos narradores que se encontram na sua situação, que já não têm um lugar “próprio” como teriam Seu Adão, Seu Cláudio, Dona Laci, que já não pertencem, da mesma maneira que os outros “antigos”, à uma paisagem, à memória de um lugar, mas que constróem nas suas passagens por essas tantas espacialidades com suas complexas camadas de tempo, o seu lugar em uma cidade como Porto Alegre, ou nos pedaços da cidade para referenciar ao conceito cunhado por José Guilherme C Magnani⁵⁶.



⁵⁶ “O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. É nesses espaços em que se tece a trama do cotidiano: a vida do dia a dia, a prática da devoção, a troca de informações e pequenos serviços, os inevitáveis conflitos, a participação em atividades vicinais. É também o espaço privilegiado para a prática do lazer nos fins de semana nos bairros populares. Dessa forma, o pedaço é ao mesmo tempo resultado de prática coletivas e a condição para seu exercício e fruição. Pertencer a essa rede implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que funcionam também como proteção, inclusive quando as pessoas aventuram-se para o desfrute das formas de lazer do pedaço, como acontece com disputas de futebol em outros bairros, excursões, idas a salões de baile ou a outros equipamentos de lazer situados em pontos afastados do bairro.” (MAGNANI e TORRES, 1996. pp. 32 e 33).

Sentado à beira da estrada que atravessa as ilhas, aguardando o ônibus que me levaria de volta para casa, pensava nesses tempos cruzados, superpostos, atravessados que as ilhas apresentam nas descontinuidades de sua memória. Na parada, parado. Esperando o ônibus, olhando os carros e caminhões e motos e táxis e ônibus passando velozes, apressados para entrarem na cidade, zunindo. O barulho, brusco, cortando o ar. Zum. Zum. Zum. Um ritmo que cortava a cena do fundo, as casas num nível mais baixo do que a estrada, telhados na altura dos carros. Um fim de tarde carregado de nuvens, céu visível na horizontalidade das ilhas. Pessoas descendo do ônibus, do outro lado da faixa. Os carros seguiam cortando a paisagem. Zum. Zum. Zum. Surge, ao lado da parada onde estou, uma criança, que puxa uma corda. A corda puxa um cavalo, e outro cavalo atrás do primeiro, com um menino em cima, e um cão que vai mordendo as canelas do cavalo. Eles atravessam a estrada quase sem olhar para os lados, quase sem esperar. Fico apreensivo, olhando a cena, em suspensão. O cachorro latindo, os cascos estourando no asfalto, e o guri estalando a boca para fazer o animal andar. O grupo atravessava assim o ruído da rua. Já estavam no vão entre as duas pistas, num declive. Desciam e voltavam a aparecer, subindo, para atravessar o outro lado, a outra faixa, com a mesma naturalidade. E a velocidade dos carros ia violentando aquela cena, como o fio de uma faca. Zum. Zum. Zum. Eu já nem via os carros, eram borrões, barulhos borrados, batendo no ar. Vinha o ônibus. Era hora de voltar. (Diário de Campo, maio de 2002.)

Essa foi a última vez que vi Dona Maria.

O segundo motivo por que deixei Dona Maria como última narradora para ser apresentada, foi porque não sabia se a manteria como uma das narradoras no trabalho, evocando a sua imagem. Sentado à frente do computador, em casa, escrevendo um pouco da sua história, recebi pelo jornal a notícia⁵⁷. Dona Maria, então com 69 anos, havia sido atropelada, junto com o neto de 9 anos, o filho de 42 anos, o bisneto de 3 anos e o cunhado de seu filho, então com 37 anos. Um motorista perdeu o controle de um caminhão frigorífico e os acertou em cheio, na Ilha das Flores. Somente um outro neto de Dona Maria, de 10 anos, sobreviveu. As ilhas reapareciam em mais um noticiário trágico, mais um acontecimento marcante, entre tantos casos de atropelamento nesta região recortada por uma auto-estrada onde a alta velocidade dos carros desarmoniza qualquer idealidade da imagem de ilha paradisíaca. É difícil achar quem não teve um parente com destino semelhante, ou que não tenha escapado por

⁵⁷ Capa do jornal Zero-Hora, do dia 26 de novembro de 2002. “Cinco Mortos a Caminho da Igreja”.

pouco da estrada fatal. Mas este, entre todos, foi o acidente mais marcante. A polícia precisou impedir os vizinhos, indignados, de lincharem o motorista do caminhão, que sobreviveu.

Recuperado da violência da notícia, decidi manter a narrativa de Dona Maria, como uma homenagem. Quando Walter Benjamin (1994) descrevia a arte dos narradores, como Dona Maria, lamentava que a notícia, na era da informação, estivesse suplantando a forma de comunicação artesanal do narrador. Mas é o narrador quem aconselha, quem tece, até mesmo na proximidade da morte (talvez então ainda mais), transmitindo o aprendizado da experiência de uma vida vivida na companhia de outros narradores. Enquanto que a notícia, ou mesmo o romance moderno deixam o seu leitor desorientado, perdido, o narrador aconselha, dá sentido à série de eventos díspares que ele faz ondular no tempo, na forma de uma estória, de muitas. Frente à violência e à frieza da notícia, prefiro deixar que sigam as estórias de Dona Maria. Nem se trata de uma escolha, como um de seus ouvintes, sinto-me agora, mais do que nunca, na obrigação de passar adiante, o seu tesouro da lembrança.

2.6. Narradores das ilhas, narradores da cidade

Dona Laci



É, a gente que mora aqui, antigo, sabe, mais ou menos tudo, né? E assim vai indo.
Aí depois fizeram a outra ponte.
Terminaram essa, aí fizeram a outra ponte, do outro lado.
E assim foi melhorando.
Foi indo, foi indo, e aí a gente vai indo.
Ali, a Cidade também, a praia ia lá na Voluntários.
Vê como aumentou. Pra cá tudo era rio. É, tudo era rio.
Ainda ontem, ainda fui na Cidade.
E pra ver como é as coisas.
O que que o homem faz, com o inteligente dele, né?
Aterrar aquilo tudo, e fazer casa, edifício, tudo ali.
Ponte e tudo. Tudo era rio, ali. Era lá na Voluntários, o rio.
Eu digo porque eu cansei de ir.
A remo, com meu esposo, levar.
Que a gente naquele tempo não tinha quase ganho.
Então trazia roupa da cidade pra nós lavar aqui na ilha.
Lavava e passava e levava direitinho daí pra lá. E encostava lá.
Ali perto do Renner ali, também.
Agora não, é tudo, tem a Florida, não tinha a Florida, não tinha nada, tudo era chão, agora tem.
E assim vai melhorando a vida, cada vez mais, né?
E a gente tá vendo. Tá vivendo, tá vendo tudo, né? É...



Após termos “escutado” esses quatro narradores, podemos tecer, agora, algumas considerações sobre as pistas apontadas nos seus relatos autobiográficos. O tema em discussão é a de sua condição de narradores de uma memória compartilhada da cidade de Porto Alegre, a partir de um território muito específico, a Ilha Grande dos Marinheiros.

A relação proposta, aqui, na oposição ilha-cidade foi a forma encontrada de fazer referência à experiência espacial dos moradores dessas ilhas, expressos nos relatos e no cotidiano dos quatro narradores escolhidos. É esta experiência, a dita “ilheidade” a partir do conceito proposto por Abraham Molles e Elisabeth Rohmer (1982) enquanto uma fenomenologia do espaço, que nos permite compreender como esse bairro pode ser

vivido como um território muito especial de Porto Alegre, um microcosmos, em que as fronteiras simbólicas são reforçadas pela grande fronteira natural que a água desenha no seu contorno. O conceito usado é “ilheidade” e não “insularidade”, porque estes autores entendem que a insularidade geográfica aponta para características físicas e para o isolamento, enquanto que a “ilheidade”, como vimos na Parte 2, aponta para a importância da travessia das fronteiras simbólicas como forma de conhecimento do próprio espaço. É necessária a percepção do seu contorno restrito, da *fermeture de son contour* (Moles et Rohmer, 1982:52), ou seja, a “ilheidade” se dá na descoberta de que a ilha representa um pequeno mundo porque é tributária de um continente.

Nas trajetórias de vida dos narradores, é possível perceber diferentes momentos em que essa “ilheidade” é vivida e pensada na narrativa. Antigamente, percorrendo, o caminho dos portos e pontos de ancoragem dos barcos, caíques e balsas, e a partir da construção da ponte, refazendo o trajeto sobre as águas, seus relatos atualizam, para a cidade, uma face que já lhe parecia perdida no tempo: a cidade banhada pelas águas do Guaíba e portuária. Um “Porto Alegre” que difere de outros portos por não se confrontar com o além-mar, mas com as “ilhas fronteiras”, caminho imprescindível dos trajetos da navegação.

Essa característica é fundamental para entendermos o que significa então a figura do “ilhéu”, ou do “ilhero”, no contexto da cidade. Apesar de se referirem, constantemente, aos movimentos de “entradas” e “saídas” de Porto Alegre, esse sentido só pode ser compreendido em sua densidade se pensarmos as ilhas como território urbano.

Essa perspectiva está presente desde o início da pesquisa que dá origem a esse trabalho, pois foi desenvolvida no âmbito de um projeto de pesquisa integrado sobre o fenômeno urbano em Porto Alegre⁵⁸. Pode-se objetar que tendo a questão urbana como

⁵⁸ Trata-se do Projeto Integrado, financiado pelo CNPq “Estudo Antropológico de Itinerários Urbanos, Memória Coletiva e Formas de Sociabilidade no Mundo Urbano Contemporâneo”, sob orientação das Profas. Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS.

ponto de partida, ao “procurar pela cidade”, certamente acabaria-a encontrando nas ilhas. No entanto, não se trata de um mero achado, uma constatação, mas de uma descoberta da cidade vivida e re-criada pelos “ilheros”.

Algumas perspectivas do referido projeto são fundamentais para a compreensão dessa diversidade apontada. A primeira é a noção de “itinerário”⁵⁹, referindo-se aos movimentos dos grupos e indivíduos cruzando “províncias de significados” (Velho, 1981:18) nas cidades. Trata-se dos deslocamentos a que me refiro, em que os moradores das ilhas realizam uma série de interações e operações cotidianas, desempenhando papéis diferenciados, conhecendo a dinâmica de experiências fragmentadas⁶⁰ que é própria de uma sociedade complexa industrial moderno-contemporânea⁶¹.

Nos depoimentos de Seu Cláudio, e também de Dona Laci também, o sentido dado a esses itinerários é marcado pela imagem do barco, do “caíco a remo”, frágil em meio à imensidão do rio e da cidade, ou aguardando por eles, enquanto transitavam pela Capital do Rio Grande do Sul. Seus itinerários se tecem entre pontos da cidade onde a “ilheidade” irradiada pelo Arquipélago é ainda perceptível, como nos clubes náuticos em que Laci trabalhou, como os atracadouros de barcos na antiga Voluntários da Pátria, como os bairros próximos ao rio em que se destaca o Bairro Navegantes.

A segunda categoria de análise do projeto referido, as “formas de sociabilidade”, trata dos diferentes arranjos da vida social nas interações cotidianas dos indivíduos, formadoras dessa experiência de “fragmentação” da vida social no meio urbano presente ao cotidiano e às trajetórias sociais dos narradores.

⁵⁹ ECKERT e ROCHA, 2000:04.

⁶⁰ GOFFMAN, 1999:23

⁶¹ Gilberto Velho entende que a Sociedade Complexa Industrial Moderno-Contemporânea é um contexto relacionado à “acentuada divisão social do trabalho, a um espantoso aumento da produção e do consumo, à articulação de um mercado mundial e a um rápido e violento processo de crescimento urbano” (VELHO, 1981:17). Essa característica, longe de se comportar como fator de homogeneização, é fundamental para o entendimento da diversidade cultural presente aos grandes centros urbanos, a partir das fronteiras simbólicas a serem demarcadas pelas interações cotidianas de seus habitantes, de acordo com o peso relativo de certas experiências profissionais, religiosas, étnicas, políticas, de lazer, etc. (VELHO, 1981:16).

A obra de George Simmel (1979) é fundamental para a compreensão dessa forma específica de “vida mental da metrópole”⁶², uma subjetividade em constante modelamento a partir da “negociações de realidades”⁶³ em que os indivíduos expressam a sua forma de “ser diferente” nos contextos sociais vivenciados. É o que permite entender como se conformam as diferenças entre cada um dos narradores apontados e entre os demais habitantes das ilhas na forma como vivenciam, diferencialmente, universos simbólicos e códigos de emoções⁶⁴ associados aos grupos com os quais convivem, ou conviveram (o grupo de “crentes” da Assembléia de Deus de Dona Laci e Seu Cláudio, os colegas dos clubes em que Seu Adão trabalhou, os companheiros de pesca de Seu Cláudio, os diferentes grupos familiares, etc). No entanto, no interior da Ilha, essas diferenças não são vividas como o anonimato e a solidão da metrópole, mas como parte das fortes relações familiares e de vizinhança, ritmadas por trocas intensas nos diversos níveis da vida cotidiana, lembrando a “rede de malha densa” dos estudos de Elizabeth Both onde se observa, não raro, o quanto as experiências rotineiras estão ligadas a sentimentos locais, de solidariedade, de conhecimento, como tipicamente analisaram os teóricos da Escola de Chicago e os antropólogos dedicados a estudos de comunidades tradicionais.⁶⁵

Todo mundo “é meio parente” como dizem, e quem não é parente reforça os laços de reciprocidade e de conhecimento entre a vizinhança, nas solidariedades prestadas nos momentos de dificuldades, como nas enchentes, ou na participação em formas de sociabilidade em que atuam códigos sociais. Um bom exemplo é a “fofoca”, como observa Cláudia Fonseca (2000), em seus estudos entre grupos populares urbanos, que a fofoca é um importante código que demarca os limites sociais do grupo, compondo inclusive uma espécie de história social do grupo em questão (Fonseca, 2000:42).

⁶² SIMMEL, 1979: 23

⁶³ G. VELHO 1981:19

⁶⁴ G. VELHO, 1981:16

⁶⁵ WOORTMANN, Klaas. "A Antropologia brasileira e os estudos de comunidade". In: *Universitas*. nº II. Salvador. Separata. Jan/abril 1972.

A “ilheidade” como fator importante da experiência fragmentada desses “ilheros” ao referirem-se ao território das ilhas e ao seu viver coletivo como fundamental para a construção de sua identidade no meio urbano, pode ser entendida através do estudo de Luis Fernando Dias Duarte (1986), sobre a construção de identidade de classes trabalhadoras, populares, em contextos urbanos brasileiros. Duarte entende que os valores individualistas se distribuem de forma diferencial no interior das sociedades modernas (Duarte, 1986:52). Apoiando-se sobretudo nos estudos acerca da variabilidade cultural das noções de pessoa, nas obras de Marcel Mauss e Louis Dumont, o antropólogo Dias Duarte desenvolve uma etnografia junto a grupos de trabalhadores brasileiros, sugerindo que a partir do exercício etnográfico, neste universo, pode-se observar a preponderância de valores “holistas”, hierárquicos, no sentido de experiência de totalidade em que a noção de pertencimento é fundamental (pertencimento ao grupo familiar, ao grupo religioso, ao grupo de vizinhança) em detrimento da valorização da experiência individual, fragmentada, independente, supostamente “livre” de hierarquias e vontades coletivas, pronta a passar por experiências de territorialização e desterritorialização dos mais diferentes sentimentos afetivos, quanto aos múltiplos espaços da cidade.

Tendo convivido não só com os “antigos”, mas também com adolescentes durante a experiência de campo, via justamente o quanto esse pertencimento e esse viver coletivo, que era uma afirmação valorizada e dita com orgulho na fala dos “antigos”, se colocava como um dilema para os adolescentes. A vontade de usufruir das aventuras oferecidas pelo grande centro urbano, onde, diferentemente da ilha, “não se sabia da vida de todo mundo”, trazia frequentemente a necessidade de enfrentar o estigma atribuído às ilhas, enquanto uma “região moral”⁶⁶ da cidade, uma periferia urbana com condições de miséria e pobreza entre sua população. Nos seus relatos, durante as gravações do ano de realização da oficina de documentário, ou após, durante

⁶⁶ PARK, 1979:62

a segunda fase da pesquisa, em algumas caminhadas que realizamos pela Ilha, em que fui apresentado a outros moradores, a seus pais, a espaços onde criaram relações afetivas (campo de futebol, espaços de festas, lugares que consideravam os mais bonitos da ilha), ou na sua formatura de 1º grau escolar, a ambigüidade de acalentar os valores afetivos à sua comunidade e ao seu território de origem se contrapunha ao desejo de um projeto de vida diferenciado, expresso na desterritorialização deste contexto na busca de outras e novas oportunidades.

Finalmente, é preciso acrescentar a outra perspectiva adotada pelo referido projeto de pesquisa para trazer densidade a essas relações espaciais a que nos referimos, qual seja, a de tomar a cidade enquanto objeto temporal⁶⁷ que conforma a memória compartilhada desses narradores como parte importante da diversidade cultural de um centro urbano como Porto Alegre. Trata-se do caráter de espaço poético, espaço habitado da cidade⁶⁸, que faz com que os diferentes itinerários a que nos referimos transitem não apenas pela superfície do tecido urbano, mas pelas densas camadas de tempo que conferem significados diversos aos seus espaços.

É essa sobreposição de tempos vividos e de tempos pensados por seus habitantes em seu cotidiano, que nos permite descobrir algumas “tradições” do viver coletivo na cidade, capazes de durarem e de se reiventarem no tempo, que oferecem uma face múltipla à suposta homogeneização dos estilos de vida, visões de mundos e *ethos*⁶⁹ que o senso comum atribui à modernidade. Essas tradições não são vistas como um conjunto de “costumes”, “cerimônias” ou mesmo objetos a serem cultuados como forma de “sacralizar o passado”⁷⁰ da cidade ou da nação.

⁶⁷ “Tomar a Cidade como objeto temporal significa, aqui, contemplar o acontecimento urbano a partir seja da imagem mnésica que este sugere aos atores sociais, seja do fundo comum de sentido ao qual pertence. Espelhando referenciais culturais de um passado coletivo, a vida urbana recompõe-se num tempo coletivo. Trata-se de reconhecê-la, através das narrativas e dos itinerários de indivíduos/grupos neste jogo de eterna reinvenção de "práticas de interação" de seus habitantes.” (ECKERT e ROCHA, 2000a:09)

⁶⁸ BACHELARD, 2000.

⁶⁹ GEERTZ, 1973.

⁷⁰ HOBBSAW, 1984:12

É pelo caráter dinâmico e coletivo das “artes do fazer” que Michel de Certeau (1998) chama a atenção para as “práticas cotidianas”⁷¹ que se constituem em esquemas de ação, modos de operar e de usar o espaço da cidade, a língua, as ordens instituídas, pelas quais é possível entender como o relato dos narradores apresentados pode “brincar”⁷² no espaço das ruas, margens, pontes e ilhas da cidade a imagem de tantos gestos, saberes e caminhos praticados, repetidos e atualizados nessa paisagem.

A noção de tempo aqui, então, não é a de tempo histórico, mas “tempo social” em que os moradores das ilhas dão sentido à série de rupturas vividas nas suas trajetórias, recriando, pelo caráter fabulatório da memória, a cidade enquanto um espaço fantástico. A narrativa oral, a “arte de dizer”, conforme De Certeau, ao mesmo tempo que narra astúcias e golpes de práticas cotidianas (“fez assim”, “enconstava lá”), é ela mesma, uma prática cotidiana, um “saber-fazer” na forma de uma memória do gesto de revelar, no fluxo da vida cotidiana, imagens escondidas nos “ali pra cima”, nos “pra cá pra esse lado”, nos “ali na volta do bonde” dos espaços da cidade e da ilha.

2.6.1. Memória e Inteligência Narrativa

Neste trabalho é seguida uma tendência entre os estudos antropológicos, em deslocar a análise sobre a narrativa oral e sobre a memória coletiva dos “conteúdos”

⁷¹ As práticas cotidianas para Michel de Certeau conformam a modalidade de uma cultura popular no mundo urbano contemporâneo. Entende as “práticas cotidianas” enquanto “modos de operação”, “esquemas de ação”, “maneiras de fazer” que compõem uma cultura popular. Mais do que as ações propriamente ditas de grupos ou indivíduos, De Certeau refere-se ao “homem comum” em um sentido geral e coletivo, interessa-se mais por esquemas de pensamento e ação que formam o aspecto dinâmico de suas práticas, “maneiras de pensar investidas numa maneira de agir” Trata-se de uma “astúcia”, de “golpes” e “lances”, que remetem a idéia de jogo, com que opera uma arte de utilizar criativamente a língua (ler, dizer) ou o espaço urbano (habitar, caminhar, fazer compras), por exemplo (CERTEAU, 1998: 41).

⁷² Cf. as observações de Claude Lévi-Strauss sobre a lógica do “bricoleur”, de operar com uma série limitada de objetos, artefatos em que a criatividade de combinar esses elementos, em seu caráter de jogo, consiste em uma lógica prática que diferencia-se da lógica abstrata empregada para planejar, fabricar, conceber empregada por exemplo por um “engenheiro”, apresentado pelo autor como figura oposta ao bricoleur. (LÉVIS-STRAUSS, 1989:32)

que são narrados para o ato de uma “inteligência narrativa” (Ricoeur, 1994) em construir conhecimento sobre o tempo.

Nesse sentido, a obra de Maurice Halbwachs (1990), “A Memória Coletiva” é fundante dos estudos que relacionam a memória à vida social. Seu trabalho trouxe definitivamente, aos estudos sobre a memória, o caráter de experiência coletiva na vida cotidiana (os quadros sociais) atualizada pelo ato de lembrar. A lembrança, com Halbwachs, deixa de ser um ato que opõe a matéria e o espírito, para se tornar trabalho social em que os grupos aos quais os indivíduos pertencem exercerão papel definitivo. Às nossas lembranças, segundo Halbwachs, somamos as lembranças de outros, tomamos como nossas imagens, por exemplo, da infância, que nos são contadas por outras pessoas. Da mesma forma objetos, ruas, árvores, gestos, estórias, que dizem respeito a uma ordem de idéias, interesses e preocupações em comum, vividas no coletivo se tornam lembranças coletivas porque contadas e recontadas no interior dos grupos como forma de fazer o grupo “durar”, permanecer na passagem do tempo (Halbwachs, 1990:124). Os “quadros sociais” da memória, seriam, para Halbwachs, fundamentais na compreensão das formas como os sujeitos encontram referências para a constituição de sua identidade, na transmissão dos saberes e conhecimento dos símbolos e práticas individuais e coletivas.

No conjunto das narrativas pessoais de Dona Laci, Seu Adão, Seu Cláudio e Dona Maria, entre relatos de ciclos de vida, biografias, trajetórias e projeções de vida⁷³ é possível perceber como esses “quadros sociais” podem ser atualizados, segundo os grupos e contextos sociais a que se encontram referenciados nas trajetórias pessoais e na trajetória coletiva dos “ilhéus”. E mesmo as lembranças da infância, ricas em detalhes, nomes, conexões, podem ser esclarecidas, já que não se referem apenas a alguma imagem “gravada” na lembrança, mas ao grupo, familiar, no caso, que a “trabalha”.

⁷³ Ver ECKERT, Cornelia. “Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica.” (ECKERT, 1996-1997)

É justamente o ambiente da infância que se coloca para muitos autores como tema central de discussão sobre as interfaces entre a memória coletiva e a memória individual. Ecléa Bosi (1983), em seu já clássico estudo “Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos”, investiga essas interfaces entre uma memória pessoal e a memória social, familiar, grupal. A partir da obra de Henri Bergson (1990), “Matéria e Memória”, Ecléa Bosi expõe as idéias do filósofo sobre o que entende como dois tipos de memória: a memória-hábito, voltada para a percepção, e a lembrança pura, voltada para as imagens deixadas pelo passado no espírito humano. Ecléa Bosi aproveita essa diferença analítica estabelecida por Henri Bergson para contrapor socialmente o adulto e o velho na sociedade moderno-contemporânea, no caso de sua pesquisa, na cidade de São Paulo. Enquanto o adulto estaria voltado para o presente, para respostas a constantes estímulos do meio ambiente que o circunda, acionando uma memória-hábito sobre a qual não tece uma reflexão, mas da qual apenas faz uso ao repetir comportamentos aprendidos, o velho teria a possibilidade de mergulhar nas imagens de suas lembranças do passado, a partir de estímulos do presente, imagens essas que estariam conservadas, gravadas em seu espírito.

Bosi busca em Maurice Halbwachs as suas reflexões sobre a memória coletiva, para dar ao ato do velho de lembrar a conotação de “trabalho” da memória⁷⁴. Obra que é coletiva, como vimos, já que segundo Halbwachs, não é o acontecimento em si que grava imagens na memória do grupo, mas a sua repercussão, nas muitas vezes em que as lembranças são contadas e recontadas⁷⁵. “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.”⁷⁶. Essa é a maior crítica de Halbwachs ao trabalho de Bergson. Herdeiro das reflexões de Durkheim sobre as representações coletivas, Halbwachs está preocupado em como as lembranças se apóiam umas sobre as outras,

⁷⁴ “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.” (BOSI, 1983:17)

⁷⁵ HALBWACHS, 1990:106

⁷⁶ HALBWACHS, 1990:51

em como o grupo social irá fornecer “quadros sociais” em que as imagens do passado ganharão significado no presente. O indivíduo não está mais só vagando por imagens guardadas em alguma “gaveta” do cérebro, mas é graças ao grupo, ou melhor, aos grupos a que pertence e pertenceu, que se tornou capaz de pensar o tempo⁷⁷ e pensar a si mesmo, no tempo.

Se lembrar é ato coletivo, a linguagem é o instrumento socializador da memória. Em uma narrativa, as imagens do passado são interpretadas e recriadas pela linguagem. As noções de tempo (antes, depois, sempre, agora) e espaço (aqui, ali, dentro, fora, atrás) e ainda de causa e consequência (porque, para que), categorias do entendimento coletivo às quais se ligam os símbolos culturais irão “trabalhar” as imagens da lembrança, pela linguagem. (Bosi 1983:19)

Quando narravam suas lembranças, eram recorrentes as referências de Dona Laci, de Seu Adão, de Dona Maria, de Seu Cláudio a outros que “contavam” as lembranças que naquele momento narravam para mim. O ambiente familiar, especialmente, era marcado, na narrativa de Seu Adão, por outros “antigos” que lhe contaram do tempo de “antigos”, como a “Vó Candinha” a que se refere. Mas os “antigos” são também outras pessoas da comunidade, gente que já não “existe mais”, como me diziam, como os “nêgo” da fazenda onde Seu Adão se criou, como o marido e a sogra de Dona Laci. Ao contar dos “antigos” que lhe contavam coisas, esses narradores transformavam-se também em “antigos” para passarem adiante suas histórias, como se refere Seu Adão, com relação à sua “netaiada”.

Essa é uma das características da figura do “narrador”, descritas por Walter Benjamin⁷⁸. Para Benjamin os narradores são formados no convívio com outros

⁷⁷ “Podemos estar no tempo, no presente, que é uma parte do tempo, e todavia não sermos capazes de *pensar* no tempo, de nos transportarmos em pensamento para o passado próximo ou longínquo. Em outras palavras, na corrente das impressões, é necessário distinguir as correntes do pensamento propriamente dito ou da memória: as primeiras estão estreitamente ligadas ao nosso corpo, não nos fazem sair de nós mesmos, mas também não nos abrem qualquer perspectiva sobre o passado; as segundas têm sua origem e a maior parte de seu curso no pensamento dos diversos grupos aos quais nos ligamos.” (HALBWACHS, 1990:129)

⁷⁸ “O Narrador, considerações sobre a obra de Nicolai Leskov” (BENJAMIN, 1994).

narradores, camponeses, viajantes, artesãos. Narram o que viveram, e o que ouviram do viver, e transformam novamente a escuta da narrativa em experiência para o ouvinte, que irá poder, então, contar desta experiência, como mais uma estória⁷⁹.

Era assim que Seu Adão, para narrar um “causo” de lobisomem, contava de como a “Vó Candinha” narrava suas estórias para ele e os irmãos, quando eram crianças. O fenômeno da narrativa oral envolve, portanto, uma sociabilidade, como a que Seu Adão descreve em que desenvolve-se essa arte, essa forma de comunicação artesanal, como a entende Benjamin⁸⁰, em que “alma, olho e mão estão assim inscritos no mesmo campo”, em que as práticas cotidianas, os fazeres, os gestos sustentam “cem maneiras o fluxo do que é dito.” (Benjamin, 1994: 221).

Trata-se de uma associação próxima a que é feita por De Certeau, como vimos, ao tomar a “arte de dizer” como uma prática cotidiana⁸¹. Entre as práticas narradas, desfiam-se imagens de muitos gestos inscritos na paisagem do Delta do Jacuí, entre a caça, a pesca, a roça, o corte do capim, da lenha. E, igualmente, nas benzeduras, nos cuidados com os filhos, na construção das casas, dos barcos, na navegação.

Apesar de narrarem transformações ocorridas no seu modo de vida, na passagem de um contexto rural, como descrito por Seu Adão e por Dona Laci na sua infância, para a situação de periferia urbana que se configura a partir da substituição

⁷⁹ “A tendência dos narradores é começarem sua história com uma apresentação das circunstâncias em que eles mesmos tomaram conhecimento daquilo que se segue, quando não as dão pura e simplesmente como experiência pessoal.” (BENJAMIN, 1994:205)

⁸⁰ “A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão – no campo, no mar e na cidade – é, ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.” (Benjamin, 1994:205)

⁸¹ São perspectivas próximas, mas que diferem em pontos importantes. Para Benjamin, a condição de artífice, fundamental para a arte do narrador, seria também o motivo da substituição da arte de narrar pelas formas de comunicação de massa, a informação jornalística e o romance moderno. Na sociedade industrial, o narrador, convertido em trabalhador assalariado, estaria alienado do seu ritmo de lapidação do tempo que consiste a narrativa, estando condenado à imediatez e à impessoalidade da vida social metropolitana, ao desencantamento do mundo e à ausência de quem escutasse suas estórias. (Benjamin, 1994). Não é essa certamente a trajetória social dos narradores que apresentei, nem a dinâmica inventiva das práticas que colocam em ação em seu cotidiano.

dessas atividades econômicas, é visível a capacidade criativa desses moradores, apontada em suas trajetórias de vida, em que os gestos aprendidos com os “antigos” somam-se a outras formas de manter as trocas com a cidade de Porto Alegre, unindo as práticas cotidianas relativas às suas interações com o ambiente, como a pesca, por exemplo, com outras já ligadas à vida urbana, como a construção das regatas de competição que Seu Adão fazia, ou uso do barco e das carroças para a atividade de catação e separação de lixo, ou para passeios. Uma imagem recorrente durante minhas idas a campo, que me ocorre agora, é a figura das mulheres lavando roupa à beira da água, gesto que remonta à prática das lavadeiras à margem dos rios, profissão exercida por Dona Laci e pela mãe de Seu Adão, mas com um detalhe a mais: a utilização de um tanque, de máquina de lavar roupa, ou mesmo da própria máquina com a água do rio.

As práticas cotidianas, expressas em suas trajetórias de vida e disseminadas no dia-a-dia, marcadas pela criatividade, superação, invenção, que dizem respeito a um saber-fazer coletivo, acrescentam outras histórias, outros detalhes à história trágica de “decadência” da economia do Delta do Jacuí⁸², própria de uma noção progressista do tempo, que tende a interpretar, portanto, as transformações vividas no cenário do Arquipélago como fatais para uma população facilmente ilustrada, pela imprensa jornalística local, como excluída, por não acompanhar o “progresso” dos tempos, causa das suas “condições precárias de vida”.

Não se tratam de lembranças de um passado morto na paisagem do Arquipélago, que a “arte de dizer” traria à tona. Penso que o tempo da pesquisa de campo, promove justamente o evento do encontro etnográfico onde emergiu a experiência do ato narrativo. Ao usufruir de suas companhias, deparo-me com o saber de Seu Cláudio, Seu Adão, Dona Laci, que narram outros significados da experiência temporal, interessados no re-conhecimento do mundo pelo retorno e pelo rearranjo das imagens no tempo da vida cotidiana.

⁸² Plano Básico Ambiental Parque Estadual Delta do Jacuí, 1979.

Entender, dessa forma, a arte de moldar a “matéria do tempo”, é realizar uma “etnografia da duração” (Eckert e Rocha, 2000b:11), conforme os termos propostos pelas antropólogas Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha. Assim como Ecléa Bosi, as autoras partem da noção de duração proposta por Bergson, mas incorporam a crítica feita por Gaston Bachelard⁸³. Enquanto Bergson situa o fenômeno da memória e da sua duração enquanto subjetividade pura, intuição de “vestígios de imagens do passado” (Eckert e Rocha, 2000b:05), Bachelard investiga o fenômeno da lembrança enquanto pensamento sobre o tempo e suas durações, em todo seu dinamismo criador. Compondo a obra da dialética da duração, Bachelard percebe a duração como ritmada por “tempos vividos” e “tempos pensados”, onde recordar é uma atividade de acomodar, nas razões do tempo presente, as experiências narradas de um passado vivido e pensado (Eckert e Rocha, 2000b: 11).

Trata-se do “tom investigativo” ao qual me referia quanto ao processo de narrar que percebia na escuta dos narradores. Para Bachelard (1988), a lembrança é obra que difere das “versões” sobre o passado que as “comunidades afetivas”, em termos de instituições (a família, a igreja, a escola, a vizinhança) tenderiam a compor, conforme Halbwachs⁸⁴ entende o trabalho da lembrança. Difere igualmente das respostas a estímulos presentes que acionariam vestígios, imagens-lembranças guardadas do passado em algum arquivo do espírito, como poderia sugerir Bergson. Pois, para Bachelard, a lembrança é obra, porque entende que “a continuidade da duração não se apresenta como um dado imediato, mas como um problema”. (Bachelard, 1988:07). O

⁸³ Ver “A Dialética da Duração”, BACHELARD, 1988.

⁸⁴ Embora Halbwachs entenda que a memória coletiva é a responsável pela formação das “comunidades afetivas” que se relacionam com tempos coletivos distintos, não chega a explodir a noção de tempo em termos das múltiplas temporalidades que se entrecruzam na vida cotidiana. Tanto Halbwachs como Bergson tomam a continuidade da existência como um dado, e portanto, mantêm a noção de tempo como o inevitável fluxo do futuro, que se torna presente para virar passado. Trata-se de uma observação que realiza Jean Duvignaud, em seu prefácio à obra de Halbwachs “A Memória Coletiva” (HALBWACHS, 1990:15).

“tempo pensado”, para Bachelard, constitui-se na ordenação, ou na “ondulação” de uma série de rupturas⁸⁵.

O narrador faz a cadência do passado a partir de um tema afetivo presente. Quando narra sua vida, não narra um tempo vivido, mas muitos instantes que precisa ordenar. Ele diferencia, entre intervalos, os tempos em que “nada” acontece, e os instantes em que um contraste se apresenta, em que “algo” acontece. O narrador estabelece uma hierarquia de ações, uma cadeia de gestos, de escolhas desenhadas no tempo. A narrativa trata de colocá-los em ritmos, fazê-los ondular. Dar-lhes uma ordem dramática: “Com efeito, o único meio de analisar uma ação é recomeçá-la, e é necessário então recomeçá-la ‘decompondo’, isto é, enumerando e ordenando as decisões que a constituem”.(Bachelard, 1988:26)

“Aí... tá”. As narrativas de Seu Adão, especialmente, mas igualmente as de Dona Laci e de Seu Cláudio, são marcadas por expressões como essa. “Foi indo, foi indo, foi indo”. “Tá. Então tá.”. Ou “Tá. Tuuuudo bem”. São marcações com que diferenciam os instantes, as durações vividas, na narrativa, formando uma sucessão em que cada ação tem sua continuidade no instante seguinte. Para Bachelard, a forma como pensamos, ou escolhemos o começo de uma ação, o final de uma estória, ou o desenrolar de uma “virada” na narrativa revelam o aspecto temporal e ordenado de como percebemos nossas ações, permitindo pensar uma “espessura do tempo”. (Bachelard, 1998:87)

A narrativa de Seu Adão, por exemplo, em que conta da “baixa da enchente”, da volta para casa, da visão do “bicho preto”, da mãe contando a estória do “bicho preto”, e finalmente, dele e do irmão lembrando, já adultos, coloca em uma continuidade muitos tempos que aparecem superpostos, que se encontram, finalmente, no tempo etnográfico

⁸⁵ “Quando queremos falar de nosso passado, ensinar a alguém como é nossa pessoa, a nostalgia das durações em que não soubemos viver perturba profundamente nossa inteligência historiadora. Gostaríamos de ter um contínuo de atos e de vida para contar. Mas nossa alma não guardou uma lembrança fiel de nossa idade nem a verdadeira medida da extensão de nossa viagem ao longo dos anos; guardou apenas a lembrança dos acontecimentos que nos criaram nos instantes decisivos do nosso passado. (...) Nossa história pessoal nada mais é assim que a narrativa de nossas ações descosidas e, ao contá-la, é por meio de razões, não por meio da duração, que pretendemos dar-lhe continuidade”.(BACHELARD, 1988:39)

em que Seu Adão narra a estória para mim. Note-se que, novamente, a partir da minha escuta, decomponho a narrativa de Seu Adão, ao separá-la da forma como apresento aqui. Em mais de quatro horas de conversa, poderia tomar as narrativas que Seu Adão contou em uma única ondulação, que é uma superposição de muitos tempos: a infância, a sua velhice, as estórias “dos antigos”, da avó, o “tempo dos escravos”, o “tempo do Brim Coringa”. Seu Adão se movia por esses tempos, ligados por mil fios, ia, voltava, emendava mesmo uma estória na outra. Se, por vezes, a “emenda” era feita em resposta a uma pergunta minha, muitas vezes era o próprio Seu Adão quem ligava as estórias em uma continuidade que, para mim, ouvinte da estória, era uma nova surpresa: “Mas aqui também tinha....”; “Mas uns tempo depois...”; “Então depois quando baixou a água...”; “Agora vou contar a estória”.

Interpretar as narrativas significativas, suas interlocuções e contextos não é tarefa acabada e fechada, porém proponho repousá-las numa dialética da duração, seguindo Bachelard, que estabelece que “o tempo é hesitação” (Bachelard 1988:31). O esforço de situá-las nesta descrição etnográfica, como modo discursivo (Clifford, 1998:44), ou como fábulas do contato (Clifford, 1998:42), pode ser entendido como um projeto embebido pelos paradigmas discursivos de diálogo e polifonia (Clifford, 1998:43) para valorizar a “inteligência narrativa”⁸⁶ da “pessoa” da Ilha.

O evento da narrativa, à luz de Paul Ricoeur, permite dar ênfase ao ato de configuração, da tessitura da intriga, revelando seu caráter mimético de representação da ação, na forma como as ações são ordenadas em início, meio e fim, em uma relação de causalidade em que os acontecimentos se sucedem “um por causa do outro” e não apenas “um após o outro” (Ricoeur, 1994:70). Essa concordância da narrativa encontra

⁸⁶ Como propõem Eckert e Rocha (ECKERT e ROCHA, 2000b:12) ao encadearem juntas às reflexões de Bachelard e o trabalho de Paul Ricoeur (1994, 2000) sobre “Tempo e Narrativa”, seguindo a sua hipótese de que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo”, de que “a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal.” (RICOEUR, 1994:85). Ricoeur tece uma reflexão sobre o ato de configuração poética da narrativa, unindo as aporias sobre o tempo de Santo Agostinho, presente às suas “Confissões” com a “Poética” de Aristóteles. Enquanto narrativa, Ricoeur a entende no sentido dado por Aristóteles como um “agenciamento dos fatos” de modo a compor uma intriga (RICOEUR, 1994:63).

uma discordância na forma como as surpresas nas histórias são inseridas, golpes do acaso que “parecem ocorrer de propósito” (Ricoeur, 1994:72). É assim que Ricoeur une a tessitura da intriga de Aristóteles à concepção do “tríplice presente” de Agostinho. Na idéia de que o presente é uma transição entre três presentes: “presente-passado”, “presente-presente” e “presente-futuro”, Ricoeur recupera de Agostinho a “distensão” da alma humana entre três tensões: a dialética da “espera”, da “atenção” e da “memória” (Ricoeur, 1994:39).

Por esse caráter da experiência temporal humana, Ricoeur vai dividir a mimese em uma “tríplice mimese”, na idéia de que em um primeiro momento, “mimese I”, uma narrativa é pré-configurada, ou seja, que a ação humana é percebida por mediadores simbólicos, que por sua vez possuem caracteres temporais, e, por isso mesmo, podem ser narradas. O segundo momento, “mimese II”, seria o ato de configuração em si, de agenciar as unidades de ação percebidas de uma forma temporal, segundo uma tradição, um estilo narrativo. Na forma da “mimese III”, seu encontro (e reconhecimento) com o leitor (Ricoeur, 1994:87). Ouvir uma estória, segundo a teoria de Ricoeur, é estar atento ao que é narrado, é esperar a próxima ação, a partir do que lembramos do que já foi narrado. Contar uma estória exige, então, uma memória que vá ordenar as ações em uma sucessão que possa reter a atenção do ouvinte, desenhando as esperas que se reverterem em surpresas, descobertas, reviravoltas.

A “mimese III”, o encontro com o leitor, seria o que motiva as tradições narrativas, os gêneros, os estilos, pois à medida em que vão sendo transmitidos de narrador para ouvinte, vão se transformando também. O reconhecimento, na Ilha dos Marinheiros, da autoridade dos “antigos” como narradores, se dá, portanto, não apenas na sua vida vivida que acompanhou as transformações do grupo e do ambiente, como também se refere à habilidade desses “antigos” enquanto narradores, de passarem as estórias dos seus “antigos” adiante, contando a própria experiência temporal como uma estória do lugar, não só para mim, etnógrafo privilegiado pela escuta, mas para todos aqueles a quem esta escrita etnográfica e as gravações em vídeo puderem engajar numa

teia de relações compartilhadas, como nos eventos de linguagem, como o define Mikhail Bakhtin, para quem “a linguagem repousa nas margens entre o eu e o outro. Metade de uma palavra, na linguagem, pertence a outra pessoa” (apud Clifford, 1998:44).

Como bem coloca Paul Ricoeur, é por estarmos “emaranhados” em histórias em nossa vida cotidiana, por perceber o “tempo que passa” enquanto história, para dar-lhe sentido, que dizemos que as histórias “pedem para ser contadas.” (Ricoeur, 1994:115).

2.6.2. Uma memória compartilhada

É a partir dessa teoria da pré-figuração/configuração/reconfiguração do tempo pela narrativa, que Paul Ricoeur chega ao conceito de “memória compartilhada”⁸⁷, expresso em “*La mémoire, l’histoire, l’oubli.*” (Ricoeur, 2000), importante para a compreensão de qual memória compartilham Dona Laci, Seu Adão, Seu Cláudio e Dona Maria com os demais habitantes da Ilha, a partir de desdobramentos da referida “ilheidade” quanto à figura do “ilhero” antigo.

Essa memória pode ser expressa no fenômeno de transmissão de memórias de avós para netos, de pais para filhos, no sentido de uma “memória transgeracional” (Ricoeur, 2000:513), que alia o sentido social da filiação ao fato biológico em um sentido simbólico da filiação. É uma memória para além do sujeito que a narra, mas que também não dá conta do que seria a memória de todo o grupo social, como “A Memória do Arquipélago”, em um sentido mais amplo.

⁸⁷ Segundo Paul Ricoeur "L'expérience du monde mise en partage repose sur une communauté de temps autant que d'espace. L'originalité de cette phénoménologie de la mémoire partagée réside principalement dans l'étagement des degrés de personnalisation et inversement d'anonymité entre les pôles d'un 'nous' authentique et celui du 'on', du 'eux autres'. Les mondes des prédécesseurs et des successeurs étendent dans les deux directions du passé et de l'avenir, de la mémoire et de l'attente, ces traits remarquables du vivre ensemble d'abord déchiffrés dans le phénomène de contemporanéité". (Ricoeur, 2000:160)

É esse o significado primeiro atribuído aos “antigos” pelos moradores: pelo pertencimento a uma família igualmente “antiga” da Ilha. Mas essa memória transgeracional desdobra-se também em outras formas de se pensar e sentir um “nós” entre gerações ascendentes e descendentes, segundo experiências em comum que aproximam uma “comunidade de lembrança”, como o caso da experiência do espaço poético da Ilha, e do tipo de relação periférica que este acarreta com a cidade, vivido nas transformações da vida social das ilhas e do próprio centro urbano de Porto Alegre. Assim, é possível incluir narradores como Dona Maria que, durante o tempo de moradia nas ilhas, através de suas práticas cotidianas, e pelo lugar que ocupa na estrutura de relações sociais, entra, intimamente, em contato com muitas das representações ligadas à essa memória compartilhada, repleta de reminiscências de muitos tempos.

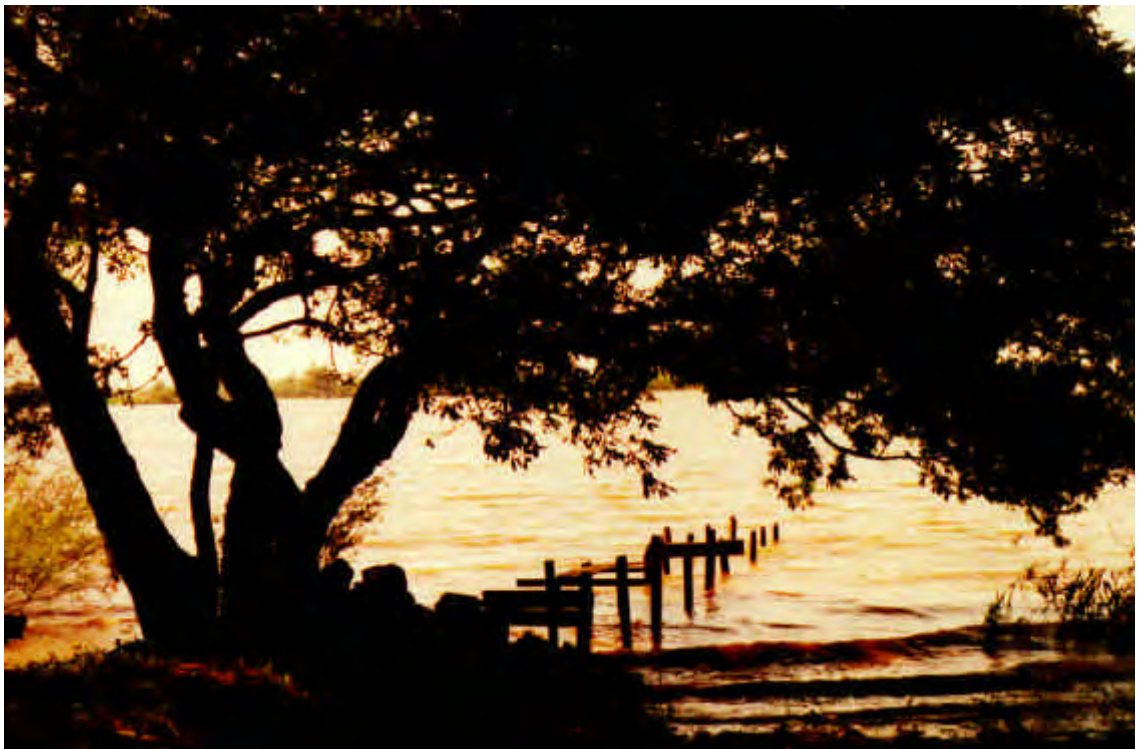
O “trabalho” da memória é então, o de contar, premeditar, romancear o tempo, atividades que, conforme Gilbert Durand (2001) demonstra nas “Estruturas Antropológicas do Imaginário”, remetem à função fantástica da imaginação em organizar esteticamente a recordação (Durand, 2001:402) a partir de fragmentos vividos. A memória não é pois “intuição do tempo” como queria Henri Bergson, mas a sua negação, estetizando a duração⁸⁸.

Às terríveis faces do tempo que corre sem cessar, em direção à morte dos indivíduos e dos grupos sociais, a memória acrescenta a possibilidade de regressar, de regredir, de repetir. Neste sentido, a narrativa é fundamental para inserir, no próprio “fio” temporal do discurso, os retornos dos fragmentos do vivido humano. (Durand, 2001:403)

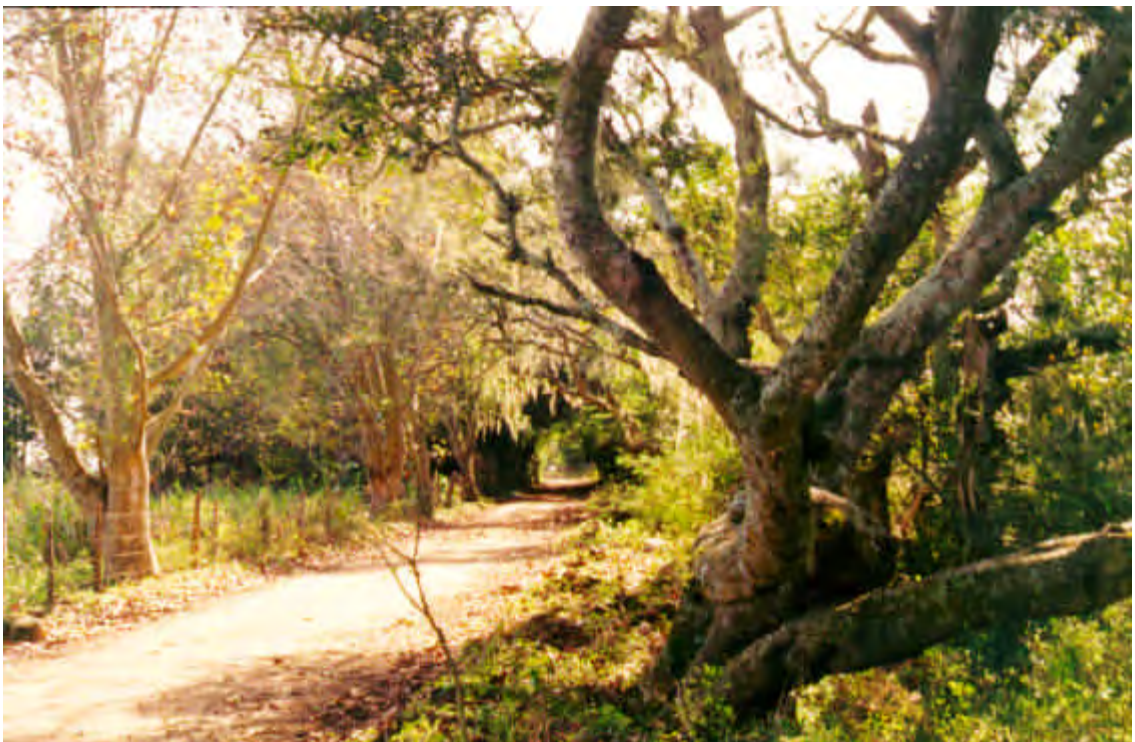
Portanto, essa memória compartilhada das ilhas, composta também de um repertório de contos, lendas e narrativas de caráter mítico, encontra, na dinâmica dessas imagens que as narrativas organizam, uma forma de fazer durar os gestos e os saberes

⁸⁸ “Longe de estar às ordens do tempo, a memória permite um redobramento dos instantes e um desdobramento do presente; ela dá uma espessura inusitada ao monótono e fatal escoamento do devir, e assegura nas flutuações do destino a sobrevivência e a perenidade de uma substância.” (Durand, 2001: 402)

do “tempo dos antigos” na paisagem presente. Compreender um pouco melhor a dinâmica dessas estórias, e a sua relação com os fragmentos do vivido dos próprios narradores torna-se fundamental para investigar suas memórias nas ilhas, no Bairro Arquipélago e na Porto Alegre, cidade mais porto do que nunca. Mas para isso, é preciso “ouvir” mais estórias. É o que faremos no capítulo seguinte.



PARTE III



Ouvindo

3.1. A Ilha Assombrada – memória, narrativa e espaço fantástico



Dona Maria - Diz que há muitos ano foi cemitério. Isso aí tudo. Foi cemitério. Eu acredito que seja, porque, inclusive lá na prainha, tudo, a pessoa encontra, pra lá praquele lado lá tudo é assombrado. Geralmente, quase todas casa que tem pra lá quase tudo é assombrado. (...)
Eu conheço até lá em cima no Furadinho. Tem casas ali que ninguém consegue ficar ali porque ali tudo é assombrado. Tem, aparece, aparece coisas assim, de noite, né? Inclusive diz que tem até lobisomem pra ali. Não sei, nunca vi, né? Eu só ouvi falar que tem, agora não sei. Quem é, não sei. É.

3.1.1. Aderindo às imagens

Nesse capítulo não pretendo explicar algum significado “por trás” das estórias contadas por Seu Adão, por Dona Laci, por Dona Maria e por Seu Cláudio. Sua intenção era clara, não encoberta. As estórias de tesouros enterrados, de assombrações, de bruxarias, de lobisomens foram narradas, por essas pessoas, no contexto de um diálogo, em que contavam a mim somente e, por vezes, a um grupo de pessoas, o que sabiam e o que ouviram dizer de “como era a Ilha” no “tempo dos antigos” e as coisas que “tem nessas ilhas”, “nesses matos”, “ali naquele maricá”, “pra lá pra cima”.

Suas narrativas articulam as estórias de “coisas que apareciam” (e que aparecem), com as suas lembranças de práticas cotidianas, da ambiência do trabalho e da vida comunitária, e da sua própria trajetória e de seu grupo familiar, como vimos no capítulo anterior.

A diversidade das estórias que contam de tesouros ou dinheiros enterrados, de “assombros”, de bruxas e lobisomens revelam o “dinamismo das formas” (Durand, 2001:41) nas representações imaginárias dos narradores em seus saberes singulares. Assim como no mito, a narrativa da imaginação nos mergulha num “jogo de imagens” para usar a expressão de Claude Lévi-Strauss, que manifesta uma lógica “inteiramente outra”⁸⁹ fundada num tempo alhures, como nos revela Dona Laci:

Dona Laci - Os antigos dizem que é sete filha mulher.
Quando a mãe ganha sete filha mulher.
Então a última sai bruxa.
Outros diz que sete filho homem sai lobisomem.
Assim os antigos dizem, não sei.

São assuntos tratados de forma especial pelos moradores “antigos”. O ato de contar essas estórias é feito na forma de uma quebra no fluxo da conversação, através de sinais como a mudança na sua entonação de voz, mudança da postura do corpo, ao manter um silêncio inesperado, ao olhar fundo nos olhos da sua platéia (como Dona Maria fazia), ou ao utilizar “ganchos”⁹⁰ orais como “agora vou contar a estória”, ou “os antigos dizem”.

Durante a narrativa mesmo, a performance do narrador é feita através da sua configuração e reconfiguração dos fatos narrados, como vimos, mas também se valendo de gestos, pausas, que possibilitam ao ouvinte, ou aos ouvintes, reconhecerem a performance que está sendo realizada no ato de contar estórias com início, meio e fim (fim que geralmente já prepara o início de outra estória). São sinais que caracterizam, portanto, uma situação de narrativa dessas estórias, uma performance.

⁸⁹ Cf. DURAND, 1988:87

⁹⁰ Luciana Hartmann, (2000) descreve alguns dos dos “dispositivos da performance verbal” dos contadores de causos, seguindo a teoria de Richard Bauman sobre “etnografia da fala”. A autora dá exemplos de como os narradores se valem de “códigos especiais”, “fórmulas especiais”, “características paralingüísticas”, “repetições” e “ênfases” como forma de marcar o reconhecimento da competência para a performance verbal por parte do narrador. (HARTMANN, 2000:pgs 128 a 133)

Nesta forma singular de captar a construção de sua cultura como drama social, onde nossos narradores são atores sociais interpretativos e subjetivos, seguimos Esther Jean Langdon (Langdon, 1996) que trata da teoria da performance para dar conta do estudo da tradição, não apenas na sua forma de organização de valores, símbolos e crenças que são compartilhados, mas na performance de seus atores sociais ao interpretarem, entenderem e agirem no presente, onde o enfoque da tradição está na práxis (Langdon, 1996:23 e 24). O conceito de performance, segundo Langdon surge na antropologia a partir da análise dinâmica de rituais em sociedades tribais e influenciado por perspectivas transdisciplinares, advindas de áreas como a dramaturgia, artes cênicas, lingüística, literatura, etc. (Langdon, 1996:24), a exemplo da obra de precursores dos estudos do rito, enquanto expressão simbólica e performática, como Clifford Geertz (1978) e Victor Turner (1967 e 1974).

Entre outros, Clifford Geertz passa a centrar o enfoque no ator social como agente consciente e interpretativo dos símbolos partilhados por uma cultura. Momentos como esses, em que se contam histórias, são marcados pelo que Clifford Geertz chama de “reflexividade”, quando então os atores sociais refletem, em ato, sobre si mesmos e sobre sua cultura, em momentos de “liminaridade” em que aquilo que é escondido na vida cotidiana é revelado. O conceito de “liminaridade”, como nos informa Jean Langdon é igualmente importante para Victor Turner em seus estudos sobre rituais, a partir dos quais cunhou o conceito de “drama social”, tomando a vida cotidiana marcada por conflitos, tensões, crises (doenças, disputas, rupturas, morte) que são expressos poeticamente em atos de performance (Langdon, 1996:25).

O conceito de performance passou a ser recorrente nos estudos de fenômenos como o da narrativa oral, tratando-a como um evento social, como no campo de estudos da “etnografia da fala”, onde se destacam autores como Richard Bauman, Charles Briggs e Dennis Teddlack. Esses autores e seus sucessores estudam as performances enquanto experiência humana contextualizada, em que os participantes do evento fazem a performance tanto quanto os atores principais. Centram o enfoque nas “maneiras de

falar e agir” (Langdon, 1999:25), na expressão poética, no modo de expressar uma mensagem tão importante quanto o conteúdo da mensagem em si⁹¹.

Durante a pesquisa, não pude participar de eventos em que a performance da narrativa oral fosse vivenciada “dentro” das interações cotidianas da comunidade, enquanto forma de sociabilidade, como a roda de “troca” de histórias que descreve Seu Adão. No entanto, as muitas conversas que tive com os narradores estabeleciam essa relação entre ouvinte e narrador, em que a “responsabilidade para a competência” (Langdon, 1996:26) - competência de falar e agir com a “arte de dizer” do narrador - era assumida pelos “antigos” ao narrarem suas lembranças. Nestas situações, estávamos, por vezes, na companhia de outros ouvintes, e até em situações excepcionais, como as gravações do documentário “Ilha Assombrada”, em que, às vezes, os narradores se colocavam na posição de quem aconselha as gerações mais novas (os adolescentes alunos da oficina de vídeo) ao enfatizarem significados morais das histórias e a importância de valores como a solidariedade e o respeito às palavras dos mais velhos.

Por outro lado, esses narradores comentavam que, hoje em dia, é mais difícil não só encontrar quem “se preste”, como dizia a esposa de Seu Cláudio, a contar histórias, como também é mais difícil quem esteja disposto a escutá-las. O ato de escuta valorizava a habilidade e o conhecimento dos narradores, e nossas conversas se converteram em momentos esperados, para os quais “guardavam” histórias para narrar, como faziam Dona Laci e o filho Juca. Seu Adão, desde o início do meu contato com ele, acolheu a ideia de registrar em vídeo as suas histórias como um gesto importante. Estava sempre pronto a devolver minhas perguntas e curiosidades com uma nova

⁹¹ O já citado trabalho de Luciana Hartmann “Oralidades, Corpos e Memórias” entre os contadores de causos da Campanha, no Rio Grande do Sul, traz descrições detalhadas dos usos do corpo, nos gestos e nas posturas dos contadores de causos, fazendo importantes relações entre a paisagem e o gestual do narrador. Por exemplo, a autora chama a atenção para o fato de que a lida silenciosa, na região plana da campanha, é interrompida pelos momentos de conversa, em que os contadores, sentados em pequenos bancos ou apenas acorados, mas, de qualquer forma, muito próximos do chão, estendem o olhar e os braços para a vastidão da campanha ao narrarem causos que se passam “láaaaaa” longe, do gaúcho que “se vaaaai” campo a fora. (HARTMANN, 2000:122 e 123)

estória, ou com alguns “ditos” a respeito destas⁹², num forma de enriquecer o que diziam, como forma de fazer ver, fazer imaginar:

P – Mas não tem uma estória, assim, Seu Adão, de que o tesouro tem que ser pra pessoa, que não é qualquer um que pode pegar?



Seu Adão – Olha, eu vi falar. Eu vejo falar isso aí. Quer ver uma coisa? Diz que não sendo pra pessoa diz que não é o carvão, né?

Tu quer ver uma coisa? Eu vou te contar. Vou te contar. Conhece o Vicente, ali, né? Claro que conhece. Do lado de cima daquilo ali, lá no Adão Nunes. Pra baixo, onde tem aquela casa de material. Lá pra baixo, lá no banhadal. Aparece um troço lá.



Até agora aparece. Um fogo. Um fogo que clareia tudo. Tu olha assim é uma taquarera que tá incendiando lá no meio, né? Passa no otro dia tu olha lá.

Aquele véio Francisco da casa amarela ali já viu muitas vezes. Pode contar isso aí. Tá bom.

Aí o Vicente, coitadinho, muito oiudo, né?

- Eu vou lá, por que eu vou, tirar, cavar esse dinheiro.

- Ô cara, vamo lá tirá esse dinheiro!

Aí convidô, foi o Vicente, o Sadi que é irmão dele, e o sobrinho dele, Vilmar. Foram pra lá, de noite.

Dê-lhe pá. Dê-lhe pá.

Quando foi daqui há pouco, diz que dêu-lhe um temporal.

Um temporal que parecia que aquele pé de angazero ia se quebrar tudo. Aí o que que eles fizeram. Correram, né?

Correram, se assustaram. Pois é.

Se assustaram, correram.

No outro dia foram lá vê, tinha nada.

Tava fechadinho, direitinho, lá, tudo.

Se eles não tivessem corrido, que não era pra levar muita gente, né?

Era, vamo dizer que só levasse o Sadi e o Vicente, né?

Mas já levaram mais um. Não pode. Diz que é assim.



⁹² Sônia Maluf, ao etnografar narrativas sobre bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição, em Florianópolis, (SC), observa que entre o discurso de seus informantes havia “formas diferentes de se falar nas bruxas”. Poderiam ser discursos genéricos sobre as bruxas, do tipo “dizem que”, prescrevendo algumas regras, detalhes da ação das bruxas. Outra forma constituía-se em um discurso introdutório, onde um narrador localizava o “contexto temporal das histórias de bruxaria”, como “no tempo dos antigos”. Finalmente, as narrativas sobre bruxas ocorriam na forma de “discurso de caráter figurativo”, “onde são contadas histórias envolvendo personagens e construídas a partir de um encadeamento de ações, com início, meio e fim.” A pesquisadora observa que os discursos “não-narrativos” e expositivos são uma forma de articular e explicar os elementos contidos nas narrativas, mas só as narrativas conseguem comunicar “significados subjacentes ao imaginário e às simbolizações dos nativos, que não estão presentes no seu discurso conscientemente manipulado.” (MALUF, 1993:56-57)



E ali aparece. Até agora aparece.

P - E ninguém nunca pegou ali?

Seu Adão - Nunca, nunca, nunca.

Ninguém nunca pegou ali.

Por que aquilo ali era os cara que vieram pra ali era o falecido 'Helmuth', tinha outro alemão ali que eu não me lembro o nome dele. Que vieram pra ali.

Mas eles vieram na... fugiram.

Muito ouro. Muito ouro eles traziam, muito ouro.

Muita porcelana. Chaleras de ouro, lampiões de ouro.

Aqueles de ouro, tudo, tudo.

É tão verdade que o falecido Helmuth, o armazém dele ainda tinha. Ô, tinha os lampião, né?

Que tinha uma coisa assim, né?

Ali o lampião vai ali dentro. E depois tem um arco, né?

Que pendura lá em cima. Tá. Era de ouro. De ouro. É.

Então aí de repente se sumiu aqueles lampião dele, né?

Sumiu, aí veio o tal de aladim.

Aí terminô, esconderam aquilo, se sumiu.

Aquilo foi ele que enterrou lá. Só pode. Só pode, né?

E muita gente, muita gente cavava.

Muita gente vai lá, mas não adianta. Não tiram.

Por que não vão sozinho, né?

Eu pra mim, eles podem me dá, não quero!

Dão pra otro. Hahahaha!



O gesto de Seu Adão, ao “narrar” a sua resposta, denota o caráter metafórico de seu discurso, ao me contar não como as coisas são, mas com o que elas se assemelham e se relacionam. Essa narrativa foi contada por Seu Adão no desenrolar de outras, em que eram recorrentes a figura da luz ou do objeto brilhante à beira de árvores ou taquarais, a busca do tesouro por alguém “oiúdo” (ganancioso), a aparição da assombração ,ou de alguma manifestação sobrenatural (como o temporal), e a relação do acontecimento com eventos anteriores tendo o mesmo local como referência.

O arranjo desses elementos, que se repetem formalmente em narrativas de outras pessoas, pode ser entendido pelo que Claude Lévi-Strauss (1996, 1989) chama de “lógica mítica”, ou “pensamento mágico”. O antropólogo, em “As Estruturas dos Mitos” (Lévi-Strauss, 1996: 237) sob a perspectiva de análise estrutural da narrativa, retoma preocupações de antropólogos como os seus mestres, Émile Durkheim e Marcel

Mauss com a lógica do pensamento mágico, ou mítico, de sociedades ditas “primitivas”. Para Lévi-Strauss, um mito, ou um conjunto de mitos, se constitui na repetição de uma série de relações lógicas e lingüísticas entre idéias e imagens expressas verbalmente, fazendo com que sejam mais significativas as relações semânticas entre as imagens utilizadas do que o sentido literal da narrativa mítica (Lévi-Strauss, 1996: 239). Conforme Lévi-Strauss, reunindo uma série de narrativas, como a de Seu Adão que colocamos acima, seria possível chegar a essas lógicas abstratas, relações de semelhança, contigüidade, oposição, às quais o pensamento mítico não conseguiria chegar senão operando com o repertório limitado de imagens à sua disposição, como aqui, no caso: taquaireiras, tesouros, ilhas, lampiões, homens gananciosos, temporais, etc.

Trata-se de uma perspectiva reveladora, porém “reduzora”, como chama Gilbert Durand (Durand, 1988:51), já que se a aplicássemos direta e exclusivamente aqui estaríamos reduzindo a força simbólica das imagens a que Seu Adão, Dona Maria, Seu Cláudio e Dona Laci nos trazem, à simples relações sintáticas, reveladoras de uma estrutura “inconsciente” para os narradores. Estaríamos, igualmente, reduzindo a capacidade fabulatória de sua imaginação, expressa nas narrativas, ao contar “como era no tempo dos antigos” e como é a Ilha hoje.

Para entender, então, o que dizem esses narradores, na companhia dos muitos narradores “antigos”, sugiro percorrer o caminho proposto por Paul Ricoeur, em “Teoria da Interpretação” (Ricoeur, 1976:23).

Paul Ricoeur esclarece como se relacionam a “compreensão” e a “explicação” de uma narrativa na tessitura de uma interpretação. Ao entender a fala enquanto um acontecimento, o discurso enquanto um evento, Ricoeur propõe a passagem de um pensamento que busca decifrar um código para uma hermenêutica que visa interpretar uma mensagem proferida por um sujeito, a partir do contexto em que se encontra situado. Se nos voltássemos apenas para o “conteúdo” das narrativas, comparando todas as “variações” que foram narradas e tentando explicá-las, enquanto um código latente à

combinação recorrente dos seus elementos, ficaríamos restritos ao código e perderíamos de vista o que é “dito”. Mas se tomarmos a narrativa no seu contexto, de alguém falando para um ouvinte uma mensagem⁹³, procuraremos compreender a “intenção” de quem fala, e “acerca do que” este alguém fala. Ao narrar uma experiência, então, o narrador fala de algo que não pode transferir, tal-e-qual, ao ouvinte, mas se trata de algo cuja significação é pública, a qual o narrador se refere.

Para aderir à posição articulada por Paul Ricoeur é importante seguir o movimento da narrativa do sentido para a referência, do que se diz para aquilo de que se fala. O que se deve compreender, então? O desvelamento de um “mundo”⁹⁴ aberto pela narrativa, enquanto uma “forma de olhar” para este, enquanto uma forma de conhecê-lo, conforme ganha significado pelas imagens encadeadas pelas narrativas, por seu caráter simbólico.

Para “ouvir” essas estórias, então, em uma leitura⁹⁵ como a que proponho aqui, é importante nos aconselharmos com Gaston Bachelard no que propõe em relação às imagens poéticas: “é necessário estar presente à imagem, no minuto da imagem” (Bachelard, 2000:01). Trata-se de adotar um método próprio do campo da expressão poética, ao centrar a atenção sobre a potência criadora das imagens que trazem esses narradores, sobre a “ressonância” dessas imagens na forma como se reúnem em torno de um pensamento central, na maneira como cada imagem e cada estória “chama”⁹⁶ a

⁹³ “O evento não é apenas a experiência enquanto expressa e comunicada, mas também a própria troca intersubjetiva, o acontecer do diálogo. A instância do discurso é a instância do diálogo” (RICOEUR 1976:28)

⁹⁴ “Aquilo de que importa apropriar-se é o sentido do próprio texto, concebido de um modo dinâmico como a direção do pensamento aberta pelo texto. O poder de desvelar um mundo, que constitui a referência do texto”. (RICOEUR 1976:104)

⁹⁵ Paul Zumthor, em “Performance, recepção, leitura” (Zumthor, 2000) expõe a sua utilização do conceito de “poesia vocal” em lugar de “literatura oral” para seus estudos sobre textos da Europa da Idade Média, como forma de aludir a uma “corporalidade” expressa em uma “voz”, em “alguém falando” através da expressão pela palavra poética. A leitura de um texto poético, para esse autor, é a “escuta de uma voz”. (ZUMTHOR, 2000:102)

⁹⁶ Trata-se das características dos “fenômenos mágicos” a que Marcel Mauss (Mauss, 1974) se referia, enquanto relações abstratas de similitude, contiguidade, de continuidade simpática entre uma imagem, um objeto e o que a este é associado (um objeto que atrai o seu oposto, a parte que convoca o todo, o semelhante que atrai o semelhante) de que Lévi-Strauss se utiliza para os estudos da lógica mítica.

seguinte. Para Bachelard, a imagem poética é semente que nos faz “criar o que vemos” (Bachelard, 1996:14), é “germe de um mundo”, concebendo a imaginação como dinamismo organizador que “deforma as cópias pragmáticas fornecidas pela percepção” (Durand 2000: 30).

Segue-se aqui uma concepção simbólica da imaginação⁹⁷, de “uma concepção que postula o semantismo das imagens, o fato de elas não serem signos, mas sim conterem materialmente, de algum modo, o seu sentido.” (Durand, 2001:59). O símbolo, para Gilbert Durand, tem o caráter de “epifania”, aparição do indizível, de um significado que é inacessível diretamente à consciência: “O símbolo é, portanto, uma representação que faz aparecer um sentido secreto; ele é a epifania de um mistério” (Durand, 1988:15). Mesmo tendo uma “metade visível” através de suas dimensões “cósmicas” (retirando sua figuração do mundo visível que nos rodeia), “oníricas” (enraizando-se nas nossas lembranças mais íntimas) e “poéticas” (apelando para a linguagem), há essa “outra metade do símbolo” (Ricoeur apud Durand, 1988:16) com seu caráter de epifania que lhe confere uma “flexibilidade”.

Veremos nas narrativas a seguir que a água, por exemplo, como Bachelard já apontara (Bachelard, 1998), pode tanto remeter a um sentido terrível e ameaçador (como nas enchentes), quanto pode remeter ao seu caráter fecundo e protetor (como na paixão do pescador pelo contato com a água, ou na figura da “santinha” que aparece à beira da água).

Logo, a imagem é simbólica, fazendo com que “para a consciência humana, nada seja simplesmente *apresentado*, mas tudo seja *representado*” (Cassirer apud Durand, 1988:59). É preciso então partir em busca do problema da expressão dos seus significados. Frente à polimorfia das imagens, remetendo a mais de um sentido, é

⁹⁷ Gilbert Durand, amplia, portanto, o projeto de Bachelard, dedicando-se à totalidade do imaginário, voltando-se não só à poesia mas também aos “velhos mitos”. Durand reintegra o que Bachelard chamou de “cogito do sonhador” como uma potência imaginativa que se encontra no cerne do conhecimento, não distinguindo imaginário e racionalidade, ou pensamento mítico e científico, como Lévi-Strauss. Durand entende o “racionalismo” como uma estrutura dentre outras, polarizadora de imagens (Durand 1988:74).

preciso perceber então em que “constelações de imagens”⁹⁸ a imaginação fará convergir os símbolos, organizados no tempo, em uma linha narrativa, como nas narrativas contadas por Seu Adão, Dona Laci, Seu Cláudio e Dona Maria que iremos analisar.

Nesta “tradução poética” (Langdon, 1999:28) da experiência etnográfica, busco trazer junto às narrativas, traduzidas da oralidade para a escrita, as imagens de usos do corpo, através de imagens registradas com recursos audiovisuais, de gestos narrados. Faço alusão não só aos gestos que participam da “arte de dizer” do narrador, mas às imagens de gestos narradas por eles em suas lembranças, que colocam os “ilheros” em contato com o ambiente social e natural do Arquipélago.

Neste sentido é pertinente a orientação de Gilbert Durand, em sua teoria sobre o imaginário, ao elucidar que os símbolos são desdobramentos de arquétipos gerais da imaginação humana, vistos como substantificação de esquemas de gestos e ações próprias da interação do homem com o ambiente natural e social, no seu trajeto de constituição enquanto figura humana no mundo. O dinamismo organizador dos símbolos, que constitui a função fantástica da imaginação, se dá através das “estruturas do imaginário”, que são justamente esquemas de gestos originais (o gesto de verticalização da figura humana que se desdobra na di-visão do mundo, os esquemas da nutrição que se desdobram na interiorização e os esquemas da rítmica sexual que se desdobram na continuidade cíclica ou progressista). Estruturas que têm o sentido de uma “forma” dinâmica, “forma transformável, desempenhando o papel de protocolo motivador para todo o agrupamento de imagem” (Durand, 2001:64).

Para “aderir às imagens” (Durand, 1988:69), portanto, como Bachelard e Durand propõem, é preciso seguir as imagens desses gestos, estes esquemas como os grandes condutores do pensamento narrativo, na forma como os narradores vão encadeando suas lembranças com essas imagens, dando sentido ao seu pensamento sobre as “faces do

⁹⁸ “São esses conjuntos, essas constelações em que as imagens vêm convergir em torno de núcleos organizadores que a arquetipologia antropológica deve esforçar-se por distinguir através de todas as manifestações humanas da imaginação.” (Durand, 2001: 44)

tempo” sobrepostas à paisagem das ilhas e ao ambiente social e natural da cidade de Porto Alegre e arredores, a partir de um ponto de vista que lhes é muito particular: a sua “ilheidade”.



3.2. Terra, Tesouros, Assombrações, Árvores e Fazeres

A primeira hora de gravação com Seu Adão, pela manhã, tinha sido na varanda da sua casa e, também, ao lado do fogão a lenha, tomando um café. Eu tinha chegado cedo, mas Seu Adão estava desperto há horas. Quando troquei a fita da câmera, Seu Adão aproveitou para convidar para ir “para fora”, na parte em frente à sua casa, à beira do rio. Mostrou-me onde ficava a tal “fazenda dos Clemente”, na margem oposta, bem em frente à nós. Sentado no seu “banco da praça”, feito com um tronco de madeira, Seu Adão tinha, ali, de um lado, o canal de navegação, de outro a Ilha, a sua casa e a estrada. Por vezes parava para saudar a um vizinho que chegava de carroça, ou um conhecido que passava nas dragas de areia, ou nos caíques, pelo rio. Dali eram visíveis muitos dos “angazeiros”, “maricás”, “salseiros”, “guaviroveras” e pés de “barba-timão” assombrados de que me falava. Dispunha, de fato, em todas as direções, dos elementos de suas estórias, a partir de um ponto de vista privilegiado. Afinal, era o lugar onde ele gosta de sentar para contar estórias para a sua “netaiada”.

P – E o senhor conhece as estórias dessas ilhas aqui Seu Adão?



Seu Adão – Essas ilha? Olha...

Aqui as únicas estória que tinha aqui, que eu posso contar da ilha era negócio de esconder dinheiro, sabe?

Negócio de esconder dinheiro.

Isso a gente viu falar muito. Da ilha aqui. Como é que era...

Ah, eu sei que traziam coisa pra esconder aqui, como muita gente tirou dinheiro daqui, escondido. E... O Jorge tirou.

O Jorge, meu irmão tirou. Tá

Na ilha, nas estrada, tudo aparecia, aqui. Luz, a pessoa vê a luz.

A pessoa via pessoa, sabe? Tudo eles viam. Tudo.

Tudo olhavam, tudo cuidavam das coisa assim.

Como aqui. Aqui tinha um pé de salseiro.

Aparecia uma luz no meio da estrada aqui. Uma luz bem azul assim, que nem a televisão assim, né? A mesma coisa, assim.

Aparecia. Tá bem.

Então aqui aparecia outra luz, então isso aqui era um tipo de umas capoeira aqui, né? Não tinha nada que estragava, não tinha esses navio que tão estragando tudo aí.

Então entrava aqui na beira, aqui saía uma luz.

Podia ter o vento que tivesse, né? Tipo duma vela assim.





Saía aqui, fazia a volta assim e entrava lá naquele angazerinho lá.

Saltava e ia lá praquela taquarera.

Naquele tempo não tinha aquela taquarera lá.

Ali tinha uma moita de taquara do reino, que chamava taquara do reino. Lá ela saltava. Então ali aparecia.

Ali aparecia banco, aqui, na estrada. Aparecia banco.

Aparecia bichos. Um vulto. Sempre aparecia um vulto ali.

Aqui. Tá, tudo bem.

Então nós tinha essa casa grande aqui. Essa casa grande.

Essa casa pode que, cavando ainda ache algum pilar dela por aqui, né? Pode. Que ela era grande, ela tinha onze peça.

Essa que a enchente levou. Tá.

Quando é um dia... E ela tinha a área toda em roda, né?

Só lá nos fundo que não. Aqui e aqui. Tudo bem.

Aí quando chegou de noite uma lua clara, rapaz, uma lua clara, que era o dia. Aí nós:

– Ô pai? Ô?

– Que é negrinho?

Eu queria sair na rua, queria uriná, né?

- Queria sair na rua.

– Vai!

– Ah, eu tenho medo.

– Vai, que tu vai fazê?

E eu digo, e ele: – Ah, vai aqui nos fundo, aqui.

– Tá.

A lua clara que é um dia. Digo, é. Tudo bem. Fui sozinho.

Aí quando cheguei ali tinha um coquero ali, tinha guavirovera ali.

Conhece guavirovera?

Até tem uma ali que tá carregada de frutinha.

E eu cheguei e olhei. Mas assim como daqui na cerca ali, ó.

Fiquei olhando.

– Ô negrinho!

– Senhor?

– Que tá fazendo aí?

– Tô olhando uma coisa aqui, pai.

– Hã! Vem pra dentro!

Digo: - Tá, já vô.

Aí fiquei parado olhando, né?

Era uma baita duma vaca assim, com a cabeça pro lado do banhado.

– Que tá olhando?

Eu digo: – Olha aqui pro senhor ver uma coisa.

Aí ele foi olhá. Ele foi olhá, sabe? E... Aí o véio não aguentou foi ver o que que era. Aí diz ele assim:

– Mas como? Como é que pode essa vaca aparecer aí?

O véio era daqueles véio peitudo, né? Ele ia mesmo.

Diz: – Eu vô lá ver essa vaca.

Eu digo: – Não vai, pai, não vai nada.

Era uma vaca bem vermelha, tchê! Bem vermelha! Mascando.

Olhando pro lado do banhado. Mas aqui não tinha gado.

Ninguém tinha gado aqui, ninguém, ninguém.



E como é que foi aparecê e vai o véio matutá como éééé que apareceu aquele bicho ali, né?

Aí conversa, e conversa, e conversa. Tá.

Aí, quando foi de manhã, tava os dois tomando chimarrão.

O véio e a véia. E tavam falando na assombração que aparece ali.

Aqui, ali, ali tem outra ali também. E aí diz a mãe assim pra ele:

- O Vasco?

- Que que é?

- Tu não tá achando que isso aqui tem que ter alguma coisa?

- Por quê?

- Pois se a Dona Aninha queria comprar é por que eles descobriram qualquer coisa aqui. É porque tinha.

Ela vendeu, pegou o dinheiro, depois trouxe tudo de volta, pra não queria mais negócio, né?

Aí o véio pensou, pensou: - Olha, pode sê que seja mesmo.

Tá, tudo bem.

Aí ficou naquele pode sê que seja mesmo, ficou naquilo. Tá.

Tá, aí, nós...

Isso aqui era, a divisa era dessa madeira aí, tudo assim, taquara trançada, tudo era portão, era fechado.

Teu sítio era fechado, não tinha nada que entrar ninguém ali, bicho, nada, nem ninguém. Estrada.

Então ali, naquele canto de taquarera ali, aparece, aparecia há uns ano atrás, uma barrica. Conhece barrica?

Barrica é um tonel de madeira. Então ele é, ele é assim, ó.

Troço feito a capricho, mesmo. E essa barrica aparece ali.

Aparecia ali. Há uns anos atrás. Até a Clair, a Clair ali, morava ali, era casada já, tinha filho, e via também.

Essa barrica vinha de lá. Não, primeiro ela saía dali. Tá.

Abria o portão... Hahahahaha!

Isso aí nem é estória de contá, nem é coisa de contá mesmo!



P – Ué! Por que não?



Seu Adão – Aí a barrica abria o portão, portão assim, passava. Hahahahah! Fechava o portão, e ia embora pra baixo.

A barrica essa. Hahahahahaha!

As vez eu tô vendo aqueles bonequinho que tem na televisão, parece umas barrica, tá dentro daquilo.

Eu tava me lembrando daquilo, sabe? Tudo bem.

Daqui a pouco, dali a uma meia hora, pouco mais, sabe?

Tu via aqui com água, podia ter água. Podia ter o que tivesse, né?

Tu via aquela barrica. Ia vindo.

Aí abria o portão. Passava. Fechava o portão.

Eu vô te mostrar. Quer ver só?

Cuida só como é que era as coisa antigamente.

Isso aqui era o coquero.

Era um pé de coquero que tinha ali, o mesmo assim.

Tá.

Essa forquilha aqui, assim, ali.

Então daqui desse lado desse coquero aqui, ó.



Ela entrava aqui, fazia aqui, e entrava aqui.
Tá, aqui ela se sumia. Aqui a barrica se sumia ali.
Então, tá. Então ali tá.

Quando é um dia, apareceu uns esperto aí.
Com uns aparelho igual a um avião.

Um aviãozinho igual esses avião, helicóptero. Aparelho
daquele. Uhmmm e uhmmm por ali e uhmmm pra lá, e
uhmmm cá, e hummm ali parou o troço aquele, né?

A gente ouvindo, de longe, a gente ouvindo aquilo aqui.

Aquele barulinho, do aparelho, né, marcando.

Aí diz o cara, é aqui, ó. É aqui, ó.

Aí diz o cara assim: – Tem mais. Tem mais coisa.

O homem esse do aparelho, né? Veio. Hehehe.

Tá, veio por ali, aí tava: – Tem mais coisa.

Então vem ele com o aparelho pela estrada.

Daqui a pouco, virou pra direita, né?

Chegou naquele angazero ali o aparelho loqueo de novo.

O aparelho loqueo de novo que dá aquela zoada, né?

Aí ele olhou...

Tá aí esse Maneca que não me deixa menti, que ele tava junto.

Aí tá. Aí ele disse assim: – Ó, aqui tem, aqui tem dinheiro.

Diz ele assim. O cara disse alto, nós tava tudo aqui.

Tava no portão aqui.

- Aqui tem dinheiro, ó. Aqui tem dinheiro, lá tem dinheiro, e tem
mais por aqui. Tem mais por aqui.

E saiu. Aqueles hummm e hummmm e chegou por aqui assim e
loqueo de novo, aqui assim. Lá onde aparecia a luz essa.

Só que era uma luz meio azulada, né? Não era vermelha.

Aí dizia ele: – Aqui também, tá marcando alguma coisa aqui.

Aí vai conversa, e vai conversa.

Mas nós tinha uma cachorrada muito braba.

Quando é de noite, de manhã apareceu furado ali.

Cavaram ali. Tudo bem.

Mas não arrumaram nada.

Não arrumaram nada porque logo a cachorrada se alertou, né?

E foram em cima, e vai e vai, e vai e vai, e vai e vai, e nós
levantemo pra vê. Foram embora. Não arrumaram nada.

E nem aqui também. E era aqui as assombração.

O meu irmão lá, na baixa, isso foi em 52, 51, 52, por aí. Tá.

Há recém ele tinha casado. Tá.

Aí chegou de manhã. Ele morava com a sogra dele.

Chegou de manhã. Aquela casa amarela que tem lá.

Chegou de manhã, tá. Foi eles. Casalzinho novo.

Vai se lavar leva junto, vai um vai junto, né? Sempre, os
pombinho.

Tá. Aí a Maria, a mulher do Jorge. Agarrou: – Ô Jorge?

– Que é?

– Aqui. Uma moeda.

O Jorge olhou: - É mesmo, onde é que tava?

- Tá aqui ó.

Mas deixa que ela não tinha visto, né? O, o beijo da, da
moringa. Conhece moringa?



P – Moringa? Não.



Seu Adão – Moringa é umas coisinha de barro, pequeninha assim.

Elas são umas talhazinha, pequeninha. Tá.

Aí olhou. Rapaz! Aquilo tava minado! Um monte de moedinha.

Isso foi na baixa de uma enchente, de 51, 52, foi por aí.

No mês de agosto, ainda. Tá.

Aí mexeram ali, né? Tiraram.

Aí, tinha, no bujãozinho tinha um pega mão assim, né?

Aí tá. A raiz do angazero entrou assim, cresceu, né?

E foi levando, levantando ele pra cima. Levantando.

Quando eles mexeram, que agarraram, quebrou a asinha.

Quebrou a asinha. Era uma moringazinha. Com 96 moeda.

96 moeda. Tá. Guardaram.

Nós tava na fazenda, por causa da enchente, não tinha baixado ainda, né? O Jorge vai, naquele tempo tinha a Parecência.

Parecência era uma lancha que trazia carne de porco, frigorífico, né? Lá do Renner, pra Porto Alegre, é, pra Porto Alegre. É.

E... Aí carregava banha, carregava banha também. De lata.

O Jorge olhou: – O Maria!

Eles iam atravessando, iam lá em casa, com o negócio das moeda, do bujãozinho que ele tinha achado, né? Bah!

Aí Olhou: – O Maria? Olha lá um espelho dentro da água! Hehehe.

– Dexa de sê bobo, Jorge! Deixa de sê bobo homem.

– É um espelho sim!

Aí chegou pra ver. Era uma lata de querosene, né? Era uma lata grande, conhece essas lata grande, né? De banha.

De banha, tá. Mas bem na ponta daquela ilhota ali.

Pegou a lata, botou dentro do caíque.

E, olha, é isso, é aquilo, é aquele otro.

Aí foram olhar tava, do porco, a banha. Foi a Parecência que perdeu. Mas tinha dado um solão, né? Solão lôco.

Aí tá, ele deu umas remada, mais pra diante assim, pra fazer a volta pra atravessar pra fazenda. Olhou:

– Maria, mas não, mas hoje o dia tá engraçado, Maria.

– Por que, Jorge?

- Tá engraçado. Ó uma lage lá!

Hahahahha! O nego ainda é meio abobado, ainda.

- Olha a lage, lá. Mas tu já viu lage em cima dá água?

- Não.

- Mas olha lá pra ti vê.

Foram olhar. Rapaz! Era um encerado.

Assim que apareceu esse encerado, locomotiva, acho que é locomotiva, nem sei.

Aquele animalão, com dezesseis metro quadrado, né?

Pegou aquilo, botou dentro do caíque.

Mas era o dia da sorte dele, mesmo, né?

Achou de manhã, aquele bujãozinho de dinheiro.

Quando foi ali por umas dez hora acharam a lata de banha e o encerado esse.



Mas não soube aproveitar! Não soube aproveitar. (...)
Tá, tudo bem. Se meteu aqui pra cidade, levaram num advogado. O advogado deu trinta conto pra ele e encestou ele. Trinta conto. É, foi trinta conto.
Encesto ele. Pronto, deu em nada.
É o mesmo Jorge. Pelado, trabalhador. Hehehehe!
É, ó.

Deixei essa estória comprida, na seqüência em que Seu Adão a narrou, por ela encadear quase todos os elementos presentes às estórias de tesouros enterrados e assombrações contadas na Ilha. É semelhante às narrativas contadas por Dona Laci e por Seu Cláudio que usei na apresentação dos narradores. As referências espaciais para os “assombros” são marcadas por árvores, por “um pé de coqueiro”, uma “raiz de angazeiro”, uma “guavirovera”, uma “moita de taquara do reino”, uma figueira. Nesses locais aparece uma luz, ou um vulto, um animal estranho. São os indícios de que “ali tem alguma coisa”. Revirados pela terra, desenterrados, revelados pela baixa da enchente, são encontrados então “uma moringa”, “uma talha”*, “um baú”, quando não é esse objeto mesmo uma espécie de assombração, como a “barrica” de que conta Adão. E, geralmente, o narrador não é quem fica com o tesouro, se é alguém próximo, também dificilmente reverte o tesouro em riqueza, como o irmão de Seu Adão que “pegou aquele dinherama, era pra hoje tá bem arrumado. Taí numa pindaíba, tá pior que o Dindarte”.

Por vezes, alguém “de fora” da Ilha consegue tirar a sorte grande, como o cunhado de Seu Adão, de quem ele contou na seqüência da estória sobre o irmão:



Seu Adão - O meu cunhado, aqui, nós tinha uma pedra, ó.
Uma pedra grande assim, ó.
Ela era assim, era grande assim. Quadrada, assim.
Nós... e ela tinha um argolão, assim, ó. No meio dela.
E nós era invocado com aquela pedra, né?
Como é que podia nascer? Como é que pôde nascer?
Aquilo ali no meio da pedra. Nós, a gurizada.

* Recipiente de barro usado para guardar água, geralmente do rio. Mesmo quem recebe água tratada do caminhão “pipa”, ainda dá preferência para o sabor da água da talha. A talha é uma forma de deixar a água “fresquinha” enquanto os seus resíduos sólidos decantam, “descem” para o fundo, deixando a escura água do rio mais “clarinha”.

Falava pro pai.

- Tá lôco! – Nem se metam! Isso aí não é pra criança tá mexendo.

Tudo bem, né. Então nós sempre daquele jeito.

Sempre doido pra arrancar aquilo ali, né? Tá.

Mas o troço era tão bem feito, tchê! Que não aparecia o lugar do cimento, assim, né? Não aparecia nada, era só um limo mesmo.

Aí, tá. (...)

No porto ali, ó.

Quando baixar mais eu vou te mostrar um pedaço da pedra.

Ainda tá aí. Agora tá no fundo.

Ainda tem, né? Só que agora tá no fundo.

E, barquero ali, que chegava de manhã.

A pedra tava aqui desse lado. Desse lado. Tá, tudo bem

Olhava lá, e mexia, andava por aí tudo.

Quando era no outro dia tu chegava, olhava, a pedra tava lá do outro lado. Essa pedra se movia, não sei de que jeito.

Ali meio-dia, tu passava ali, passava ali tava aquilo na raizera.

E blug, blug, blug, blug, blug. Parecia uma garrafa, né? Nós paraaaava, olhaaaaava, quando via ela nós cravava no pé!

Ah, pode parar! Hã! Tudo bem. Daí tá.

Quando era de tardezinha nós tava ali a garrafa aquela tava fazendo barulho cá do outro lado. Mas era sempre assim.

Sempre, sempre, sempre, sempre. Aparecendo essas coisa.

Sempre, sempre. Tá.

Ó, não é mentira.

Então quando chegava seis hora da tarde, aí.

Que era a Ave Maria, a mãe chamava nós:

– Meu filho, vem rezar que tá na hora da Ave Maria.

Tá, nós ia rezar. Naquele tempo a gente rezava, hoje não sei rezar.

Aí nós saía, nós ia lá no Tio Afonso.

Tio Afonso era um tio véio, que era nosso tio. Era nosso tio mesmo.

Nós ia pra lá de tardezinha conversar com ele.

Ele contava as estória, as vezes nós ia judiar dele, atirar pedra na casa dele, coitado. Ah, locura!

E quando chegava, que nós ia.

O angazero tem só o toco.

Aquele galho do angazero que dava pra estrada assim, ó.

Parecia que dava um vento, assim, ó.

Nós vinha de tarde, vinha cá.

- Tio Afonso!

Diz ele: – Ué, vocês não tavam atirando pedra em mim?

Atirando pedra na minha casa!

– Não Tio Afonso! Leva nós em casa!

Coitado do homem. Aí vinha trazer nós aqui em casa.

Por causa do galho aquele, assombrado. Tudo foi, tá.

E tal de pedra, essa, né? Ali aparecia de tudo. Aparecia.

Bom, tudo bem. Meu cunhado.

Veio lá de Pelotas. O Ramon, sabe?

A minha irmã trabalhava aqui na fábrica de lata, fábrica de folha.





De lata, aqui no Renner, na beira do rio, aquele tempo era na beira do rio. Namorou um tal de Ramon e ia casar com ele. Já fizeram casinha aqui, então fizeram uma casinha ali. Casinha, uma coisinha assim, eram recém casado. Eles era pobre.

Tá. O Ramon achou aquela pedra, rapaz! Estorou a pedra!

E não era ouro que tinha dentro? Tinha ouro ali dentro, meu!

Ah, daqui a pouco. Tá.

Passemos ali: – Quebraram a pedra. E agora?

Quebraram, e quebraram, e quem foi, quem não foi, e agora descobri quem foi que quebrou, não tinha.

Na beira. Só os caco.

Quando foi de repente chega um barco carregado de madeira aí.

Naquele tempo era intercâmbio, intercâmbio era a Platense.

A Platense é uma empresa de ônibus, né?

Aqui em Navegante, aqui, é, Platense.

Era Platense e era maderera. Então vinha dali as lancha carregada de madeira. Fazer casa aqui.

Pro Ramon. Fazer casa. Tudo bem. Quando, aí, tá. Fez a casa.

Já preparou-se tudo, né? Aquilo, ó. Prontito. Prontito no más.

Fez a casa, tá.

Quando foi de repente, nós tinha um campo de futebol, aí.

Fora, lá.

E o Ramon inventou uma sede, salão de baile. E foi, foi.

Olha, rapaz! Ele quebrou o troço, ali.

E o troço, a pedra é isso aqui, né? Tá.

Então, aqui, aqui dentro, dentro da pedra.

Fez isso aqui. Ó. Aquilo tava cheio de dinheiro.

Cheio de dinheiro ali dentro.

E os bobo não sabia. Nós era os bobo mesmo.

Mas é, o antigo é bobo mesmo. O antigo era bobo mesmo.

O Ramon fez uma sede, fez um salão de baile.

O Ramon comprou motor. O Ramon tinha caíco a motor

E tu sabe como é que foram descobrir?

Faz uns três ano que descobriram.

Faz três ano que descobriram que foi ele que tirou o dinheiro.

Faz três ano isso aí. E os bobo aí, nessa miséria.

Essa miséria, é.



O tesouro aparece como uma espécie de tentação, de teste. É destinado para poucos, pois é protegido pelas assombrações que ficam “em roda” e impedem que alguém enriqueça sem “merecimento”, com as “coisas dos outros”. Dona Maria fazia essa interpretação, ao contar das moedas que encontrou, junto com o ex-marido. Sua narrativa tinha esse tom de um conselho, uma advertência moral para a platéia de “professores” e de adolescentes, quando da gravação do “Ilha Assombrada”:



Dona Maria - Foi desse negócio que eu vi.

Que eu saí com o meu marido lá adiante.

Que nós saímos a caminha lá na prainha.

Encontrei aquele buraco, assim, um quarto, meio arredondado.

E tinham tirado um baú com dinheiro.

E de certo as coisas melhor levaram, né? (...)

Eu andava passeando com o meu marido e as crianças.

E aí ele chegou assim:

- Bah, nega olha aqui, ó! Um buraco aberto, cheio de terra, olha aqui.as moeda, tudo a volta.

Mas nessas altura já tinham tirado, o bem bom que tava lá dentro. de certo o baú que tava com o melhor, né? Tiraram.

Mas inclusive ficou as moeda, rolando ali, na terra, né?

Ai, nós agarrava aquelas moeda antiga, né?

Ai meu Deus, olha, que moeda! Mas não levemo.

Aí as criança quiseram pegar digo: Não, não, não!

Tem nada que pegar. Deixa tudo isso aí.

Não vamo levar isso. (...)

Ah, eu achei que era uma coisa que não pertencia pra nós, né?

Aí meu marido, disse: - Não. Não tem nada que levar. Isso aí é coisa que não pertence pra nós, se deixaram aí, se enterraram.

Não sei quem é que tirou, quem não tirou o baú lá de dentro.

Mas isso é coisa que não pertence pra nós, né?

Eu não pego essas coisa, não pego mesmo.

E não deixo ninguém pegar, da minha gente.

Coisa que não pertence pra gente a gente não deve pegar, né?

Eu sou daquelas assim. Eu gosto de ter aquilo que me dão, que é meu, que pertence pra mim.

Não. Aquilo que não me pertence eu não gosto, não gosto mesmo. É muito chato a gente pegar uma coisa.

Ai, Deus u livre. As vez uma coisa que é... até vem um, eu acho assim, pega um negócio que não é pra gente depois vem aquele negócio depois, vem aquela assombração.

Esses espíritos e assombrações que anunciam, ou que protegem o tesouro, são associados, nas explicações dos narradores, com figuras lendárias de “tempos atrás”, acrescentando uma “densidade humana” (Lévi-Strauss, 1989:35) ao ambiente, aos “angazeiros”, às figueiras, aos coqueiros e taquareiras onde agem esses espíritos protetores e ocorrem essas manifestações sobrenaturais. Desenterradas com os tesouros, surgem imagens de outros tempos, figuras próprias à fundação e colonização do Rio Grande do Sul, apresentando uma anterioridade ao mundo de água, banhado, mato e gente desse ambiente. Dona Laci contava, sobre o lugar em que vive hoje, que era “uma

roça de capim”, próxima à “chácara” dos pais de um vizinho que hoje é dono de um armazém, situado no terreno da ex-chácara, em plena vila, repleto de casas ao seu redor:



Dona Laci - É, porque naquele tempo, uns anos atrás, não tinha banco quase, e muita revolução tinha naquele tempo. E então eles traziam, traziam os escravos, os coitado. E vinha, a remo, e enterrava aqui, nas ilha. Tinha muito dinheiro aí. Muitos que já acharam, já. (...) Até tem venda ali, logo aí (...) Os pai dele tiraram, não ele. (...) Os pai dele. Os pai dele. Os pai dele acharam, porque, tudo, era no sobrado, aquele local, era até esse coquero, não era coquero, era aqueles butiá, igual essas bolinha, mas porém, amarelinho. É. E no meio tinha, tinha, aquilo ali aparecia assombração. Aí um dia trouxeram aparelho, marcô e tiraram. Era uma panela de ferro, a panela eu vi. Um panela de pé, seis pé. Velha assim.

As assombrações ligam-se a reminiscências, a lembranças históricas do tempo em que o Arquipélago era ocupado por outras populações, em uma ambiência rural. É o caso da “Fazenda dos Clementes” em que Seu Adão “se criou”, na atualmente desabitada Ilha das Garças, em que a avó era a terrível “Sinhá França” que “judiava dos nêgos” e “das nêgas” que trabalhavam na propriedade:

P – Era uma fazenda antiga, então, Seu Adão? Era o tempo dos escravos, assim, então?

Seu Adão – Dos Clemente? É, antiga! Antiga! Muito antiga, do tempo dos escravo sim. Pois era só nêgo que trabalhava com o véio. Só nêgo. Mas nêgo branco, né? Tudo gente de gabarito assim, que dava pena. Mas a minha vó que era ruim. Minha vó era ruim. Aquelas pobre daquelas nêga véia, na fazenda. A minha irmã, a Eva, ela conta direitinho. Tudo o que a minha vó fazia pra aquelas nega véia. As criança chorando assim, caminhando assim, de engatinhando, atrás da mãe e a véia não dava: – Não tem nada, não! Vai fazê a tua lida! E os pobre dos negrinho chorando, né? Aí a minha mãe se metia, né? (...)

Dizia: - Vai fulana, vai cuidá do teu filho, eu vô fazê a tua lida aqui.

A mãe fazia assim, né? A véia ficava doida com a mãe.

Ficava doida, mas barbaridade, né?

- Vai cuidá do teu serviço. Deixa essas nêga trabalhá!

Como vimos, sobre essa fazenda, Seu Adão conta que convivia também com velhos negros que lhe contavam estórias, como o negro “Teodorão”. O tempo das grandes propriedades de terras, chácaras, fazendas, estâncias de criadores de gado em Porto Alegre encontra ressonâncias no território das ilhas. Conversando com Seu Cláudio, enquanto ele me contava da estória da assombração que viu, enquanto andava de barco, e do sonho que a mãe teve com o tesouro enterrado⁹⁹, tece uma relação semelhante a que Dona Laci faz, sobre as imagens lendárias ligadas ao tesouro.

Seu Cláudio - Diz que naquela outra ilha ali.

Conta os nossos avós, bisavós que naquela ilha já morou ali. Capitães, na época.

Até tinha casas lá que tinha ainda, que tinha aquelas, aqueles esteio, aquelas laje de concreto, muito antiga ainda.

Coisa de trezentos, quatrocentos anos atrás, né? Entendeu?

Ali morou homens de, pessoas de dinheiros.

Que, é que tinha fortuna, grandes fortunas.

Então essas pessoas elas, gente grande assim, gente grande

no bom sentido, no sentido de dizer grande em dinheiro,

né? Assim, né? E gente até sábio da época, né?

Ajuntava essas fortuna. Então não tinha banco, não podia por em banco, não tinha, né?

E acontecia então deles enterrar essas coisas aí.

Diz que, conta os nossos avós que naquela época tinha muito.

Tinha muitas pessoa ricas por aí a fora.



Em um estudo recente, realizado com as populações das ilhas, a partir dos relatos desses moradores e de documentos históricos, a publicação da Prefeitura de Porto Alegre “Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre”¹⁰⁰ (1995) levanta algumas hipóteses sobre a história do Bairro Arquipélago, tomando algumas regiões das ilhas

⁹⁹ Ver as estórias na parte II do trabalho.

¹⁰⁰ Trata-se da publicação da série Memória dos Bairros “Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre”, do Centro de Pesquisa Histórica do Município, Secretaria Municipal da Cultura, Porto Alegre, 1995.

como refúgio para ex-escravos “fugidos” ou “libertos”, advindos de Porto Alegre e das propriedades de terras nos caminhos da navegação fluvial. Os nomes de alguns lugares do Arquipélago ainda teriam a marca dessa presença negra, como o “Arroio da Maria Conga” e o “Saco do Quilombo”¹⁰¹. A publicação aponta ainda, além da marcante presença açoriana na Ilha da Pintada, as reminiscências de uma presença guarani, população indígena que teria habitado a região em tempos remotos, e que teria, igualmente, se valido dos esconderijos de arroios, sacos e canais para fugirem após saques a Porto Alegre que recém se constituía como núcleo urbano, ou para escapar dos bandeirantes caçadores de índios. São imagens que se agitam em torno do “tempo dos antigos”, que permanecem até hoje associadas à paisagem do Delta do Jacuí, como nos conta Dona Laci:



Dona Laci – Eu não sei, acho que é do tempo dos antigo, né? Porque uns anos atrás eles traziam, traziam os escravo da cidade, a remo, né? Eles traziam dois, três escravo. Branco, preto os coitado. E depois enterravam e matavam eles e botavam eles pra eles cuidá o dinheiro. E aquele espírito ficava ali. Porque o espírito não morre, nunca morre, fica vivo. Seja pro bem, seja pro mal ele fica vivo, né?

Porém, diferentemente de uma História oficial das ilhas, essas estórias de tesouros enterrados ligam “trezentos”, “quatrocentos anos”, como diz Seu Cláudio, à “Fazenda dos “Clementes”, e a outras propriedades rurais da primeira metade do século XX como faz Seu Adão, encadeando ainda todas essas imagens à paisagem atual das ilhas, como fazem todos esses narradores, de uma forma muito diferente da linha de tempo histórico. Trata-se das lembranças de um modo de vida no contexto do trabalho rural entre a figura dos “patrões”, do “capitão” e os empregados das roças e “tambos” de

¹⁰¹ Entre os dados apresentados por essa publicação, apoiando-se em documentos históricos, estão o depoimento dado em 1813 para a Câmara Municipal de Porto Alegre, pela *preta forra* Mariana Maria, moradora do Saco do Quilombo, ao defender a posse de seu pedaço terra. (pg 34). Igualmente, a publicação relata de uma família de ex-escravos, os Benguela de Aguiar que teriam vivido em 1856 na Ilha Grande dos Marinheiros, próximo ao local onde vive hoje Seu Adão, quando o lugar tinha então a denominação de “Volta da Mãe Teresa”, situado entre o “Lago da Mãe Teresa” e o “Arroio Tamanco” (pg40).

leite. Trata-se da memória de uma estrutura social que traz a marca da escravidão, mas que acomoda muitos tempos, em camadas de lembranças, em que a repetição de gestos e práticas, de figuras lendárias e arquetípicas se dá na forma de retorno. Não se trata do que cada acontecimento histórico teria de particular, mas do que é recorrente, do que se repete, do que é exemplar da forma como viveram e como ainda vivem hoje os “ilheros”¹⁰². Os escravos são apenas algumas das figurações dessas manifestações. Seu Adão, por exemplo, quando perguntei a ele sobre isso, mergulha, ainda mais fundo, no tempo:



P – E por que que o senhor acha que é mais assombrado pra cá pra esse lado? O senhor acha que tem algum motivo pra isso, não?

Seu Adão – Ah, eu não sei se eu posso dizer. Pode que seja mentira, né? Mas, se é que existiu os jesuíta. É? Será que existiu?

P – Sim, eu acho que sim. Eu já tive lá naquelas coisas das Missões lá pra cima.



Seu Adão – Pois é, pois, era, era parte que eles manobravam, eles mandavam, né?

P – De certo andaram por aqui também.

Seu Adão – É, era uma parte que eles manobravam. Eles andavam aí e escondiam as coisa, né?

Que era os único que eles chegavam numa fazenda aí e eles pediam um pedacinho de terra pra botar um coro de boi.

Ah, nunca ouviu falá? Minha mãe contava muito essa estória.

Que os jesuíta chegavam numa fazenda aí, pediam um pedacinho de terra, pra botar um coro de boi, né?

Tá muito bem. Claro, fazendero, né?

- Não, dá, pode botá então, né?

Diz que ia pra, armava a barraca dele, e entrava pra um daqueles lá pra dentro. E pegava o coro de boi, meu amigo, ó.

Tirava aquele tantinho, né, aquela fita. Tirava aquela fita, assim, ó.



¹⁰² Mircea Eliade aponta diferenças importantes entre mito e história: “A memória coletiva é a-histórica. Esta afirmação não pressupõe nem uma ‘origem popular’ do folclore, nem uma ‘criação coletiva’ da poesia épica. (...) Queremos apenas dizer que – independentemente da origem dos temas folclóricos e do talento do criador da poesia épica – a memória dos acontecimentos históricos e das personagens autênticas modifica-se ao fim de dois ou três séculos, a fim de poder participar no modelo da mentalidade arcaica, que não pode aceitar o *individual* e só conserva o *exemplar*.” (ELIADE, 1969:59).

E depois estaqueava. Tirava e estaqueava.
E era assim que eles mandavam.
Como era os Jesuíta, eles mandavam mesmo, não pediam, né?
- Não! Mas como é que você vão fazê isso?
- Não mas eu pedi pra botá um coró de boi. Não é?
Hã. Prontamente. E assim eles faziam, né?

Essas figuras de ex-escravos, de jesuítas, do “padre”, que Dona Laci viu em sonho, são figuras lendárias de uma colonização sangrenta no Rio Grande do Sul, associadas à violência do poder escravocrata, à destruição das reduções jesuíticas e ao extermínio de grande parte da população indígena em épocas ainda mais remotas. Mas os escravos “fugidos” ou “libertos”, os índios que poderiam ter encontrado um refúgio nas ilhas e os descendentes dessas populações colocam em cena, nas narrativas, símbolos e práticas concretas de uma trajetória étnica negra ou mestiça presentes ao seu cotidiano, em que vínculos morais, crenças e saberes práticos estetizam a ação cotidiana dos “pobres” dos dias de hoje que ocupam as ilhas, um cotidiano marcado pela força de um poder imposto sobre seu território de pertencimento, como vimos na primeira parte do trabalho.

Para recuperar, com mais riqueza, o dinamismo dos “retornos” que a memória compartilhada (Ricoeur, 2000) desses narradores ensaia na paisagem atual do Delta do Jacuí, é preciso também prestar atenção em outros elementos das narrativas apresentadas. É preciso desviar, um pouco, o olhar das assombrações assustadoras e direcionar o olhar para a força de atração que exerce o tesouro. Na narrativa a seguir, contada por Seu Adão, enquanto a constatação de que ele “tem que ser pobre mesmo”, uma moeda encontrada por ele parece sobredeterminar toda a dinâmica da narrativa, apontando para uma espécie de destino:

Seu Adão - Eu tive um sonho assim. Ó. Qué vê?
Eu era novo ainda. Então eu.
Mas eu já tinha a minha mulher, essa. Minha velha.
A mãe dessas guria aí. E eu trabalhava aqui no Sadi.
Na boca do arroio, ali. Tá.
Quando é de noite, um dia de noite, aqui em casa, aqui.
Eu sonhei. Escuta só o que que é as coisa, né?
Eu sonhei com a, chegou uma, chegou um velho.
Diz o velho pra mim assim. Ô guri. Eu olhei:



- Senhor?

- Tu vai na beira do rio.

Era o trapiche, né? Tudo tem o lugarzinho lá.

- Tu vai lá no trapiche, quando tu vim de lá pra cá tem uma moeda no chão.

Hãhã. E eu esganado, né? Eu trabalhava lá.

- Uma moeda?

- É. Tu junta ela. Que essa moeda, ela tem um risco assim, e outro assim. Então pro lado que tivé aquela forquilha, tu pode ir direitinho. Naquele pé de barba timão, tem um lado queimado. Cava ali. Cava ali. E a moeda tu traz. Tu cava ali.

Tá: - Não, não, eu tenho medo.

- Não, mas pode ir.

Aí eu digo: - Ah, tá bom.

Tá. Passou, né?

Aí eu fui na beira do rio e achei. Achei a moeda, né?

Achei aquela moeda. Tá certo, era riscada, toda assim.

Aí fui lá no barba-timão. Que o barba-timão era três galho, né?

Era isso assim, ó. Assim.

Esse aqui e esse aqui, um abria pra lá e outro abria pra cá.

E esse aqui abria pra beira do rio.

E esse que abria pra beira do rio tava queimado. Né?

E eu agarrei e digo, tá. É aqui.

Aí, eu disse, ah, eu pensando sozinho.

- É verdade o que esse velho falou!

Eu capinava repolho, lá. Urtiga que era uma coisa séria.

- Esse véio tá me dando mesmo. É verdade.

Aí, tá. Então. Fizeram uma festa muito grande.

Aqui no Darcizinho, ali na ponta da ilha, né?

Lá, entre o Darci e o Antônio Bosquete.

O Antônio Bosquete tinha comprado um barco não sei aonde aí e ele e o Darci tiraram, tiraram o barco do fundo e trouxeram pra ali.

Era o Darci. Darcizinho. Era o Darcizinho, e era o tal de João Magro. E o Antônio Bosquete. Tiraram.

Tavam tirando um barco do fundo. E acharam um boneco.

E não é que o boneco era ouro? Dentro do barco.

Acharam um boneco. Era um bonecão, né? Baita dum bonecão.

O, tá. Aí lá, desmancharam a sociedade deles, né?

Vai o Darci prum lado, vai o João pra otro, o João veio morar aqui na, onde tem o tambo do Seu Darlei, ali, ó.

Tinha uma casa de taquara ali, veio morá ali.

E o Darci continua do depósito dele, lá. Escuta bem.

Aí o Antônio Bosquete foi pra cidade, tem um ferro velho ali na, no Arroio das Garça. Ali ele comprou aquilo tudo.

Comprou aquilo tudo, ele tem, comprou aqueles barco velho, aqueles rebocador antigo, que era a carvão, que era, como é que se chama, caldera, né?

Que ele compro, que com o que ele tira os barco do fundo.

Aqueles barco. Tá. Aí eles se reuniram fazendo a festinha lá, sabe? E eu tô lá conversando. Então chegou o Antônio Bosquete.

Que nós era muito amigo do Antônio Bosquete.



Desde que ele casou aqui com a filha do Seu Juvenal.
E... eu posso falá?

P – Claro, pode falá.

Seu Adão – E, casou. No outro dia da... ih, só entrava no casamento quem tinha convite, né?

P – Ele era daqui o Antônio Bosquete?

Seu Adão – O Antônio Bosquete era daqui pra cima do Morrete, ali naqueles rio ali. E o seu Juvenal, a guria era daqui. Aí tá. E ele trabalhava pra Tapes, ele era barquero. Tudo bem. Casô sábado, só entrava gravatinha e colarinho. Duro, não tinha nada de entrá mambira, grosso. E nós aqui vizinho, só olhava, só sentia o cheiro do churrasco, lá. Tá. Casou aí, homem. O Bosquete. E o seu Juvenal, no outro dia facero.

Casaram, foram dormi no barco, ele tinha o barco, era o Pampa, Pampa ou Fanfa, uma coisa assim. E ele foi dormi no barco. O noivo, o casal. No otro dia de manhã, tava o véio Juvenal, tomando chimarrão, a Dona Menaide, e as outra, os irmão, né? E ele entrou: – Boom diia, seu Juvenal. Bom dia Dona Menaidés.

- Bom dia! Como é que foram, dormiram bem, tava tudo bem?

- Eu vim aqui devolve a sua filha.

Hahahaha! Barbaridade!

- Vim devolve a sua filha.

- Ah, mas o que que aconteceu?

- Ah, não era mais moça. Casei, esperei esse tempo todo.

Mas um casamento, meu! Não era mais moça. Tá.

E era muito amigo nosso, o cara, né?

Aí ele veio procurar os amigo que não tinham sido convidado, que tinha que tê cartão pra entrá. Aí veio procurá.

Aí nós conversamo, tá.

Agora vai chegar lá, qué vê?

Nós conversando, lá no Darcizinho.

Dele conversa, dele conversa, eu digo:

- E o teu casamento, o parcerero?

Tudo era parcerero, pra ele.

- E o teu casamento aí, parcerero?

– Éééé. Deu em naaada, parcerero.

Hahaha! Tá bem, não se perguntou muita coisa, também. Tá.

– Eu agora sô tirador de dinheiro, eu tiro dinheiro, enterrado. Tu não sabe onde é que tem?

Aí pensei, pensei, contei a estória.

Tá, tudo bem. Contei a estória, direitinho, como foi, né?

Digo: - Olha, Darcí. Tem essa estória aqui que eu sonhei. Agora isso aí é um sonho, né? Isso aí é um sonho. Eu sonhei.

Meti a mão no bolso.

- É o sonho dessa moeda aqui. A moeda tá aqui pra quem quiser vê.

Eu sempre carregava no bolso, né?





- Mas onde é, parcero?

O Darci, o Bosquete: - Onde ééééé parcero?

- É bem aqui, ó. É bem aqui. É bem naquela árvore, lá, tá ali. Era lá na ponta da ilha, né?

Então enxergava a árvore lá, que era o barba-timão é aquela árvore que as mulher tomam remédio pra não engravidá.

P – Uma que tem umas coisa pendurada, assim?



Seu Adão – É. Essa aí, essa árvore aí, ó.

Essa árvorezinha da florzinha miudinha aí ó.

E... ali assim, assim, assim, assim.

Contei tudo direitinho.

Desgracildo, rapaz, foi lá e tirô mesmo.

Tirô o dinheiro.

E tinha dinheiro mesmo. Ficô lá só o baita do buraco.

Bah! Mas eu fiquei bem bobo. Fiquei lôco.

Fiquei loco com ele. Por que que eu não fui tirá, por que que eu não fui cavá, né? (...)

Digo, aí ó, nós temo que sê pobre, não adianta!

Hahahaha! Tem que se pobre, não adianta.

E é isso aí, rapaz.

A moeda, sonhada e encontrada por Seu Adão, marca toda a dinâmica da narrativa de Seu Adão, encontrando e perdendo o tesouro para o “Antônio Bosquete”; do “Antônio Bosquete” perdendo a noiva (e os amigos) e se tornando “tirador de dinheiro”. Assim, o mesmo reverso da fortuna ocorre na narrativa de Seu Cláudio em que a mãe sonha com um tesouro, mas os “patacão”, as moedas de ouro e prata são desenterradas por uma mulher que acaba enganada por uns “espertos” da cidade, ficando sem a riqueza. Da mesma forma, o irmão de Seu Adão, que encontrou um tesouro, foi enganado e continuou “o mesmo Jorge, pelado”. Finalmente, na estória contada por Dona Laci, do sonho que teve com um tesouro que lhe era dado por um padre, em troca do filho recém nascido. Essa característica do tesouro enterrado mostra toda sua força ao ser associado com o nascimento e a morte prematura do filho (“nasceu e morreu, no mesmo mês”) e o desenterro do tesouro por outras pessoas “da cidade”.

É certo que o significado moral das estórias, presente principalmente nas conclusões a que chegam seus narradores, como as de Seu Adão (“tem que ser pobre mesmo”), ou Dona Maria, quanto a não pegar o “alheio” (“a pessoa tem que ser, ser

pobre, mas com a consciência tranqüila, né?") apontam para os significados do “ser pobre” enquanto construção de identidade, e da ambivalência das imagens ligadas ao “enriquecimento” ou a “cobiça” e ao “olho-grande” em contextos populares. Cláudia Fonseca (Fonseca 2000), em seus estudos entre classes populares moradoras de vilas e bairros de periferias urbanas, constata que, embora a vontade de enriquecer seja quase óbvia, as pessoas que conseguem atingir esse ideal, ou que se esforçam para tal (fazendo economias ao invés de emprestar a quem precisa, iniciando uma trajetória ascendente), acabam rompendo com um estilo de vida comunitário¹⁰³ em que “todo mundo se ajuda” ao dividir as dificuldades, retirando-se da rede social, perdendo os amigos, ou atraindo maus comentários sobre si ao romper a reciprocidade obrigatória entre membros do grupo (Fonseca, 2000:102).

Mas, se esse significado moral da “cobiça”, do “olho-grande” sobre o tesouro ajuda a desvendar alguns significados presentes às narrativas, ainda não esclarece suas conexões com outras imagens dessas estórias que são tão freqüentes entre os moradores da Ilha. Enquanto memória, tais estórias não se direcionam para o futuro de uma trajetória de enriquecimento, mas falam de um destino na forma do retorno de uma riqueza que existiu e que durou. Seguindo o dinamismo organizador das estruturas do imaginário, veremos que esse esquema inversor da moeda também está presente a outras imagens das estórias de “enterro” de tesouros. Se voltarmos um pouco às estórias narradas, é possível descobrir uma constelação de imagens que se ligam aos tesouros enterrados. São “símbolos da intimidade”, como os entende Gilbert Durand (Durand, 2001:236). As “talhas”, as “barricas”, os “baús”, as “lages”, as “panelas”, os “sacos”, a “lata de banha” e as “moringas”, que são encontradas, têm algo em comum, se as enxergarmos não como utensílios, mas como símbolos formados a partir de trajetos antropológicos em que se dá o acordo entre a cultura e o ambiente, na forma de

¹⁰³ “Na Vila São João, melhorar na vida – sabe-se implicitamente – significa isolar-se, erguer muros em volta de si e, talvez, ir embora. Significa retirar-se da rede social, renegar um estilo de vida que os amigos continuam a abraçar.” (Fonseca, 2000:100)

esquemas de gestos. Todos esses símbolos têm, em comum, um mesmo esquema em que é presente o gesto de conter, de guardar. São todos objetos continentes, que se relacionam com as raízes das árvores e as pedras que “entram” na terra. A terra que é o grande continente, o próprio chão das ilhas, onde se realiza esse gesto de enterramento, chão para onde se retorna, a morada última.

Tal característica aproxima o chão da Ilha às imagens da casa, da morada. A casa, também como símbolo continente, guarda segredos, guarda calor e intimidade, protege a intimidade do morador com suas fechaduras e chaves (Bachelard, 2000). Enquanto morada, a casa acolhe tanto o nascimento de novos moradores, quanto guarda a imagem e as lembranças dos que “nascem” para outras dimensões cósmicas. Participando da correspondência entre “corpo, casa e cosmos” (Ricoeur, 1976:74), as imagens da intimidade, o chão, a Ilha enquanto morada, ganham a importância cósmica de centro paradisíaco, sagrado.

Sobre o simbolismo do Centro, o historiador das religiões, Mircea Eliade, observa que o “Centro”, o “umbigo” do mundo (a montanha sagrada, a ilha paradisíaca, o templo, a árvore da vida) constitui-se num eixo que serve de passagem entre regiões cósmicas, simbolizando, ele mesmo, o Cosmos, por ser o lugar onde teve lugar a criação pela primeira vez. (Eliade, 1969:32). O Centro é, assim, a zona do sagrado por excelência, da realidade absoluta, onde o Caos se torna Cosmos, onde o disforme passa a ter uma forma, onde o indiferenciado passa ao diferenciado, e o desconhecido se torna conhecido. (Eliade, 1969:33). É no Centro que se funda o mundo, portanto, e todas as coisas. Essa criação não se dá de outra maneira que não uma repetição, uma recriação. É o “Mito do Eterno Retorno” de que fala Eliade, “o regresso cíclico daquilo que existiu” (Eliade, 1969:101). Esse regresso cíclico liga-se aos ritmos biofórmicos, como o ciclo lunar, em que a lua “cresce”, “enche”, “mínua” e “morre” para então renascer, ou o ciclo agrário, em que as colheitas anuais, seguidas das festividades marcam os “cortes” do tempo e garantem a continuidade da vida da comunidade (Eliade, 1969:66).

Gilbert Durand observa que essas imagens da intimidade, esses “continentes”, possibilitam o retorno pela sua qualidade de repetição e redobramento, por se transmutarem, facilmente, de “continente” em “conteúdo”. Como a moringa, “dentro” da raiz do angazeiro, raiz que estava para “dentro” da terra, que por sua vez, estava “dentro”, ou “embaixo” da água, e que foi revelada pela baixa da enchente e pelo crescimento da raiz, repetem o gesto de conter; como o peixe engolidor, que é engolido por outro peixe; como o fruto apodrecido, que é “engolido” pela terra e que, ao conter a planta na semente, possibilita o regresso da planta, do fruto e da semente. O ouro, enquanto tesouro da intimidade, seria mais um “fruto”, uma riqueza, uma substância, capaz de ser contida, e engolida, enquanto imagem de abundância, de fertilidade, de alimento primordial. E como as riquezas e frutos da terra, o ouro participa desse movimento de inversão, de redobramento, transformando facilmente a abundância em declínio. É assim que pelas forças de inversão das imagens da intimidade, o ouro, temido, enquanto símbolo da cobiça, ensaia uma lição moral nas narrativas dos tesouros, pelo fato do tesouro, ou da moeda, conterem, ao mesmo tempo, a fortuna e o seu reverso, nas duas faces da moeda.

Esse olhar que os narradores dirigem à paisagem, às suas formas e metáforas de intimidade, pode ser tomado como uma forma de “gnose do tempo” (Eckert e Rocha, 2000:09), aderindo às coisas e aos lugares, ao tomarem o ambiente das ilhas como suporte de uma tradição concretizada na série de saberes e fazeres “do tempo dos antigos” que são atualizadas pelos gestos de hoje dos moradores da Ilha.

As narrativas em que surgem as assombrações protetoras dos tesouros, em que se dão essas visões, são contadas a partir de um ponto de vista muito específico, em que a intimidade com o ambiente natural das ilhas é fundamental, na proximidade com a dinâmica inversora dessa rítmica de nascimento, crescimento e morte dos “frutos” da terra. Assim, com as imagens dos tesouros desenterrados, reviram-se na terra e retornam imagens “daquilo que existiu”.

As histórias são ligadas, encadeadas, por imagens de gestos, de práticas, colocando os personagens dessas narrativas em intimidade com as substâncias e os seres da terra, do chão das ilhas. Durante as entrevistas, as narrativas de práticas cotidianas colocavam os moradores das ilhas “dentro” da paisagem do Delta do Jacuí e também das regiões próximas ao Guaíba, em Porto Alegre, através da lembrança de práticas que ainda hoje se repetem, e de outras que ficaram apenas na lembrança, atualizadas pela narrativa. São lembranças de um tempo em que “a Ilha não era ainda protegida, não tinha o IBAMA”, como diz Seu Adão.

Vejamos algumas dessas narrativas, como forma de mostrar essa “paisagem”:



Seu Cláudio - mas isso aqui tudo era mato. Não tinha nada aí só lixo, mato aí, caixas. Naquele tempo também dava peixe bastante né? Muito peixe. Peixe que dava aí dava. O dorado, o dorado graúdo, o nice. Pegava um dorado muito bonito. Jacaré tinha de monte aí na beira do rio. Muito jacaré. Tinha.

P: Tinha bastante?



Seu Cláudio - É tinha muito jacaré na época, né? Até por sinal quando ia tomar banho tinha que se cuida muito, né? Pegava até as criança no rio.

P - Tinha assim na beira é?

Seu Cláudio - Tinha, tinha é, tinha, tinha muitos. É, nós caçava jacaré naquela época. Se caçava. Até tem um rapaz que mora aí em baixo, que uma vez saiu comigo pra caçá. Veio me buscá. Pegava, fígava ele e matava ele a machadada, com um machado assim, né? Depois tirava o coró e vendia.

P - Que tamanho era, mais ou menos?



Seu Cláudio - A tinha jacaré de dois metro e pouco.

P - O senhor não tinha medo, não?

Seu Cláudio - Eu era acostumado. Aquilo era assim um, era um prazer assim, entendeu? Alegria de caçar e pescar. Agora não, não se caça mais. Não se tem mais isso aí, né?



E mesmo é proibido a caça mesmo, não pode mesmo. Não pode. Eu só vivo da pesca, é da pesca que eu vivo

Ana Luiza – A gente não andou lá pra cima, como é que é pra lá, Dona Laci?

Dona Laci – Lá é bonito, tem terra bastante, vai, até lá a ponta da Ilha, onde tem um rio aqui, lá emboca lá, só não passa pro outro lado por causa que o rio divide.



Ana Luiza – E porque essa parte aqui é mais ocupada que a outra, Dona Laci?

Dona Laci – Acho que é mais perto da cidade, né? Eu acho que é, mais perto da cidade. Mas ainda tem muito morador pra lá. Tem, muito morador. Uns veve do capim, outros veve do leite, outros veve de corta lenha, outros taquara...



P – E essa profissão de capinero, como é Seu Adão?

Seu Adão - Capinero é que nem cortador de pasto. Isso foi em 41, com a enchente, eu não me lembro da enchente, que tempo foi que ela teve, eu lembro da enchente. Tudo bem. Capim se enfiou tudo aqui. Isso tudo aqui era roça de capim.

E a roça de capim era cuidada que nem roça de planta. Não deixava cria um cisco, um brejo. Era limpinho mesmo.

E quando a enchente baixou. Era o capim sem felpa. Era desse tamanho assim. Então ficou desse tamanho assim, um pouco mais. Por causa do barro. O lodo que ficou.

Ia na estrada assim, né? Então os véio cortavam aquilo. Aqueles feixão assim. Nós levava três, quatro, não podia mais. E levava pra beira do rio. Pra lavar. (...)



P – O pessoal ainda corta né?

Seu Adão – Cortam, eles cortam aqui na frente ali, aquele capim ali ó. Eles cortam pra vender nas carroça, né.

Naquele tempo era pamberia. Chamava pamberia. Depósito de capim, né? Mas eles tinha pela cidade. Tinha pela cidade isso aí. Lá no Passo da Manguera. Passo da Manguera, o Passo Feijó, que hoje é Alvorada.





Passo Feijó. Lá pra Praia de Belas. Lá pro lado do Gigante, pra aquele lado. Tinha depósito. Era pamberia, que eles chamavam. Então eles iam na bera do rio busca capim.

30, 40 mil. Aquelas carroça alta de capim.

E botavam, levavam. E botavam lá no depósito, na pamberia, chamava-se pamberia. Botavam lá.

Pra, dali os carrocero pegavam. A carroça naquele tempo não era pneu, era roda de madeira, ferro mesmo, né?

Conheceu? Roda de carreta? A roda era assim, de carroça.

Depois que apareceu esse pneu aí. Então tinha os como é que chama? Os pombero. Que pombero era os dono.

Tinha o Noquinha. Noquinha é falecido, já, de certo, nem sei. Era o Noquinha, aqui era o Gil, era o Dário.

O Noquinha era lá do Passo Feijó, pra aqueles lado.

O Dário era aqui do lado do Passo da Manguera.

O Gil era entre Passo do Feijó e Sarandi. Né, tem aquela, não é? Ali era os do Gil. Então eles vinham aqui, eles compravam capim, eles levavam. E viviam.

Era disso aí que viviam.



P – Então é uma coisa antiga as carroças aqui na ilha?

Seu Adão – Carroça não. Carroça é depois que fizeram essa rua Nossa Senhora Aparecida. Mas não tinha, isso aí era só um trilhinho pro causo de defendê capim dum lado e capim do otro.

P – Era só de barco, então?

Seu Adão – Só de barco, não tinha essa. E, eles eram capinero. Tá. O capinero saía daí, ia pra costa ia chamando os outros tudo. Ali às seis hora, seis e meia tavam tudo na volta do bonde, ali. Que era a Volta do Bonde, né? Descarregando.

Que que era a volta do bonde, hoje, deixa eu ver.

E era assim. Então esses capinero que cortavam o capim hoje, amanhã eles não iam. Amanhã eles cortavam.

Cortavam pra depois de amanhã. E era assim a vida do capinero. Era uma profissão.

Tinha capinero que tinha dinheiro. Que nem o falecido Alvinho, o falecido Ulisse, falecido Juninho. O falecido Pedro. Tudo era gente que tinha.

E dali foram fazendo a vida.

Já foram comprando motorzinho.

Foram comprando gado, comprando criação.

Daqui a pouco já não era mais capim, já tinha tambo de leite. Tambo de leite é tirar leite pra vender, né?

Levanta de madrugada, tira o leite. Passa o leiteiro.

Naquele tempo vendia na rua, de canecão, de litro em litro.





Dali foram se formando, fazendo a vida. Daqui há pouco já não tinha mais capim. Era tudo gado.

Tudo aqueles capinero tinha tudo gado.

Tinha o leitero que passava de manhã, recolhendo o leite.

Era uma vida muito boa, viu? Nós ganhava dinheiro, nós, gurizada. Os capinero cortavam capim e nós carregava.

Aí nós ganhava 1 pila, 500 réis, era dinheiro.

Nós trazia pra casa, pra ajudar.



Dona Laci – É, pra lá tinha o Senhor Reni, que já é falecido, a família quase toda já. E levava os leite pra cidade, né? Nos barquinho a remo, depois mais tarde apareceu aquele motorzinho de centro e tal, e assim ia indo. E uns era, cortava lenha, outros cortava taquara.

Pras chácara. Aí tinha que limpá aquelas taquara tudo e fazê folha assim de taquara, pra levá pro outro lado.

Que lá do outro lado tem chácara, de planta, tomate, de tudo, feijão... tem feijão aqui do tempo da vara.

E lenha também, muitas lenha saía pra lá também.

Seu Adão – O meu vô, pai da minha mãe. Cortavam lenha, o meu pai cortava lenha. Lá no mato grande que era o meio, lá no meio do sítio aí. E de lá eles traziam. Então o meu vô, ele era um véinho baixinho, forte.

Pra não trazer de talha em talha, talha não, meia dúzia de acha, ele pegava uns toro assim, ó, botava nas costa e trazia pra rachar aqui na beira do rio, né? Pra vender.

Aí tá. E nós como era pequeno trazia duas acha, três acha e trazia pra cá, vinha embora.

Aí o véio meu pai enchia o caíque e nós ia lá pra Niterói. Naquele tempo era a fábrica de banha, né?

Então lá na fábrica de banha existia o tal de pombal.

Pombal era uma casa do lado da outra, assim. Mas era, como é que eu posso dizê, era uma casa assim de dois metro, dois metro e pouco longe uma da outra.

Mas era aqueles cordão de casa.

Então tudo saía numa peça só assim, numa área só, né?

Na frente das casas era uma área só. Descia daquela área ali. Aí passava por tudo que era casa.

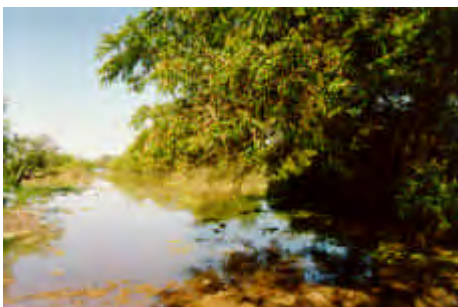
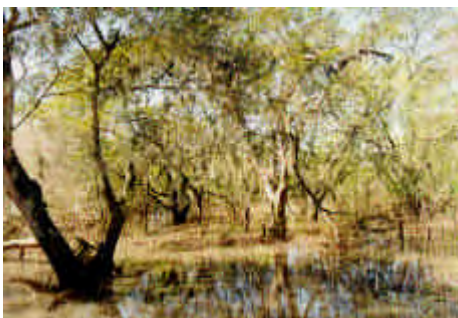
Aí tinha outra do outro lado. Tinha umas oito dez casa mais ou menos, né? Uma do lado da outra, assim.

Mas casa! Era uma vila.

Então ali nós vendia. Nós saía daqui pra vender lá.

De madrugada. Nós tinha um medo, rapaz, de passar naquele arroio das garça, ali. Nós tinha um medo, um medo. Porque contavam tanto que aparecia coisa na água, e chamavam em terra, essas coisa tudo.

Hahaha! Nós tinha medo.





É sob este ponto de vista que os narradores falam das aparições e assombrações, imersos em espaços da Ilha que se distanciam do ambiente doméstico das casas e sítios e se aproximam das formas “noturnas” do ambiente de banhados, rios, margens. Trata-se de uma “paisagem noturna”, conforme a define Gilbert Durand, em que limites, perfis e distâncias são indiscerníveis, em que se acentua a face da animalidade, da destruição, da decomposição, da dissolução das formas nos banhados, nos matagais. Essa última narrativa de Seu Adão traz a dramática desse medo em passar pelo Arroio das Garças durante a madrugada, marcando o gesto de levar a lenha cortada para vender na cidade, em Niterói, município de Canoas, hoje região metropolitana de Porto Alegre.

Da mesma forma, as práticas dos “capineiros”, realizadas ainda hoje, dos vendedores de leite “do tambo”, dos pescadores, retomam as dificuldades passadas pelos “antigos” no gesto de aprovisionar a cidade, na outra margem, com práticas artesanais, capazes de transformar o ambiente “noturno” da natureza em “alimentos” primordiais para a cidade. Alimento não só na forma do leite, ou do peixe, mas do combustível, lenha, capim para nutrir a cidade. A esse pensamento “diurno”, marcado pelas técnicas de controlar, manipular, separar, distinguir, cortar, extrair, que constituem os gestos dessas práticas humanas voltadas para a domesticação da natureza, as paisagens noturnas irão mostrar muitas de suas “faces do tempo” perante os gestos de acomodação e assimilação dessas populações ao ambiente natural e cósmico das ilhas. A seguir Seu Adão narra de uma caçada à capivara na Ilha do Lobisomem. Seu Adão

explica: “a Ilha do Lobisomem é por causa do morador que tinha lá.” Esse morador não era lobisomem, era “só porque era um homem muito feio.” Mas a imagem da metamorfose animal, de que o monstruoso lobisomem é um grande símbolo, logo exerceria sua força para a narrativa de Seu Adão:



Seu Adão – Ah é. A Ilha do Lobisomem. Ali tem um pé de angazero muito velho, né? Muito velho. E é muito assombrado ali.

A Ilha do Lobisomem é ilha assombrada mesmo, assombrada. Mas o pessoal para ali, tudo. Sempre vinha desconfiança.

Por fim já não é mais assombro, é a desconfiança, né?

Sei lá, a imaginação, a pessoa já vê as coisa.

Tudo bem. Fomo caça capivara. Eu e o irmão.

O Irmão é o Raul, eu chamo ele o Irmão. Toquemo pra lá.

Trepamo em cima da árvore. Daqui a pouco. Eu falei pro

Irmão: - Ó Irmão, vem o bicho aí.

- Será Seu Adão?

Digo - É. Escuta só.

Aquilo vinha quebrando tudo, né? Tá bem.

Aí eu gritei pra ele: - Fica quieto.

Rapaz de Deus, eu sentado, tava altinho assim.

E era um boi. Era um boi branco.

Eu quebrava os galho de pau, quebrava os toco, atirava nele, ele sóóó aparava na guampinha.

O Irmão: - Tá brincando, seu Adão?

Ele tava longinho de mim, né?

Digo: - Brincando o quê rapaz, tem um baita dum boi aqui!

Diz ele: - Mas não é o bicho?

- Não, é um boi, vem cá vê.

E agora? E agora pra descê de lá pra vim cá?

Aí eu disse pra ele:

- E agora como é que eu vô fazê, como é que eu vô descê aqui?

Não podia fazer nada, mas não tinha, não tinha boi, não tinha nada, não tinha ninguém ali. Aí se sumiu, parou o troço.

Agarrei disse: - Ô Irmão, encosta ligeiro aqui, vamo descê aqui.

Tinha uma borboleta. Olha, não vou exagerar, tchê!

Mas ela tinha as asa desse tamanho, assim.

Aquele bicho voando de baixo de mim, assim.

Ah, rapaz. Começou a me dar um nervoso.

Começou a me dar um nervoso aí eu digo:

- Ó irmão, apura duma vez aí ó.

- O senhor nunca foi de se assustar, Seu Adão?

Aquele bicho ia lá rapaz. Aquele bicho fazia vento em mim assim, rapaz.. E ele viu bem onde é que tava o bicho, né?

Tá. Tudo bem. Encostô, viemo embora.

Aí no otro dia foi pros Morrete. O Raul aí.





No otro dia foi pros Morrete.
Chegou lá nos Morrete, conversando com o Paulo Cachapa.
E o Paulo Cachapa tem esses aparelho de cavar dinheiro, né?
Foram pra ali, os dois. Rapaz, eles nem fizeram um buraco,
fizeram uma lagoa. Claro, na berinha da água, né?
Fizeram uma lagoa. Não arrumaram nada. Não arrumaram
nada.
Não arrumaram nada. A gente vê coisa, que a caçada mais
assombrada é a caçada de tatu e a caçada de capivara, né?
Eu eu dizia pra ele - A gente vê coisa mesmo. A gente vê
coisa horrível, rapaz! E de noite tu tá dormindo tu sonha com
aquilo.
Tá, viemo embora. Eu digo pra ele:
- Ó eu vou largar a caçada, eu não quero mais isso.
Dá um nervosismo na gente, sabe?
Eu não andava em sossego. Digo: - Não, mas eu não vou.
Mas reviraram. Onde eles desconfiavam que tinha, onde
aparecia coisa eles cavaram tudo.
E tão aí, na mesma porquera.

Para Gilbert Durand (2001), o simbolismo da metamorfose animal, na forma de um Bestiário é um dos arquétipos mais gerais da face terrível do tempo: a morte, enquanto mudança e fuga do tempo. Durand entende que se o símbolo animal pode ser determinado por esquemas de gestos que não se ligam, diretamente, à animalidade (a semelhança da asa do pássaro com a flecha, ou a semelhança da muda de pele e do enterramento da serpente com o grão), seu esquemas mais gerais remetem para o angustiante movimento de mutação do tempo. Os esquemas ligados à animação, ao ruído e à mudança, como o formigante fervilhar de larvas, ratos, insetos, ou o repugnante movimento sinuoso das serpentes, ou o violento e brusco movimento de cavalos, touros, marcam as primeiras angústias diante da “fuga do tempo” (Durand, 2001:78). Da cavalgada, seguem-se as imagens do mortal movimento do “carro solar”, ou das “correntezas” dos rios, ou ainda, dos rugidos e galopes dos trovões e tempestades. Da mesma forma, à goela animal, ligam-se os grunhidos, os rugidos, a mastigação, a dilaceração dos lobos, cães, leões, que em sua feroz voracidade, remetem ao caráter “devorador” do tempo irreversível¹⁰⁴.

¹⁰⁴ “O animal é assim, de fato, o que agita, o que foge e que não podemos apanhar, mas é também o que devora, o que rói.” (Durand, 2001:90)

Entre os “assombros” narrados, encontraremos muitas dessas imagens, como o “bicho preto” de que fala Seu Adão, um monstro hiperbólico (de características exageradas) cuja imagem é formada pelos arranhões, pelos ruídos que se somam aos latidos dos cachorros, pelo movimento, pela sua forma de um “cavalinho”, apresentando-se como um primeiro sinal de que “tinha alguma coisa” na terra onde os pais construíram a casa. Também participam do bestiário o “boi branco” e a borboleta enorme que Seu Adão encontrou na Ilha do Lobisomem, a “vaca vermelha” que mostrou ao pai, assim como o temporal destruidor que surge quando se tenta desenterrar o tesouro. O lobisomem, igualmente, retoma o simbolismo da metamorfose animal ao transformar o próprio homem em besta, equipada com boca devoradora e outros signos da animalidade.

A relação dessas “aparições”, dessas “faces do tempo”, com o tempo dos antigos nas narrativas pode ser entendida através do que Jacques Le Goff (Le Goff, 1986) chama de “maravilhoso”, na cultura oral da Idade Média européia. Para esse autor, esse “maravilhoso”, ou esse “*mirabilis*”, para usar a palavra em questão no contexto estudado, remetem a metáforas visuais em que o amaravilhamento, perante as aparições e manifestações sobrenaturais, se dá na forma de um movimento de admiração dos olhos que se abrem para “velhas maravilhas” (Le Goff, 1986:10). São imagens ao mesmo tempo destoantes do cotidiano e, no entanto, sua aparição é totalmente imersa nas práticas cotidianas. Para o autor, essas aparições seriam o retorno, ou a resistência de um imaginário de culturas pagãs, na Europa de então, quanto à imposição do cristianismo enquanto desencantamento do mundo, que teria feito com que a própria idéia de “*mirabilis*”, de “milagre” fosse fundamental para a propagação do cristianismo entre camadas populares (Le Goff, 1986:11).

Assim, encontramos pistas para compreender a relação desse bestiário com a figura dos escravos, ou dos “donos” do tesouro que se transformam em protetores dos tesouros, pela metamorfose em seres terríveis. O trabalho de Ana Luiza Carvalho da Rocha (1994) será, aqui, fundamental para pensar os retornos dessas “velhas

maravilhas”, em uma memória compartilhada dessas figuras lendárias. Ana Luiza Carvalho da Rocha (1994) entende que a capacidade fabulatória de uma memória popular, presente às cidades brasileiras, retira sua força da tragédia que deu nascimento à vida comunitária no Brasil. Segundo a antropóloga, a ambivalência do gesto do homem da civilização ao olhar a matéria dos Trópicos, em seu trajeto de assimilação e acomodação ao ambiente natural e cósmico tropical, ocorre face às “paisagens noturnas” do Novo Mundo, com suas águas negras, florestas selvagens e nefastas, com seus “filhos monstruosos” representantes dos temores católicos desse “herói conquistador” e dos desejos pagãos de “queda” e pecado desses viajantes, aventureiros e colonos, expressos nos desejos de abundância, de fartura e de intimidade na forma do paraíso terrestre, marcando o nascimento de uma vida comunitária em torno das cidades do Novo Mundo (Carvalho da Rocha, 1994).

O ideal conquistador e civilizatório, presente ao Brasil-colônia, será seguido pelas "fábulas progressistas" da República no Brasil, que tentará romper com os pecados do passado colonial e implantar os ideais cosmopolitas da modernidade e do individualismo nas cidades brasileiras. É justamente aí que uma memória coletiva, popular, com sua sensibilidade sincrética irá constantemente retomar seu passado colonial, escravocrata, rural e sangrento na forma dos muitos contos, lendas e histórias que retomam os "filhos monstruosos" da floresta tropical. Essa memória popular irá se reconciliar com seus traços heterogêneos, formados pelo encontro das tradições européias, indígenas e africanas.

Na polêmica entre as visões do mundo (rural x urbano); do tempo (atraso x progresso); da ética (malandro x caxias), do homem (caipira/matuto x civilizado) e assim dos modelos de sociedades, (tradicional x moderna), a integração espacial do colonizador nas cidades no Brasil irá se opor a uma idolatria das fábulas progressistas (Carvalho da Rocha, 1994). Enquanto a ideologia do progresso visa encadear no processo evolutivo essas transformações, vendo os arranjos das "formas informes" da vida coletiva nas aglomerações urbanas sob a ótica do monstruoso, a memória coletiva

popular o fará na forma de arranjos dos retornos cíclicos, privilegiando um microcosmo urbano de ambiência "tropical" capaz de se reconciliar com as suas muitas tradições e saberes ligados aos "tesouros da intimidade" do seu viver coletivo.

Para compreender toda a força das "metáforas do tempo" que as aparições colocam em ação, é preciso analisar outro elemento das narrativas sobre tesouros que é fundamental: a vegetação. A narrativa a seguir é uma resposta de Seu Adão à afirmação de Dona Maria, que abre a parte III deste trabalho, afirmação que retomei com Seu Adão:



P – Tem gente que diz que a, eu não sei Seu Adão, tem gente que diz que a parte de cá é mais assombrada.

Seu Adão – É verdade. Tudo pra cá pra cima é assombrado.

Aqui no. Aqui em cima, no colégio. O colégio véio. Que agora depois o Brizola mandou fazer esses colégio ali, lá de cima, ali. Muita gente.

Muito pouco barquero existia, a motor, né?

Era vara, era remo. Os barco eram de madeira.

Então dali do Pedro Mascate pra cá eles não ficavam amarrado. Não ficavam amarrado na costa.

Não podiam dormi. No colégio velho, no colégio velho, ali.

Tinha, tinha um mataúde em raba. Mataúde em raba é um outro mataúde diferente do mataúde, manso.

É um mataúde brabo. Nós comia, manso e brabo nós comia a fruta dele. E come-se. Come-se até agora.

E, então ali não podiam amarrar barco ali.

Por que tinha um cavalo que se atirava na água.

O cavalo se atirava na água na frente do colégio, né?

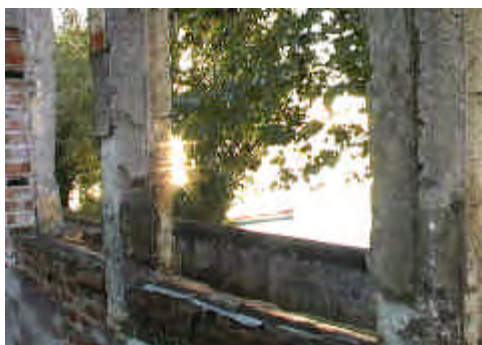
E descia naquele pé de mataúbe em raba, que ali tinha uma rampa, assim, de areia.

Mas o cavalo não tinha cabeça.

Era só, sabia que era um cavalo, mas o cavalo não tinha cabeça, lá em cima.

Não tinha cabeça, só tinha o pescoço.

Então assombrava. Hahahaha! Assombrava.



A partir dessa imagem, podemos compreender melhor a relação entre os “assombros” e os tesouros e dinheiros enterrados na memória das ilhas. Aqui, o cenário usual, do “pé de mataúde em raba”, à beira do rio, ganha ainda outro elemento, o colégio antigo. O “colegião” e esse segundo colégio de que fala Seu Adão foram referidos, como vimos, por Dona Laci e por seu filho, em especial, mas também por outros moradores, como uma espécie de antigo centro cívico da Ilha. Quando a comunidade se reunia, mais ao norte da Ilha, e menos na região da estrada e da ponte, como ocorre hoje, os dois colégios possuíam grande efervescência, tanto em épocas de enchente, quando serviam de abrigo, quanto no decorrer do ano (onde atendiam os dentistas, os barbeiros) e nas férias (quando o exército chegou a freqüentar a Ilha, fazendo, inclusive, um dos colégios, já abandonado, de alvo para tiros, como vimos). Mas os dois colégios, assim como outras casas, barcos abandonados, trapiches e ruínas encontrados pelo caminho são mais do que o resto de um passado da ilha. São rastros, permitindo novas reconfigurações do tempo (Ricoeur, 1994), irradiando novos significados na paisagem.



Em um texto clássico, “Las Ruinas”, George Simmel (1934) descreve o impacto estético da ruína que sobrevive ao tempo¹⁰⁵. Enquanto uma edificação significa o domínio, ou o equilíbrio da vontade humana e das potências da matéria, a ruína significa a força da natureza em retomar as formas que haviam sido moldadas pelo homem. Sobre a obra humana, a natureza elabora então uma nova forma, que expõe o caráter trágico da ação e da obra humana no tempo: seu destino inevitável de decomposição, de retorno à natureza. A ruína é também uma “face do tempo”.

Assim, chegamos a outro elemento dessas narrativas de assombro e enterro de tesouros: a árvore. A imagem da ruína pode-se ligar a essa constelação pelo fato de suas formas retas serem moldadas pelas formas arredondadas dos galhos, pelo fato de sua cor se mesclar ao ambiente através da vegetação que vai tomando a pedra. A ruína do “colegião”, testemunha de um tempo de vida comunitária que havia nessa parte “mais assombrada” soma-se à imagem da árvore, testemunha do tempo, que é, com efeito, a grande referência na paisagem das ilhas enquanto “ruína”, se podemos dizer assim, pelo caráter de “união dos contrários” que possui a árvore, conforme Durand (Durand, 201:341).

A árvore possui, ao mesmo tempo, o caráter cíclico da vegetação, do ciclo de nascimento, crescimento, putrefação e recomeço do trajeto, que vai da semente ao fruto, e o caráter de irreversibilidade do tempo, na sua arborescência vertical. A imagem da árvore é, para Bachelard e para Durand, uma espécie de “resumo cósmico” (Durand, 2001:343). Enquanto as raízes afundam na terra, os galhos se ramificam até tocar o céu e ensaiar o vôo do pássaro.

¹⁰⁵ “Ante la ruina, se siente de modo inmediato, con la actualidad y rigor de lo presente, que la vida ha habitado aquí con toda su opulencia y todas sus vicisitudes. La ruina es la forma actual de la vida pretérita, la forma presente del pasado, no por sus contenidos o residuos, sino como tal pasado. (...) con este fragmento que tenemos en la mano dominamos en espíritu toda la extensión del tiempo, desde su origen; el pasado, con todos sus destinos y sus cambios, está concentrado en un punto bajo la especie de un presente que puede ser objeto de intuición estética.” (SIMMEL, 1934:219)



Diferentemente das constelações de imagens, como a dos tesouros da intimidade, voltadas para os redobramentos e as inversões, ou das constelações da animalidade, voltadas para a antítese, a luta e a separação, a constelação de imagens da qual a árvore participa pertence às “estruturas sintéticas”, “míticas” (Durand, 2001:355) marcadas pelos ritmos, pelas repetições, capazes de operar com a própria substância do tempo. Os “angazeiros”, as “figueiras”, as “grapiapunhas”, o “pé de mataúde-em-raba”, as “taquareiras” são o elo de ligação entre as assombrações, os tesouros enterrados e a paisagem, porque “cresceram” com o tempo. A “arborescência” desse símbolo marca o curso irreversível do tempo, mas no qual a sua face terrível, a morte, é vencida pela imagem da ramificação, do crescimento, o que associa à imagem da árvore também ao símbolo do filho, que sucede ao pai no tempo, e será sucedido na árvore genealógica.



A filiação vegetal, ou mesmo animal, irá marcar outra forma de domínio sobre o tempo, que não consiste mais na espera do retorno dos ciclos sazonais, mas na técnica que domina os ciclos, os ritmos cósmicos. O domínio do fogo (que é um dos “assombros” que aparecem à raiz das árvores) marca a aceleração das forças de destruição, de transformação e mudança, enquanto que o domínio sobre os ciclos agrários é a aceleração do ciclo que vai do grão à planta, assim como a rítmica sexual (e o domínio sobre a relação entre a fertilidade e os ciclos menstruais) assegura a permanência do grupo social em conjunto com a continuidade da produção dos alimentos pela técnica.

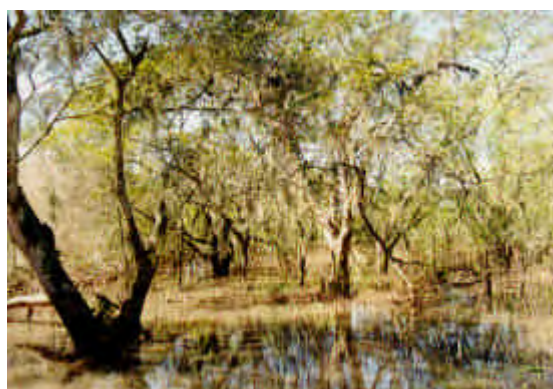
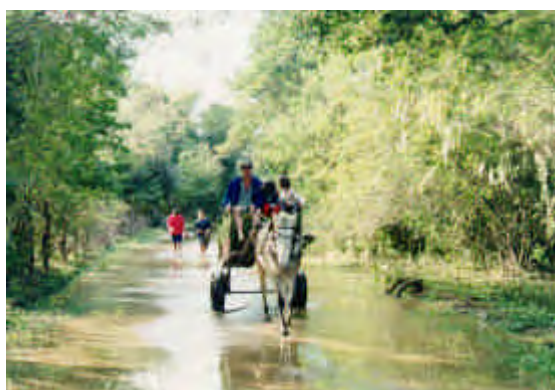
A árvore, como a ruína, é então uma medida, uma ‘visão” do tempo, e “pela consciência e pela representação o homem vive realmente o domínio do tempo” (Durand, 2001:351). Alguns animais são ambíguos, igualmente, em suas características, e ligam-se também a essa constelação. O tatu e a capivara, cuja caça é assombrada, são animais que entram para dentro da terra ou dos banhados, e convocam novamente os símbolos da inversão. Porém, nada mais ambíguo do que a árvore, com suas sementes

que se desdobram em novas árvores, e com suas raízes, a grande imagem de referência no espaço das ilhas, capaz de guardar os tesouros. Uma árvore invertida que mergulha na terra e atesta que, assim como se pode medir o tempo pela ramificação dos galhos, é também pelas raízes que se pode resgatar uma enorme e sinuosa ramificação de imagens pela memória. E é essa ambigüidade do símbolo da árvore, acrescentando ao ciclo do eterno retorno, entre os nascimentos e as mortes, o percurso “evolutivo” do tempo simbolizado pelas ramificações e o crescimento, mas novamente recuperando, em suas ramificações, os retornos cíclicos da vida vegetal, que Durand entrevê, a partir dessas “estruturas míticas” em que a árvore é a grande imagem, a possibilidade de diferentes “estilos de história” (Durand, 2001:354).

A tentativa sintética de domínio do tempo pode sobredeterminar-se, então, tanto para uma visão progressista e messiânica do tempo, ao colocar, no futuro, a esperança de alcançar um ponto final, quanto pode recuperar toda a força dos ciclos de eternos retornos. Percebe-se essa “modelagem” do tempo e esse ponto de vista sobre ele na “arte de dizer” dos narradores que trago aqui, nos seus gestos de olhar a paisagem e de estar nela, que oscilam entre recriar o mundo de mato, banhado, água e gente que compõe o ambiente das ilhas pelo re-conhecimento do ambiente “natural” nos gestos dos “antigos”, pela nomeação das ilhas e dos seus espaços pelo que “existiu”, e ao mesmo tempo constatar que “mudou muito as ilhas”, e que a abundância desse ambiente das ilhas poderia estar “se terminando”.

No entanto, mesmo esse “estar se terminando” poderia ser enxergado como um retorno cíclico de uma condição de vida dessas populações, tirando proveito de ambientes “periféricos” da cidade, “devorados” pela cidade na forma dos alimentos e recursos naturais que consome, e ao mesmo tempo “poluídos” pelo excedente dos consumos diários da cidade, como o lixo ou a “água negra” dos esgotos cloacais. As populações nas ilhas estariam em lugar estratégico, em que a ordem social imposta na cidade e os seus mecanismos de dominação já não estão presentes da mesma forma, fazendo com que o estabelecimento de uma vida comunitária em contato constante com

os perigos e riscos de habitar um ambiente ameaçador, na forma de bichos, seres terríveis, ou na forma da enchente devoradora que dramatizam as condições de vida dessa população, possam ser um risco que, talvez, valha a pena correr.



Antes de chegar a tais conclusões, é preciso “escutar”, ainda, algumas outras estórias e seguir o dinamismo de outras imagens das quais ainda não tratamos.

3.3. Água, Trevas, Lobisomens, Bruxas, Embarcados e Enchentes

É preciso trazer outras constelações de imagens para não negligenciar elementos fundamentais desse imaginário que estamos abrindo nas narrativas de Seu Adão, de Dona Laci, de Dona Maria, de Seu Cláudio. Entre estes, um dos elementos mais constantes das narrativas: a água. Seu Adão se apresenta, justamente, como grande conhecedor dos “segredos do rio”. Quando contava sobre os tesouros enterrados, sentado à beira da água, suas narrativas logo deslizaram dos “angazeiros” à beira do rio para o próprio rio, ao contar dos perigos que guarda em sua profundidade e na sua correnteza.



Seu Adão - Aqui, ó, outra estória, também.
O meu sobrinho já foi lá. E ele existe.
E ele pode contar também.
No Saco da Alemoa, aqui, ó. Tem um correntão.
Amarrado numa figueira lá no meio do banhado.
Amarrado lá no meio. (...)
Ele trabalhava na barba negra. Barba negra é um barco aí.
Aí chegou o cara aí e falaram, nesses correntão que tem aí o Saco da Alemoa.

O Saco da Alemoa é, tem o Arroio do Lage, né?
E tem o Saco da Alemoa que entra pra cá.
E se vai lá pro meio da Ilha das Flor. No meio da ilha, né?
Tudo bem. Aí foi lá. Falaram no correntão, diz ele: - Eu vô lá.
Aí arrumou mais uns companhero, né?



Tomaram umas birita e foram pra lá. Foram pra lá.
Chegou lá. Largaram o ferro da lancha. Arrastaram.
Levantou o correntão. Levantou o correntão, né?
- Mas rapaz, que que são esses correntão?
Sabe lá se não é ouro todos os elo dele, né?
Mas diz que é um correntão, né? Mas tudo bem, levantou.
Aí tá ele ali. Tão puxando. E vão puxando. Que o rio é isso aqui né?

Mas a corrente vem de lá. Assim. Ela não vem, ela vem assim.
Tá. Tão ali. De-lhe guincho. De repente, rapaz.



Deu-lhe um temporal! E a lancha tava levantando a bunda, né?
Tava levantando. Claro, tá na proa, tá levantando.
E a popa levantando. E a popa levantando.
E daqui a pouco a mulher dele, a Leleca.
Como era o nome da Leleca? Não me lembro. Eu sei o apelido.
A Leleca gritou: - Zé! Olha aqui Zé. Olha a lancha onde tá indo, olha a popa da lancha Zé!



Que era o marido dela, né, que era o mestre.
Aí ele olhou, ele tem um jeito engraçado:
- Mas barbaridade! Olha lá o que tá acontecendo!
Rapaz, deu-lhe uma ventania. Uma ventania.
Conhece a barba negra? Talvez daqui a pouco ela passe aí.
Não parava. Não parava. Largou aquilo.
Tirou o ferro e largou tudo por água a baixo. Abriu fora.
Quando chegou lá na boca do arroio.
Chegou lá calminho, calminho, calminho.
Não tinha um ventinho. Aí então foi o que surgiu, né?
Diz que vinha vindo um barco dos escravo.
Vinha vindo o barco dos escravo trazendo, como é que eles chamavam, era iate, né? Iate. É? É iate, sim.
Vinha vindo, então quando chegou na, lá eles levaram lá.
Isso já é uma estória que já se viu contar, né?
Levaram lá o correntão lá. Amarram lá, e trouxeram o escalé.
Sabe o que é escalé? Escalé é um barco de duas proa.
Barco pesquero de duas proa.
Trouxeram o escalé, encostaram no iate.
Quando encostaram no iate, de certo botaram as bugiganga dentro.
Olha, isso já se viu falar, isso aí...
Que o, aí os chefe lá, o carrasco, lá, sei lá, né?
Diz que matavam o, aqueles que tavam ali dentro ele matou.
Matou tudo. Aqueles que tavam dentro do barco, né?
Matou tudo e botou o barco pro fundo. O escalé.
Diz que é o escalé esse que tá lá no fundo, lá.
E esses, e esses escravo. São sofredor. De certo, né?
De certo são sofredor, por que, tão lá no fundo.
E essa aí é a estória que se vê falar dessas coisas.
(...)
Agora o Zé. O Zé foi depois.
Depois, depois que aconteceu isso aí tudo aí.
Que não é pra sê. Isso é pra quando chegar lá:
- O seu fulano, eu tenho um barco no fundo, cheio de dinheiro, lá. Cheio de ouro, tem um correntão. O senhor vai lá, num caíque lá e pega e puxa. E tira, né?
Talvez o proprietário lá tenha que chegar e mandar lá, pegar, né? Mas assim, não, né? Assim, não.
Que cada um que faz, que vai lá, isso aí, acontece alguma coisa.
O meu sobrinho foi lá, pegar a lancha.
Entregou a Barba Negra e embarcou pra Sandra.
Passava aqui de tarde. A água correndo, né?
Passou o gurizinho dele, saiu ainda abanou pra mim.
O meu sobrinho. Abanou pra mim quando passou de tardezinha, foram pra Charqueada. Não, pra Taquari.
Quando foi, quando vinham descendo. Muito tarde da noite.
Aí cansou né? Era só ele e o mestre.
Cansou. Amarraram pra dormi.
E a, e a Sandra ficou meia, no barranco.
E por azar, baixou, deu uma vazante.
Baixou e a lancha virou pra fora.



Matou tudo. Só escapou o Zé por que deu tempo de escapar, pular e quebrar a janela. Saiu tudo, tudo cortado. O pescoço, o peito, os braço tudo. Foi só o que escapou. Matou a mulher, matou a meninazinha. Matou o guri. E ela tava grávida. Morreu tudo. Por causa que, não é pra ir lá. Se der, dizem o pessoal, que se dão as coisa assim, pode pegar que vai. Sai, né? Agora, se não der não vai lá tentar, né? Só se der uma sorte da gente ainda aí, uma coisa é eu vou mexer ali, e sair. Mas do contrário, não.

Seu Adão é um grande narrador das águas do Arquipélago, por ser um “fazedor” de barcos, e por ter sido já marinheiro “embarcado”. É a partir dessa condição que Seu Adão conhece muitas estórias dos rios. Os perigos, presentes aos trajetos de navegação, cuja narrativa sobre a tragédia ocorrida com o sobrinho é exemplar, encontram novamente na figura dos escravos sofredores uma figuração para essa face terrível. Mas outras imagens, de outros tempos sobrepostos, correm nas águas. Na seqüência das narrativas sobre as águas Seu Adão nos apresenta essas imagens:



Seu Adão - Aqui na Ilha Grande. Aqui é a Ilha Grande. Só que é a Ilha dos Marinheiro. E tem a Ilha Grande, lá de cima. Tinha um cemitério. Então na baixa de 41, sabe? A água corria muito, arrancava aqueles caixão, arrancava. Hahahaha!
E eu e o Jorge, um dia achemo aquela caixa tão engraçada. Ali na boca do Saco, ali. Tão engraçada...
- Jorge, vamo levá?
- Vamo, vamo levá.
Atravessemos na ponta do caíque aquela caixa. Fechado, tudo. Pah! Quando nós chegemo aqui... Chamemo a mãe e o pai. O pai cortava capim aqui.
- Quê isso, guris?
- Achemo essa caixa aqui, fechadinha aqui pai, ó.
Bah, rapaz! Fez nós levar de volta lá. Era um caixão. Era um caixão. Tá.



Aí o pai passou a contar a estória da Ilha Grande, né? Tinha o cemitério na ponta da Ilha Grande. Ainda tem, ainda tem as pedras ainda lá, as coisa gravada ainda. O barquero amarrava o barco lá, de noite. Quando... Aí tá. Amarrou o barco no galho de pau, e ia dormir. Quando se acordava não tava ali. Não tava mais amarrado. Desconfiavam, né? Desconfiavam, batendo numa coisa e batendo notra. E corre daqui e corre dali e o barco batia. Levantavam, iam vê não tava. Sortavam. E agora, quem era? Aí foram descobri que era um cemitério, era um cemitério ali.

A minha otra guria, a Loá. Eles trabalhavam num barco, Ariranha.

E um dia eles entraram por dentro da Ilha dos Cabrito, da Ilha do Mel, e das Marisa. Entraram por dentro, né?

Fica bem perto da ponta da Ilha Grande. Tá.

Quando chegou lá em cima, da ponta da Ilha Grande, pra passar pra Ilha Grande, tinha um pé de mataúde, igual o mato esse aqui assim.

E diz que aquele baile. E tinha gente que gritava, e a gaita véia alta.

Isso foi eles que contaram, né? E a lancha estragou e ia indo.

E o vento lestezinho ia indo. E o baile, eles viam as pessoa passar dançando pra cá e dançando pra lá. Eles viam. Rapaz!

Aí o motor pegou eles saíram. Aí eles tavam conversando com o Adãozinho, ele mora aqui. Diz ele:

- Não rapaz, ali não mora ninguém. Aquela ilha é assombrada.

Pra Loá essa e pro marido dela, conversando.

- Mas como, rapaz, eles cantavam, e gritavam, e tocavam gaita, e a luz tava acesa, do salão lá.

- Mas não tem nem casa lá rapaz. Não tem nem casa lá.

Aí passaram lá pra vê não tinha nada.

É a Ilha do Assombro, não pode.

Eu vô te contar uma boa.

Eu era embarcado da Dramina, aqui.

Tá. Saímo eu e o Adão*, de noite. Lá do Porto. Tudo bem.

Aí vinha pensando que aqui da ponta da Ilha Grande, até o, até aonde, meus Deus do céu, até quase a cabeçuda ali, é.

Aparece um homem pedindo socorro na água, né?



P – Ali é?

Seu Adão – É. Hahahahaha! Tudo bem, sabe?

E aí eu conversando, matutando aquilo de noite.

Nós vinha descendo, carregado, né?

E eu fazendo uma panela de arroz. Vô fazê.

Aí chegou o Adão e gritou pra mim:

- Faz uma janta boa pra nós aí! Tá.

Aí eu cortei a carne, fui fazê um carretero.

O carretero não era pedacinho, fazia era pedaço!

E eu não vi ele vindo, sabe?

Quando chegou bem pro lado de baixo, da ponta da Ilha Grande, eu venho vindo assim, qué vê? Eu venho vindo com a panela.

Venho pela direita da lancha com aquela bacia de arroz, assim.

E eu ia muito bem, rapaz, e a tampa da lancha em cima.

Eu vinha vindo com aquela panelada, aquela pratarrada de arroz.

E o Adão chegou e: - Ô Adão tu ainda não aprontou ainda?

E eu fiz: - O quê?

* Adão é um dos nomes mais comuns nas ilhas. Aqui Seu Adão se refere a outro Adão que trabalhava com ele “embarcado”. Durante meu trabalho de campo, tive a oportunidade de conhecer pelo menos 5 Adãos, tendo ouvido falar de ainda muitos outros.



Hahahahahahaha!

Eu ia pensando no homem, rapaz!

Eu vinha pensando, branqueou o arroz, botei tudo fora.

Haaaahahahahahaha!

Aí o Adão parou a barca, né? Parô o motor da Pirati pra ir lá.

- O que que houve, rapaz?

Digo: - Bah, tchê!

Eu vinha me lembrando do homem, né?

Que o homem entra na proa da lancha, lé? Nada igual o barco.

Embarca na proa da lancha e vai pedir socorro, né?

Embarca pela proa depois sai correndo pelo convés e se atira lá atrás, assim. E eu vinha me lembrando, aquela hora.

Digo: - Se ele passa por mim aqui assim? Bah!

Haaaahaaahahahahah! Aí digo:

- Bem feito, agora não tem mais arroz. Não tem mais arroz.

Não, não. Barbaridade! Mas é.

Diz que é, diz que o cara entra correndo aí.

Tá doido, rapaz!

Assim como os tesouros enterrados remetem aos símbolos continentais, é possível ver essa mesma constelação aqui, na imagem dos barcos afundados, e dos canais de navegação que parecem desdobrar e repetir a imagem das ilhas-cemitérios como um verdadeiro rio que contém navios fantasmas e almas-penadas. Mas aqui já não estamos em presença das assombrações ligadas às raízes das árvores, mas na presença de outros esquemas. O esquema de conter não é o mais adequado aos rios, arroios e canais, mas certamente o gesto de “levar”, de “conduzir” de “carregar”, na inevitável correnteza do rio que é, para Durand, mais uma face terrível do tempo. Seguindo a constatação de Bachelard, sobre a ambivalência da água, que tanto pode ser o lago tranquilo, quanto a terrível água negra e hostil sobre a qual flutua a “barca dos mortos” (Bachelard, 1998:77), Durand vai ver no “elemento mineral que se anima com mais facilidade”, no seu “caráter heraclitano” de “devir hídrico”, um grande símbolo do tempo que corre sem parar, “convite à viagem sem retorno” (Durand, 2001:96). É por essas características que se agrupa novamente, à água terrível, um bestiário de “ferocidade aquática” (Durand, 2001:97). Seu Adão contextualiza, em sua fala, as aparições nos mistérios das águas:

Seu Adão - Sabe que aqui também já apareceu muito mistério, sabe? Muito mistério.

Eu vou contar uma estória, que eu não posso dizer que é verdade.

Que eu não tenho testemunha.

Mas com esse tempo de água, assim.

Não ouviu falar do tal do velho do rio que aparecia aí?

Que andou aparecendo?

Parece que os pescador viram, na Bahia, por aí.

Que pegava os pescador e consumia na água. Não ouviu falar?

Que pena. Então a minha gurizada, aqui, o negão, o Marcelo.

Muito artero. Sempre na beira da água.

E eu então vivia a falar pra eles do véio do rio.

Então eu chegava na beira do rio, eu tava pra lá, tava sentado por ali, ou aqui, ficava parado aí.

- Que tá olhando, vô?

- Lá filho. Ali parece o véio do rio.

Hahahaha! Que barbaridade!

- Me parece o véio do rio que eu tô vendo lá. Olha bem aqui, filho.

Então eu olhava qualquer uma coisa lá do outro lado. Eles olhavam: - É mesmo, é uma coisa que tem lá.

Eu digo: - Aquele lá é o véio do rio meu filho. Não vá na beira do rio. Mas não vai mesmo porque é o véio do rio.

É o véio do rio, e ali já saía chamando um e chamando outro pra mostrar o véio do rio, né? Tudo bem.

Eu tô pescando na ponta da Ilhota ali. Fui pescar.

Aí eu digo vô pra sombra. Não tem mais a lata aí.

Mas ainda vô achar essa lata. Fui pra sombra.

Aí cheguei e encostei no angazerinho, assim, que o meu braço deu certinho numa coisa que tinha, pra subi.

Encostei nele, tô sentado. Aí eu olhei uma lata azul, sabe?

Uma lata azul. Uma lata pintada de azul, era uma latinha pequena.

De tampa, pintada de azul. Digo: - Ué. Eu vô pegá isso aí pra vê.

Peguei aquela latinha. Tá, tudo bem. Peguei aquela latinha, ajeitei.

Qué vê uma coisa? Eu tive com ela há até pouco tempo aqui, essa latinha, pra mostrar pras pessoas.

Peguei ela nas perna. Peguei a faca.

Aí meti um pauzinho, desse lado do caíque, e amarrei a linha.

E tô aqui. Pra abri a latinha. Até que consegui abri a latinha, né?

E aquilo era uma goma, uma coisa branca, assim um mingau, uma maizena. E eu tô olhando.

De repente eu vi aquele barulho na água, como se fosse um peixe que batesse, né? Desse lado. Eu tô aqui.

Não dei bola. Terminei ali, a latinha, agarrei o pauzinho, meti ali, botei no buraco do prego, pra vê, botava aquela goma.

Cheirava, primeira coisa, né? Vamo vê.

E aquele barulho dentro da água. Tá.

Olhei aquele barulho na água, fiquei olhando.

Olhando assim, como daqui a cerca assim.



Aquilo parecia o Maneco. Parecia com esse Maneco, aqui ó.
Esse Maneco, ali o vizinho aí. Aquilo foi saindo assim, ó.
Como é que eu posso dizer... é, ele foi saindo assim.
A água correndo pra cá, e saindo assim. Aquilo foi saindo assim, ó.



Aí quando chegou que a água tava por aqui assim nele, ó.
A quilha nele, era que nem essas roupa de mocinho.
Tinha aquela barbatana. Vermelho, vermelho, vermelho.
Que nem o Maneco, assim. E eu ali, bah! Já me preparei.
E olhei pro angazero. Qualquer coisa... E fiquei cuidando.
Não tinha ninguém pra tá junto, pra contar.
E aquilo foi, foi, foi, e quando chegou aqui assim, ó, queixo,
nariz e a testa. O queixo, não tinha queixo, era uma coisa assim.
O nariz era uma coisa assim, ó. Ele ficava assim, ó.
E aquilo foi fazendo assim, ó. Pro meu lado, assim.
Bem devagarinho né? E parou assim me olhando e foi indo, foi
indo, foi indo e sumiu dentro da água. Mas era uma pessoa.
Sei lá, da onde for, sei lá que que era, era onze hora da manhã.
Até isso eu marquei a hora. Digo qué sabe duma coisa?
Eu vou me embora. Cheguei aqui, perguntei pra Loá, que tava
aí.



- Ô, o Maneco ta aí?

- Tu não tá vendo ele lá?

Digo: – Barbaridade! Então foi o véio do rio que eu vi.

Tá e logo depois saiu essa conversa aí do véio do rio. Que
virava caíque e pegava pescador, e comia o cérebro do
pescador.

Também até hoje eu não brinco mais. Nunca mais brinquei.

Nunca mais. Eu olho as coisa na água, não assusto ninguém.

Isso foi uma coisa que só eu tava sozinho, né?

Não posso botar ninguém. Pode qualquer um:

– Isso aí é mentira do cara.

Não é mentira, é verdade. O rio é cheio de mistério.

O rio é cheio de mistério.

Aqui em frente do colegião, ali ó.

Tem um segredo ali, né? Tem um segredo ali.

E esse segredo deve ser duma fortuna muito forte.

Uma fortuna muito grande. Que pega, os pescador pega um
espinhal, pega um troço lá em baixo lá.

E eles vêm puxando aquele troço lá. Vem vindo.

Vem puxando, vem puxando e vem vindo bem leviano.

De repente aquilo pesa. Pesa e vem vindo, vem vindo, vem
vindo.

Tá. Quando chega aí, mais ou menos uma altura assim, ó.

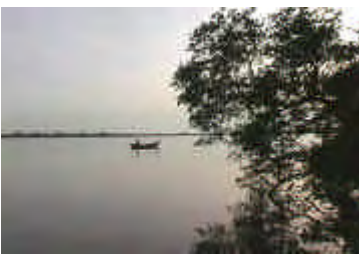
Da, pra sair na flor da água, flor da água a gente chama é na,
né?

Entende, né? E escapa aquilo. Aí tá.

Os nêgo por aqui tomaram umas cangibrina meio forte e foram
lá.

Garateá. Prontamente, né?

Na primeira pistolada, esse Raul também.



Já achou, já pegou o troço aquele. Era pela volta das onze hora, meia noite, aí puxaram, puxaram, puxaram, até! Até quanto deu né?

Só não enxergava. Tá. Daqui a pouco eles olharam pras beirada. Em roda do caíque, diz que era uns bicho preto, voando em roda.

Tudo tudo voando em roda. Deles ali.

Largaram tudo! Hahahaha! Largaram o dinheiro lá.

Isso aí é um mistério que tem ali.

É um mistério que vem até em cima.

Quando chega naquela distância se some.

E é todo pescador. Isso aí é uma coisa que é verdade.

Mas é uma verdade que a pessoa tem que tá junto pra vê.

E é verdade.



Junto à água, há outro elemento recorrente nas narrativas, que participa dessa constelação de imagens da água terrível: a noite. Bachelard já constatava o quanto a “água profunda” se torna a “água negra”, a “noite das águas”, aliando ao simbolismo aquático o simbolismo das trevas que “inundam” os espaços com sua força simbólica autônoma¹⁰⁶. Dona Laci, mostrando destemor, relata para a antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha e para o restante da equipe, por ocasião das filmagens do “Ilha Assombrada” o seu destemor quanto às assombrações da noite:



Dona Laci – Ah, era querosene, era lampião de querosene ou então vela. A luz veio há pouco tempo, o que que faz, cinco ano pra cá, veio luz, pra nós. Mas era escuridão.

Ana Luiza – Vocês dormiam cedo, sem luz, assim?

Dona Laci – Ah, tinha que dormi cedo. Era vela e lampião. Lampião assim com, esse lampião assim que a gente compra. Agora não usam mais, né? Botava querosene. Acendia.

Ana Luiza - Vocês se visitavam de noite com esses lampião, nessa escuridão, não? Ficavam em casa?



Dona Laci – Muitos não saíam, tinham medo. Hehehe. Tinha medo de assombração, bem dizê. Hehehe.

Ana Luiza – E tinha muita assombração dona...

Dona Laci – Diz que tinha.

Ana Luiza - A senhora nunca viu?

Dona Laci – Eu, eu vi alguns já. Mas nem ligava, tava acostumada, já.



Ana Luiza – É?

Dona Laci – Umhu... Aqui mesmo, onde tem a igreja aqui. Tem uma casa, tinha uma casa, sabe aquela casa ali, ó? Aquela que tá passando lá, do lado da árvore. Então ali tinha um corredorzinho que ia pra igreja. Tinha, com as casa do lado. Agora eles fecharam, agora não tem.

Agora tem que fazer a volta por fora. E eu vinha de noite. Saía da igreja era dez hora. E eu tenho as perna meio quebrada.

¹⁰⁶ “Semanticamente falando, pode-se dizer que não há luz sem trevas, enquanto o inverso não é verdadeiro: a noite tem uma existência simbólica autônoma.” (Durand, 2001:67)



E eu tenho medo de cair e quebrar outra vez, aí não tem volta, né?

E eu vinha vindo. E aí disse: - Meu Deus!

Eu conversando sozinha: - Meus Deus, se eu caio, resbalo, chovendo, eu me quebro toda aqui.

Aí ouvia aquelas batida atrás de mim, assim.

Mas batida forte, queria que a senhora visse. Atrás de mim.

E eu olhei assim pra trás e eu vi só a cintura do homem.

Ele tava de branco, a cintura do homem, mas era gordo, o homem. E a calça branca. Aí conversei com o homem.

Disse: - Olha moço.

Que eu sou muito dada, com as pessoa.

- O senhor cuidado, que a gente resbala, to contando que eu sou toda quebrada e eu tenho medo.

Aí saí no portãozinho aqui fora, lá, fora.

Aí fiquei ali do lado esperando, vê ele passar aqui.

E não passava. E eu voltei outra vez pra trás e fui até a igreja.

Cheguei lá, procurei e não tinha ninguém.

Tinha saído o pessoal todo todo já.

Aí me deu um medinho, já. Hehehehe.

Me lembrei do cemitério. Hehehehe.



A atmosfera da noite, presente em muitas das narrativas apresentados até aqui, é o ambiente mais recorrente das assombrações, tanto em terra quanto entre os “embarcados”, que conforma as “paisagens noturnas” de contornos confusos, de limites indistinguíveis. A luz e as tecnologias da iluminação visam afugentar os mistérios que habitam a imensa escuridão da noite, um ambiente sinistro que consegue envolver, “inundar”, até o mais domesticado dos espaços, a casa e, com isso, consegue trazer toda sorte de bestas, ruídos e vultos da face “negra” do tempo. À noite, no “tempo dos antigos”, e ainda hoje, é ritmada pelos perigos e situações poluentes, sendo por isto motivo de interdições sociais, de restrições. Sobretudo, para o comportamento das mulheres, como conta Seu Adão, na presença da filha, a Nica, enquanto esperávamos o café que ela fazia:



Seu Adão - Essas estória é coisa dos antigo.

Essa guria aí, ela não acredita.

A minha sobrinha, a Lídia, morava aqui em cima.

Mas isso aí é outra coisa perigosa, não é?

Lá na cidade eu não sei, se.

Mas eu acho que na cidade não há isso, por causa da claridade.

Mas aqui acontecia. Pode perguntar pra minha sobrinha.

Qualquer um barulhinho na rua.

Ia correr, abrir uma porta, abri uma janela, ir olhar, né?
 Não presta. Isso é ditado dos antigo. Hãhã.
 Aqui foi a minha sobrinha, a Lídia.
 Ela era filha de criação do meu cunhado.
 Ele não chamava Lídia, ele era todo errado pra falar.
 O cachorro latia e a Lídia corria vê. O Chico, meu cunhado:
 - Lidiiiiinha, tu ainda vai levar um tapa nos corno, Lidinha.
 Sobrinha do Chico. Era assim. Esse era o véio Chico.
 Cachorro latia de novo:
 - Lidiiiiinha tu ainda vai levar um tapa nos corno. Lidiiiiinha. Tu
 me ouve Lidinha, tomara que tu leve, olha...
 Verdade. Ela não levou um tapa nos corno, de noite.
 Mas que esfregaram a mão na cara dela, esfregaram.
 Aí que ela acreditou. Aí quando ela chegou, ela tava limpando
 arroz.
 Ela tava com a mão assim cheia de arroz, comia arroz cru, né?
 Tava com a mão cheia de arroz.
 Então ela tava limpando o arroz pra fazer a janta e sentou.
 Quando ela sentou com aquele, né?
 O cachorro latiu e ela bem paradinha. Não foi lá nem nada.
 Bem paradinha. Até que ele falou:
 - E daí Lidinha?
 - Ai Chico. Tanto que tu falou aconteceu Chico.
 - Que foi Lidinha?
 - Uma mão cabeluda passou na minha boca.
 - Ah, não te disse, Lidinha, que ia acontecer?
 Hahahaha!
 E é verdade. Essa aí rapaz.
 Essa noite era onze hora da noite tava varrendo isso aqui.
 Tá louco, eu digo pra ela, não presta Nica, não presta.

P – De noite deve ter cada barulho aqui, não?

Seu Adão – Não tem. Não se vê nada de barulho!

Mas nada mesmo. E ela varrendo aqui.

A minha mãe sempre dizia, sempre foi contra.

Sempre acontece alguma coisa, na vassoura.

Ou a vassoura cai da mão, ou sei lá.

Ou voa alguma coisa na vassoura. Não presta, né?

E depois chama atraso, né? De noite.

Se tu tá dentro de casa voltar pra rua. Nada.

Ela não acredita em nada do tempo dos antigo.

Mas acontece que hai, né?

E as vez quando eu tô invocado eu digo:

- Ai Nica que bom que enrolasse uma cobra, um bicho nessa
vassoura aí.

Esses dia rapaz. A minha cunhada, a Nanci?

Sempre sempre, de noite, vai ela. E sai na rua e vai fazê coisa.

Foram recolhê uma roupa. Que ia chovê.

Foi recolhe uma roupa na rua. Na casa dela ali.

Quando de repente ela vê um monte de mancha, onde ela tava.

Sabe o que ela fez? Ela tem as perna dessa grossura, de variza.

Aquelas bola, nos dedo, tudo, tudo.

E aquela bola onde ela tava recolhendo a roupa, ela fez assim,
ó.



Com o pé. E não era uma cruzero? E não pegou no dedo dela?
 Não, mentira, pegou no pé, a sorte que não pegou na veia.
 O dotor disse mesmo.
 Se pegasse ela na veia tinha envenenado ela toda. Tá, tudo bem.
 Ela recolheu a roupa, foi pra dentro. Diz:
 - Ai Jorge, um bicho me mordeu, uma ardência que eu não tou aguentando, parece um fogo.
 Aí o Jorge diz: - Mas que que foi, véia?
 - Não sei, me ardeu, e arde, arde que eu não aguento mais.
 E ficou. Até no outro dia de manhã.
 No outro dia de manhã a minha nora, a Clair.
 Foi lá que, não, ela que veio ali. Clair, onde é que tu vai Clair?
 Vô pra cidade, nós ia levar pra Morrete.
 Vô pra cidade. Bah, Clair, to mal. Ai o Jorge chegou, diz a Clair:
 - Bah a véia ta mal.
 - Mal por que?
 - Ih, já tá até mijando sangue.
 Que, diz que o veneno da cobra faz isso.
 Aí foram vê a perna dela tava dessa grossura. O pé.
 E a perna tava inchada. E ela mijando sangue.
 Levou ela uma mordida duma cobra.
 Isso aí é um perigo, rapaz, essas mulher, de noite.
 Eu fico doido. Tem bicho que chega a tê bigode, aí rapaz!
 Hahahaha! Tem bicho que tem cabelo nas costa, aí.
 Barbaridade!

Cobras, vultos, cemitérios, bichos e outras assombrações. A noite é capaz de fazer a costura de todas essas imagens. Um ambiente noturno que não se caracteriza pela escuridão total, mas pela “escuridão do mato” de que fala Dona Laci, capaz de confundir o olhar, misturar formas e limites:

Dona Laci - Tem essa claridade do ar do céu, né?
 Nunca fica turva, a noite, né?
 Pode ser a maior escuridão que tem no mato.
 Mas sempre tem a claridade, né? Do mato, né?

Entre os “bichos com cabelo nas costas”, o que parece melhor reunir as qualidades das bestas noturnas é o lobisomem, como vimos na narrativa contada por Dona Maria. As estórias de lobisomem são marcadas pela incursão do homem nos caminhos da noite, como sugere a continuação da narrativa de Seu Adão sobre as estórias que sua “Vó Candinha” contava, assim como a continuação da estória que Dona Maria nos contou:

Seu Adão - Contava duma moça, né? Que queria casar.



E os pais não queriam que ela casasse com o rapaz esse.
Mas ela queria era aquele.

- Mas minha filha, isso aí não é um bom casamento pra ti minha filha.

- Não mãe, mas aconteça o que acontecer. Pode ser até lobisomem, eu quero é esse.

Aí tá. Casou, com o rapaz esse.

- Minha filha, isso aí não é um casamento bom.

- Não porque eu caso, mesmo que fosse lobisomem. Mas eu quero me casar.

Casô. As primeira noite, né? Ele tava em casa.

Mas lua cheia não pegava ele em casa por nada.

Ah, não tava em casa.

Onze hora, meia-noite, ele vinha chegando de volta. Tudo bem. Tá.

Quando é um dia... Ah, galinha, porco, cachorro, ficava tudo doido quando ele saía, né? Aí quando é um dia, diz ela assim:

- Vô olhá.

Então era daqueles vestidão comprido assim, de chita. Tudo, tudo.

- Eu vô vê onde é que ele vai.

E o gado tudo na manguera berrava. O porco. Tá.

Quando ele sai diz ela:

- Onde é que tu vai, fulano?

- Vô dá uma vorta mas cedo eu tô de volta aí.

Prontamente.

Hahahaha!

Saiu pra rua, fechou a porta e ela saiu atrás dele. Tudo bem.

Aí ele passou na manguera, levantava o gado, né?

Deitava ali naquele calor do gado. Tá.

Daqui a pouco, levantou aquele baita daquele cachorro.

Levantou da onde a vaca tava deitada. Já passou no galinheiro.

Foi aquela anarquia. Já o porco ficou doido lá no chiquero, né?

O cachorro, tudo, tudo. E ela foi indo, direto aos pé de vergamotera que era em baixo. E aquele vestidão de chita. E ela foi indo.

Quando chegou naquela, quando chegou de baixo do pé de vergamotera assim, o cachorro bateu nela. Aquele cachorrão.

Foi nela e ela pulou no galho, né? Pulou nela e ela se agarrou no galho, tranço os braço e as perna no galho.

Mas o vestido não prestou.

Aonde o cachorro aquele pegava, rasgou tudo.

E aí foi que o cachorro foi-se. Sumiu, foi embora. Bah!

E ela saiu lá de cima bem loca, né? Tá bem.

Mas tá, foi pra dentro. Mas não contou nada pra ele.

Quando chegou no outro dia, ele pegou a estera, botou na sombra.

- Que tu vai fazê, fulano?

- Vô me deitá um pouco.

- Ah, vô pra lá.

Tá, então vem. Aí ela foi né? Se sentou na estera, se encostou.





Botou a cabeça dele no colo, esticou as pernas e botou a cabeça dele no colo. Conversando com ele, mexendo na cabeça dele, né?

Mulher nova, com o marido. Mexendo na cabeça dele. Conversando, fazendo cosquinha e tudo, e foi abrindo a boquinha dele, né? Foi abrindo a boquinha dele.

Hehehehehe. Foi olhando, foi olhando.

Conheceu as, como é, os pedaço da chita, no meio dos dente dele.

Achou lá. Aí, tá. Mas fícoou, né? Tá. Era o vestido dela.

Aí tirou a cabeça dele ali, botou no chão, né? Na estera.

E ele ficou dormindo. E ela saiu já foi direto na casa da mãe dela.

Chegou lá:

- Mãe, tu tinha razão em não querer que eu casasse com o fulano.

- Ah tu disse que casava nem que fosse um lobisomem.

- Pois ele é lobisomem mesmo, é lobisomem mesmo.

- E agora, pra deixar ele? E agora, como é que eu vou fazer?

- Não, mas vamo dá um jeito então.

Aí disse: - Vamo fazê assim.

Ele era filho do delegado.

- Vamo fazê assim, vamo prendê ele.

Daí tá. Aí a mulher falava pra ele:

- Fulano, o que é que tu faz todas as noite? Tu vai tê que me contá.

- Não eu saio, eu acostumo, eu gosto de saí. Eu gosto de saí, dou a minha volta depois venho.

- Mas alguma coisa tem.

E é coisa, e é otra, e é outra, ele inventou uma briga, né?

Inventou uma briga. Aí contaram pro pai dele.

O pai dele falou pra ele e ele agarrou e falou pra mulher, né?

E a mulher mostrou a saia.

- Aí, vô te deixá, diz ela. Aí...

Por isso que eu digo, era a minha vó quem contava essa estória.

Era a minha vó. Aquela tinha paciência.

São estórias as vez comprida e a gente vai esquecendo alguma parte, sabe? Mas era lobisomem. Lobisomem.



Dona Maria - Mas esse do lobisomem que eu vi, eu vi bem.

Passou assim na nossa frente, o cachorro enorme de grande.

Que eu nunca, nunca, na minha vida tinha visto, lobisomem.

Eu acreditava que existia lobisomem, né?

Mas desse lobisomem eu nunca tinha visto.

É a primeira vez que eu vi. Eu fiquei apavorada, né?

Aquele cachorro ali ia assim numa caalma, passiiinho, como quem diz, mas ele não olhava pra lado nenhum. (...)

O lobisomem é uma pessoa que se vira em lobisomem, né?

E a pessoa que persegue aquele lobisomem, que faz qualquer coisa de mal pra ele, ele passa todo o fardo praquela pessoa, né?

Aquela pessoa que fica com o fardo dele.

Isso é uma coisa bem, não tem nem,

pode ver, em qualquer livro.

O lobisomem que é lobisomem, uma pessoa mexe com ele, machuca ele, faz qualquer coisa, passa o fardo todinho pra ele.

E o meu marido, quando era gurizote, lá em Bagé.

Também. Que ele trabalhava numa padaria, ele trabalhou muito tempo numa padaria. E a mãe dele era costureira.

Costurava pro quartel, lá na, em Bagé. Aí, quando vinha da padaria ele passava num, numa esquina que tinha uns arame farpado.

E ali dentro tinha um monte de árvore de Sina-Sina, ali dentro.

Quando ele vinha, tinha lobisomem.

Mas esse lobisomem morava perto da casa dele.

Era um senhor velho, bem velinho. Eu conheci ele.

Seu Esmerildo. Ele era lobisomem, ele tinha sete filha.

Uma delas era bruxa. A mais bonita de todas.

As outras eram feia, ela era a mais bonita.

É. Aí ele Bah! Meu Deus do céu.

Ele chegava batia correndo na porta, a mãe dele abria:

- Que que é?

- Ai mãe, abre a porta, pelo amor de Deus. Eu passei ali, eu vi o lobisomem, tava virada num, os cachorro tudo acoando nele, se virava numa ternera.

Se virava numa ternera. Aí ele se chegava, a mãe dele abria a porta.

- O Seu Esmerildo tá se virando num lobisomem mãe!

Ele já sabia, né? Já sabia que era o Seu Esmerildo. No outro dia a gente ia na casa dele a mulher dele tinha um barzinho.

Ah, a gente conversava com ela:

- Ô Dona Lurde, onde que tá o Seu Esmerildo?

- Ah, o Esmerildo tá doente, tá meio acachapado da gripe.

Mentira, ele tava todo machucado, dos cachorro tê machucado ele.

Era lobisomem, né? Nessas altura até já morreu.

Porque ele era bem velinho. Já morreu há muitos ano.

É, o meu marido sempre contava, né, que ele se arrepiava todinho. Ele, de uma pessoa ele se virava numa ternera.

E os cachorro avançavam nele: - Au,Au,Au.

Deixavam na miséria, né?



Seu Adão - Aqui tinha um cara que duvidava do lobisomem.

Era esse Raul, aí ó. Então lá, pra cá da, do estalero.

Tem um estalerinho ali, do Aldo, né? Aquele estalerinho por ali.

Mora logo lá de baixo uma cunhada, a Geneci, essa que tem as foto.

Então vai, aquilo, lobisomem - Isso não hai. Hai sim.

Pode acreditar que era lobisomem. Que o Raul duvidou.

Quando vinha voltar não podia sair pra casa.

Por causa dum cachorrão, que não deixava ele.

Não deixava ele passar na estrada.

Quando ele se mexia pra passar na estrada o cachorro levantava.

E ia pro lado dele e parava.

Não por que vai, por que fosse, e isso e aquilo.

Caminhava pra frente, o cachorro levantava.
E foi. E foi. Até que o cachorro agarrou, saiu pra...
Como é que eu vô dizê? Tem um valo lá na beira do rio, né?
E o cachorro entrou pra beira daquele valo, saiu e deixou.
Agora ele acredita que era.
Hai lobisomem, hai sim.

O simbolismo das trevas, ao dissolver os limites entre os espaços domésticos e o ambiente “selvagem” da ilha, transforma o homem que se aventura dentro da noite, potencializado nas mais assustadoras características de sua animalidade, no seu caráter devorador. Ainda mais perigosa que o lobisomem é outra figura monstruosa da noite, a bruxa, que não apenas assusta, mas, dentro do espaço protegido da casa, invisível aos olhos da mãe, vem roubar a vida dos filhos. Dona Maria conta dessa figura marcante na sua trajetória de vida:



Dona Maria - A bruxa, ela chupa o sangue da criança.
É, ela chupa o sangue. Ela vem por um fio, né?
Ela vem por um fio. Dizem que ela vem por um fio.
Crava na criança. A criança chora, e sente aquele, e vem chupando o sangue da criança. A criança fica branquinha, branquinha.
Bem sequinha. Bem sequinha. Um dia a criança tá bem. Outro dia tá ruim, e assim vai. (...)
As bruxas pegam as criança, porque inclusive eu tinha. Eu já perdi filha embruxada, uma menina embruxada. Ela fica bem magrinha.
A criança fica bem magrinha, bem sequinha.
Um dia tá bem, outro dia tá ruim. Um dia tá boa dos intestino. Outro dia já tá com diarréia. Fica magrinha.
A criança não desenvolve nunca, nunca. Fica bem magrinha. O leite não, o que toma, a alimentação não leva avante. Sempre magrinha. Eu perdi uma menina, embruxada. Quando eu fui benze ela, numa casa de batuque.
Esse senhor na casa era meu cumpadre. Na casa de batuque. Ele tinha batizado a gurria, nos santos dele.
E o meu marido não gostava dessa religião.
E uma noite eu tava lá, na sessão.
Eles iam fazer um trabalho muito forte pra menina. Pra segurança da menina. Pra curar ela.
E o meu marido foi lá e disse assim, foi buscar e ficou brabo. Ficou com ciúme, deu tá lá. E me trouxe, trouxe a menina, tudo.
(...) Aí, sabe o que aconteceu?
A gurria veio pra casa e já tava melhor.



Da meia noite em diante ela começou a piorar.
Ele já tinha feito tudo, pra salvar a gurua, já tava tudo pronto.
Como meu marido vacilou, não quis, deu contra.
Ele sendo meu cumpadre, sendo meu amigo, meu cumpadre.
Eu achei que tava errado, mas a religião dele.
Como é, os protetor dele não achavam nada disso.
Que o meu marido vacilou, ele não podia ter vacilado.
Eles soltaram tudo. As quartinha.
Que eles tinham prendido pra segurança da gurua, eles soltaram.
Aí foi. Babau.
Daquela hora em diante a gurua começou a piorar, piorar.
No outro dia ela faleceu.

Com essas narrativas, certamente entramos nos domínios das crenças religiosas, um dos temas privilegiados pela antropologia, para tratar da construção simbólica da alteridade no contexto brasileiro. Dois estudos sobre bruxarias, em contextos próximos ao que realizei a pesquisa, constataam que o *corpus* de crenças e saberes, em torno da bruxaria, perpassa várias instâncias da vida social. Um desses estudos é o trabalho de Sônia Maluf (Maluf, 1993) sobre bruxarias na Lagoa da Conceição, em uma comunidade de pescadores em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. O outro é o trabalho de Suzana Araújo (Araújo, 1998) sobre bruxaria entre os moradores da Ilha da Pintada, na região do Arquipélago em que se situa a Ilha Grande dos Marinheiros. Ambos os estudos apontam para o sincretismo religioso presente a um catolicismo popular que se expressa nas narrativas e saberes sobre bruxarias e que faz com que a figura da bruxa esteja presente entre católicos, umbandistas, espíritas e pentecostais (Araújo, 1998:81).

A tradição da bruxaria seria resultado do encontro de um catolicismo popular europeu com os conhecimentos mágicos de populações de origem indígena e africana no Brasil, a serem reinventados e atualizados por essas comunidades em seus contextos sociais (Maluf, 1993:135). De fato, na narrativa seguinte, feita por Seu Cláudio, encontram-se espíritas kardecistas, os “Bezerra”, com uma “batuqueira”, em uma narrativa feita por um pentecostal, Seu Cláudio, hoje pastor da Igreja Evangélica Assembléia de Deus:



Seu Cláudio - A bruxaria é coisa espirituais, entendeu? Espirituais (...)

Mas tudo essas coisas, bruxaria e coisas assim é pessoa usada pelo diabo, que as pessoas são usada pelo diabo, entendeu?

Ruins mesmo, ruins. Então o que que acontece.

Ela faz mal para os outros... ela faz mal para os outros.

Então se fala:

- Ela é uma bruxa, aquela lá fez mal, fez isso pra mim, né?

Ela é um bruxa, faz bruxaria, mas ela trabalha com essas coisa pro demônio. Eu conheci pessoas assim, eu conheci pessoas assim, né?

Eu era guri, cuida bem. Uma história verídica que comigo que aconteceu. Eu tinha oito anos de idade, pra nove, oito anos de idade. E na ponta dessa outra ilha do Pavão tinha uma.

Uma negrona gorda, era batuquera, batuquera.

Ela tinha uma filha que regulava comigo, com a minha idade.

Então essa guria, eu era um, naquela época era um bobão, né?

E essa guria queria caso comigo. Lembra como é caso de criança? Sabe como é né? Namorico. E eu assim:

- Vai pra lá, ô negra batuquera.

Negra batuquera eu chamava negra batuquera, chingando.

Ficou por isso mesmo e essa guria me levou até a casa dela, um dia.

Passou aqui, né? E a mãe dela me fez uma coisa pra mim.

Pra mim, é. Me jogou um negócio lá pelas costas, lá.

Fez lá uma macumbaria, e eu caí de cama. Rapaz!

Eu caí de cama, e a minha mãe na época, a minha mãe era espiritista, ela era kardecista, kardecista, ela era.

E aí caí de cama e fiquei, rapaz, na cama mal e mal.

E levei em médico, nada. Não teve remédio que me adiantasse.

E eu mingüei assim que... Aí um dia minha mãe pegou assim a ir nessa casa dela de espiritismo, e quando foi uma certa noite, aquele espírito pegou a minha mãe, aquele espírito, dentro de casa.

E aquele espírito dizia assim na boca da minha mãe, falando:

- Ah, nós estamos aqui...

Aí ela pegou a bater, a tocar, ela pegou a assobiar, espernear e aqueles espírito dizia assim:

- Ah, nós semo aqui uma turma de nove.

E o meu pai falando: - o que tu qué?

- Ah, o teu fio ofendeu a Tilde, a família da Tilde, nós viemo pra matá ele.

Bem assim, falando, assim, na boca da minha mãe.

E o meu pai: - Mas não faça isso, e dando conselho, e os meus irmão, que eram pequeno, pulavam da cama dessa altura assim.

O meu pai trancou os dente, um esculhambação.

E então aquele espírito dizia assim:

- Nós semo uma turma de nove, mas só eu que tive coragem de entrar aqui dentro, os outro tão aí fora.

Falando com o meu pai, né? Tão aí fora.

- E o que que vocês ganham com isso aí?
- Ah, nós temo aqui por um buquê de flor, nós temo por um charuto, nós temo por uma vela, nós temo por um tostão, nós temo por um prato de comida.
Bem assim, falando. Aí meu pai começou a aconselhar.
Que ele era espiritista também, na época, né?
Os espírita até são umas pessoa boa, não são... é... são dos...

P - o senhor diz ali do Bezerra?

Seu Cláudio – É, dos Bezerra, não são umas pessoa ruim não. Tem uma época até que eu gostava, conhecia.
Eu só sou contra, assim, eles são preso também assim.
Eles não entendem muito assim, eles invocam muito os espírito.
E a bíblia diz que só deus deve invocar eles, só Jesus.
Eu vejo assim ó, o Cristo - Se eu sô o caminho, a verdade e a vida, ninguém vai ao pai a não ser por mim.
Então tem que invocar só ele, não tem como invocar Maria.
Se não ele mandava invocar Maria: - Invoca Maria, minha mãe, né?
Não. É ele, não adianta. Bom, continuação da história.
E o meu pai aconselhava, não faça isso e tal, e aquele espírito, no fim se tornou bom, assim, conversando.
- Quando você for naquela casa
Pro meu pai né?
- Põe meu nome lá. Nós viemo aqui pra destruí mesmo. E lá onde vocês enchem água, só vocês não contem pra Tilde, se não a Tilde, senão ela vai dá uma tunda em nós. Vocês não contem nada pra ela. E naquele lugar que vocês enchem a água
Que nós enchia água do lado de cá, da ilha do Pavão. Tomava água do rio mesmo, não tinha água encanada, né? Nem de pipa, era água do rio, do rio mesmo, a água era limpa naquele tempo.
- Neste lado de cá, lá tem um bruto, lá, lá tem um bruto.
Aí no outro dia minha mãe se levantou e eu, fomo lá vê o que que era o bruto esse. tinha uns feitiço assim, tudo enrolado.
tinha roupa minha, tinha um outro saco tinha três peixinhos.
Três peixinhos dentro daquele saco.
Quando os peixinho morresse, eu morria também, entendeu?
Três peixinho no saco preso, quando eles morria, então eu morria também. Mas Deus, ninguém mata ninguém, a não ser que Deus até deixe, permita, né? É que Deus hoje tinha plano comigo.
Pra minha vida, né? Deus tem plano pro senhor.
Deus tem plano pra todos, basta a gente olhar com a nossa visão espiritual as coisa, se nós olhar só com a visão material nós não enxergamos, entendeu? Então cada um de nós têm nossa visão espiritual, mas nós temo que nos ligar com Deus pra nós enxergar.

Para além do discurso religioso, o qual não se pode separar da totalidade da vida social, estas antropólogas apontam para questões de sociabilidade que se expressam nas narrativas sobre bruxaria. Suzana Araújo, seguindo uma tendência clássica na antropologia¹⁰⁷, dedica seu estudo em grande parte às relações de vizinhança reveladas pelas narrativas sobre bruxas e sobre lobisomens, na forma de acusações, resoluções de conflitos e tensões presentes a uma comunidade cujos laços de vizinhança e de consangüinidade são intensos (Araújo, 1998:84). As acusações marcariam comportamentos desviantes, no caso da bruxa, um comportamento feminino desviante, e no caso do lobisomem, um comportamento masculino desviante. Mas Araújo remete, também, à Sonia Maluf, que centra sua análise sobre as relações de gênero expressas pelas narrativas e pelos conhecimentos empregados para a resolução dos conflitos, como um poder feminino. Enquanto que no caso do lobisomem, este é apenas uma figura assustadora, a bruxa oferece perigo ao domínio do lar, da família, território feminino por excelência, no contexto estudado (Maluf, 1993:66). Se a mãe não consegue combater o mal da bruxa, ela precisa procurar ajuda, que encontra, muitas vezes, em outra figura feminina poderosa: a benzedeira.

Dona Laci, por ocasião da entrevista gravada para o “Ilha Assombrada”, dizia à antropóloga Ana Luiza Carvalho Rocha e aos demais membros da equipe não acreditar em bruxas mas apesar disso, desfiou alguns saberes sobre o tema que remete ao marido, que era “benzedor”, e principalmente à sogra, benzedeira “daquelas antiga mesmo”:



Ana Luiza – Uma outra coisa que eu queria saber da senhora, Dona Laci. Contam muito daqui da Ilha dos Marinheiros sobre... bruxas. A senhora acredita em bruxas?

Dona Laci – Eu não acredito.

Ana Luiza – Por que que a senhora não acredita, Dona Laci?

Dona Laci – Nunca os meus filhos foram embruxado, graças a Deus.

¹⁰⁷ Tendência essa cujo trabalho de Evans-Pritchard “Bruxaria, oráculos e magia” (Evans-Pritchard, 1978) é a grande referência.

Ana Luiza – Que, que, eu não sei o que que é isso, Dona Laci

Dona Laci – Diz que é... os antigo dizem que é 7 filha mulher. Quando a mãe ganha sete filha mulher. Então a última sai bruxa. Outros diz que sete filho homem sai lobisomem. Assim os antigo dizem, não sei. Mas eu não acredito. Meus filho nunca tiveram embruxado, graças a Deus.

Ana Luiza – Mas quando uma criança tá embruxada ela tá doente, Dona Laci?



Dona Laci – Ta, aí tem que, tem as benzedera, as benzedera sabe as benzedura. Meu velho era benzedor, mas eu nunca me interessei a aprender as benzedura dele. Pra tudo, sabia pra tudo, pra sangue, pra tudo ele sabia.

Ana Luiza – Ele sabia benzer então, é?

Dona Laci – Ih. Sempre tinha gente lá em casa. Porque a mãe dele era benzedora, antiga, daquelas antiga mesmo. Fazia remédio pra doença, coisa outra, sabia, charopada sabia tudo. Eu nunca me interessei em aprender. Mas existe. E lobisomem também. Diz que é o homem, né? Dos 7. Diz que botando o irmão mais velho a batizar, diz que quebra aquele, aquele fardo. Eu acho que não sei.

Assunto enigmático que desafia a pensar sobre os sistemas simbólicos e alteridade. Certamente muito haveria ainda para se desenvolver nessa discussão sobre a relação das narrativas sobre bruxarias com questões de gênero e vizinhança na Ilha Grande dos Marinheiros¹⁰⁸. No entanto, destaco os atributos de uma feminilidade terrível presente à figura da bruxa no imaginário das ilhas. Sônia Maluf observa que há uma diferença sobre a imagem da bruxa, enquanto categoria de acusação que marca um comportamento desviante ou um conflito (de gênero, geracional, de vizinhança) no interior da comunidade, e a imagem da bruxa, enquanto figura vampiresca que precisa ser identificada para caracterizar a situação de embruxamento, e que irá desencadear

¹⁰⁸ Sonia Maluf observa, entre a comunidade que trabalhou, a diferença que havia entre as narrativas, “quando é a mulher quem conta”, (MALUF, 1993:69) que são narrativas semelhantes às que apresentei aqui, de disputa entre mulheres, de ameaça ao espaço doméstico e familiar, e “quando quem conta é o homem” (MALUF, 1993:78), que falam da presença da bruxa no espaço masculino da pesca, à noite, roubando os barcos para fazer bruxarias, em que a disputa entre o homem e a bruxa é pautada pela ameaça da presença da bruxa à construção da identidade masculina, garantida por um saber-fazer que só estes detêm na comunidade (Maluf, 1993:80). Não cheguei a registrar narrativas referentes a esse tipo de disputa entre homens e bruxas, mas cheguei a ouvir comentários que apontavam para essas tensões, em que a bruxa era relacionada à rede de pesca que ficava embaraçada, à má sorte na pescaria, à agitação entre animais de “criação” como os cavalos e galinhas.

uma série de desdobramentos dos atributos simbólicos da feminilidade expresso no poder feminino de incitar o mal da bruxaria, mas igualmente de identificar e combater a bruxa¹⁰⁹. Tão poderosas quanto a bruxa, ficam então a mãe ao colocar em ação seus conhecimentos sobre a bruxaria para proteger os filhos, e a benzedeira, essa espécie de “duplo da bruxa”. Maluf entende que a benzedeira e a bruxa, por serem figuras sociais opostas, representam forças que se encontram no interior de cada mulher da comunidade (Maluf, 1993:22). As formas de identificação da bruxa colocam em ação essa idéia, como conta Seu Adão:

Seu Adão - Mas diz que bruxa, qualquer uma moça pode ser.
Como é que eu vou dizer... A bruxa. A Maria do fulano era bruxa.
Uma moça bonita. Era bruxa. Então diz que pra ver a bruxa é a coisa mais fácil que tem. Pra ver a bruxa.
Diz que é só esparramar semente de mostarda dentro de casa.
E ela vem. A primeira que chega.
A primeira que chegar, quer juntar:
- Ah, não se faz isso, vamo juntá.
Aquela é bruxa. Então pode ser qualquer uma moça.
Pode ser bruxa.

Apesar de Seu Adão ter falado de conhecimentos como esse, sobre como identificar a bruxa, e inclusive ter dito algumas das benzeções e receitas de chá que

¹⁰⁹ “Considero, porém, que o caminho proposto por Favret-Saada (1977) quanto a como pensar esses obstáculos para se alcançar o que seria o ‘conflito subjacente’ à narrativa é elucidativo. A pesquisadora francesa concluiu, em seu estudo sobre feitiçaria em uma região rural da França, que existe uma autonomia relativa da feitiçaria em relação aos outros ‘determinantes sociológicos’. É certo que a presença de um conflito entre mulheres parentes ou vizinhas é um traço comum a todos esses relatos em que a bruxa é identificada. Mas pode-se perceber que esse conflito real só aparece como um desfecho final da narrativa. Quer dizer, em primeiro lugar e centralmente define-se a situação como uma situação de embruxamento, identifica-se que existe uma bruxa agindo. É só depois que isso é feito que o especialista (a benzedeira) tem poder para combater a bruxaria e realizar a cura. Enquanto o diagnóstico de embruxamento não é feito, todos os métodos curativos falham. No caso das narrativas da Lagoa, quando a benzedeira define que há bruxaria, ela cria condições para que a situação seja controlada. A identificação da bruxa, feita pela mãe, representa a finalização do processo: o controle da situação encontra aí sua concretização. Não só a benzedeira mas também a mãe se constitui com isso em uma figura poderosa. A identificação da bruxa tem um caráter transitório e só tem efeito para o caso particular que é narrado. Ela não configura a fixação de uma identidade e nem a mulher passa a ser vista como uma bruxa. A própria bruxaria é vista como um ato involuntário e inconsciente por parte de quem a pratica. Uma predisposição interior que de alguma forma se realiza através da bruxaria. É isso o que redime a mulher identificada como bruxa.” (Maluf, 1993:76)

conhece, é geralmente à figura da mãe ou da avó, que lhe transmitiu estes ensinamentos, que ele associa esses conhecimentos. Da mesma forma, o marido “benzedor” de Laci detinha esses saberes a partir dos conhecimentos da mãe benzedeira. A benzedeira ocupa um lugar social especial e pode se deslocar como as bruxas, durante a noite, rompendo as interdições colocadas à mulher e, também, pode prescindir dos cuidados com a casa e a família para atender a quem lhe procura. As armas da benzedeira se ligam ao trabalho feminino, nos objetos como a agulha e a tesoura de costura (a “Vó Candinha”, de Seu Adão, tinha uma agulha especial, só para “curar”, entre os demais instrumentos de costura), os objetos da cozinha, e igualmente os conhecimentos sobre o cuidado dos filhos e as curas das doenças mais constantes, que são desfiados entre mulheres no convívio cotidiano. Dona Maria, enquanto benzedeira reconhecida, contou alguns dos seus conhecimentos, na época da entrevista que realizamos:



Dona Maria - Se eu vou benzer de cobrero, é um copo d’água um três galinho verde. Compreende?

E ali eu digo minhas palavra ali, né? Se eu vô benzer com brasa, um copo d’água, a tesoura e as brasa, ali eu vou rezar, né, vou dizer ali as palavra, né? Que que é, se é ar, ali eu já digo todas palavra. Quebrante, mau-olhado. Tudo que vem na minha reza eu digo ali. Ali sai. O cobrero eu benzo assim, com uma folinha verde com um copo d’água e, dor de dente, dor na cabeça, “ar nas vista” eu benzo com brasa. Quando a brasa chega assim que dá aquele chiado, que dá aquele pulo na água, que vai ao fundo, é onde que a pessoa tá com a, com a carregação, tá com a coisa. (...)



É, ar no rosto, eu vô dizer assim, por exemplo, de manhã, às vez a pessoa se levanta, com o corpo quente, abre a porta e pode tá com pouca ropa e pega aquele ar da porta assim.

Ou toma um café quente e sai na porta aberta, com vento, dá um ar.



Essa minha neta, mesmo, que veio comigo hoje.

Elá tá com ar no rosto, mas ela tá com o bebezinho dela a recém vai fazer três mês e esses dia ela fez uma loucura lá casa.

Tomou banho de manguera. Eu xinguei ela, porque, tu ainda tá no período de, ela fez cesariana, mas... Não foi parto normal, mas ainda tá, é o período de tê uma recaída, né?

Porque eu sei, eu sou, bah, não vô conhecê o que que é isso.

Sou matrera velha nisso aí. Sei de caso que já aconteceu, né?

Período, de, como é, de gravidez, que ganha os filho, né? - Ah vó!

Digo, não. Ela chegou com o corpo cansado, suado, foi tomá um banho de mangueira. Só pra não esperá o chuveiro que tinha otro lá que era morninho. Agora volta e meia vem aquele ar. Hoje deu, tive que dá um café quente pra ela, e uma aspirina. Mas não pode ser assim. Tem que segui os conselho dos mais velho. Tem muitas guria nova que não que seguir os conselho das pessoa mais velha. Eu, como já passei por tudo na vida. De coisas ruim, de doença, de tudo, eu sei. (...)



Mas eu sempre tô dizendo, não canso de ensina as coisa.

Ensino um chá, ensinar uma coisa, né? E assim, a pessoa que tá com o estômago inchado, também eu benzo do estômago.

Encaio no estômago. Que a pessoa às vez, fica encalhado o alimento, não adianta nem tomá purgante, se a pessoa, aí mesmo, não adianta tomar purgante. Tem que ser benzido.

Benze aqui, e benze aqui nas costa e puxa três vez o coró assim, a pele, assim. Quando dá um estalo é que a pessoa tá encaida.

Então aqui assim fica, fica balofo, parece que tá tudo parado.

Uma bola, então a gente tem que benzer, uma gordurinha, um azeítinho, qualquer uma gordurinha, e passar. Aí, então manda tomar um laxante e pronto. No outro dia a pessoa já tá bem melhor. É. Tem pessoas que não acreditam em nada, né?



- Ah! Tô com dor no estômago.

Vai tomar um sonrisal. Não, mas, as vez não adianta. Traça que, o alimento fica encalhado, fica trançado no estômago.

E se não benze não desmancha, não desenlaça. Tem que benzê que é pra desenlaçá. Não adianta nem tomá purgante.

Nem o purgante faz descê. Tem que ser benzido. (...)

Ali praqueles lado tem uma senhora que benze rendidura, é só rendidura que eu não sei benze. Benze de rendidura. Benze de, essa minha neta que tem um gurizinho que é meu bisneto.



Que veio comigo hoje, o menininho dela tava com o embiguinho rendido, o embigo tava todinho saltado pra fora. E ela benzeu. Benzeu aqui e benzeu lá. E botou uma moeda de vintém no embiguinho dele e botou esparadrapo. E o gurizinho tá bem.

O umbiguinho dele tá lá pra dentro já. Ainda ontem me chamou ligeiro contente, disse:

- Vó! Olha aqui vó. O Luiz Antônio tá bonzinho do imbigo.

Digo: - Vai benzê mais umas duas vez. E continua botando a moeda.

E lá com o médico dele, lá no Presidente Vargas, diz que tinha que esperar seis mês, ou oito mês, uma coisa assim, que pra operá.



Digo: Tu não vai operá coisa nenhuma, minha filha! Tu vai é benzer com fé!

E o guri tá, bem dizê, bom. O umbiginho dele foi todo normal pra dentro. Pra que ir lá esperar os seis mês, oito mês, operá o guri, a troco de quê, se não tem cabimento uma coisa dessa!

A pessoa tem que ter fé e benzer com fé. Fé em Deus.

Assim como a benzedeira é conhecedora de saberes e práticas que se ligam ao universo feminino e se vale de objetos e forças desse universo, igualmente a bruxaria é

narrada, por vezes, como um encanto, um “fardo” que é inconsciente, latente na mulher e que se manifesta nas noites de bruxaria, na mulher que “mal sabe que é bruxa”¹¹⁰. Marcel Mauss, em seu “Esboço de Uma Teoria Geral da Magia” (Mauss, 1974) já afirmava que a magia é uma coisa que o sujeito mágico possui, mas é, ao mesmo tempo, o próprio mágico e também a crença que uma comunidade deposita neste e que este deposita em si mesmo, na forma de um “sentimento coletivo”, de uma “categoria inconsciente” de pensamento¹¹¹ que permanece um mistério para o próprio mágico. O “fardo” da bruxa ela o carrega, muitas vezes, sem saber. E assim como a benzedeira encontra, no universo feminino, doméstico, os objetos, utensílios e forças do seu poder, é também sob o universo feminino que se manifesta o lado “noturno” da feminilidade. Dona Maria, apesar de ter perdido uma “menina embruxada”, lembra-se da filha do “Seu Esmerildo”, o lobisomem de Bagé, que era bruxa e amiga de Dona Maria:



Dona Maria – Ah, a que é bruxa? Olha, não sei se ela existe. Sei que ela era bruxa, né? Era a mais bonita de todas. Sete. Uma delas era bruxa. Era a mais bonita de todas. Ela, roupa, dia de chuva, botava na cerca e secava. Ela brincava com boneca, ela tinha adoração por boneca. As outras irmã eram horrosa de feia, ela era bem bonita. Parecia uma boneca. E dada... eu me dava com ela. Sabe que eu me dava com ela? Me dava com ela e tudo. Ela ia lá em casa, tudo. Mas eu não tinha medo dela. Não tinha desconfiança nenhuma, porque era uma pessoa normal. Qué dizê, fora do normal tinha isso, né? Normal e não era, porque ela tinha esses problema de bruxa, né? Quinta-feira ela saía, fazer os, mas era bruxa, que que ia fazê?

¹¹⁰ Na pesquisa de Suzana Araújo, uma informante destacava essa característica do fenômeno da bruxaria, ao distingui-lo da feitiçaria: “A bruxaria não tem nada haver com a bruxa. Isso aí é uma pessoa feitiçeira que tu chama de bruxa né? É diferente ela não é bruxa, ela é uma feitiçeira que trabalha pra fazer o mal. Não, isso aí não é bruxa, isso é feitiço mesmo. Então a bruxa é aquela que já vem de um fardo, uma sina... Agora a feitiçeira não é bruxa... a bruxa nem sabe que é bruxa, como a pessoa não sabe que tem olho-grande, tu chega e diz - Ah que cadeira mais linda aquela ali! Aí tu vira as costa e a cadeira quebra. Aí tu diz que olho-grande tem essa criatura! A pessoa não sabe que tem olho-grande entendeu?” (ARAÚJO, 1998:88)

¹¹¹ “A magia não é percebida; crê-se nela. É um estado de alma coletivo que faz com que ela seja constatada e seja verificada através dela mesma e permaneça sempre misteriosa, mesmo para o mágico. A magia, no conjunto, é, pois, objeto de uma crença *a priori*, crença que é coletiva, unânime, sendo a natureza dessa mesma crença que faz com que a magia possa facilmente atravessar o abismo que separa seus dados de suas conclusões.” (MAUSS 1974:126-127)

Era a missão dela, né, que que vai fazer? Toda pessoa que tem essa missão tem que cumpri, né? Até o, eu acho que até o dia que morre. Tem que carregar aquele fardo, né?

Após essa longa incursão pelo universo feminino da bruxaria, se retomarmos o curso da constelação de imagens que vínhamos acompanhando nas narrativas, veremos como a feminilidade da bruxa encontra-se com as imagens das trevas, das águas negras, cujo sangue menstrual é o grande arquétipo, para Gilbert Durand, do elemento aquático nefasto. Sangue menstrual, que é o elo de ligação entre a lua, medida do tempo, como vimos, e as águas, submetidas que estão às “regras” da lua que marcam suas mudanças de “temperamento”. (Durand 2001:102) A feminilidade, então, marcada pela mancha do sangue menstrual, pela “nódoa” negra do sangue sujo e impuro, orienta-se para as imagens da “queda”, da “possessão pelo mal”, com a transformação do sangue ginecológico em sangue sexual e também digestivo, sob o símbolo da “carne” que une o ventre digestivo ao ventre sexual. (Durand 2001:111)

Mas Gilbert Durand observa que a eufemização da água em símbolo lunar, através da mulher, é o anúncio de que a mulher só pode ser motivo de “possessão” pelo mal, porque ela detém “poder sobre o bem e o mal” (Durand, 2001:117). A água, seguindo a sua feminilização, passa então do caráter de “mãe terrível” e feiticeira para os esquemas da fecundidade e da maternidade das águas, das deusas. Se o rio é espaço masculino, dos pescadores, dos “embarcados”, a água é elemento feminino. É justamente quando as mulheres se encontram à beira da água, muitas vezes lavando roupa, ou recolhendo água, que ocorrem visões de aparições de figuras femininas. As aparições de “mulheres de branco” e “noivas de branco” à beira da água parecem já seguir esse esquema, como na narrativa de Seu Cláudio, quando falava da assombração que viu junto ao local das bolas de fogo à beira da água¹¹². Seu Adão também, sentado à beira do rio, contava de uma “noiva de branco”, junto a outras assombrações que “se via muito”:

¹¹² Cf. a narrativa na Parte II deste trabalho.



Seu Adão - Aqui, lá naquela volta lá. Tinha um certo tempo. Aqui ó, pode perguntá pra Nica, pergunta pro Elói. Pergunta pra minha gurizada aí. De uma moça que aparece lá. Naquela volta daquela árvore lá. Pra cá daquela taquara, que tá caindo lá, seca. Ali aparece uma noiva ali. Ela sai na beira do rio. Uma noiva. Sai na beira do rio. E se vai. Se vai, né? Não se sabe se ela volta, se ela, a gente sabe que ela sai dali. Tu vê.

Mas é Dona Maria quem desloca essa figura feminina para acomodá-la no campo simbólico do catolicismo popular¹¹³, que relaciona elementos de sincretismo numa reciprocidade lógica de símbolos que mescla os sentidos do sagrado. Complexificando as adesões identitárias diversas no campo religioso, Dona Maria contextualiza o imaginário religioso, seguindo uma outra constelação de imagens que essas “mulheres de branco” acabam “puxando”:



Dona Maria – Olha, o que eu sei é isso. E, aqui. Há muito tempo que eu cheguei nessa ilha aqui, eu ouvi falar que ali nos fundo, (...) aquele lado ali, que agora fizeram umas casa na volta, ali tinha um mato, ali tinha muita flor, ali. Diz que ali aparecia. Ali aparecia uma senhora. Muito bonita, de vestido comprido, que ela aparecia com um buquê de flor na mão e uma vela acesa, a luz, aquela luz muito linda. Que ela aparecia, tão bonita, assim, parecia uma Nossa Senhora. Que ali diz que foi cemitério uns tempos atrás, né? (...) Pro lado de lá, assim, ó. Sabe a igreja, né, a Igreja Nossa Senhora Aparecida? Pra lá um pouco da igreja Nossa Senhora Aparecida. Nos fundo (...) Ali, diz que aquele lugar ali, eu ouvi falar, né? Diz que apareceu essa mulher vestida de branco, muito bonita. Então ali diz que tinha flor, quando as pessoa chegam ali. Aquele cheiro de flor, aquelas flor bonita, né? Parece que uma coisa que puxava mesmo.

¹¹³ Cf. sobre sincretismo e catolicismo popular, as observações de Otávio Velho (1986,1994), de Carlos Rodrigues Brandão (1986) e Carlos Steil (1996)



Procissão de Nossa
Senhora dos Navegantes
02 fevereiro de 2001.

À beira d'água, sob a
ponte, a Mãe das Águas
recebe oferendas.

Essas aparições ligam-se às eufemizações da “água profunda”, que se transforma em espelho e tela, das águas correntes que se transformam nas águas que embalam e que nutrem com as substâncias que carregam das “nascentes”¹¹⁴. Ligam-se a essas constelações, então, as imagens da Grande Deusa, das divindades femininas, da Iemanjá e de Oxum, Senhoras das Águas nas religiões afro-brasileiras, da múltipla Nossa Senhora católica que se redobra em tantas Virgens Mães das aparições. Na Ilha a Virgem associa-se a Nossa Senhora Aparecida¹¹⁵, cuja imagem é levada em procissão no dia 12 de outubro, todo ano, por alguns moradores da Ilha e outros fiéis. Muitos ilhéus participam também das festas de Nossa Senhora dos Navegantes, a padroeira de Porto Alegre, e protetora das embarcações, que reúne uma multidão nas festividades cíclicas de todo 02 de fevereiro, lembrando e atualizando as origens aquáticas da cidade.

Dona Laci e Seu Cláudio não se filiam a essa fé nas “santas” católicas, devido a sua adesão ao seu sistema de crenças pentecostal, da Assembléia de Deus, que interdita o culto às imagens. Já Seu Adão é devoto de Nossa Senhora Aparecida, promotora da motivação da “única vez” que Seu Adão entrou na igreja, ao lhe fazer um pedido, o mesmo pedido feito para o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, quando Adão foi campeão com um clube de regatas, como marceneiro naval:

Seu Adão - Pedido pra subir mais um pouco na vida.
Nunca tinha entrado na igreja. Também fui só aquela vez.
Nunca fui mais. E fiz esse pedido pra subir um pouco mais na vida.
Pra não trabalhá muito, pra, que de todo jeito era um sacrifício a vida da gente. Que eu remava todo dia, sabe?
Essa remada do cais aqui na ponta da ilhota era todos dia.

¹¹⁴ Como já referimos, as técnicas de decantação das águas do rio poderiam ser entendidas como um ritual de separação que converte a água barrenta e movente do rio em água “pura”, guardada nas talhas, quando então as sujeiras que vêm com a correnteza se separariam da água que retomaria sua substância essencial, alimento primordial para a vida.

¹¹⁵ O Santuário construído à beira do rio, para Nossa Senhora Aparecida, pela congregação Marista, é de grande importância na vida religiosa e também política da Ilha. O Clube de Mães, ligado à Igreja Marista é um grande intermediário para as atividades de intervenção da Prefeitura e do Governo do Estado nas ilhas, sediando cursos, projetos, mediando doações, trabalhos de assistência social e organizando as demandas da Ilha para o Orçamento Participativo.

Não tinha vento, não tinha chuva, não tinha água correndo, era todos dia, não tinha enchente, eu vinha do mesmo jeito.
Eu vinha embora. Então pedia pra melhorar, daí ela foi me ajudando, daí já me deram um motorzinho, né? Tá.
Me deram um caíquinho, já foi melhorando.
Sobrava um trocadinho. Eu fazia o meu rancho.
Com 22 pila, já sobrava um trocadinho já sobrava uma carninha.
Aí foi. Senti que ela me atendeu, né? Ela é poderosa.
Santa muito poderosa. Tem poder.

A maternidade das águas retoma as constelações de imagens dos tesouros da intimidade que vimos, já que a terra é também a grande Mãe Natureza. Mircea Eliade observa uma diferença de grau, entre as imagens cósmicas da maternidade das águas e da terra, as águas, que estariam “na origem e fim dos acontecimentos cósmicos”, enquanto que a terra estaria “no início e no fim de qualquer vida” (Eliade apud Durand, 2001:230). Gilbert Durand conclui essa observação: “As águas seriam as mães do mundo, enquanto que a terra seria a mãe dos seres vivos e dos homens” (Durand, 2001:230).

De fato, uma das grandes imagens das ilhas, com a força dos mitos de fundação (que narram o instante da criação) é a imagem das enchentes, águas terríveis que “devoram” as ilhas e levam consigo bichos, vegetação, terra, casas e gente morta. Mas se os dilúvios e as enchentes são marcadas pela morte, são também marcadas pela fecundidade. Sendo as cheias recorrentes desde os meses de maio, junho (nem sempre se caracterizando em enchente), é só ao final do inverno e dos meses chuvosos da primavera, “lá pra depois de finados” (02 de novembro), como me disse Seu Cláudio, que as águas realmente baixam, trazendo com a “baixa da enchente”, a renovação do movimento ordinário na vida na Ilha, que vive seus meses de exuberância no verão e começo do outono, abundância cujo ápice é a fartura da Semana Santa, na Páscoa católica, quando a pesca é também mais abundante, tendo sido liberada em fevereiro, pela fiscalização ambiental do “IBAMA”, após a época de reprodução dos peixes.

A “Enchente de 41” é um dos eventos trágicos mais recorrentes nas lembranças que duram na comunidade das ilhas. Na narrativa de Seu Adão, ela aparece recorrentemente como um princípio norteador para referir-se a esta determinação da natureza, repetindo seguidamente : “E depois da baixa da enchente...”. Quando me contou da Enchente de 41, sua lembrança trouxe as dificuldades por que passaram as famílias associadas a uma exuberância da paisagem do Delta do Jacuí. Era justamente a imagem que preparava a ambiência para a aparição do “Bicho Preto”, a primeira estória que ele contou:



Seu Adão – Ah bom, a de 41 eu era molecão. Bah!
Em 41 essas casa aqui tava tudo no fundo.
A nossa casa aqui tinha 11 peças. Era lá na beira do rio, né?
Não, na beira do rio não era. Tinha estrada, era estrada, não era rua. Era estrada. Então nós tava.
A gente tava sentado, tava vendo a água.
A água faz isso. Fazia isso. Ela ia láaaa embaixo.
Mas chuva e chuva. Ela ia lá embaixo, lá.
Depois ela vinha um pouquinho. Aí voltava de novo.
Voltava aquele pouquinho de novo. Tá.
Quando é daqui a pouco, aí ela vinha, né?
E vinha aquele litro grande assim, mais ou menos milímetros assim, né? Aquela água já não voltava, aquela ficava.
E assim foi.
Assim foi que nós fomos parar lá em cima do morro dos Morrete.
É por aí tudo, vinha correndo por aqui tudo, né?
Ali na fazenda, lá pra cá da fazenda, aí fomos lá pro Trigo Velho.
O Trigo Velho é na igreja ali. E água. Aí ta.
Quando chegou o tempo de trazer a comida.
Os meus veio eram muito amigo dos Clemente, dessa gente do Barbachão, né? Barbachão, do Borges, eles eram muito amigo dessa gente. Então eles ajudavam muito a gente. Aí vinha a comida.
Aí vinha a comida. Eu não me lembro, eu sei bem do Doze de Outubro, o Doze de Outubro era um barquinho branco, né?
Um rebocador. Era um rebocador branco.
E o Júlio de Castilhos já era maior.
Agora tem um outro que eu não me lembro o nome dele.
Lembro que era do estado. Ele saía às oito hora da manhã de lá.
De lá do Morrete nós enxergava ele na Igreja das Dor, lá, né?
Onde ele encostava lá. Ele saía oito hora da manhã, lá.



“A Ilha da Pintada ficou inundada na Enchente de 1941. Muitos moradores perderam tudo o que possuíam.”
Revista do Globo
14/06/1941, n°.297, p.35.



“Água no coração da cidade: Agora que as águas do Guaíba se retiraram, retornando ao seu leito habitual e expondo ao sol os jardins das praças completamente destruídos, as ruas, os calçamentos esburacados, os canais de iluminação, da Hidráulica e dos esgotos quase totalmente estragados; que o desaparecimento das águas revelou de novo, ao habitante de Porto Alegre, sua cidade tal como é superficialmente em épocas normais, parece inacreditável que a enchente, naqueles primeiros dias de maio, tenha atingido até a altura em que ficou marcado um risco na parede daquele prédio, no tronco daquela árvore ou na vitrine daquela loja na Rua da Praia.” (Revista do Globo, 17 maio de 1941)



Duas hora, duas e meia da tarde ele chegava aqui no Morrete, ali. Ali no porto ali. Bah! Nós tava que nem lôco esperando o rango. Barbaridade! Mas também aí! Bah! Barbaridade, aí largava, já vinha certinho, né?
Um tanto pra cada um, um tanto pra tantas família.
Tem tantas família, tem tantos filho, tanto isso, tanto aquilo. Ia repartindo. E nós ali. Aí sim. Barco. Esse rio aqui, ó. Isso aí a gente via as árvore tombando, né? Via as casa água a baixo. A casa com o galpão com o gado morto dentro. Galinha em cima da casa, que ela não podia chegar. Ia sempre arrodiando, sempre, sempre. A nossa casa aqui se foi embora com tudo. Nós tinha instrumento, né? Os irmão tudo tocavam e cantavam, assim, de fora. Foi... levaram tudo. Só ficou as telha.
Mas foi tudo, tudo, tudo e ficou os pilar só. Desapareceu. Era coisa muito linda, rapaz. Bah!

P – Era coisa muito linda!?

Seu Adão – É! Hahaha! Nós era muleque.

Então aí o meu irmão era capinero, nós cortava capim. Não era capinero, ele cortava capim lá em cima do morro. No morro, no meio dos eucalipto. A grama era uma grama alta assim, seca. Cortava e levava. Pra cidade. Então daqui pra Porto Alegre, ali na Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, ali. Aí era vapt e vupt tava lá, né? Agora, pra voltar, eles faziam tudo, tudo essa volta aqui. Por Canoas. Por Niterói, por Canoas, por, vinham por aqui pela Santa Rita, fazia a volta naqueles morro que aparece ali ó e fazia a volta pra chegá, e chegava tarde aí. Chegava tarde. Já nós tava com um monte de capim cortado. E caçando. Caçando. Era nós e uns índio. Hãhã!
Caçando toda vida. Coisa mais boa. Bah!
A gente tinha saúde, sabe? A gente tinha saúde. Agora qualquer uma coisinha já dá uma dor de barriga. Sabe como é? Ah, não pode come isso porque...
Nós comia fruta, rapaz! Banana do mato, esse maracujá, tudo nós comia, nós chegava a tontecê comendo essas coisa assim. Babana do mato, conhece banana do mato?
Ela dava umas penca, muito bonita, cherosa. Angélica, também. Ariticum. Ariticum é uma outra frutinha que parece uma, o que que parece? Uma moranginha mas é pequena, né?
Aquilo nós comia com semente, mesmo, nós engolia a semente.
Era docinho. Ia semente e ia tudo, hahahaha!
A banana do mato nós apertava ela. Apertava, apertava, nós chegava com isso aqui tudo encarnado. Assado, que aquilo lá tem uma, sei lá, uma lixa, né?
Nós apertava, apertava, apertava, não saía nada nós ia mordendo ela, chupando. Rapaz, dava cada coisa na gente que Deus u livre!
Maracujá, tudo, nós não perdia nada. As vez chegava em casa, casa não, na barraca:

– Mãe, não tem nada aí mãe?
– Não teeeem, meu filho, já te disse!
– Então nós vamo denovo!
Hahaha! Voltava e ia caça de novo.

P – Vocês ficaram um bom tempo lá então?

Seu Adão – Fiquemo. Desde o começo da água. Até o fim.
Eu não me lembro, mas, demorou um pouco.
Acho que levou, quase um mês, eu acho, pra baixar.
É quase um mês, por aí, né?

Conversando com Seu Cláudio, ele falava das dificuldades para a pesca nos meses de cheia, em que as redes vêm repletas de sujeira (lixo e também galhos, folhas) quando não rebentam com a força da correnteza do rio. Dividi, com Seu Cláudio, a opinião de técnicos, a qual eu havia lido e ouvido, sobre a função ambiental dos banhados do Delta do Jacuí (conter as cheias). Seu Cláudio não concorda com essa lógica técnica sobre as ilhas:

P - Teve até uma pessoa que me disse que as ilhas aqui impedem que alague Porto Alegre, né? Que tem muito pântano que puxa a água...

Cláudio - Não, isso aí não quer dizer nada.

P - O senhor acha que não?



Cláudio - Não, não, não. Não é não.

Vocês, o que impede é o dique. Esse dique que tem aqui, né? Alagava a cidade até o Bairro Navegantes onde tem o Laçador, né?

Então esse dique, o aterro da draga ali, então.

O Cais ali que impediu, a ilha não impede não.

A água ela vem de baixo pra cima, ela vem.

Pode cercar toda essa ilha assim em roda que a água chega igual.

Porque ela vem de baixo pra cima, a água vem do chão.

Vem de baixo. Poderosa mesmo. Temporal e água...

Essa ilha tem muita história pra contar.



Como vimos na primeira parte, as enchentes são uma marca no cotidiano dos moradores das ilhas, e a força das águas é reconhecida como inevitável: “O que é da água ela quer”. Vimos que as enchentes são um ponto de convergência, na memória das ilhas, com a memória coletiva da cidade de Porto Alegre. Tal convergência se intensifica nos bairros mais ligados à uma vida social marcada pela água, que hoje já parece um tanto distante na margem oposta às ilhas. Em suas trajetórias de vida, a experiência desses narradores, enquanto moradores da cidade, é tensionada por essa situação “periférica” em que se encontram na geografia simbólica da cidade. As ruas em que “se chegava de barco” e os bairros como “Navegantes” eram importantes pontos de ligação com a cidade para os “embarcados” e barqueiros das ilhas como a “Ilha Grande dos Marinheiros”.

A imagem do barco é, segundo Durand, símbolo polimórfico que pode se ligar a diferentes constelações. Por um lado, o barco se liga aos esquemas de movimento e da viagem do “carro solar”, sujeito que está às mudanças e reviravoltas da viagem, às mudanças e intempéries do clima e do “temperamento” das águas, desprotegido que está

o barco das “águas terríveis” na “viagem sem retorno” (Durand, 2001:250). Nos relatos autobiográficos de Seu Cláudio, de Dona Laci, de Seu Adão, são marcantes as dificuldades das travessias e deslocamentos nos rios, principalmente à noite, na volta para casa, seja no caíque (pequena embarcação), seja “embarcado” em grandes embarcações, como Seu Adão conta no relato seguinte sobre a difícil vida de embarcado, uma das antigas profissões dos moradores das ilhas, que está presente ainda em seu cotidiano. Sentados à beira do rio, ou mesmo dentro de casa, Seu Adão, por vezes, interrompia nossa conversa para acenar para um “embarcado” conhecido que passava na “rua”, no canal de navegação em frente à sua casa.



Seu Adão – Eu era barquero. Trabalhava embarcado. Então tá. A gente vinha, eu trabalhava no Pirati. (...) Eu fazia feição nos barco, né? Pra carregar. Empregado. Empregado, o mesmo que tá cuidando duma casa, assim. Então, tá. Eu trabalhava no convés. Ali faz tudo, né?

P – E era barco de quê, de areia?



Seu Adão – De areia, é. Nós chegava a dar 33 viagem por mês. Noite e dia trabalhando. (...) Sempre, sempre. Já pensou, rapaz? O cara conversando, com a família, dia de domingo. Daqui a pouco vem chegando o barco. Às vez tá comendo ou tá tomando um café conversando com a família. O barco encosta já tem que pular pra dentro. Larga tudo que tá fazendo, tudo que é diversão. Tinha que largá tudo. É a coisa mais triste rapaz. Essa vida de barquero é vida de escravo. Bah! Tá lôco.

P – O senhor nunca pegou temporal dentro do barco, assim, seu Adão?



Seu Adão – Meu Deus do céu, nem me fala isso, rapaz. Temporal na draga, assim, ó, carregando. Que depois que começa a carregar não pode parar, né? Tem que ir firme. Bah, rapaz! Nós peguemo um temporal de vento sul lá no Porto da Manga lá. Que relampiava de noite, que dava um nervoso na gente. E eu olhava pro draguero e o draguero não fazia nada de parar e a gente tinha que tá ali, vô fazê o que? Que o mestre chegou no barco, chegou na draga, botou o barco ali o cara que amarre a draga, né? Ah, ele vai dormir. Dava aquelas trovoada, aqueles relâmpago assim que clareava tudo, e os nego ali, até termina de descarregar.



E outra, tem que ir lá atrás e tampar o cano da descarga.
Com um pano, nós já tinha pronto, já.
Pra água não invadi pra dentro do motor, né?
Quando tá carregando, que carrega na popa.
Depois é que o barco vai sentando. Coisa mais feia, rapaz!
Já peguei, aqui trabalhando aqui no Pontão.
Pontão era um batelão que tinha aqui, do Cai.
Trabalhando ali, com o Celso, aqui, no Arroio das Garça.
Aqui adiante, na volta dos Cará, na outra draga ali.
Nós peguemo um temporal. Temporalzinho de minuano.
Nós tava a uma distância da draga. Nós já vinha descendo, de
noite. Aí tava a uma distância da draga, o temporal foi tão forte
que não vimos as luz da draga, de noite. E o motor virando. (...)
Nunca mais quis trabalhar embarcado. Já pensou o que que é o
cara dormi molhado, rapaz? Dormi molhado.
Botava, quando levantava na hora quente, assim, da cama, né?
Pra amarrar cabo, encostar na draga e a chuva batendo,
temporal de vento. Eu digo:
- Não quero mais! Deus u livre! Mas deixe o pobre véio!

Esses perigos das águas marcam muitas margens e arroios, como vimos nas estórias, contadas por Seu Adão, das tragédias de embarcações afundadas e assombradas. Uma imagem forte nesse sentido é a do “Saco dos Assombrados”, que fica na ponta sul da Ilha, próxima de Porto Alegre, local que ganhou esse nome após a explosão do vapor fluvial Maratá, em 1890, matando 28 passageiros e deixando mais 20 feridos¹¹⁶. Dona Laci retoma essa imagem com outra embarcação que marcou época, o Vapor Porto Alegre:

Dona Laci – O Porto Alegre eu conheci.

Porto Alegre era de roda, era umas roda, não sei como é que se diz. Tinha caldera, não sei como é que era, botava carvão.

Acho que era. E rebentou aqui na Conga.

Fez levá gente lá pra Pintada. Pra aqueles lado, lá, né? Iiiii, um dia rebentou. Matou gente. Ficou igual peixe, em cima da água.

Morreu gente de montão. É, morreu gente de montão.

Mas se o barco pode estar assim no centro da tempestade, o depoimento de Adão já deixa antever como a imagem da barca, enquanto casa, enquanto morada, pode inverter esses esquemas e novamente apontar para os esquemas da intimidade (“é o

¹¹⁶ Cf. a publicação da série Memória dos Bairros “Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre”, do Centro de Pesquisa Histórica do Município, Secretaria Municipal da Cultura, Porto Alegre, 1995, pg 82.

mesmo que tá cuidando duma casa, né?”). O barco, ou a barca, embarcação, os caíques, dragas, lanchas são uma espécie de metáfora da situação das ilhas à mercê das águas, mas que por isso mesmo podem ter o caráter de centro primordial, de morada cósmica. Gilbert Durand sublinha as relações entre a barca, a embarcação e o berço, a arca protetora que “garante a segurança da carga” (Durand, 2001:251). Alguns moradores chegam a unir tecnicamente as potências desse símbolo como o próprio Adão que já teve uma “casa flutuante”, imagem recorrente nos desejos dos moradores das ilhas¹¹⁷. É essa qualidade que se liga ao próprio nome da Ilha, em termos de um mito de fundação, como nos contam Dona Laci e Seu Adão:

Dona Laci - Ilha dos Marinheiro tinha muito marinheiro. Os marinheiro era esses barcadista, né? Que viajam em barca, em regata, essas coisa tudo, né? Então botaram Ilha dos Marinheiros.

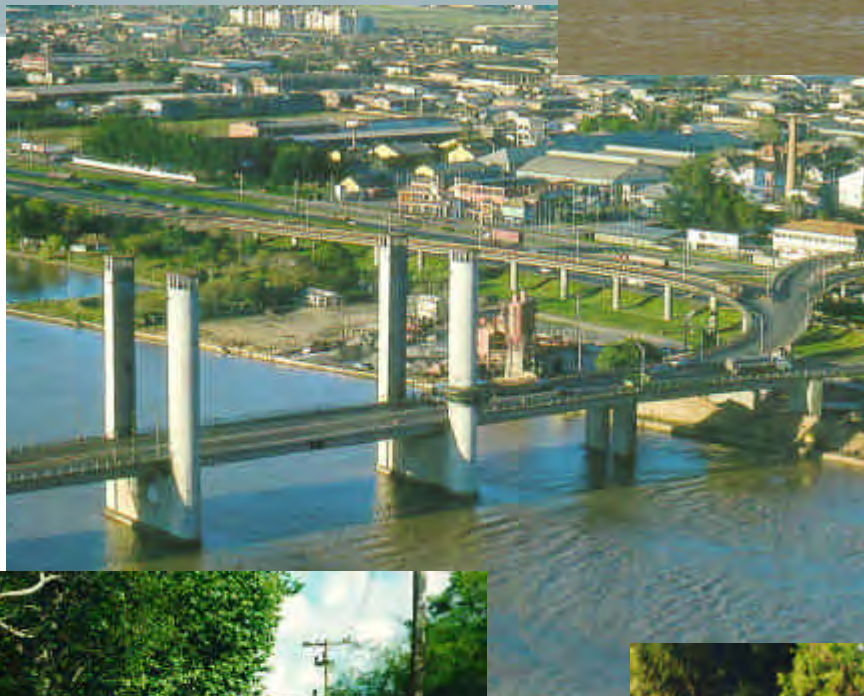
Seu Adão – Ah, a Ilha dos Marinheiro aqui é que a ilha, só barquero, né? Só barquero. Aqui era só barquero que tava. Até pouco essa costa aí. Tu caminhava só via barco. Era barco amarrado aqui. Ali mora fulano, lá mora ciclano, e assim vinha, né? Agora Ilha do Marinheiro já vem desde o começo, né? Desde o começo Ilha dos Marinheiro. Não sei se é por causa da marinherada que era aqui caiquero tudo, tudo, né? Aqui pra Navegantes, a volta do bonde, ali. Que era a Rozera, nem sei se existe a Rozera, existe a Rozera ainda? A Rozera Bralisera aqui na Sertório, esquina da Sertório com a Volunta. (...) E ali que era o chego dos barco, né? Então acho que vem essa parte por ser Ilha dos Marinheiros, né? Marinheiro.
Mas isso é desde o começo do mundo, acho.¹¹⁸

¹¹⁷ Em uma pesquisa anterior, na Ilha da Pintada, sobre o cotidiano e as narrativas do barqueiro João “Mocotó”, acompanhei, junto com a equipe de pesquisa, a construção de uma enorme embarcação para realização de passeios nos rios e canais do Delta do Jacuí. Esse “Barco dos sonhos”, cuja construção fora narrada em tom épico e ajuda “milagrosa” por Mocotó colocava sua tônica no arquétipo da viagem, mas já deixava entrever, no entanto, que Mocotó, na condição de barqueiro, iria além. Durante minha etnografia na Ilha Grande dos Marinheiros, visitei Mocotó e constatei surpreso que ele havia realizado um sonho maior a partir do sucesso do barco de passeios: construía sua casa flutuante, e agora pode ir habitar literalmente o rio, como há muito desejava, deixando a casa atracada à margem da ilha ou seguindo “para o lado que o vento vai”.

¹¹⁸ Seu Adão seguiu narrando outros mitos de fundação das ilhas: “A Ilha do Lage, também, é do começo do mundo. A Ilha do Lage. Ali, tem a, onde é que tu vai pesca, fulano? Vô pesca lá no Lage. Lá na Lage. Na Lage. É. A Lage. Mas onde é que fica essa Lage aí? Ali no Corumba, ali em frente ao Corumba, aí. Corumba, hahaha. Ondé o Corumba? O Corumba é a Ilhota do Pedro Mascate. A Ilhota do Lobisomem, que chamam, tudo. É. Ali é o Corumba. Então tu vai pescá na Lage? Vô pesca na Lage. Agora não sei se ficou, por causa da Lage, que tem uma lage em baixo, é uma lage. Que a draga vai cavar, chega um certo ponto a draga não cava mais, né? Não cava, pois pega só a lage assim. Então eu acho que é isso aí. Ficou



Arroio do Lage. O Arroio Formoso, o Arroio do Lobisomem. Eu não sei por que essas parte assim, né? Isso aí já é coisa pra pessoas mais antiga conta. Que eu não posso dizê. (...) A Ilha do Lobisomem era o Seu Gonçalino, coitado. Deus me perdoe. Mas essa era, como é que era? Ilha do Rill, parece que é Rill, a Ilha do Rill. Por causa que foram comprando, né? O primero dono foi o Pedro Mascate, depois veio a Ilha do Darcizinho, que é a mesma, né? Aí veio a Ilha do Lobisomem, mas a Ilha do Lobisomem é por causa do morador que tinha lá. Não era Ilha do Lobisomem. A gente botou esse nome, mas não é. E a Ilha do Corumba. Corumba, agora por que o Corumba eu não sei também né? Que é onde eles pescavam, pescador iam pescá, se arranjavam ali tudo. Mas a Ilha do Lobisomem era o Gonçalino, ele era um homem muito feio. Gonçalino era morador daqui de baixo, tem gente dele aí ainda. Tem aquele que mora na Ilha da Pólvora, lá, o Dorvalino. Aquele era irmão do Gonçalino. E... tá. Onde é que tu vai, fulano? Vô lá na Ilha do Lobisomem. Tá, ia lá na Ilha do Lobisomem, conversava lá com o Gonçalino e tudo. Aí, onde é que tu vai fulano? Vô lá na Ilha do Gonçalino. Cada um morador acaba... Onde é a Ilha do Gonçalino? É a Ilhota do Lobisomem! Mas por que lobisomem? Ah, porque ele é muito feio, hahahah . Não era, era só porque era um homem feio. Assim que nem a Ilha do João Paulo, o João Paulo é aquela ilhota ali. Por que Ilhota do João Paulo? Porque o João Paulo é que morava ali, né? Essa ilhota aqui. Essa ilha aqui era Ilha dos Cabrito. A Ilha dos Cabrito foi os Mauá pra lá, aí então ficô a Ilha dos Mauá. É assim, tudo. Morador é que deixa o nome. Assim como tem uma lagoa ali. Onde é que tu vai pescá, fulano? Vô lá no Buraco do Pedro, hahahaha. Onde é que tu vai, fulano? Vô dá um tiro nas marreca. Onde? Vô lá no Buraco da Isaura. Hahhaha . Mas não é, é o fundo da casa, tem uma poça, uma lagoa. Era tudo assim. O Buraco da Isaura, o Buraco do Pedro, o Buraco do Nenê.”



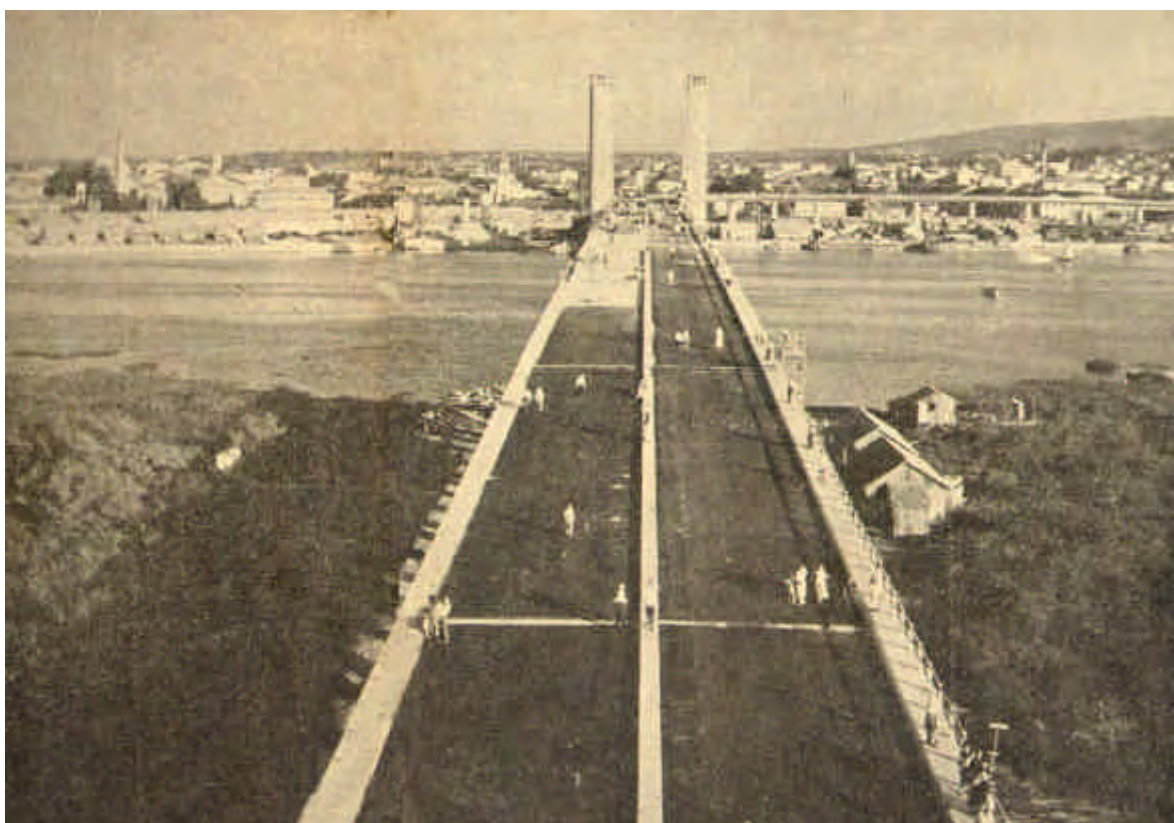
3.4. Tempo de mudanças, tempos de retornos

Chegamos novamente próximos à constatação que fazíamos quando do simbolismo da árvore. A água que corre sempre ensaia, ao mesmo tempo, os eternos retornos com seu poder de fecundidade, de destruição e renovação das enchentes. E evoca, portanto, os diferentes “estilos de história” de que fala Gilbert Durand (Durand, 2001:352). As estórias, as narrativas desses moradores das ilhas, contam do processo de ocupação e de transformação da paisagem do Delta do Jacuí, no que tange à Ilha dos Marinheiros e dos espaços em que se dão seus itinerários com relação à cidade, a partir de uma verdadeira “geografia lendária” (Durand 2001:414) que escava no tempo os muitos trajetos de assimilação às intimações de um meio como esse de banhados, bichos, água e gente.

Os fortes pontos de ruptura na continuidade do modo de vida dos moradores das ilhas, expressos a partir da construção das pontes da Travessia Getúlio Vargas, em 1958, podem ser vistos de diferentes maneiras, pela memória dos habitantes do Arquipélago ou pelo ponto de vista de uma história progressista. Vimos, na Parte I, como a construção desse complexo de pontes é datado de uma época tributária de uma forte “pressão histórica”¹¹⁹, de uma “pedagogia” (Durand, 2001:384) de imagens orientadas para uma visão progressista do tempo, em um momento em que Porto Alegre se “agiganta” como metrópole, estendendo-se para zonas periféricas, em que o Arquipélago, com seu ambiente atípico de águas e banhados, constituía, não apenas uma “barreira”, um “entrave” aos caminhos do progresso (simbolizado então pelo desenvolvimento do país pela via rodoviária) como também uma espécie de “anti-

¹¹⁹ Gilbert Durand observa que não há oposição entre mito e história, pois “longe de ser um produto da história, é o mito que vivifica com a sua corrente a imaginação da história (*historienne*) e estrutura as próprias concepções da história. Em todas as épocas e sob todas as incidentes históricas se encontram confrontados os grandes regimes antinômicos da imagem. É apenas o contexto sociológico que colabora – como mostrou Roger Bastide numa obra decisiva – na *modelagem dos arquétipos em símbolos* e constitui a derivação pedagógica.” (Durand, 2001:390)

bairro”, o bairro de maior área da cidade sem, no entanto, possuir as características de uma subunidade urbana, sem infra-estrutura adequada, sem equipamentos urbanos, sem órgãos administrativos¹²⁰. Vimos como a construção das pontes foi acompanhada de planos urbanísticos¹²¹ (que não se realizaram) destinados a tornar o Arquipélago parte do “crescimento natural” da cidade, com a sua destinação para instalação de fábricas, estaleiros, indústrias a partir dos muitos aterros realizados com a construção do complexo de pontes.



“Surgem na paisagem gaúcha os primeiros pilares daquela de deverá ser (em breve) A PONTE sobre o GUAÍBA” (Revista do Globo, 11 de agosto de 1956, nº 670: pgs 22 a 26)¹²²

¹²⁰ Ver Rio Pardense de Macedo, “Porto Alegre, história e vida da cidade”, 1973:227.

¹²¹ FAYET, Carlos et alli. Plano Delta do Jacuí, PMPA, 1958.

¹²² Publicação pertencente ao acervo do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS – UFRGS. A fotografia colocada é de 1958, antes da inauguração da ponte.

Vimos como esse “crescimento natural”¹²³ constituiu-se na presença das novas “sub-habitações” de moradores em condições de pobreza e miséria, sendo interpretado como consequência de uma “decadência”, um “declínio” tanto da indústria naval e pesqueira em Porto Alegre, quanto de uma economia baseada na “precariedade” das pequenas propriedades rurais de mão-de-obra familiar destinadas ao fornecimento de produtos como leite, arroz, hortaliças, pasto e pesca aos mercados de Porto Alegre¹²⁴.

A construção da ponte, somada à falta de controle, tanto do poder público, quanto de proprietários de terrenos nas ilhas, e à proximidade e facilidade de acesso que ganham as ilhas quanto ao centro de Porto Alegre, marcam a mudança no referido “padrão de ocupação”¹²⁵ das ilhas. Concentram-se as famílias à beira da estrada e na região próxima à ponte, deslocando o centro comunitário da Ilha Grande dos Marinheiros, das “chácaras”, “sítios” e residências da zona do “colegião” entre o meio e norte da Ilha para a parte sul da Ilha.

A ponte possibilitou que famílias vindas do interior do Estado e de outras zonas periféricas da cidade, que então começavam a ser urbanizadas, encontrassem nas ilhas uma alternativa de moradia. As famílias concentram-se nas Ilhas da Pintada, do Pavão, das Flores e Ilha Grande dos Marinheiros aumentando muito a densidade populacional dos terrenos próximos às pontes.

A criação de uma reserva ambiental nessa região constituiu-se, então, enquanto uma tentativa de reversão das distorções de um crescimento urbano desordenado, que estaria então ameaçando o ambiente natural do Delta do Jacuí e suas importantes funções ecossistêmicas, com a apropriação desse território tanto pelas residências de veraneio e finais de semana de classes economicamente privilegiadas (que privatizaram a orla do rio e alteraram suas características) quanto pela ocupação, em alta densidade, pelas populações em condições de miséria e pobreza, em situação de “risco”, associadas às imagens de poluição e degradação ambiental. Tributárias dos ideais progressistas, as

¹²³ FAYET, Carlos et alli. Plano Delta do Jacuí, PMPA, 1958.

¹²⁴ PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ - PLANO BÁSICO, 1979:43

¹²⁵ PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ - PLANO BÁSICO, 1979:45

vontades de disciplinamento e remanejamento das populações Arquipélago, por parte dos órgãos executores da política ambiental do Parque Estadual Delta do Jacuí, pretendiam atuar enquanto forma de resolver as distorções causadas pela transformação do Arquipélago em bairro de periferia urbana (mas igualmente com o crescimento de áreas valorizadas) concebendo essas transformações vividas como a “gradativa extinção das populações ligadas ao sistema tradicional das ilhas.” (Parque Estadual Delta do Jacuí – Plano Básico, 1976:45)

Essas mudanças todas e alterações aparecem, certamente, nos relatos desses moradores “antigos”, como neste relato de Dona Laci que retomamos mais uma vez:



Dona Laci - E era ruim de viver aqui.

Porque a gente, pra ir na cidade, tinha que ir de caíco, a remo.

Que naquele tempo nem motor tinha, e poucas lancha também tinha, e agora não, agora é uma chuva de lancha, e tudo a motor.

Naquele tempo era tudo a vara, ou então, pano.

Era poucos motor que tinha. (...)

Vara é umas taquara, assim, uns pau grande, empurrando assim o barco. Ia até fim do Caí, lá. Os coitado passavam trabalho.

Aí depois já foi melhorando, foi, aumentando.

Aí depois já fez a ponte, aí já vinha os carro...

O primeiro carro que pisou aqui na ilha foi uma festa.

Tudo ficou facero, que não se via carro aqui na ilha, né?

Aí as lancha pararam de visitar, porque, aí já fizeram a ponte do Rio dos Sinos, a ponte que passa o trem.

Fizeram a barca, que passava os carro, né?

Agora não, tem as duas ponte, agora tem tudo. É.

Agora tem muito movimento. Não tinha permero, agora tem.

Agora tem muito carro que faz a vorta por lá.

Tem a saída lá e entra aqui.

A interpretação de Dona Laci, seu ponto de vista sobre o passado, tece outras conexões entre essas transformações, diferentemente da visão histórica e progressista de que tratamos. O acesso à cidade “melhorou muito” com a ponte, mas não significa que a sua narrativa não aponte recorrências na situação periférica das ilhas com relação à cidade e às difíceis condições de vida do passado e do presente.

A ilha ficou “mais perto da cidade” e, é inegável, a sua população cresceu bastante. Mas a nova metamorfose desse espaço pode agregar significados muito diferentes da visão da “decadência” e da “degradação”. Seguimos com Dona Laci:

Dona Laci – Tinha. Tudo aqui era mato, tudo mato. (...)
Aqui ainda na estrada que vai pra lá. Tudo era mato
Só um fininho, e aquelas casinha simples, sabe, né?
Uma do lado da outra. Agora não, agora é uma vila.
Foram cortando, foram limpando. Tudo aqui era banhado.
Tinha o cemitério antigo, nos fundo aqui, essa parte aqui.
Pra lá é que tinha o cemitério. Ainda alcancei o cemitério, as
cruzinha ainda. Depois foi amontoando gente, foi desbastando,
né?
(...) Agora é casa, tudo morador.
(...) Aqui é uma parte e a outra parte é lá, as Igreja, as casa.
Tá tudo mudado. E assim vai indo, e a gente vai vivendo, né?

O que poderia ser tomado como uma “invasão” da Ilha por gente de “fora”, demarcando fronteiras entre os moradores, entre quem pertence e quem não pertence à Ilha e ao território do Arquipélago, pode ganhar contornos muito mais sutis. Ainda que essa diferença exista e seja constantemente demarcada e reafirmada no interior da ilha, entre os “antigos”, seus familiares, e os “de fora”¹²⁶, a experiência de habitar periféricamente a cidade, acaba por unir a atual população das ilhas “no mesmo barco” quanto à sua situação de classe popular na cidade de Porto Alegre, situação que se dramatiza em épocas de enchente. O conhecimento das particularidades desse ambiente encontra, na memória dos “antigos”, um veículo para sua transmissão através da narrativa oral e das práticas empregadas no cotidiano e nessas situações dramáticas.

Essa característica do Arquipélago, enquanto ambiente sujeito às cheias e transformações anuais, entre o “inferno” das épocas de cheia e o “paraíso” do verão da abundância, parecem sobredeterminar todos os retornos de imagens que vimos até

¹²⁶ Trata-se de uma relação que é mais forte entre a comunidade tradicional da Ilha da Pintada em oposição às comunidades da Ilha Grande dos Marinheiros, Ilha das Flores e Ilha do Pavão, em uma relação de oposição entre “estabelecidos” e “outsiders”, como nota Norbert Elias (ELIAS, 2000). Os “outsiders”, os novos moradores concentrariam as imagens da degradação das condições de vida, da violência, de problemas morais e sociais perturbadores de uma “estabilidade” original idealizada por uma comunidade mais antiga de moradores de uma mesma região.

agora, com o inevitável ciclo da enchente inserindo-se nos ritmos cósmicos e sociais das ilhas. É essa característica, inclusive, que marca o caráter de metamorfose desse ambiente. Alguns moradores referem-se a uma imagem muito forte sobre a dinâmica “natural” das ilhas: “A ilha se move”. Ouvi de muitos informantes essa expressão, não só na Ilha dos Marinheiros, mas em outras ilhas também. São constantes os comentários de que “O rio era mais pra lá”, que as características físicas da ilha tem por dinâmica se alterarem, num processo constante de ser devorada pela água, que retoma “o que é dela”, e da ilha alcançar uma extensão maior de terra nos meses mais quentes¹²⁷.

Seu Adão acionava uma explicação como essa, na última vez em que estive com ele, sobre a última enchente, que havia durado de junho a novembro do ano de 2002, entre baixas e cheias da água, que só baixou mesmo depois do feriado de finados. Encarava a construção da ponte e os sucessivos aterros realizados como uma intervenção no sistema de escoamento da água:



Seu Adão – Mudou muito por causa da ponte.

É, a ponte. Isso aqui tava, desaguava pelo salso.

Lá pela pesquera, pelo salso, pelos Farias.

Lá por Guaíba ela descia, pelos campos, pelos banhadal, tudo.

E agora não, agora a água só tem que passa aqui no Guaíba, no Saco da Alemoa e lá no Jacuí lá, que é o arroio dos Cará, lá.

E algum buero, esses ladrão que eles chamam esses ladrão, né.

Mas aquilo não dá conta, não dá conta.

¹²⁷ Segundo o Atlas Ambiental de Porto Alegre (1998) a formação das ilhas do Delta do Jacuí originou-se pelo encontro das águas dos rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí com o Lago Guaíba, a partir do depósito de seus sedimentos. Nessa águas, os sedimentos aluviais, na forma de juncais que flutuam sob a água vão acumulando-se nos “sacos”, bacias de acumulação nas margens das ilhas, permitindo o crescimento de vegetação arbustiva, que dará origem aos maricás, vegetação típica de terrenos inundados. Os maricás permitem a formação da mata ciliar e finalmente, forma-se a floresta, em um terreno já mais elevado, agora já distante da margem ocupada por novos maricás e juncais. (ATLAS AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE, 1998:86). Como se vê, esse processo, chamado de Hidrossere, enquanto explicação da dinâmica do ecossistema não deixa de compor um belo mito de fundação do cosmos das ilhas.

Qué dizê, quando a água chegava aqui ela desaguava por tudo que é lugar, e agora não, agora é os poço.

Independente do “impacto ambiental” (e certamente social) da construção das pontes e seus aterros para a dinâmica dessa bacia hidrográfica, o que impressiona é a intimidade desses informantes com o comportamento do rio e com as metamorfoses da Ilha. Como vimos, Seu Cláudio também conhece muito sobre as correntezas, os ventos, para saber “onde fica o peixe”, escondido no inverno de enchente. Como disse Seu Adão:

Seu Adão - parece até uma bobagem tá dizendo isso, mas a gente gosta da enchente aqui.

P - Por quê?

Seu Adão - Porque a gente já espera ela.

A enchente, constituindo-se em uma espécie de ritual de passagem, de iniciação, entre quem “aprende a viver com a água” e quem desiste, acaba trazendo consigo outras grandes imagens das condições de vida dessa população, em situação periférica à cidade de Porto Alegre, “se virando” com as práticas cotidianas que se inserem nesse jogo de “leva e traz” entre as ilhas e a cidade, onde os barcos se atualizam nas carroças, e a estrada e a ponte retomam os arquétipos do movimento terrível do “carro solar”, dos perigos da viagem, nos atropelamentos que passam a ser freqüentes.

As dificuldades nos movimentos de entrada e saída da cidade permanecem. E as práticas cotidianas ganham um novo elemento: o trabalho com o lixo. O lixo certamente é um grande separador de identidades relacionadas ao trabalho nas ilhas, entre as gerações de “antigos” e de novos, mas nem tão recentes moradores das ilhas, com os quais não tive a mesma proximidade durante o trabalho de campo que com os narradores que apresentei aqui.

Certamente, muito haveria a dizer sobre essa que já é também uma “tradição” de práticas cotidianas das cidades brasileiras e que, no caso do Delta do Jacuí, liga-se ao aterro, ao “lixão” que havia na Ilha do Pavão entre 1973 e 1976 como grande atrativo para que se exercesse esse trabalho¹²⁸, tendo depois resultado em movimentos sociais ligados à questão do lixo, como vimos. Mas assim como o “capineiro” incorpora a carroça como sistema de transporte, e passa a carregar o pasto das ilhas não só pelo barco, mas também pela carroça, a população que trabalha com a separação de lixo precisa aprender a valer-se também do barco e da casa adaptada às cheias, encontrando muitas ressonâncias na memória compartilhada das ilhas, ao manter o gesto do “ilhéu” de encontrar, nas práticas de interação com os ambientes noturnos das águas e banhados, a sua forma de assegurar a continuidade de seu grupo social no tempo.

Sabe-se, não é de hoje essa associação entre o rio, o lixo e os esgotos do grande “ventre digestivo” da cidade, pelo menos desde a constatação do viajante Saint-Hilaire, em 1820¹²⁹, de que a água do Guaíba e as ilhas já serviam de receptáculo para as impurezas “intestinais” da cidade. Não é de hoje a imagem “nefasta” das águas poluídas do escuro Lago Guaíba e das margens contaminadas da beira da cidade.

Da mesma forma, nos relatos autobiográficos dos narradores, a situação periférica das ilhas nos espaços de poder da cidade é ainda anterior à construção da ponte. Empregadas domésticas, lavadeiras, cortadores do capim, pescadores, marceneiros, empregados de fábricas e comerciantes já cruzavam as águas dos canais de navegação, chegando à cidade por um caminho inusitado para os moradores do continente.

¹²⁸ PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ - PLANO BÁSICO, 1979:66

¹²⁹ “Nos 74 dias em que se hospedou na capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o botânico francês Auguste Saint-Hilaire conheceu os dois lados de Porto Alegre. O verso: belas casas, moradores de porte altaneiro, a Rua da Praia buliçosa e uma geografia que lembrava o ameno sul da Europa. O reverso: ruas imundas e lixo sendo despejado no lago do Guaíba, onde a população coletava água imprópria para beber. - As encruzilhadas, os terrenos baldios e, principalmente, as margens da lagoa (*o Guaíba*) são entulhadas de sujeira (...) depois do Rio de Janeiro, não tinha visto uma cidade tão imunda.” *Jornal Zero Hora*, 02/07/2001 “A redescoberta do Rio Grande - Uma Capital Bela, mas suja”, pg 56.

Se realizássemos uma “arqueologia” desses antigos pontos de ancoragem de pequenas embarcações na cidade, nas avenidas e espaços aterrados de hoje, veríamos como a presença dessas populações “ribeirinhas”, tanto vindas da margem das ilhas, quanto habitando, ou transitando pelas margens da cidade, teve sua sociabilidade de “marinheiros” no porto associada à prostituição e às “confusões” nos espaços de intensas trocas comerciais entre os “barcadistas”. Espaços que não deixavam de ser associados à potência nefasta das águas, causadora da “queda” humana e igualmente fonte de “miasmas” e doenças nos “charcos”, nos “lodaçais” e banhados da cidade próximos a arroios e na margem do Guaíba, nas habitações populares, nas “tabernas”, “botequins”, “vendas” e cortiços vistos como “nefastos” à saúde da cidade que já enfrentava problemas graves de abastecimento de água e saneamento de esgotos.



Essas imagens surgem entre outras motivações para realização dos planos de modernização da cidade, que desde a década de 1920¹³⁰ têm “removido” essa agitação “fervilhante” e “formigante” dos espaços da cidade em contato com o rio¹³¹.

¹³⁰ cf Charles Monteiro, “Porto Alegre, Urbanização e Modernidade – a construção social do espaço urbano” (MONTEIRO, 1995)

¹³¹ Como vimos, o trabalho da antropóloga Maria Helena Santana (SANT’ANA, 1996:32) recupera uma arqueologia dessa remoção de ocupações “irregulares” e sua associação aos problemas de saneamento, saúde e desequilíbrio ambiental, ao acompanhar a remoção da Vila Cai-Cai das margens do Guaíba, já na zona mais ao sul de Porto Alegre.

Restringem-se tantos os locais de lazer, como os clubes nos quais Dona Laci trabalhou como cozinheira (clubes que não se localizam mais na zona central da cidade, mas à sua saída, após a ponte, ou nas próprias ilhas), quanto os locais de comércio, como a “Docas das Frutas” a qual se refere Seu Adão, entre os seus relatos autobiográficos, em íntimo contato com alimentos, capim, e outros produtos naturais vindos das ilhas e outros “arrabaldes” da cidade.

Ironicamente, a modernização que tem seu impulso com o crescimento da cidade a partir do “avanço” da cidade sobre o rio nos muitos aterros realizados¹³² que possibilitaram a construção do Cais do Porto e o grande desenvolvimento da navegação fluvial no Rio Jacuí e afluentes, acabou por sobredeterminar essas imagens de intimidade da cidade com a água do rio como promiscuidade funesta.

Com a substituição do transporte fluvial pelo transporte terrestre, diminuindo a atividade do cais, a cidade “voltou as costas pro rio”, como dizem os moradores das ilhas, e o processo de “remoção” das aglomerações, em torno da área e de sua higienização, é simbolizada pela construção do complexo de diques e do muro de proteção à enchentes, o muro da Mauá, o “Muro da Vergonha”, como vimos na primeira parte, que fecha as portas da cidade para os marinheiros, “caiqueros”, pescadores e embarcados, que estariam fadados a desaparecerem, ou substituírem seu modo de transporte e de vida.

Mas esses personagens não desapareceram, e sob o ponto de vista da memória, dos seus retornos, as figuras desses “marinheiros” de hoje atualizam os gestos dos gondoleiros, remadores, e negros barqueiros, que se insinuam junto à presença dos velhos “vapores” e embarcações fantasmas, nos muitos “ciclos” de navegação fluvial do rio Jacuí¹³³, escondidos na memória de um Lago, o Guaíba, que deixa revelar em sua profundidade a sua face de rio navegável. Em 1833, o viajante Arsène Isabelle fazia o

¹³² Charles Monteiro, pg 37

¹³³ Cf. a publicação da série Memória dos Bairros “Arquipélago: As Ilhas de Porto Alegre”, do Centro de Pesquisa Histórica do Município, Secretaria Municipal da Cultura, Porto Alegre, 1995, pg 24.

registro escrito da paisagem que descobria pela navegação do Guaíba e seus “cinco rios”, que a memória retoma no Lago de hoje :

“O intervalo de dois braços está cheio de ilhas cultivadas e habitadas (...)

(...) as ilhas e seus animais, as casas e suas plantações de zona tórrida, barcos à vela e uma multidão de elegantes embarcações, pintadas de diversas cores, sulcando os cinco rios.

(...) Cinco rios trazendo o tributo de suas fecunda águas, reúnem-se ali para formar o Rio Grande do Sul, apresentando diante de numerosas ilhas, muito arborizadas, povoadas de casas campestres.”

ARSÈNE ISABELLE, 1833¹³⁴



A memória compartilhada desses moradores das ilhas, através das narrativas que analisamos, possibilita o retorno, não só das imagens de uma vida "tradicional" das ilhas, mas reiventa suas tradições ao exporem, nos seus relatos, a dramaticidade da instalação de uma cidade à beira de um ambiente sujeito a tantas metamorfoses em seus ciclos anuais.

Seguimos, aqui, algumas reflexões da antropóloga Ana Luiza Carvalho da Rocha (Carvalho da Rocha, 1994), sobre os ritmos temporais que fundam os arranjos

¹³⁴ Cf. op. cit. p.13.

das "formas informes" da vida coletiva dos grandes centros urbanos das cidades latinoamericanas (Carvalho da Rocha, 2000 :04), ao estudar o trajeto antropológico que origina o nascimento da Cidade como forma de vida coletiva no Brasil. Segundo a antropóloga, a Porto Alegre oriunda da sesmaria de Jerônimo de Ornelas, que recebe a chegada dos colonos da Ilha de Açores, filia-se ao mundo imaginal das cidades-fortificações destinadas a extrair as riquezas do Novo Mundo para as colônias européias (Carvalho da Rocha, 2000 :09). A conquista e colonização do Novo Mundo marca a polêmica da "queda moral" do "herói civilizador", no ventre devorador da "Terra Mãe" das aglomerações urbanas das primeiras vilas e vilarejos, cujas imagens nefastas se originam da ambivalência das visões de inferno e paraíso das culturas européias sobre a América (Carvalho da Rocha, 2000:10). Os contos e lendas populares que irão retratar a fundação das cidades no Novo Mundo retomam a luta desse herói conquistador, com suas imagens de terror e de pecado, como expressão do gesto que dá origem aos núcleos urbanos no Brasil, em sua maioria, cidades portuárias.



Os contos e lendas, associados à uma memória popular das formas de vida coletiva colonial e imperial das cidades brasileiras, retomadas na cidade moderna, seriam uma tentativa de acordo, dessas populações, de rearranjo das antigas estruturas espaço-temporais da cidade, para comporem uma tradição que recupera suas heranças do passado. A memória popular compõe, então, uma estética das cidades brasileiras, e uma tradição que se atualiza nas práticas e táticas cotidianas de seus atores, que não cessam de acusar o fracasso de uma “idolatria do progresso” que polariza as imagens dessas “formas disformes” da vida coletiva dos centros urbanos, expressa nas favelas, nas condições de miséria de suas populações, na violência urbana, nos acidentes, nos roubos e assaltos, enquanto conseqüências da irracionalidade de um “pensamento selvagem” do “povo brasileiro”. A memória coletiva da figura de um “homem da tradição” (Durand, 1979) em pleno contexto urbano, no entanto, aponta para a inadequação desses ideais progressistas homogeneizadores às diversas formas de rearranjo da vida coletiva nas cidades do país a partir de sua gênese sócio-histórica.



As narrativas, que ouvimos de nossos narradores das ilhas, fazem ondular, no tempo, a memória dessas muitas monstruosidades dos sofrimentos e perdas vividas no “tempo que se passava trabalho” junto aos gestos dos “antigos”, que se fazem seus, em transformarem as “paisagens noturnas” (Carvalho da Rocha, 1994) do ambiente natural e social das ilhas da cidade no re-conhecido espaço cósmico em que se expressam as suas muitas práticas e saberes de perpetuação do seu “viver coletivo”. Contrariamente à visão progressista do tempo sobre o “país sem memória” (Carvalho da Rocha, 1994), idealizador de um racionalismo que cultua os saberes técnico-científicos de cunho iluminista, a memória compartilhada dos “ilheros” acrescenta outras estórias ao gesto de transformação e acomodação do portoalegrense ao seu ambiente social e cósmico.

No Rio Grande do Sul, quanto à formação de Porto Alegre, as figuras lendárias que aparecem nas narrativas, como os escravos, os jesuítas, as fazendas, os criadores de gado, as guerras, os seres monstruosos da floresta, as serpentes gigantes e as entidades dos rios são parte de uma imaginação coletiva (Carvalho da Rocha, 1994), que possibilita a realização do “trajeto antropológico” (Durand, 2001 :41) de assimilação às intimações do meio cósmico e social das águas e ilhas do Arquipélago através da reconciliação com as faces terríveis do tempo, transformando as lembranças de terrores sofridos e de dominações impostas aos habitantes “do mato” em imagens de intimidade com os rios e ilhas, e também com a cidade à beira das águas, através das práticas cotidianas herdadas desse difícil “tempo dos antigos” marcado pela “barbárie” de uma estrutura social escravocrata, pela rusticidade do modo de vida rural e pela força do sistema de dominação patriarcal. (Carvalho da Rocha, 2000:09)

Nos relatos que vimos sobre as estórias de tesouros enterrados, de assombrações e aparições, em terra ou na água, das formas monstruosas que podem assumir a flora, a fauna, e mesmo as figuras masculina e feminina em suas metamorfoses, é possível perceber que, mesmo que as narrativas de Seu Adão, Dona Laci, Dona Maria e Seu Cláudio constatem e avaliem as mudanças sofridas na paisagem do Delta do Jacuí e de Porto Alegre e, conseqüentemente, as transformações ocorridas na sua vida cotidiana

(como a escassez do peixe, para Seu Cláudio), essas imagens retornam com toda a força de uma verdadeira "Bacia Semântica" (Durand, 1988) ligada à colonização do Rio Grande do Sul, que "deságua" nas ilhas, canal fundamental de navegação do Estado, agitado de embarcações nos tempos idos.

Enquanto algumas "fábulas progressistas" (Carvalho da Rocha, 2000 :14) tomam o presente do Arquipélago como a imagem da decadência de uma economia que teria tido seu apogeu com a navegação industrial, com a presença de estaleiros, empresas de transporte fluvial e indústrias pesqueiras, condenada às atuais condições de miséria, em um bairro sem infra-estrutura urbana, sem equipamentos urbanos adequados¹³⁵, a memória compartilhada dos "ilheros" parece narrar outras "fábulas de campo etnográfico" (para parodiar Clifford 1998 :47), outras estórias da "duração" de seu viver coletivo na cidade, vista, não pela falta, mas pelo acúmulo de uma tradição popular que se reiventa constantemente.

A trajetória dos antigos, no que se repete de exemplar, atualmente, na convivência periférica dos ilhéus com a cidade, encontra ressonâncias em outros tempos em que os "escravos fugidos", os "índios escondidos" e os "colonos", já sem terras para cultivar na recém fundada Porto Alegre (remontando à origem açoriana da comunidade da Ilha da Pintada¹³⁶), encaravam o desafio de habitar um território sob constante ameaça das águas diluvianas. O Arquipélago, enquanto bairro da cidade, revela-se como território de uma tradição de práticas e saberes ligados à vida em contato com a água, que a cidade hoje parece querer esquecer.

Os novos moradores, através das práticas e saberes que podem ser aprendidos com a memória coletiva dos "antigos", re-conhecem o ambiente de banhados, matos, rios, arroios, árvores e bichos, em que as assombrações, as bruxas, os lobisomens, os tesouros, os espíritos protetores e animais fantásticos lembram que essa natureza

¹³⁵ Parque Estadual Delta do Jacuí - Plano Básico, 1979.

¹³⁶ Ver as considerações históricas de Susaza Araújo sobre a Ilha da Pintada (ARAÚJO, 1998:22)

humanizada é "toda natureza que temos"¹³⁷, cujo conhecimento desse ecossistema por sua população é herdeiro dessa tradição que se liga à própria formação da cidade.

Em uma época em que a cidade redescobre os espaços ligados ao rio, em que as muitas habitações com piscinas, marinas, quadras de esporte e também as promoções de passeios a barco e passeios ecoturísticos revalorizam as áreas do Delta do Jacuí para usos recreativos de classes economicamente privilegiadas da cidade, e que grande parte do Delta do Jacuí destina-se à preservação do que resta de ambiente a salvo do ventre devorador e poluidor da cidade, as classes populares, advindas de outros espaços da cidade, a partir da construção da ponte, encontram nas ilhas do Delta do Jacuí e, particularmente, na Ilha Grande dos Marinheiros, a possibilidade dramática de reinvenção de uma forma de habitar a cidade de Porto Alegre a partir das adversidades de um ambiente como o do Bairro Arquipélago.

Para as relações de pertencimento dessas comunidades com esse território encontram-se, com frequência, explicações da ordem de uma "razão prática"¹³⁸, como a proximidade com o centro da cidade que facilita o transporte, o baixo custo de vida mais livre das taxas, impostos e gastos com moradia, esgoto, luz, água, etc. A memória compartilhada, expressa nas narrativas desses "antigos" moradores, acrescenta muitas razões simbólicas para a adesão a este *ethos* de reinvenção de um modo de vida urbano à beira d'água.

As muitas "situações de risco" (desabamento das habitações precárias à beira de rios, atropelamentos na estrada, doenças ocasionadas pela falta de saneamento) e a

¹³⁷ Simon Schama, em "Paisagem e Memória" (SCHAMA, 1996), nota que "Claro está que, objetivamente, a atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta independe da interferência humana, pois eles já estavam agindo antes da caótica ascendência do *Homo sapiens*. Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. E isso não é obra apenas dos séculos industriais. Vem acontecendo desde a antiga Mesopotâmia. É contemporâneo da escrita, de toda a nossa existência social. E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos." (SCHAMA, 1996:17)

¹³⁸ Marshall Sahlins, em "Cultura e Razão Prática" (Sahlins, 1979) demonstra como as razões de ordem prática que "explicariam" as motivações de determinados comportamentos e valores sociais apresentam, na verdade, uma relação indissociável entre valores simbólicos e saberes práticos em uma cultura.

violência urbana, nas suas muitas faces dos dias de hoje, parecem ser um risco que ainda vale a pena correr no Arquipélago, por essa população, visto que os ciclos cósmicos da "natureza" do Delta do Jacuí parecem recompensar aqueles que conseguem aprender a conviver com suas faces mais destruidoras, na forma de enchentes, temporais, vendavais. A recompensa vem na forma daquilo que o espaço cinza da "selva de pedra" da cidade já não pode oferecer : a intimidade com às águas e terras e seus frutos, a possibilidade de ver e estar na paisagem de um ponto vista tão próximo.

Nos "novos tempos", em que os terrores do passado se atualizam com as novas imagens da violência urbana nas suas mais diversas formas, essa memória compartilhada dos "antigos" não detém as soluções para os desafios de suportabilidade desse ambiente que sente as consequências da concentração demográfica no solo das ilhas e na Bacia Hidrográfica inteira do Lago poluído. Nem sequer explica os mistérios desse ambiente. Apenas possibilita chegar mais perto desses "segredos e mistérios", que são também "segredos e mistérios" para os narradores. Em nossa capacidade de "amaravilhamento" para a escuta dessas histórias, reside a possibilidade de adesão ao que, no fundo, é o convite feito pela arte iniciática do narrador : a capacidade de aderir às coisas contadas, de imaginá-las sob o seu ponto de vista, para contá-las a novos ouvintes e novos intérpretes.

Como bem notam Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (Eckert e Rocha, 2002:19), produzir um conhecimento sobre a arte do narrador é descobrir que o conhecimento produzido pelo antropólogo, assim como o conhecimento da arte do narrador evocadas nesta interpretação etnográfica, escrita e visual, são revelações da arte de conhecer e de desvendar o mundo, deixando como herança, às novas gerações, o patrimônio encantado dos "antigos" do Arquipélago de Porto Alegre, que fazem durar, na memória, o cosmos de árvores, águas, terras, banhados, assombrações, aparições e outras fabulações.

Ao meu espanto, com tantas mudanças e transformações e retornos da paisagem mutante da ilha, entre uma enchente e outra, seu Adão respondia:



Seu Adão – Muda. Muda mesmo.
E a gente muda também.
Cada tempo que passa, nós mudemo de feição.
As vez nós ficemo melhor, as vez nós temo que se humilhar.
Outras vezes nós queremo se metido a macho.
Tudo isso. Que muda, muito tempo muda.
Mas não é o tempo, é a pessoa, é a criação.



Conclusão

ou epílogo...



Durante a última enchente de 2001, eu terminava a minha conversa com o Aldo, um pescador, filiado à colônia de pescadores Z5 da Ilha da Pintada. Sentados em um de seus barcos, em frente à rua alagada, ele me contava da estória de uma assombração que viu quando andava pela Ilha da Conga, um homem sobre a água, que conversava com ele, mas que tinha os pés “redondos”, “que nem um cavalo”, flutuando em cima da água. Aldo conta que ligou o motor e saiu, “que o barco pulava e dava trote”. Disse que lembrou do pai, que contava que o diabo tem os pés em forma de casco. Depois lhe contaram que o que viu podia ter sido um senhor que morreu, que morava ali, e que tinha os pés deformados. Aldo testava minhas intenções. “Tu acredita nisso?” Eu respondia que sim. “É em espírito?” Também. “Em lobisomem?” Claaaro. Contou-me algumas estórias que, infelizmente, não tive como registrar, senão no diário. Mas ficamos combinados de uma saída de barco, com o “teu pessoal da faculdade” que ainda não aconteceu. “Pra filmar como é a vida do pescador!”

Aldo conseguiu uma carona para eu voltar para a cidade. Um carroceiro que vinha pela rua alagada. O cavalo quase nadando, estourando a água com as patadas, fazendo força. Pedi carona, ele parou, meio sem jeito. Subi, me despedindo. Fui conversando. Era um rapaz da minha idade, mais



ou menos. Morava desde criança na Ilha, e os pais, moradores há mais tempo, tinham morado em muitos lugares antes de irem parar ali. Enquanto a carroça cruzava a rua, as pessoas brincavam comigo pela carona: “Mordomia, hein?”. O “motorista” da carroça me contou de como fazia a coleta do lixo, pela manhã e no final da tarde, nos dias pares da semana. Seus pontos fixos eram uma galeria, uma fábrica de perfumes na Voluntários, e uma danceteria famosa da zona mais badalada da cidade. Tinha um acordo com os funcionários do lugar. Mas estes não perdoavam seu atraso nos dias de enchente. Davam a carga para outro e ele perdia a viagem. O trabalho na carroça dá mais dinheiro do que ganhava em uma firma em que trabalhou, de onde foi demitido sem indenizações. Na carroça, dependia só dele. E da família, pra ajudar, separando em casa o material que os caminhões vinham comprar. O pai também trabalhou com carroça. A égua parecia cansada, vencendo o chão de água, pisando em buracos, seguindo em frente. Seu condutor me explicava que o bom era ter dois animais, para ir revezando, dando um descanso. Mas do jeito que a coisa anda... Mostra uma casa derrubada pela enchente. O morador ia agora construir uma mais alta, era teimoso, agora tinha aprendido a lição. Pergunto que deve ser fácil vender terreno ali no verão. Ele diz que é o oposto: no inverno se compra casa na Ilha a preço de banana, no verão é bem caro. No verão o chão seca, é possível andar nos espaços de banhados, quem olha não acredita que o rio invade daquele jeito no inverno. Gosta de morar na Ilha, em outras vilas não conhece ninguém. Ali é tranquilo.



Cruzávamos a ponte, em direção à Avenida Voluntários da Pátria, refazendo o trajeto dos barcos e caíques de antigamente, agora bem mais acima das águas. Mas sob muitos perigos, igualmente. O cavalo acelerava. Na pista estreita da ponte, a carroça competia com carros, caminhões, ônibus, pedestres e mais carroças. Eu perguntava se ele não tinha medo, com minhas mãos firmes na madeira da carroça, assustado que eu estava, com os caminhões que faziam um deslocamento de ar enorme ao passarem rente a nós. Ele concordava que era arriscado, já morreram muitos. Acha que deviam sinalizar mais a ponte. Pergunto se o cavalo, a égua, tem nome. Ele diz que não, que a chama de verruga, pela verruga que tem no focinho. Digo que então tem nome. Tiro foto da Verruga, a égua que nos puxa, ponte ao fundo, carros passando. No caminho, outros carroceiros nos acenavam em meio ao trânsito. Mas os demais olhares eram de reprovação. De ameaça por parte dos carros e caminhões. Transitando na Avenida Voluntários da Pátria, ele comentava do estigma de ser carroceiro, papeleiro. As pessoas sentem medo. Comenta que há quem assalte, claro, mas há quem trabalhe. Conta de um pedestre que o ameaçou, quando não viu que o homem ia cruzar a rua. Ia descer da carroça para conversar, e o homem saiu correndo, assustado. Ele ia até a fábrica, laboratório de perfumes ou coisa parecida, de onde pega caixas de papel e vidro quebrado. Mostrou a galeria que costuma “limpar”.



Vou pensando no seu itinerário, refazendo o caminho do barco de Dona Laci, de Seu Cláudio, de Seu Adão. As pessoas que nos viam, nem imaginavam do ambiente onde subi naquela carroça. Via algumas pistas do caminho da água, na rua que hoje está tão longe da margem aterrada. Por coincidência, me despedi, agradecido pela carona, em frente ao antigo Clube dos Gondoleiros, prédio que tem a sugestiva estátua de um barco com alguns marinheiros sobre a fachada. Desci a barra das calças, que molharam de qualquer jeito e esperei pelo ônibus. Outra coincidência: o ônibus que chegava era o “Ilha da Pintada”, que faz o caminho das ilhas, pelas pontes, até o centro da cidade.

Embarquei. (05 de outubro de 2001).

Como forma de conclusão escolhi esse relato, retirado de escritos de campo, como uma maneira de evocar os muitos aprofundamentos que o tema e o objeto escolhido exigem, cujas tensões presentes à memória e ao cotidiano dos habitantes do território do Arquipélago pude apenas levantar exemplos. Mas escolhi o relato, também, por ele contar de uma “metamorfose” na minha própria figura de “Homem da Tradição” (Tradição antropológica, pelo menos).

Pensando em meus interlocutores constantes durante os “quebra-cabeças” da pesquisa etnográfica, quero concluí-la com uma constatação do trajeto que realizei enquanto profissional da área da comunicação social, um “fazedor” de imagens, alguém que “faz filmagens”, como diziam as pessoas na Ilha, que se inicia enquanto um antropólogo que tem na narrativa, pela imagem e pela escrita, as suas armas para contar de seu próprio “trajeto antropológico” de descoberta e conhecimento desse mundo da Ilha Grande dos Marinheiros. Ter encontrado a orientação para os estudos da Bacia Semântica do Imaginário, das dinâmicas da imaginação, e igualmente a companhia da equipe de pesquisa com quem dividi as “correntezas” de imagens da memória de Porto Alegre de tantos outros territórios dessa cidade, foi fundamental para me engajar na importância dessas imagens face à memória coletiva da cidade, aos belos itinerários que se desenham sob esse ponto de vista especial do Arquipélago.

A “adesão às imagens” foi fundamental também para essa postura de escuta e de acolhimento do ponto de vista sobre a paisagem, que seria, quem sabe, o meu grande “conselho” enquanto um narrador formado por Seu Adão, Seu Cláudio, Dona Maria, Dona Laci (não é pouca coisa!) a partir da experiência de ouvi-los. O antropólogo certamente não está excluído de seu lugar de profissional “técnico” representante das estruturas de poder da nossa sociedade. Senti, na pele, muitas vezes esse papel, enquanto tentava abrir alguns canais de conversação nas ilhas. Mas o antropólogo, e qualquer técnico da área dos “fazedores de imagem”, ou dos “protetores do ambiente”, também não está excluído dessa capacidade fabulatória da imaginação, que é capaz olhar nos olhos das faces terríveis do tempo, nessas tantas transformações, perdas,

sofrimentos e “pequenas mortes”, que resultaram no quadro crítico que temos hoje às margens da cidade de Porto Alegre, e ainda assim desenhar outros tantos caminhos para conhecer, mais de perto, os gestos, os instantes em que fomos fazendo a nós mesmos, na companhia dos “antigos”, enquanto sujeitos inseparáveis desse cosmos de água, terra, banhado, de “assombros”, de bichos e de gente não só das ilhas, mas do “Viver Coletivo” da cidade de Porto Alegre.

Foi nesses instantes, em que aceitei o “convite” de Seu Adão para “vir sem pressa”, em que acompanhei Seu Cláudio no imenso do rio, Dona Laci no caminho das águas de suas lembranças durante nossos cafés, e Dona Maria no seu saber-viver de mil gestos e palavras, que comecei a olhar para essa paisagem de um jeito tão diferente. No instante em que desci daquela carroça em Porto Alegre, com as imagens que vi, com as palavras que ouvi e com a correnteza do rio ainda me “alagando” por dentro, que percebi que tinha entrado nessa “viagem sem retorno”, da correnteza do rio:

“... e o rio-rio-rio, o rio – pondo perpétuo.”

(Guimarães Rosa, “A Terceira Margem do Rio,
1974.)

Para o presente estudo são possíveis muitos aprofundamentos e ampliações, tanto na análise do material coletado quanto no que ainda pode ser feito como continuidade do tema. Penso em dois desdobramentos possíveis da presente pesquisa. Uma primeira continuação seria uma etnografia dos demais territórios do Delta do Jacuí, enfocando não apenas a figura do morador “antigo”, mas o cotidiano de outros moradores, que compõem, hoje, a diversidade de ocupação desse ambiente. Apesar de já

ter contatos com moradores da Ilha da Pintada, que certamente é um território importante a ser considerado, destaco ainda a importância de outros espaços desconsiderados na atual pesquisa, como as áreas pertencentes ao município de Eldorado do Sul, que consistem em quase metade da área do Parque Estadual Delta do Jacuí, e que hoje possui praticamente a sua sede urbana construída no entorno dos ambientes de banhado do Delta do Jacuí.

Outra perspectiva ficaria destinada a um estudo do cotidiano dessas populações ribeirinhas, presentes ao Delta do Jacuí e outros territórios da Bacia do Lago Guaíba, em contraposição a uma arqueologia da memória dos aterros e retificações da área portuária e demais margens do centro de Porto Alegre (às quais apenas fiz alusão neste trabalho), tentando contrapor imagens das antigas regiões ribeirinhas da cidade às novas regiões.

De qualquer forma, um estudo de memória coletiva, cotidiano e sociabilidade entre “regiões urbanas” como essas promete ainda muitas reflexões para o campo da antropologia e também para “alargar os horizontes” de outros cidadãos urbanos, fazedores de políticas públicas de intervenção nestes espaços, que talvez desconheçam a agitação da memória dessas águas, e as possibilidades de ensaiar retornos, giros, inversões, e reinvenções dessa natureza que não é senão um cosmos humanizado.

Bibliografia:

- ARAÚJO, Suzana. *Bruxas e Bruxarias na Ilha da Pintada, Porto Alegre, RS*. Porto Alegre, UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 1998.
- ATLAS AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE. Coord. Rualdo Menegat, Maria Luiza Porto, Clóvis Carlos Carraro e Luís Alberto Dávila Fernandes. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo, Editora Ática, 1988.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Devaneio*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- BACHELARD, Gaston. *A Água e os Sonhos*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo, Editora Ática, 2000.
- BAKHTIN, M. *A Cultura Popular na Idade Média e No Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo-Brasília, HUCITEC-EDUNB, 1996.
- BARNES, J.A. *Redes sociais e processo político*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). *Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos*. SP, Global Universitária, 1987.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III- magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. SP, Martins Fontes, 1990.
- BOISSEVAIN, Jeremy. *Apresentando 'amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões'*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). *Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos*. SP, Global Universitária, 1987.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo, Queroz ED. Ltda. e EDUSP, 1987.
- BOTH, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. 319 p. (1^o édition: *Family and social network*. London, Tavistock Publications, 1971).
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction critique social du jugement*. Paris, Minuit, 1979.

- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris, Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. *A Ilusão Biográfica*. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (org.) *Usos & Abusos da História Oral*. RJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BURKE, P. *A Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- CANDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro, Ed 34, 2001.
- CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o Homem*. “A crise do conhecimento de si do homem”. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano – 1: Artes de Fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século 20*. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 1998.
- COMAROFF, John e COMAROFF, Jean. “Naturalizando a Nação: estrangeiros, apocalipse e o Estado Pós-colonial”. *Horizontes Antropológicos*, v. 7, n. 15, p. 57 - 106.
- DEVOS, Rafael. *Quando a Câmera Vira Personagem: ponto de vista em movimento na busca de imagens do Outro em documentários etnográficos*. Mimeo, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/UFRGS, Porto Alegre, 2000. Monografia (graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. 2000.
- DIAS DUARTE, Luiz Fernando. *Da vida nervosa, nas classes trabalhadoras urbanas*. R.J., J. Zahar Ed./CNPq, 1986.
- DIAS DUARTE, Luiz Fernando. “O Culto do Eu no Templo da Razão”. In: “Três ensaios sobre pessoa e modernidade”. In: *Boletim do Museu Nacional, nova série, Rio de Janeiro, Antropologia, n° 41, agosto de 1993*.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo, NUPAUB-USP, 1994.
- DIEGUES, A. C. *Povos e Mares*. São Paulo, NUPAUB-USP, 1995.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *Ilhas e Mares – simbolismo e imaginário*. São Paulo, HUCITECH, 1998.

- DUMONT, Louis. *O Individualismo, Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro, Rocco, 1983.
- DURAND, Gilbert. *Science de l'homme et tradition. Le nouvel esprit anthropologique*. Paris, Berg International, 1979.
- DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. SP, Cultrix, 1988.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário*. RJ, Difel, 1998.
- DURAND, G. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *A caminho da cidade : a vida rural e a migração para São Paulo*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- ECKERT, Cornelia. *Memória e Identidade. Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)*. Cadernos de Antropologia, nº11. Porto Alegre, PPGAS-UFRGS, 1993.
- ECKERT, Cornelia. *Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica*. In: HUMANAS, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS. Vol 16, nº1. Porto Alegre, IFCH, 1996-1997. P. 21 à 44.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. “Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade.” *Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais*, nº2. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2000a.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. *A memória como espaço fantástico*. *Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais*, nº2. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2000b.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. “Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração”. In: Koury, Mauro G P. (org.). *Imagem e Memória: Estudos em Antropologia Visual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.
- ELIADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. SP, Mercury, 1992.
- ELIAS, Norbert. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. RJ, Jorge Zahar, 1990.

- ELIAS, N. *Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- ELY, Margot; VINZ, R.; DOWNING, M.; ANZUL, M. *On writing qualitative research. Living by words.* London: Falmer Press, 1997.
- EMERSON, Robert et al. *Writing ethnographic fieldnotes.* Chicago University Press, 1995.
- EVANS-PRITCHARD, E. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande.* Rio de Janeiro. Zahar, 1978.
- FAYET, Carlos et al. *Plano Delta do Jacuí, PMPA,* 1958.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas.* São Paulo, Global, 1987.
- FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem.* São Paulo, Ensaio, 1994.
- FONSECA, Cláudia. *Família, Fofoca e Honra – etnografia de gênero e violência em grupos populares.* Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas.* Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: novos ensaios em Antropologia Interpretativa.* Petrópolis, Vozes. 1997.
- GINZBURG, C. *O Queijo e os Vermes.* São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, C. *Os Andarilhos do Bem.* São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- GOFFMAN, E. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana.* Petrópolis, Vozes, 1999.
- GURAN, Milton. *Fotografar para Descobrir, Fotografar para Contar.* In *Diálogos Antropológicos – Imagem.* NAVISUAL/UFRGS, Porto Alegre, 1997.
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva.* São Paulo, Vértice, 1990.
- HARTMANN, L. *Oralidade, Corpo e Memória entre Contadores e Contadoras de Causo Gaúchos.* In: *Horizontes Antropológicos*, nº12. Porto Alegre, PPGAS-UFRGS, 1999.
- HARTMANN, L. *Oralidade, Corpos, Memórias: Performances de Contadores e Contadoras de Causo da Campanha do Rio Grande do Sul.* Dissertação (Mestrado).

- Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2000.
- LANGDON, Jean. *Performance e preocupações pós-modernas na antropologia*. In: GABRIEL, João L.C. Teixeira. (org.) *Performáticos, performance e sociedade*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996. p 23 a 28.
- LANGDON, J. *A fixação da narrativa: do mito para a poética de literatura oral*. In: ECKERT e ROCHA (Org.). *Revista Horizontes Antropológicos* 12. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *Lo Maravilloso y lo Cotidiano en el Occidente Medieval*. Barcelona, Gedisa, 1986.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, ED. Unicamp, 1990.
- LEROI-Gourhan André. *O Gesto e a Palavra. 2 Memória e Ritmos*. Lisboa, Perspectivas, edições 70.
- LEVI-STRAUSS, Claude. "Introdução". In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU, EDUSP, 1974.
- LÉVI-STRAUSS. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.
- LÉVI-STRAUSS. *O Pensamento Selvagem*. Campinas, Papyrus, 1989.
- MAGNANI, Jose Guilherme C e TORRES Lílian de Lucca. (org) *Na metrópole. Textos de antropologia urbana*. São Paulo, Edusp, 1996. p 32 e 33.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, 1976.
- MALUF, Sonia. *Encontros Noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Florianópolis, Rosa dos Tempos, 1993.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. Volumes I e II. São Paulo, E.P.U/EDUSP, 1974.
- MAYER, Adrian C. *A importância dos 'quase-grupos' no estudo das sociedades complexas*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). *Antropologia das sociedades contemporâneas - métodos*. SP, Global Universitária, 1987.
- METROPLAN. *Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Consolidação do Parque Estadual Delta do Jacuí – reavaliação das condições sócio-econômicas da*

- população e situação atual de ocupação e uso do solo do Parque*, Porto Alegre, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.
- MOLLES, H. et ROHMER, E. *Labyrinthes du Vecu. L'Espace: matière d'actions*. Paris, Librairie des Meridiens, 1982.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre, Urbanização e Modernidade – A construção do espaço social*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995.
- OLIVEIRA, W. *A utilização do “referencial ambientalista” como justificativa à implantação do sistema de coleta seletiva de lixo em Porto Alegre*. Porto Alegre, UFRGS, 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 1995.
- ONG, W. *Oralidade e Cultura Escrita*. Campinas, PAPIRUS, 1998.
- PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ - PLANO BÁSICO. Vol. 1 – Porto Alegre, PMPA/SPM, 1979.
- PARK, R. *A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano*. In VELHO, O.(org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- POESTER, Teresa. *Les Frontières du Paysage: fenêtres et grilles*. Tese de doutoramento defendida na Universidade de Paris I, Sorbonne, 2002, sob a direção de Pierre Baque.
- RABINOW, P. *Antropologia da Razão*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1999.
- RICOUER, Paul. *Teoria da Interpretação*. Lisboa, Edições 70, 1976.
- RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomos I, II e III. Campinas, Papirus, 1994.
- RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Seuil, 2000.
- RIOPARDENSE DE MACEDO, F. *Porto Alegre, História e Vida*. Porto Alegre, Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1973.
- ROCHA, A. L. Carvalho da *Le sanctuaire du désordre, ou l'art de savoir-vivre des douces barbares sous les Tristes Tropiques*. Tese de doutoramento defendida na Universidade de Paris V, Sorbonne, 1994, sob a direção de Michel Maffesolli.
-
- _____ *As figurações de lendas e mitos históricos na construção da Cidade tropical*. Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, número 34. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2000.

- ROSA, Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1974.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- SAHLINS, M. “O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção.” *Mana*, v. 3, n. 1, Rio de Janeiro, 1997.
- SANT’ANA, M.H. *Vila Cai-Cai: A lógica da Habitação Reciclável. A organização do espaço e do tempo em uma vila em remoção em Porto Alegre*. Porto Alegre, UFRGS, 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 1996.
- SCHAMA, Simon. “*Paisagem e Memória*”. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- Secretaria Municipal da Cultura. Porto Alegre. Centro de Pesquisa Histórica. *Arquipélago: as ilhas de Porto Alegre*. GOMES, José Juvenal; MACHADO, Helena Vitória dos Santos e VENTIMIGLIA, Marise Antunes. Porto Alegre: EU, 1995.
- SILVA, Carmen L. *Sobreviventes do extermínio. Uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xeta*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 1998.
- SIMMEL, Georg. *Cultura Femenina y otros ensaios*. Madrid, Revista de Occidente, 1934.
- SIMMEL, G. *A Metrópole e a Vida Mental*. In VELHO, O.(org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- TAUSSIG, Michael. *Shamanism, Colonialism and the Wild Man*. Chicago University Press, 1987.
- THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Polis, 1981.
- TURNER, Victor W. *O Processo Ritual*. Petrópolis, Vozes, 1974.
- TURNER, V. *Dramas, fields and metaphors*. Ithaca/London, Cornell University Press, 1974.
- TURNER, Victor. *The Anthropology Of Performance*. New York, PAJ Publications, 1987.
- VELHO, Gilberto. *O Desafio da Cidade: novas perspectivas da Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

- VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade, uma experiência de geração*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- VELHO, Gilberto. Individualismo, Anonimato e Violência na Metrópole. *Revista Horizontes Antropológicos número 13 Cidade Moderna*. Porto Alegre, PPGAS, Editora da UFRGS, 2000, p. 15 a 30.
- VELHO, O. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- WOORTMANN Ellen F e Woortmann, Klaas. *O trabalho da terra, a lógica e a simbólica da lavoura camponesa* Brasília, Editora Unb, 1997.
- ZALUAR, A. *A Máquina e a Revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. SP, EDUC, 2000.

PERIÓDICOS

REVISTA DO GLOBO, 14 de junho de 1941, n°.297, p.35.

REVISTA DO GLOBO, 11 de agosto de 1956, n° 670: pgs 22 a 26

CORREIO DO POVO, 28 de maio de 2002. pg 17.

ZERO HORA, 18 de fevereiro de 2001 pgs 34 e 35.

ZERO HORA, 02 de julho de 2001 pg 56.

ZERO HORA, 26 de novembro de 2002 capa e pg 4 e 5.

ACERVOS PESQUISADOS

Banco de Imagens e efeitos visuais, Laboratório de Antropologia Social - PPGAS – UFRGS.

Índice de imagens e ilustrações:

Capa:

Detalhe central de Gravura comemorativa da visita do Imperador Dom Pedro II a Porto Alegre, feita em setembro de 1864, apresentando o perfil dos morros de Porto Alegre.

fonte: Banco de Imagens e efeitos visuais – PPGAS – UFRGS

www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Página 05

Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Página 06

Mapas alterados pelo pesquisador

Mapas originais – fonte: Atlas Ambiental de Porto Alegre, 1998, pg XVI e 32.

Página 07

Mapa alterado pelo pesquisador

Mapa original – fonte: Atlas Ambiental de Porto Alegre, 1998, pg34.

Página 12

Still retirado do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 20

Still retirado do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 21

Stills retirados do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 23

Still retirado do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 34

Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Página 35

Fotografias do pesquisador, obtidas em trabalho de campo
Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Página 36

Fotografias do pesquisador, obtidas em trabalho de campo
Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Página 40

Fotografias do pesquisador, obtidas em trabalho de campo
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 43

Ilustração do Plano Básico Ambiental do Parque Estadual Delta do Jacuí, 1978.
pg 01

Página 48

Canto superior esquerdo:

Fotografia do pesquisado, obtida em trabalho de campo
Ponte Getúlio Vargas, 2001.

Canto inferior esquerdo:

Pintura em têmpera de Martha de Wagner-Schidrowitz retratando o estuário e as ilhas a
partir de Porto Alegre

fonte: Banco de Imagens e efeitos visuais – PPGAS – UFRGS

www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Página 49

Stills retirados de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo
pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 50

Um baile na Ilha da Pintada em 1939 e uma charanga que se fazia ouvir

Fonte: Banco de Imagens e Efeitos Visuais – PPGAS - UFRGS

www.estacaoportoalegre@ufrgs.br

Página 53

Canto superior esquerdo:

Foto de Léo Guerreiro e L. Martins sobre a construção da ponte do Guaíba para a
Revista do Globo de 24 de agosto de 1956

fonte: Banco de Imagens e efeitos visuais – PPGAS – UFRGS

www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Canto inferior direito:

“Foto de Léo Guerreiro e L. Martins sobre a construção da ponte do Guaíba para a Revista do Globo de 24 de agosto de 1956”

fonte: Banco de Imagens e efeitos visuais – PPGAS – UFRGS

www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Demais 3 fotografias:

Fonte: FAYET, Carlos et al. Plano Delta do Jacuí, PMPA, 1958.

Página 54

O vão móvel da ponte do Guaíba em funcionamento

Revista do Globo, 15 de janeiro de 1966

fonte: Banco de Imagens e efeitos visuais – PPGAS – UFRGS

www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Página 61

Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Página 75

Stills retirados do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 76

Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Página 77

Stills retirados das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 80

Stills retirados do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 81

Still retirado do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 82

Topo da página:

Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Canto inferior esquerdo

Still retirado das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”
Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 86

Still retirado do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”
Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 87

Dona Laci com o esposo, durante a Festa de Navegantes, em Porto Alegre.
Década de 1940/50.
Fotografia de acervo pessoal da informante Laci Fontes Rolim,
Utilizada sob autorização da informante

Páginas 88 e 89

Dona Laci no curso de alfabetização de adultos, no Clube de Mães da ilha.
Fotografias do pesquisador, obtidas em trabalho de campo
Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Página 90 e 91

Stills retirados do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”
Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 93

Stills retirados de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo
pesquisador.
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 96

Stills retirados de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo
pesquisador.
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Páginas 97 a 105

Stills retirados de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo
pesquisador.
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 108

Seu Cláudio e a mãe, Dona Jovina.

Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Páginas 111 e 112

Fotografias do pesquisador, obtidas em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Páginas 113 a 122

Stills retirados de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Páginas 124 a 125

Stills retirados de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Páginas 126 a 131

Stills retirados das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 132

Fotografias do pesquisador, obtidas em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Página 135

Stills retirados das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Páginas 153 a 155

Fotografias do pesquisador, obtidas em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2001/2002.

Páginas 159 e 160

Stills retirados de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 165

Still retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Páginas 166 a 173

Stills retirados de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Páginas 174 e 175

Stills retirados das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”
Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 176

Still retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 177

Still retirado das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”
Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 178

Still retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Páginas 180 a 184

Stills retirados de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 186

Still retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 187

De cima para baixo:

- Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- *Still* retirado das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

- Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 188

De cima para baixo:

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 189

De cima para baixo:

- *Still* retirado das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

- Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 190

Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 191

De cima para baixo:

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 192

Still retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 193

Stills retirados de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 196

“Colegião” abandonado e seu cais tomado pela vegetação
Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo
Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Páginas 198 e 199

Fotografias do pesquisador, obtidas em trabalho de campo
Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Página 201

Fotografias do pesquisador, obtidas em trabalho de campo
Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Páginas 202 a 209

Stills retirados de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 210

De cima para baixo:

- *Still* retirado das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- *Still* retirado das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 211

De cima para baixo:

- *Still* retirado das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

- *Still* retirado das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 212

Still retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 214

Stills retirados de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 215

De cima para baixo:

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- *Still* retirado das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Páginas 216 e 217

Stills retirados das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 220

Seu Cláudio

Fotografia do pesquisador, obtidas em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Páginas 222 e 223

Stills retirados das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Páginas 225 a 227

Stills retirados das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 228

De cima para baixo:

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- *Still* retirado das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 229

Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes

Fotografias obtidas em trabalho de campo pelo pesquisador e por Sandro Belloli Rillo.
Porto Alegre, 2001.

Fonte: Banco de Imagens e efeitos visuais

www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Página 232

Stills retirados de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 233

Imagens da Enchente de 1941

Revista do Globo, 14 de junho de 1941

Fonte: Banco de Imagens e efeitos visuais

www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Página 234

Still retirado das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 235

Still retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 236

De cima para baixo:

- *Still* retirado das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

- *Still* retirado das gravações do documentário “O Barco dos Sonhos”

Ilha da Pintada, 1998.

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 238

Still retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 239

Still retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.
Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

Página 240

De cima para baixo:

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- *Still* retirado das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

- “Ponte Getúlio Vargas”

Fonte: Atlas Ambiental de Porto Alegre, 1998

- Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

- Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

- Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Página 241

- Gravura comemorativa da visita do Imperador Dom Pedro II a Porto Alegre, feita em setembro de 1864, apresentando o perfil dos morros de Porto Alegre.

fonte: Banco de Imagens e efeitos visuais – PPGAS – UFRGS

www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Página 242

Foto de Léo Guerreiro e L. Martins sobre a construção da ponte do Guaíba para a Revista do Globo de 24 de agosto de 1956

fonte: Banco de Imagens e efeitos visuais – PPGAS – UFRGS

www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Página 245

Still retirado das gravações do documentário “Ilha Assombrada – realidade ou ilusões?”

Ilha Grande dos Marinheiros, 1999.

Página 247

Vista aérea das Ilhas do Lage, em primeiro plano, e Ilha Grande dos Marinheiros

Fonte: Atlas Ambiental de Porto Alegre, 1998, pg 88.

Página 250

Pintura a óleo de Ângelo Guido retratando o Mercado Público de Porto Alegre e as Docas, em 1870

fonte: Banco de Imagens e efeitos visuais – PPGAS – UFRGS

www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Página 252

Gravura de 1850

fonte: Banco de Imagens e efeitos visuais – PPGAS – UFRGS

www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Página 253

Aquarela de Rudolph Wendroth, 1808

fonte: Banco de Imagens e efeitos visuais – PPGAS – UFRGS

www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Página 254

Aquarela de Rudolph Wendroth, 1860

fonte: Banco de Imagens e efeitos visuais – PPGAS – UFRGS

www.estacaoportoalegre.ufrgs.br

Página 259

De cima para baixo:

- *Still* retirado de gravação em vídeo realizada durante trabalho de campo pelo pesquisador.

Ilha Grande dos Marinheiros, 2002.

- Fotografia do pesquisador, obtida em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Páginas 260 a 262

Fotografias do pesquisador, obtidas em trabalho de campo

Ilha Grande dos Marinheiros, 2001.

Porto Alegre, Ponte Getúlio Vargas, 2001.